



câmara municipal
de matosinhos



2B – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

| Relatório Ambiental . Versão Final

Junho 2019

REVISÃO DO PDM DE MATOSINHOS

EQUIPA TÉCNICA

Coordenação Técnica

Sérgio Costa | Engenheiro do Ambiente

Carla Melo | Lic. Biologia; Mestre em Ambiente, Saúde e Segurança

Execução Técnica

Ana Valente | Mestre em Engenharia do Ambiente

Cláudia Estrela | Técnica de Gestão de Ambiente

Filipe Martins | Lic. Geografia; Mestre em Sistemas de Informação Geográfica

Sérgio Almeida | Engenheiro Biológico

Susana Fernandes | Lic. Geografia e Planeamento; Mestre em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

ÍNDICE

1. Sumário Executivo	7
2. Introdução.....	11
3. Objetivos e metodologia	13
3.1. Objetivos	13
3.2. Metodologia	14
3.2.1. Enquadramento	14
3.2.2. Procedimentos Metodológicos	15
4. Objeto de Avaliação.....	19
4.1. Descrição do Objeto de Avaliação	19
4.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial	26
4.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade	31
5. Quadro de Referência Estratégico.....	33
6. Fatores de Sustentabilidade.....	37
6.1. Desenvolvimento Socioeconómico	41
6.1.1. Introdução	41
6.1.2. Objetivos e Indicadores	42
6.1.3. Situação Atual.....	44
6.1.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos	61
6.1.5. Avaliação Estratégica de Efeitos.....	62
6.1.6. Recomendações	71
6.2. Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	73
6.2.1. Introdução	73
6.2.2. Objetivos e Indicadores	73
6.2.3. Situação Atual.....	74
6.2.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos	88
6.2.5. Avaliação Estratégica de Efeitos.....	89
6.2.6. Recomendações	96
6.3. Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	98
6.3.1. Introdução	98
6.3.2. Objetivos e Indicadores	98
6.3.3. Situação Atual.....	101
6.3.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos	114
6.3.5. Avaliação Estratégica de Efeitos.....	116
6.3.6. Recomendações	123
6.4. Vulnerabilidades e Riscos	124
6.4.1. Introdução	124

6.4.2. Objetivos e Indicadores	124
6.4.3. Situação Atual.....	127
6.4.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos	146
6.4.5. Avaliação Estratégica de Efeitos	146
6.4.6. Recomendações	153
6.5. Acessibilidade e Mobilidade.....	155
6.5.1. Introdução	155
6.5.2. Objetivos e Indicadores	155
6.5.3. Situação Atual.....	156
6.5.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos	164
6.5.5. Avaliação Estratégica de Efeitos	164
6.5.6. Recomendações	171
7. Quadro de Governança para a Ação.....	172
8. Seguimento e Monitorização	175
8.1. Enquadramento	175
8.2. Metodologia de Seguimento.....	175
8.2.1. Orientações Metodológicas.....	175
8.2.2. Monitorização Territorial.....	176
8.2.3. Monitorização Estratégica	178
8.3. Implementação do Seguimento.....	179
9. Conclusões	180
9.1. Síntese das Tendências dos Efeitos da Estratégia do Plano	180
9.2. Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos	181
9.3. Síntese das Principais Recomendações	186
10. Anexos.....	188
10.1 Quadro de Referência Estratégico da AAE	188
10.2. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	209

Índice de Figuras

Figura 2.1 Dimensão da AAE.	12
Figura 3.1 Etapas da AAE previstas na legislação.	14
Figura 3.2 Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade.....	15
Figura 3.3 Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade.	16
Figura 3.4 Articulação entre os processos de desenvolvimento da revisão PDM Matosinhos e da AAE	18
Figura 4.1 Planta de Ordenamento II - Programação do Solo: Delimitação das UOPG e Projetos Territoriais (Fonte: Proposta de revisão PDMM).....	24
Figura 4.2 Matriz estratégica (Fonte: Proposta de revisão PDMM).....	25
Figura 4.3 Enquadramento geográfico da área de intervenção da revisão PDM Matosinhos.....	26
Figura 4.4 Área de Intervenção do PDM Matosinhos.....	27
Figura 6.1.1 População residente por freguesia, Censos 2001 e 2011.	45
Figura 6.1.2 Densidade populacional (hab./km ²), por freguesia. Censos 2011.....	45

Figura 6.1.3 Equipamentos e valências programadas, executadas e existente no município de Matosinhos	46
Figura 6.1.4 Equipamentos/valências do setor privado.....	47
Figura 6.1.5 Inscrições nos equipamentos/ valências da rede solidária e pública (2015)	50
Figura 6.1.6 Equipamento desportivo escolar público (2015)	52
Figura 6.1.7 Planta do Parque de Picoutos.....	55
Figura 6.1.8 Planta do Parque das Austrálias	56
Figura 6.3.1 Proposta final da RAN	121
Figura 6.4.1 Perigosidade de Incêndio Florestal, 2017 (Fonte: ICNF)	129
Figura 6.4.2 Perigosidade de Incêndio Florestal do concelho de Matosinhos, 2017 (Fonte: ICNF)	130
Figura 6.4.3 Extrato do Modelo Territorial – Faixas de Salvaguarda (Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira e Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira) (Fonte: POC Caminha-Espinho, 2018)	132
Figura 6.4.4 Perigosidade rodoviária do concelho de Matosinhos	135
Figura 6.4.5 Sinistralidade rodoviária do concelho de Matosinhos	135
Figura 6.4.6 Incêndios industriais	136
Figura 6.4.7 Grau de perigosidade das indústrias do concelho de Matosinhos.....	136
Figura 6.4.8 Faixa de gestão de segurança (50m) das indústrias	139

Índice de Quadros

Quadro 4.1 Vetores e Objetivos Estratégicos da presente proposta de revisão PDM Matosinhos a serem sujeitos a avaliação de efeitos ambientais pela presente AAE	19
Quadro 4.2 Densidade Populacional entre 1991 e 2011 no concelho de Matosinhos	29
Quadro 4.3 Principais potencialidades e constrangimentos existentes no concelho de Matosinhos.....	30
Quadro 4.4 Articulação entre as iniciativas formuladas pela presente proposta do PDM Matosinhos e as questões estratégicas ambientais e de sustentabilidade (QEAS) identificadas pela AAE	31
Quadro 5.1 Quadro de Referência Estratégico da AAE.....	33
Quadro 5.2 Matriz de articulação entre o QRE e com os Vetores da revisão do PDM Matosinhos*	34
Quadro 6.1 Fatores de Sustentabilidade, descrição e critérios de avaliação para AAE do PDM Matosinhos	37
Quadro 6.2 Matriz de articulação entre os vetores estratégicos do PDM Matosinhos e os fatores de sustentabilidade.....	39
Quadro 6.3 Matriz de articulação entre o QRE e os fatores de sustentabilidade	39
Quadro 6.1.1 Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	42
Quadro 6.1.1 Evolução da população residente, por grupo etário.	44
Quadro 6.1.2 Equipamentos na área da Saúde, por tipologia.	47
Quadro 6.1.3 Equipamentos escolares públicos, por tipologia.....	48
Quadro 6.1.4 Equipamentos escolares privados, por tipologia	49
Quadro 6.1.5 Equipamentos de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência	50
Quadro 6.1.6 Equipamento coletivos desportivos por categoria e tipo de gestão	51
Quadro 6.1.7 Equipamentos públicos na área do desporto	51
Quadro 6.1.8 Equipamentos coletivos na área da Cultura, Lazer e Desporto	53
Quadro 6.1.9 Equipamentos coletivos de dinamização da economia local	53
Quadro 6.1.10 Evolução do efetivo empresarial por setor de atividade económica	56
Quadro 6.1.11. Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por setor de atividade económica	57
Quadro 6.1.12 Síntese dos Indicadores para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	58
Quadro 6.1.13 Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	61
Quadro 6.1.14 Avaliação Estratégica de Efeitos da Revisão PDM Matosinhos para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	62
Quadro 6.1.15 Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	69
Quadro 6.1.16 Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS).....	70
Quadro 6.1.17 Recomendações no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	71
Quadro 6.2.1 Indicadores selecionados para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”	73
Quadro 6.2.2 Área Urbana por Tipologia	75
Quadro 6.2.3 Área Urbana Consolidada entre 1992 e 2014.....	76
Quadro 6.2.4 Área Urbana para Expansão entre 1992 e 2014	77
Quadro 6.2.5 PMOT em vigor no concelho de Matosinhos nos últimos 5 anos	78
Quadro 6.2.6 Processos AUGI de 2005 a 2011	79
Quadro 6.2.9 Síntese dos Indicadores para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”	85
Quadro 6.2.10 Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”	88
Quadro 6.2.11 Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente	89
Urbano”	89
Quadro 6.2.12 Síntese das tendências de evolução do FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	95
Quadro 6.2.14 Recomendações no âmbito do FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”	97

Quadro 6.3.1 Indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	99
Quadro 6.3.3 Áreas para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas	104
Quadro 6.3.4 Áreas Florestais presentes na área de intervenção, por tipologia	106
Quadro 6.3.5 Habitats protegidos presentes na área de intervenção	108
Quadro 6.3.6 Espécies protegidos presentes na área de intervenção	109
Quadro 6.3.7 Parques e Jardins com interesse paisagístico	110
Quadro 6.3.8 Património arquitetónico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal no concelho de Matosinhos	111
Quadro 6.3.9 Síntese dos Indicadores para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	112
Quadro 6.3.10 Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	114
Quadro 6.3.11 Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	116
Quadro 6.3.12 Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	121
Quadro 6.3.13 Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	122
Objetivos Estratégicos:	122
Quadro 6.3.14 Recomendações no âmbito do FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”	123
Quadro 6.4.1 Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	125
Quadro 6.4.2 Incêndios (n.º) e Áreas Ardidadas (ha)	131
Quadro 6.4.3 Áreas inundáveis (hectares e %) para cada uma das categorias de solo	133
Quadro 6.4.4 Áreas Críticas Identificadas no POC Caminha-Espinho	142
Quadro 6.4.5 Síntese dos Indicadores para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	143
Quadro 6.4.6 Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	145
Quadro 6.4.7 Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”	146
Quadro 6.4.8 Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”	151
Quadro 6.4.9 Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	152
Objetivos Estratégicos:	152
Quadro 6.4.10 Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”	153
Quadro 6.5.1 Indicadores selecionados para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”	155
Quadro 6.5.2 Síntese dos Indicadores para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”	163
Quadro 6.5.3 Questões-chave da situação atual para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”	163
Quadro 6.5.4 Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”	164
Quadro 6.5.5 Síntese das tendências de evolução do FS “Acessibilidade e Mobilidade”	169
Quadro 6.5.6 Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	170
Objetivos Estratégicos:	170
Quadro 6.5.7 Recomendações no âmbito do FS “Acessibilidade e Mobilidade”	171
Quadro 7.1 Quadro de Governança para a Ação no âmbito da revisão PDM Matosinhos	172
Quadro 7.2 Quadro de Governança para a Ação no âmbito da revisão PDM Matosinhos, por recomendação	173
Quadro 8.1 Indicadores de monitorização ou seguimento para a área de intervenção da revisão PDM Matosinhos	176
Quadro 8.2 Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS	178
Quadro 8.3 Análise da implementação das recomendações, por FS	178
Quadro 9.1 Síntese de efeitos significativos dos Objetivos Estratégicos, por FS e por critério	180
Quadro 9.3 Síntese das principais recomendações, por FS	186
Quadro A.10.1 Referenciais Estratégicos da AAE da revisão PDM Matosinhos	188
Quadro A.10.2 Questões estratégicas definidas pela AAE, respetiva fundamentação (pertinência) e ponderações acessórias ...	209

1. Sumário Executivo

O presente documento concretiza a versão Final do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Matosinhos (adiante designado por revisão PDM Matosinhos), procurando respeitar a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a revisão PDM Matosinhos de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do programa, tendo já sido submetida a consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e consulta pública.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes dos vetores e objetivos estratégicos demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) avaliados. Contudo existem ainda algumas temáticas que devem ser aprofundadas de modo assegurar que de facto os objetivos propostos se cumprem e salvaguardar desde já os mecanismos / ações que diretamente os preconizam, sendo que nesse caso considera-se que as recomendações propostas na AAE poderão colmatar algumas das questões que podem ainda subsistir.

Assim, e numa análise por FS, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Desenvolvimento Socioeconómico

A análise integrada dos efeitos e oportunidades resultantes dos vetores, objetivos estratégicos e ações demonstra um balanço significativamente positivo, na melhoria do acesso aos espaços verdes de recreio e lazer; promoção dos modos suaves de transporte através de ações efetivas que garantem as condições de circulação e segurança.

Os objetivos estratégicos contribuem para aumentar a competitividade dos territórios rurais e desenvolver economias de escala, dinamizar as atividades económicas associadas ao turismo costeiro (UOPG4), turismo da natureza, turismo cultural e religioso, através da qualificação de percursos patrimoniais e paisagísticos, assim como do Caminho da Costa ao Caminho Central de Santiago.

Considera-se ainda, que as ações e atividades permitidas na faixa de proteção costeira e na faixa de proteção complementar contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e usufruto do espaço público.

Ao nível da estratégia de habitação local, as ações propostas constituem uma oportunidade para requalificar e reabilitar o património residencial, comercial e espaços públicos do município, bem como melhorar as condições sociais e habitacionais da população carenciada;

Os equipamentos de utilização coletiva existentes, de nível fundamental, que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer, encontram-se corretamente identificados na planta de ordenamento, assim como as áreas estratégicas para a criação de novos equipamentos de utilização pública, numa perspetiva de desconcentração e proximidade.

Por sua vez, ao nível dos serviços ambientais, considera-se que as propostas constantes da revisão do PDM Matosinhos, apesar de importantes, necessitam de reforço na definição da sua natureza e especificidades, não definindo normas regulamentares em sede de Regulamento relativas a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturação ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para cada tipologia de solo (urbano ou rústico), ou ações de índole material ou imaterial (p.e. ações de sensibilização) que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais. Recomenda-se maior intervenção ou pró-atividade ao nível do Programa de Execução relativamente aos procedimentos de recolha seletiva de resíduos urbanos, biodegradáveis e embalagens, bem como a regulamentação específica das infraestruturas ambientais nas tipologias de uso do solo. Em suma, considera-se que a aposta e abordagem estratégica para esta temática prevista pela proposta de PDM são adequadas, contudo, recomenda-se um reforço em sede regulamentar e maior intervenção ou pró-atividade do Programa de Execução.

Não obstante os efeitos positivos identificados, e tendo em consideração algumas opções de intervenção do Plano, foi apresentado âmbito deste FS um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e colmatar algumas opções do modelo proposto.

Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano

Ao nível das questões relacionadas com a sustentabilidade energética, a proposta de PDM apresenta uma ação Melhoria da eficiência energética em edifícios e iluminação pública, bem como várias medidas de incentivo à utilização e modos ativos e aquisição de capacidade intermodal com os transportes públicos que promovem a redução do uso de combustíveis fósseis em veículos particulares e maior eficiência no consumo de combustíveis fósseis no transporte público adquirida através da maior frequência expectável no uso deste tipo de transporte. Ademais, o município dispõe de um Plano de Ação de Energia Sustentável (PAES) que estará em plena execução até 2020 e que tem como objetivo atingir uma redução de 21% no consumo energético e das emissões de CO₂ do concelho através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. Este PAES surge após a assinatura do Pacto de Autarcas em 2010, através da qual as cidades signatárias se comprometem a

ultrapassar a meta de redução de 20% de emissões de CO₂ nos seus territórios até 2020. Neste sentido considera-se que a proposta de revisão está em linha com a política de migração das fontes fósseis de energia para fontes mais limpas e renováveis, bem como na adoção de equipamentos mais eficientes ao nível do consumo energético.

Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

De um modo geral, perspetiva-se que a implementação da revisão do PDM de Matosinhos traduzir-se-á em implicações positivas sobre a proteção dos recursos naturais, nomeadamente através do ordenamento dos usos do solo, para além da proteção e valorização das espécies presentes e habitats onde se inserem, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes.

Do ponto de vista da proteção e beneficiação dos recursos hídricos a presente proposta de PDM pretende agir essencialmente ao nível da recuperação dos corredores ecológicos, valorização das zonas balneares e cordões dunares e implementar as medidas de despoluição do rio Leça. Considera-se portanto que esta questão ambiental está suficientemente salvaguardada, quando se efetive a sua execução. A proteção e beneficiação dos recursos hídricos está já assegurada através da implementação do PGRH até 2027, cuja responsabilidade de execução e gestão pertence maioritariamente à Agência Portuguesa do Ambiente, sendo, contudo, crucial a participação de várias entidades, entre as quais a autarquia de Matosinhos, de modo a se atingir o bom estado das massas de água até 2027, e assim permitir a sua utilização para fins lúdicos e atividades turísticas. Atualmente o estado das massas de água superficiais interiores e subterrâneas é “Mau” e “Medíocre” em toda a bacia do Leça onde se desenvolve o município de Matosinhos, pelo que a ação conjunta das várias entidades públicas é premente.

Considerando que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica presente no concelho de Matosinhos, da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem, perspetiva-se que os efeitos do plano potenciem cada vez mais esta integração e articulação paisagística dos elementos e a proteção e valorização dos valores patrimoniais existentes.

Vulnerabilidades e Riscos

Em termos gerais, a revisão PDM Matosinhos salvaguarda as questões cruciais relativas a este fator de sustentabilidade, perspetivando através das suas opções estratégicas concretizadas em objetivos e ações, uma evolução positiva ao nível dos sistemas de prevenção e minimização dos riscos a fenómenos naturais (riscos naturais), bem como associados às alterações climáticas.

Importa destacar, no entanto, os riscos naturais associados a galgamentos costeiros, precipitação excessiva (cheias e inundações), temperaturas baixas/ondas de frio, tempestades/ tornados e ventos fortes.

No que concerne aos riscos tecnológicos importa destacar a proximidade de indústrias com grau de perigosidade muito elevada a equipamentos, sociais, educacionais e de saúde.

Ao nível da capacidade de adaptação e resiliência às alterações climáticas, a revisão PDM Matosinhos internalizou projetos que resultarão em efeitos positivos no domínio dos riscos naturais e consequentemente da capacidade de resiliência e adaptação do território ao seu potencial agravamento como resultado de fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos.

Acessibilidade e Mobilidade

Atualmente o concelho de Matosinhos dispõe de um Plano de Mobilidade e Transportes que define uma estratégia e ações para o setor. Contudo, a proposta de PDM apresentar um conjunto vasto de medidas integradas num eixo estratégico cuja finalidade é promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável, e definindo várias ações de reforço das condições infraestruturais e equipamentos destinados aos modos ativos e melhoria das redes de interfaces municipais, definição da estratégia de localização para equipamentos de proximidade, e de reformulações nos arruamentos que estão em linha com a estratégia definida pelo PMT e que, de acordo com a avaliação de efeitos realizada no presente relatório, poderá concorrer para o acréscimo de frequência na utilização destes modos suaves, para a redução ou descongestionamento do tráfego rodoviário privado, promovendo assim a mitigação dos efeitos negativos associados à emissão de poluentes atmosféricos ou gases com efeito de estufa, redução da pegada de carbono associada aos transportes, e efeitos positivos para a saúde humana e melhoria global da qualidade de vida.

Por fim, não obstante os efeitos positivos identificados, e tendo em consideração algumas opções de intervenção do Plano, é apresentado pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e colmatar algumas opções do modelo proposto.

2. Introdução

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica¹ (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

Neste contexto, a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) ao caso específico da revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Matosinhos é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida. Por outro lado, o propósito do PDM Matosinhos confere à AAE um carácter singular, no sentido de maximizar oportunidades e minimizar as ameaças associadas não só ao próprio plano, mas também ao processo de desenvolvimento local.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados. Nesse quadro, a metodologia para a AAE da proposta de revisão PDM Matosinhos pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 2.1).

¹ Um documento da antiga Direção-Geral do Ambiente refere que “embora o termo “estratégica” não figure nem no título nem no texto da diretiva, esta é frequentemente designada por “Diretiva Avaliação Ambiental Estratégica” (ou Diretiva AAE), porque se trata da avaliação ambiental a um nível mais estratégico do que o dos projetos (que são tratados na Direção de Avaliação de Impacte Ambiental) (CE, 2004).

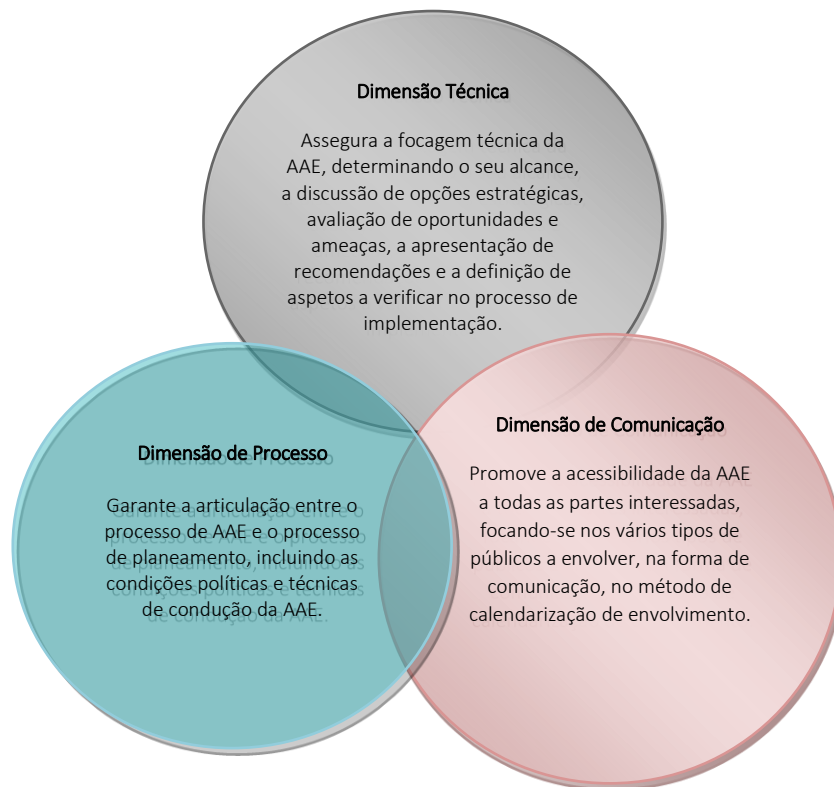


Figura 2.1 | Dimensão da AAE.

A incorporação das várias dimensões no processo de AAE é desenvolvida na descrição metodológica e dota todo o processo de análise da flexibilidade necessária para adaptação a diferentes tipologias de planos e programas.

3. Objetivos e metodologia

3.1. Objetivos

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º).”

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do plano em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, a AAE visa três objetivos muito concretos:

- Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

Na sequência dos objetivos preconizados, a AAE permitirá concretizar dois tipos de influência no processo de elaboração e implementação da revisão PDM Matosinhos:

- Influência na forma final da revisão PDM Matosinhos, de modo a que este possa privilegiar opções que potenciem efeitos ambientais positivos, em alternativa a outras que se identifiquem como causadores de efeitos ambientais negativos;
- Influência na implementação e na monitorização estratégica da revisão PDM Matosinhos, através da apresentação de recomendações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental e de uma proposta de programa de monitorização que permita um eficaz acompanhamento da sua execução no domínio do ambiente e sustentabilidade.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente a elaboração e implementação da revisão PDM Matosinhos, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo de gestão territorial proposto para a área de intervenção.

3.2. Metodologia

3.2.1. Enquadramento

Apresenta-se neste subcapítulo uma síntese da metodologia adotada para o presente processo de AAE (desenvolvida de forma mais detalhada em sede do Relatório de Definição de Âmbito), que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor.

Neste contexto, o esquema da Figura 3.1 ilustra o encadeamento do processo de AAE e sistematiza as etapas bases da metodologia adotada, expressas na legislação.

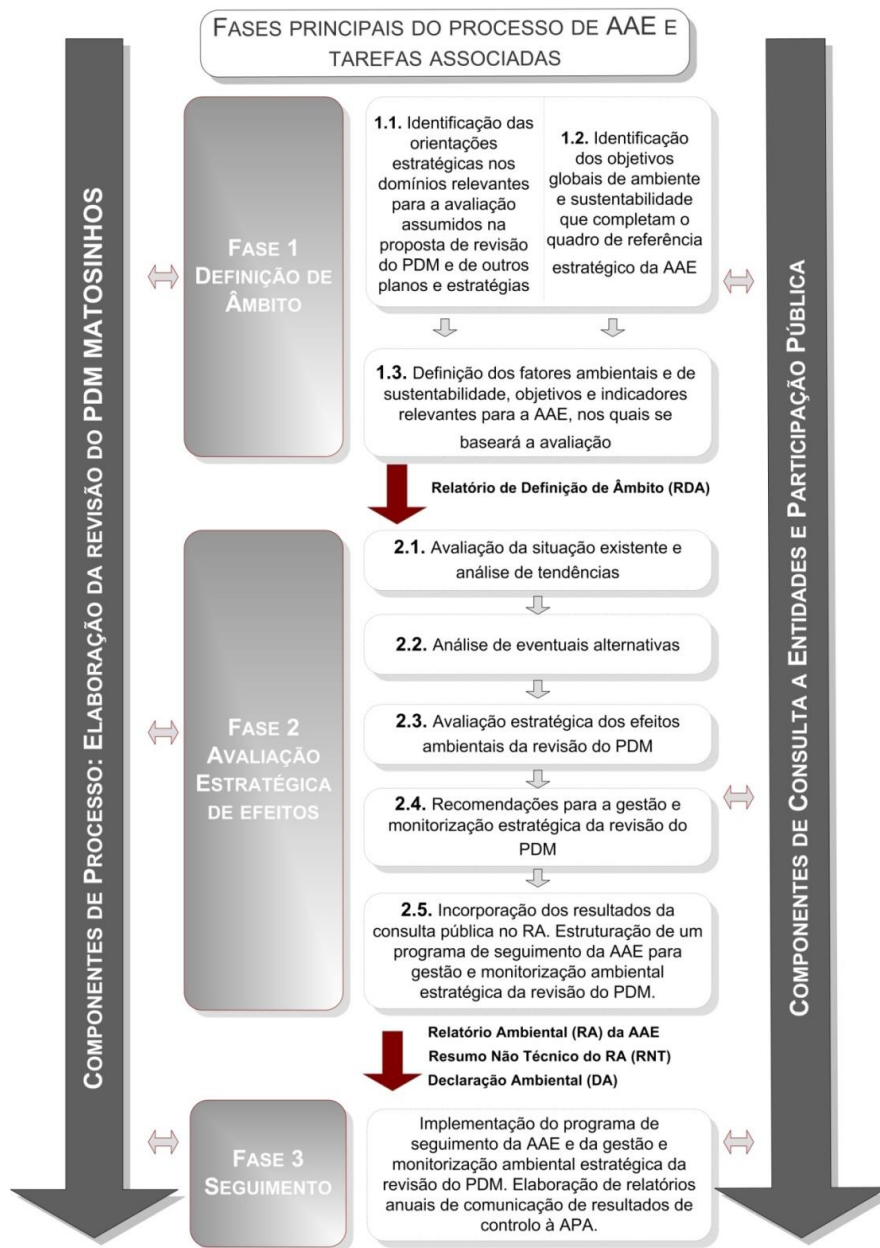


Figura 3.1 | Etapas da AAE previstas na legislação.

3.2.2. Procedimentos Metodológicos

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia adotada para o presente processo de AAE, que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor, apresentando três momentos distintos: 1 | Definição de Âmbito, 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos e 3 | Seguimento.

Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior)

Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (fatores de sustentabilidade – FS) com base nos quais se processa a AAE propriamente dita (durante a Fase 2).

A Fase 1 é, pois, uma fase de reflexão, de discussão e de aprofundamento de informação de natureza diversa.

A Figura 3.2 ilustra o caminho que permitiu definir o âmbito da avaliação a realizar, com base na ponderação de um conjunto de questões ambientais, presentes no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e de outros elementos desenvolvidos.

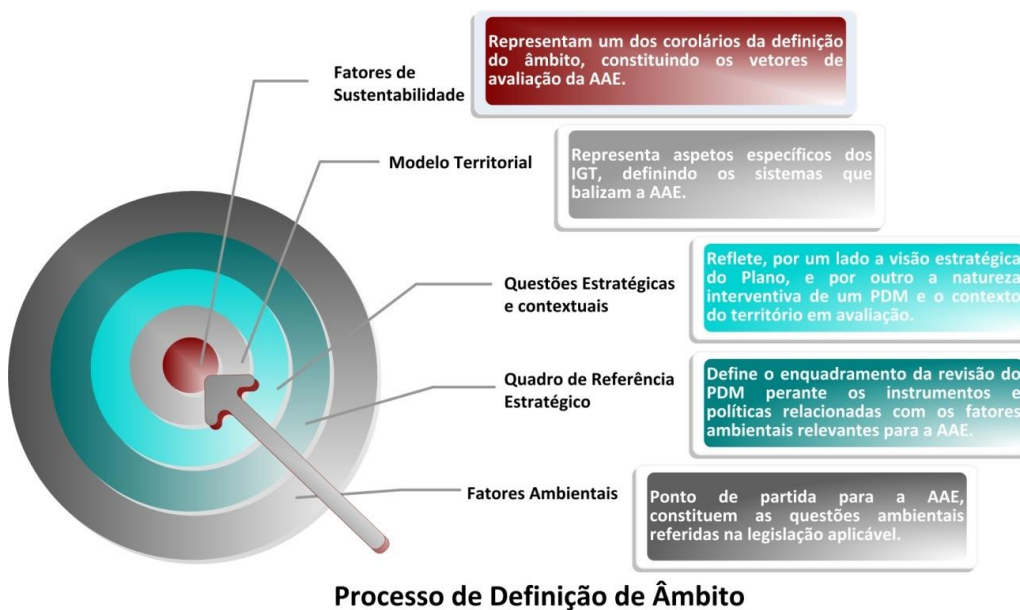


Figura 3.2 | Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade.

Desta análise integrada, articulada com a ponderação dos pareceres recebidos no seguimento da consulta do RDA a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração da revisão PDM Matosinhos, bem como com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores de Sustentabilidade (FS) relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta de revisão PDM Matosinhos.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo produto é o Relatório Ambiental (RA), aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os Fatores de Sustentabilidade que permitem ter uma visão abrangente e tão analítica quanto possível.

O conteúdo do RA e a sua organização refletem uma preocupação da equipa de trabalho da AAE que procura privilegiar o que se considera ser a mais-valia duma AAE: a visão prospetiva acompanhada de recomendações claras, objetivas e que permitam uma leitura fácil e incorporação ágil das suas principais conclusões. Neste contexto, interessa pois atuar precisamente numa perspetiva mais alargada e numa abordagem integrada a nível estratégico da decisão, que constitua como unidades elementares de avaliação as bases estratégicas do Plano.

Assim, e no seguimento das propostas de intervenção alternativas ou opcionais que foram consideradas, foi então desenvolvida a análise por FS (Figura 3.3) que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

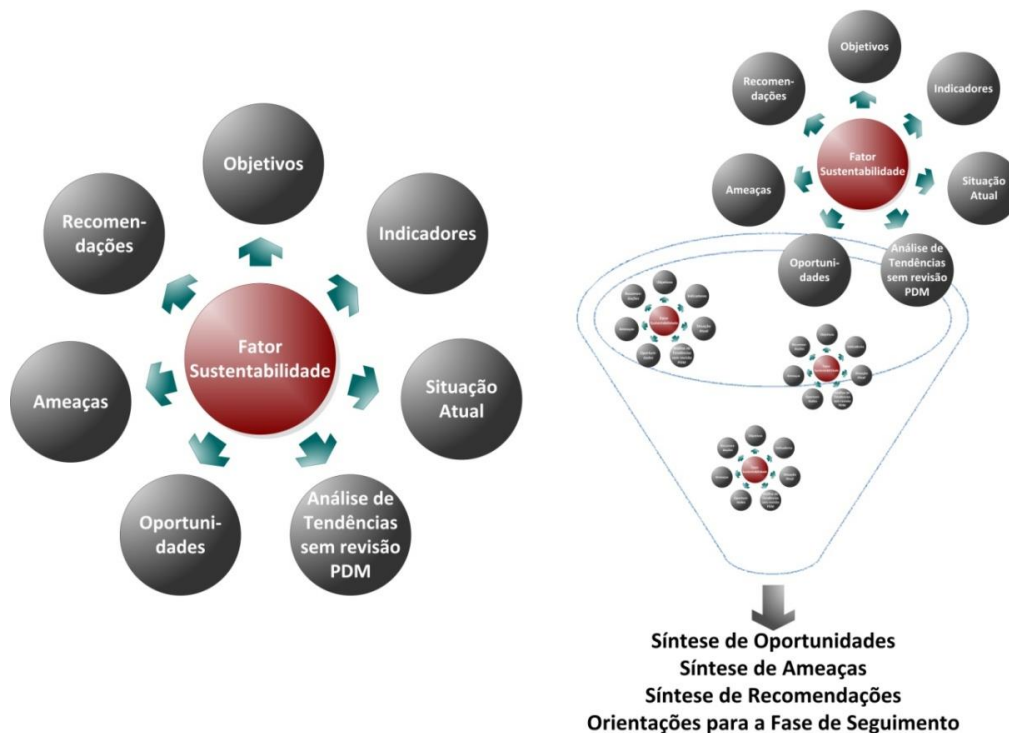


Figura 3.3 | Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade.

Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação do Plano), foi elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a todas as ERAE, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;

- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de revisão PDM Matosinhos (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

De salientar que para além do envio da DA à APA e às ERAE, a DA deve ser disponibilizada ao público em geral, pela Câmara Municipal, na sua página Internet.

Fase 3 | Seguimento

Esta etapa, que começa após a aprovação e publicação da proposta de revisão PDM Matosinhos e início da sua implementação, consiste essencialmente na avaliação e controlo dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano, e verificação da efetiva adoção das medidas constantes na DA. Serão utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no RA, e que se deverão articular em duas dimensões de atuação:

- O da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise – Monitorização Territorial;
- O da monitorização da implementação das conclusões emanadas do RA (do ponto de vista das oportunidades e ameaças identificadas, bem como das recomendações) – Monitorização Estratégica.

Em síntese, a Figura 3.4 apresenta a articulação metodológica entre a componente de planeamento e de avaliação ambiental estratégica definida para o processo de elaboração e aprovação da revisão PDM Matosinhos.

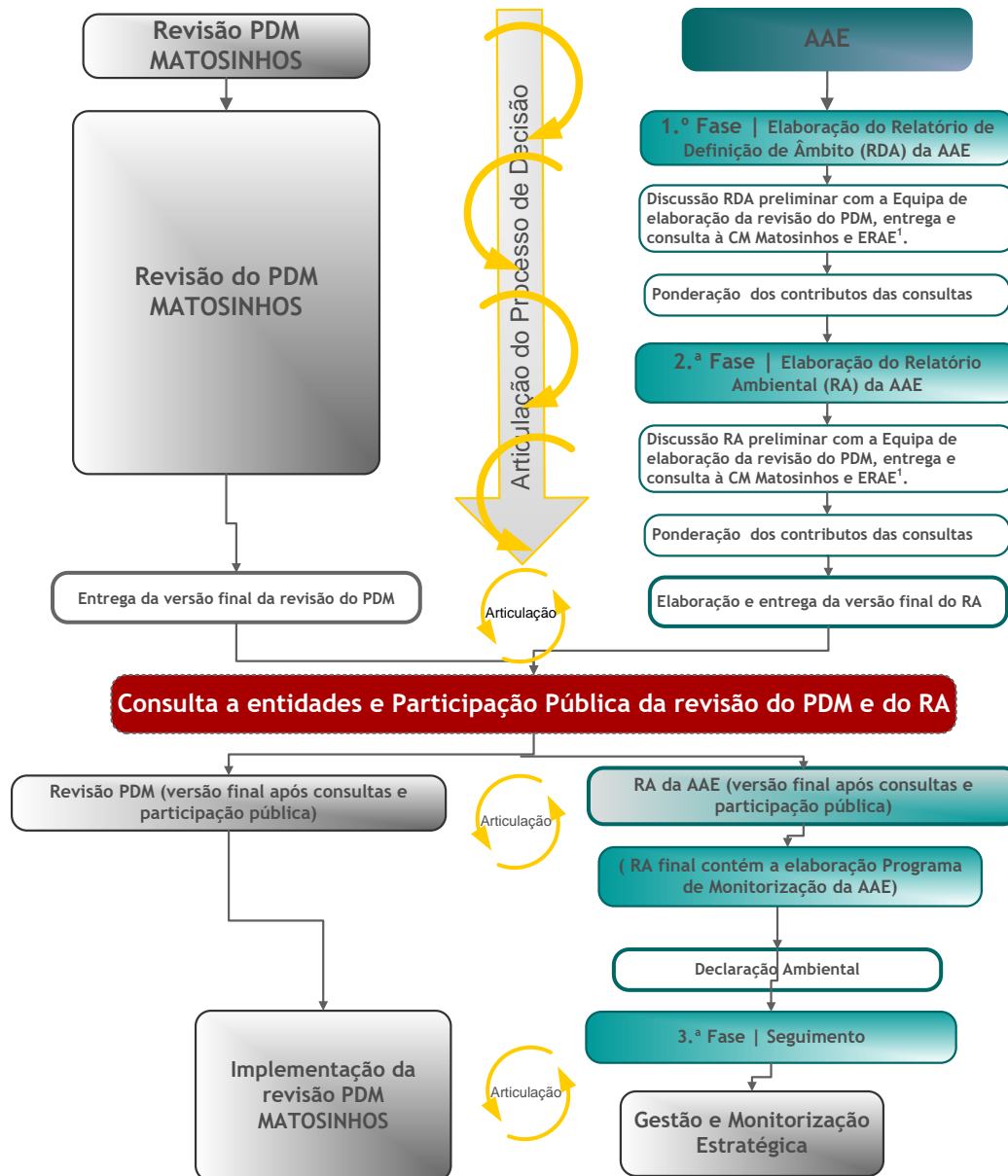


Figura 3.4 | Articulação entre os processos de desenvolvimento da revisão PDM Matosinhos e da AAE.

4. Objeto de Avaliação

4.1. Descrição do Objeto de Avaliação

Tendo em conta que o Plano Diretor Municipal de Matosinhos foi aprovado e publicado através do Despacho 92/92, de 3 de setembro, tendo sido sujeito a duas alterações em 2001 e 2002, torna-se premente uma atualização deste instrumento de gestão territorial, tanto a nível territorial como regulamentar.

Neste contexto, a proposta de revisão PDM Matosinhos, define cinco Vetores de Orientação Estratégica, a que correspondem Objetivos Estratégicos, cada um com objetivos gerais e respetivas ações programadas, estruturadas pelas respetivas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que concretizam a revisão PDM Matosinhos - estrutura onde assenta o modelo de ordenamento do território municipal assumido. Os vetores, os objetivos estratégicos, os objetivos gerais e as ações programadas serão os principais objetos de avaliação de efeitos, na presente AAE (Quadro 4.1), contudo para avaliação destes objetivos estratégicos, será tida em consideração toda a estrutura de modelo definida e apresentada em anexo (Anexo 12.4, Quadro A.12.4).

Quadro 4.1 | Vetores e Objetivos Estratégicos da presente proposta de revisão PDM Matosinhos a serem sujeitos a avaliação de efeitos ambientais pela presente AAE

VETOR		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	Valorizar os recursos naturais e a paisagem	Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável
INDUÇÃO ECONÓMICA	Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I)	Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica
		Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica
QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	Qualificar os ambientes urbanos	Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social
		Promover a coesão do espaço urbano
MOBILIDADE E TRANSPORTES	Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável	Melhorar as condições de acessibilidade
		Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos
GOVERNANÇA	Promover a construção coletiva do território	Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento
		Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional

O Programa de Execução é organizado através de seis UOPG que cobrem a totalidade do território do município e permitem a definição de um programa coerente de projetos estruturantes – Projetos Territoriais - constituídos pelas ações indicadas no presente programa ou por outras que, de um modo igual ou relevante, prossigam os objetivos estratégicos do PDMM e concorram para a concretização do modelo de ordenamento preconizado (Tabela 1 – Matriz estratégica).

Para cada uma das 6 UOPG foram definidos os Projetos Territoriais (Figura 4.1), que agrupam e integram as ações identificadas na Figura 4.2, na qual se pode verificar a sua particular concorrência para os objetivos estratégicos e gerais do Plano.

Nos pontos seguintes identificam-se, por UOPG, os objetivos gerais que caracterizam cada Projeto Territorial.

UOPG 1

- **Projeto Territorial - PARQUE RURAL DE LAVRA E PERAFITA**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a qualificação e defesa do espaço rural
- Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades
- Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos
- Assegurar a continuidade urbano-rural

- **Projeto Territorial - FAIXA ATLÂNTICA NORTE**

OBJETIVOS GERAIS

- Valorizar o sistema natural costeiro
- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Reforçar e capitalizar o potencial turístico e o património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional

- **Projeto Territorial - O DISPERSO MAIS PERTO 1**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Reordenar e requalificar a atividade económica
- Promover a fixação de atividades económicas em complemento da habitação
- Assegurar a continuidade urbano-rural
- Promover a qualidade das novas intervenções urbanas
- Rentabilizar, projetar, capacitar as redes de equipamentos coletivos e infraestruturas
- Reabilitar o espaço urbano
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

UOPG 2

- **Projeto Territorial - PARQUE VERDE DO VALE DO LEÇA**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a qualificação e a defesa do espaço rural
- Recuperar e valorizar o vale do Leça

- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades
- Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos
- Reforçar e capitalizar o potencial turístico e o património histórico-cultural.
- Assegurar a continuidade urbano-rural
- **Projeto Territorial - O DISPERSO MAIS PERTO 2**
 - OBJETIVOS GERAIS
 - Promover os espaços verdes de utilização coletiva
 - Promover a fixação de atividades económicas em complemento da habitação
 - Reordenar e requalificar a atividade económica
 - Assegurar a continuidade urbano-rural
 - Promover a qualidade das novas intervenções
 - Rentabilizar, projetar, capacitar as redes de equipamentos coletivos e infraestruturas
 - Reabilitar o espaço urbano
 - Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
 - Melhorar as condições de acessibilidade
 - Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

UOPG 3

- **Projeto Territorial - PÓLO ECONÓMICO DO FREIXIEIRO**
 - OBJETIVOS GERAIS
 - Promover a instalação de novas atividades económicas
 - Reordenar e requalificar a atividade económica
 - Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico
 - Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade
 - Rentabilizar, projetar, capacitar as redes de equipamentos coletivos e infraestruturas
 - Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- **Projeto Territorial - FAIXA ATLÂNTICA DAS AREIAS ALTAS**
 - OBJETIVOS GERAIS
 - Valorizar o sistema natural costeiro
 - Reforçar e capitalizar o potencial turístico e o património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional
 - Rentabilizar, projetar, capacitar as redes de equipamentos coletivos e infraestruturas
- **Projeto Territorial - COESÃO URBANA 3**
 - OBJETIVOS GERAIS
 - Promover os espaços verdes de utilização coletiva
 - Rentabilizar, projetar, capacitar as redes de equipamentos coletivos e infraestruturas
 - Reabilitar o espaço urbano

- Assegurar a continuidade urbano-rural
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

UOPG 4

- **Projeto Territorial - CIDADE ATLÂNTICA**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Reordenar e requalificar a atividade económica
- Reforçar e capitalizar o potencial turístico, o património histórico-cultural, a restauração, a indústria de lazer e o comércio tradicional
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas
- Reabilitar o espaço urbano
- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

- **Projeto Territorial - COESÃO URBANA 4**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas
- Reabilitar o espaço urbano
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

UOPG 5

- **Projeto Territorial - CIDADE NOVA**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Promover os espaços verdes públicos
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

- **Projeto Territorial - COESÃO URBANA 5**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Reordenar e requalificar a atividade económica
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover a fixação de atividades económicas em complemento da habitação
- Promover os espaços verdes de utilização pública
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas
- Reabilitar o espaço urbano
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

UOPG 6

- **Projeto Territorial - CIDADE NASCENTE**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Reordenar e requalificar a atividade económica
- Promover a fixação de atividades económicas em complemento da habitação
- Reforçar e capitalizar o potencial turístico, o património histórico-cultural, a restauração, a indústria de lazer e o comércio tradicional
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas
- Reabilitar o espaço urbano
- Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- Melhorar as condições de acessibilidade
- Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

- **Projeto Territorial - ARCO VERDE DE SÃO MAMEDE**

OBJETIVOS GERAIS

- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Promover a instalação de novas atividades económicas
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas

- **Projeto Territorial - COESÃO URBANA 6**

OBJETIVOS GERAIS

- Reordenar e requalificar a atividade económica
- Promover a fixação de atividades económicas em complemento da habitação
- Promover a qualidade das novas intervenções
- Promover os espaços verdes de utilização coletiva
- Rentabilizar / projetar / capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas

- o Reabilitar o espaço urbano
- o Promover a acessibilidade a todos os locais e a mobilidade sustentável
- o Melhorar as condições de acessibilidade
- o Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos

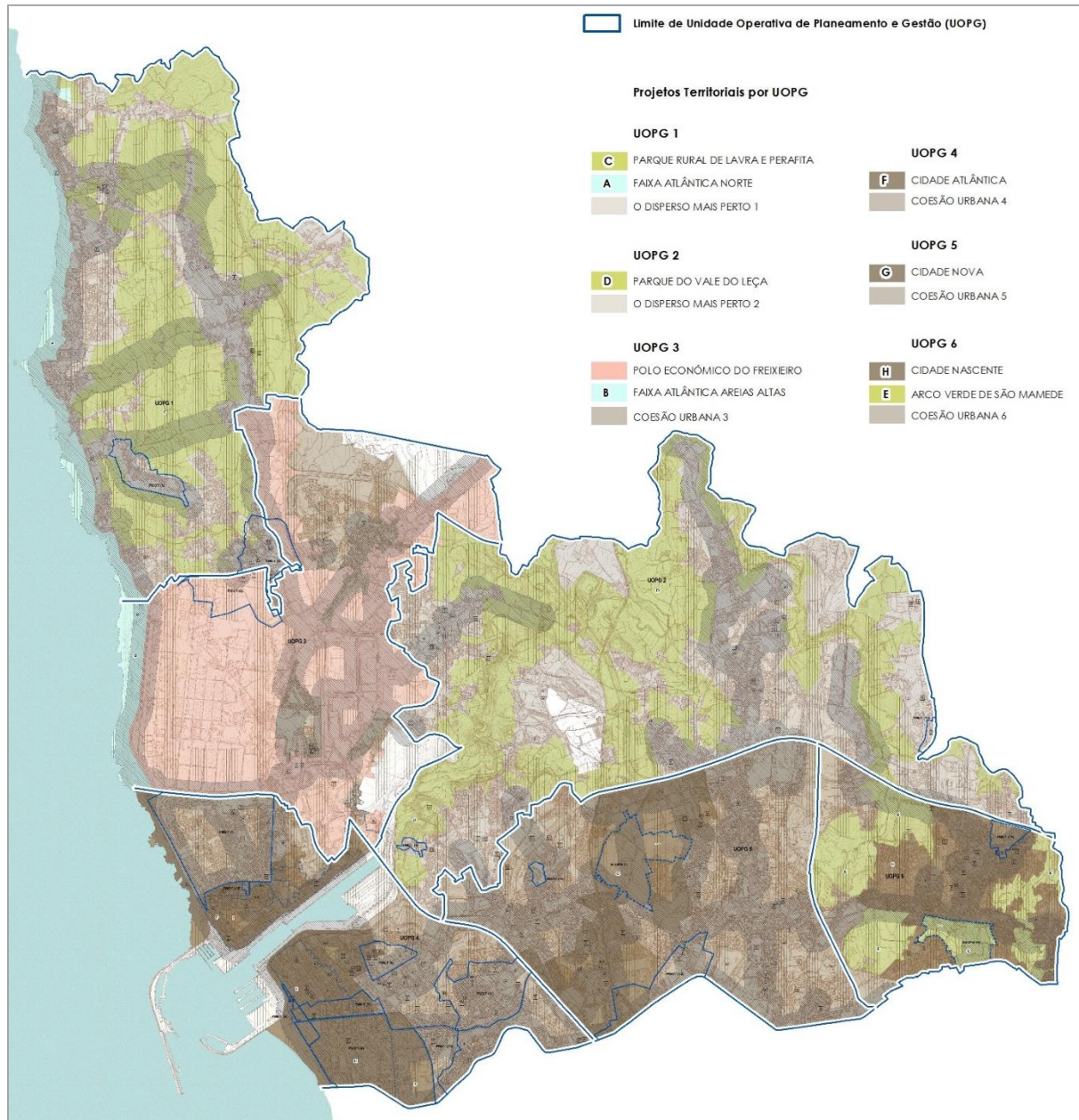


Figura 4.1 | Planta de Ordenamento II - Programação do Solo: Delimitação das UOPG e Projetos Territoriais (Fonte: Proposta de revisão PDMM)

VETOR	FINALIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO GERAL
A - QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	Valorizar os recursos naturais e a paisagem	Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável	A 1.1 Promover a qualificação e defesa do espaço rural
			A 1.2 Valorizar o sistema natural costeiro
			A 1.3 Recuperar e valorizar o vale do Leça
			A 1.4 Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades
			A 1.5 Promover os espaços verdes de utilização coletiva
			A 1.6 Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos
			A 1.7 Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade
			A 1.8 Prossecutar a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES
			A 1.9 Prossecutar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC
E - INDUÇÃO ECONÓMICA <i>Promover os setores e a atividade económica, com recurso à produção científica e tecnológica (ISEDT)</i>		Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica	E 1.1 Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho
			E 1.2 Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico
			E 2.1 Promover a instalação de novas atividades económicas
			E 2.2 Reforçar e capitalizar o potencial turístico, o património histórico-cultural, a restauração, a indústria de lazer e o comércio tradicional
U - QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA	Qualificar os ambientes urbanos	Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social	U 1.1 Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial
			U 1.2 Rentabilizar / Prorjetar / Capacitar as redes de Equipamentos e Infraestruturas, face à distribuição e necessidade da população.
			U 1.3 Prossecutar a Estratégia Local de Habitação - ELH
		Promover a coesão do espaço urbano	U 2.1 Reabilitar o espaço urbano
			U 2.2 Assegurar a continuidade urbano – rural
			U 2.3 Promover a qualidade das novas intervenções urbanas
MT - MOBILIDADE E TRANSPORTES <i>Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável</i>		Melhorar as condições de acessibilidade	MT 1.1 Aproximar as pessoas e as atividades
			MT 1.2 Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público
		Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos	MT 2.1 Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais
			MT 2.2 Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta
			MT 2.3 Aumentar a competitividade do Transporte Público
			MT 2.4 Reestruturar o sistema rodoviário
G - GOVERNÂNCIA <i>Promover a construção coletiva do território</i>		Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento	G 1.1 Promover a participação da sociedade civil
			G 1.2 Reforçar as parcerias entre a Autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já constituídas
			G 1.3 Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança
		Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional	G 2.1 Estabelecer Planos de Trabalho Integrados, cooperação e troca de experiências / "Boas-práticas" (parceria interna e externa)
			G 2.2 Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atividade junto de públicos internos e externos

Figura 4.2 | Matriz estratégica (Fonte: Proposta de revisão PDMM)

Juntamente com as ações patentes na proposta de Programa de Execução (Matriz Programática) do PDM Matosinhos, serão estes os conteúdos estratégicos que irão constituir o objeto de análise dos potenciais efeitos ambientais para cada uma das áreas temáticas definidas e apresentadas neste RA.

4.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial

A revisão PDM Matosinhos apresenta como área de intervenção o Concelho de Matosinhos. Este concelho, integrado no distrito do Porto e na sub-região NUTS II do Grande Porto, possui uma área territorial de 62,3 km² (6220 hectares), com uma altitude máxima de 132 metros. Pertence ainda à Grande Área Metropolitana do Porto e é um concelho subdividido atualmente em quatro Uniões de Freguesias (que agregam as dez freguesias em que estava dividido anteriormente), onde residiam em 2011 cerca de 175.478 habitantes (de acordo com os censos de 2011), e onde as principais projeções demográficas apontavam para uma diminuição no concelho, acompanhando o movimento de decréscimo da população do país (Figura 4.3). O município é limitado a norte pelo município de Vila do Conde, a nordeste pela Maia, a sul pelo Porto e a oeste tem costa no oceano Atlântico. No litoral da cidade situa-se o Porto de Leixões, o maior porto artificial de Portugal e principal porto marítimo da Área Metropolitana do Porto. Parte do Aeroporto Internacional do Porto abrange os limites municipais.

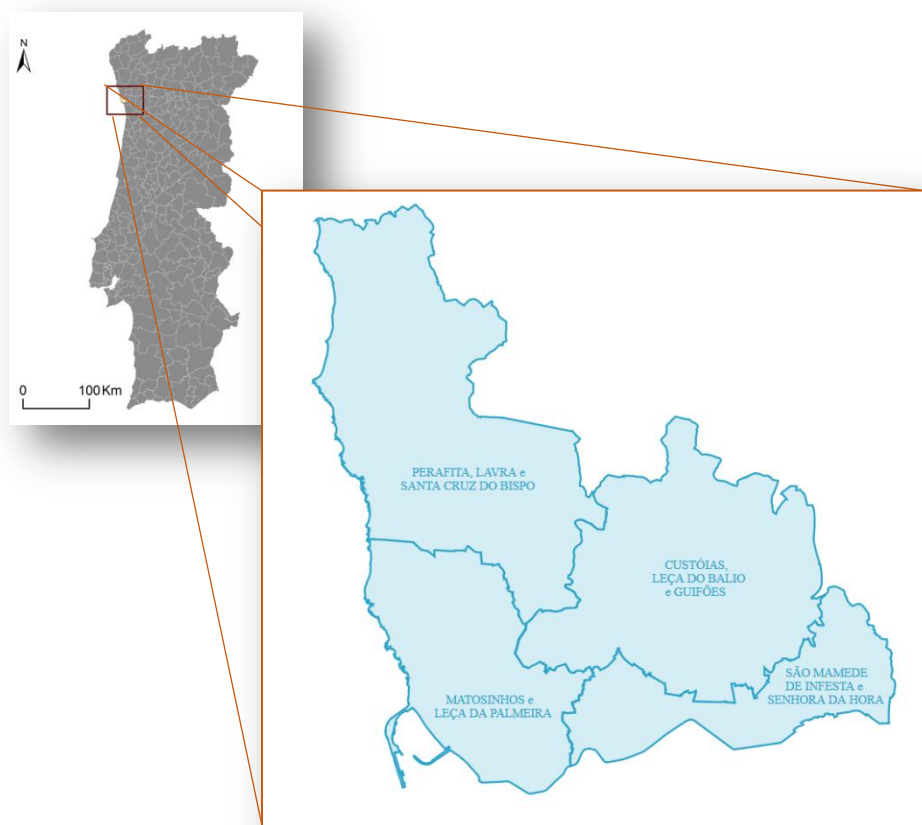
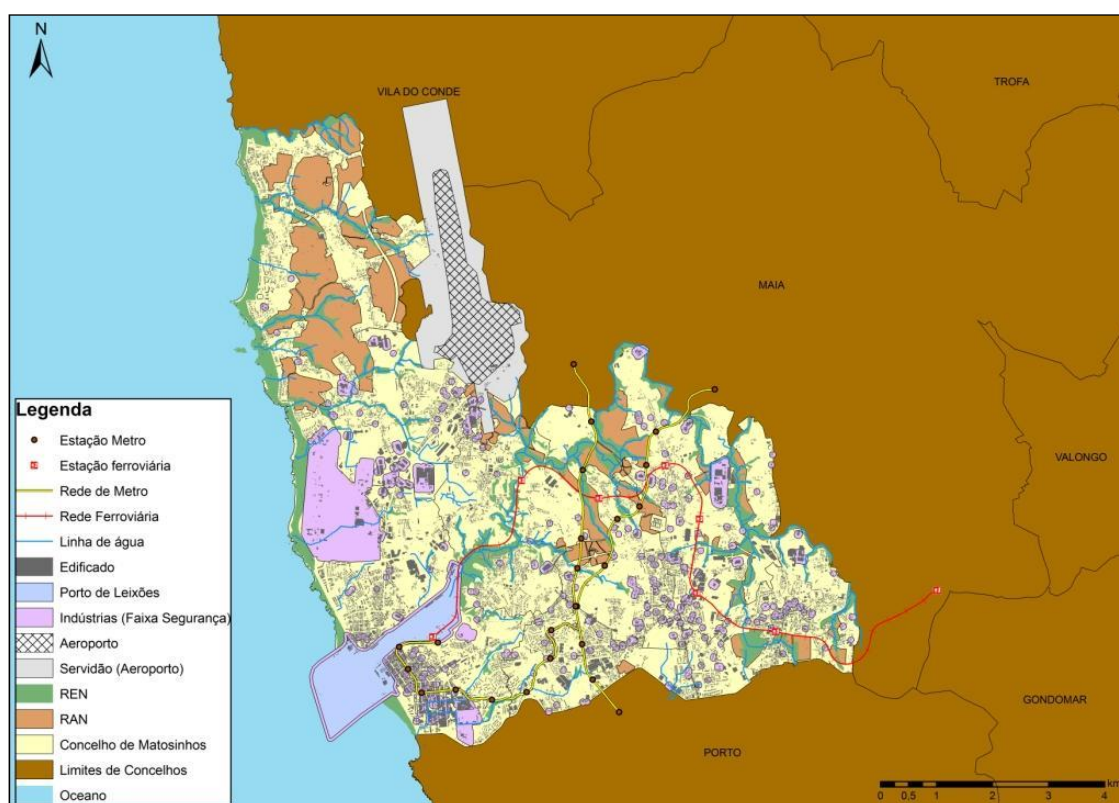


Figura 4.3 | Enquadramento geográfico da área de intervenção da revisão PDM Matosinhos.

Do ponto de vista geomorfológico, a Região onde o município de Matosinhos está implementado caracteriza-se, por ordem decrescente de representatividade, por granitos, xistos, granodioritos e diversas rochas afins destas florescências rochosas.

No interior da área de intervenção importa destacar a existência de uma grande percentagem de solo utilizado para fins comerciais, habitacionais, industriais e equipamentos coletivos, pelo que se pode identificar o concelho de Matosinhos como sendo eminentemente um concelho urbano. O solo destinado a zonas verdes e proteção ambiental está essencialmente concentrado nas proximidades ao rio Leça que desagua junto ao Porto de Leixões (Figura 4.4).



Fonte: CAOP, 2011.

Figura 4.4 | Área de Intervenção do PDM Matosinhos.

Do ponto de vista hidromorfológico, importa destacar o rio Leça, que constitui o principal curso de água superficial que atravessa a área de intervenção. O rio Leça nasce no lugar de Redundo, freguesia de Monte Córdova, no concelho de Santo Tirso, a uma altitude de 475 m, percorrendo 46,750 Km desde a nascente até à foz, no porto de Leixões, em Matosinhos, onde desagua no Oceano Atlântico. No seu percurso, atravessa sucessivamente os concelhos de Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. A sua bacia hidrográfica, ou seja, a área que é drenada pelo rio Leça e pelos seus afluentes, compreende uma superfície de 190 Km² e é delimitada a norte pela bacia do rio Ave e a sul pela bacia do rio Douro. Os ecossistemas aquáticos, ripícolas e terrestres associados à bacia hidrográfica do rio Leça encontram-se fortemente alterados devido à inserção da mesma numa área fortemente industrializada e com aglomerados populacionais de elevada densidade e extensividade, pelo que a qualidade paisagística desta zona é reduzida.

Na área de intervenção, além do rio Leça, importa destacar também a existência de algumas ribeiras com importância local, que são descritas com maior detalhe no capítulo 6.3.

Relativamente à biodiversidade natural existente na área de intervenção, importa referir que não coexistem espécies com estatuto de ameaçadas. Previamente à degradação do rio Leça ocorria uma grande variedade de peixes, tais como, barbos, bogas, escalos e, em menor quantidade, trutas, sendo a pesca uma atividade muito praticada no Leça. Próximo do mar, em maré-alta, era possível observar ainda tainhas, múgens e outras espécies de peixe miúdo. A flora espontânea mais comum ainda existente e com valor ecológico são as florestas-galeria de amieiro (*Alnus glutinosa*), carvalho (*Quercus robur*) e salgueiro (*Salix spp*). Na área da bacia hidrográfica foram referenciadas, embora sem confirmação no terreno, as seguintes espécies de mamíferos: toupeira-d'água, o musaranho-anão e a doninha. Das espécies de répteis, as seguintes são consideradas potencialmente ocorrentes na área em análise: licranço, sardão, lagarto-d'água, lagartixa, cobra-d'água-viperina, cobra-d'água-de-colar. Quanto aos anfíbios, podem ocorrer as seguintes espécies: salamandra-lusitânica, salamandra de pintas amarelas, tritão de patas espalmadas, tritão marmorado, sapo parteiro, discoglossos, sapo de unha negra, sapo, sapo corredor, réla, rã-ibérica e a rã-verde. O facto de as águas do Leça se apresentarem bastante contaminadas a nível orgânico e industrial torna a ocorrência dos anfíbios, atualmente rara. Não havendo referência de anfíbios no curso do rio, estima-se que apenas algumas destas espécies possam ser encontradas nos troços iniciais e nalguns dos seus afluentes.

A área de intervenção (AI) do PDM Matosinhos caracteriza-se por uma forte densidade urbana, com edifícios destinados na sua maioria a habitação unifamiliar e plurifamiliar, bem como estabelecimentos de comércio e serviços. Matosinhos foi até recentemente um município fortemente industrializado, que tem vindo a passar a ser um município com investimento essencialmente dedicado ao setor terciário. No entanto, ainda mantém a atividade de refinação petrolífera, bem como outras indústrias de relevo como as indústrias alimentares e conserveiras, os têxteis e de material elétrico. É ainda uma cidade com uma grande tradição e atividade piscatória. Todas estas atividades são fortemente dinamizadas pela existência na área de intervenção do porto de Leixões, o maior porto artificial de Portugal, construído nos finais do século XIX. É também nesta cidade, mais concretamente na freguesia de Leça da Palmeira, que se localiza a Exponor, o maior recinto de feiras empresariais do País.

De acordo com os Censos 2011, o concelho de Matosinhos regista cerca de aproximadamente 175 mil habitantes (Quadro 6) e atualmente as duas Uniões de Freguesia mais populosas são Senhora da Hora/S. Mamede de Infesta e Matosinhos/ Leça da Palmeira, com respetivamente 29% e 28% do concelho, com as maiores densidades demográficas do concelho (5 964 e 4 138 hab/km²). A União de Freguesias de Custódias/ Leça do Balio / Guifões acolhe 26% dos residentes do concelho contudo densidade populacional é significativamente mais baixa que as referidas anteriormente, na ordem dos 2 430 hab/km². Em contraponto, a União das Freguesias de Perafita/Lavra/Santa Cruz do Bispo, com a maior percentagem de solo rural, apresenta a menor representatividade ao nível da população residente do concelho.

Do ponto de vista da evolução demográfica, verifica-se que a maioria das anteriores freguesias regista saldos demográficos positivos e crescentes nas duas últimas décadas, com

exceção da freguesia de Guifões que tem perdido população sucessivamente desde 1991, apesar de na última década a perda foi substancialmente menor (Quadro 4.2).

A anterior freguesia de Matosinhos perdeu população apenas na década de 90, apresentando atualmente uma tendência crescente. Já as anteriores freguesias de São Mamede de Infesta e Santa Cruz do Bispo observaram perdas populacionais apenas na última década (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 | Densidade Populacional entre 1991 e 2011 no concelho de Matosinhos

TERRITÓRIO	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB/KM ²)		
	1991	2001	2011
Custóias	2 445,0	2 985,0	3 083,0
Leça do Balio	1 578,1	1 726,1	1 935,1
Guifões	2 968,8	2 632,1	2 580,2
Perafita	1 908,0	1 418,5	1 569,4
Lavra	863,5	913,4	974,1
Santa Cruz do Bispo	1 521,4	1 678,0	1 584,3
Matosinhos	6 208,0	5 935,0	6 455,0
Leça da Palmeira	2 179,5	2 404,3	2 584,1
São Mamede Infesta	4 238,0	4 874,1	4 238,0
Senhora da Hora	5 402,2	7 173,8	7499,2

Fonte: INE, Censos 2011

De 1991 a 2013, a população residente em Matosinhos registou uma alteração significativa na sua estrutura etária, o que refletiu uma mudança na tipologia da pirâmide etária, que de adulta passou a envelhecida. De facto, se se considerar o período 1991 a 2013 verifica-se uma diminuição da faixa etária das crianças e adolescentes (dos 0 aos 14 anos), para 7% e uma diminuição também do grupo dos jovens (dos 15 aos 24 anos), para 6%. A faixa dos adultos (dos 25 aos 64 anos) e a faixa da terceira idade (+ de 65 anos) aumentaram para 5% e 8% respetivamente.

Importa ainda referir que a população residente no concelho de Matosinhos, maioritariamente trabalha no setor terciário (53%), situação que se acentuou fortemente nas últimas duas décadas (67% e 79%), o que corresponde à forte terciarização da economia do concelho e dos concelhos limítrofes.

Em 2001 e 2011, a população de Matosinhos que trabalhava no setor primário correspondia apenas a 1% e em 2001 a 20% no setor secundário.

Relativamente ao edificado de acordo com os dados de 2001 a 2011, no concelho de Matosinhos a densidade dos edifícios no concelho sofreu uma redução de 544 edifícios para 539 por Km² e um aumento da densidade de alojamentos, passando de 1.096 para 1.317 por Km². As anteriores freguesias de Leça da Palmeira, Matosinhos, S. Mamede Infesta, Sr^a da Hora e St^a Cruz do Bispo registaram diminuição da densidade dos edifícios, no entanto as quatro primeiras registaram um aumento mais significativo, o que indicou uma maior concentração destes, tendencialmente optando pelos edifícios plurifamiliares e Santa Cruz do Bispo embora tenha registado o mesmo comportamento, o aumento da densidade de alojamentos foi bastante mais ténue. As restantes anteriores freguesias registaram aumento da densidade de edifícios e da densidade de alojamentos em valores mais moderados.

Ao nível dos alojamentos familiares segundo a forma de ocupação, especificamente no que concerne aos alojamentos de residência habitual, não clássicos (barracas e outros), houve uma redução do número dos mesmos. No que respeita aos alojamentos de uso sazonal ou

secundário assim como os vagos sofreram um aumento em cerca do dobro, no período de 1991 a 2011.

A área de intervenção dispõe de uma boa rede de acessibilidades. Ao nível das acessibilidades rodoviárias, o concelho dispõem, no sentido Norte-Sul, da Autoestrada Porto-Caminha (A28) e da N14 (Via Norte), que permitem ligação à Via de Cintura Interna do Porto (VCI). No sentido Oeste-Este, dispõem da Autoestrada Porto-Amarante (A4/IP4) e Autoestrada Ermida-Lousada (A41/IC24), ambas com ligação à Autoestrada Apúlia-Castelões (A11/IC14).

Ao nível ferroviário, o município dispõem de cinco estações de comboio, designadamente, Custóias, Leça do Balio, Santa Cruz do Bispo, Araújo e Leixões. O serviço de Metro, centralizado na estação da Senhora da Hora, permite ligações frequentes ao centro de Matosinhos (Sr. de Matosinhos), Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Póvoa de Varzim, Maia e Porto.

Em termos gerais, e de acordo com as informações preliminares recolhidas, identificam-se as seguintes potencialidades e constrangimentos na área de intervenção (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 | Principais potencialidades e constrangimentos existentes no concelho de Matosinhos

POTENCIALIDADES	CONSTRANGIMENTOS
- Localização geoestratégica do concelho.	- Ausência de estrutura urbanística e desarticulação das malhas urbanas residenciais de situação periférica.
- Área de expansão urbana de grande dimensão (83% da área plano corresponde a solo de expansão).	- Riscos antropogénicos e tecnológicos inerentes à perigosidade de algumas atividades industriais e coexistência com zonas habitacionais.
- Excelentes acessibilidades.	- Congestionamento do trânsito (p.e. centro da Senhora da Hora).
- Dimensão e diversificação de meios de transporte públicos.	- Ausência de soluções abrangentes de mobilidade sustentável.
- Linha do Metro existente com ligações ao Porto/Gaia, Maia e Póvoa de Varzim.	- Impactes associados à densa rede rodoviária (p.e. Nó viário de Custóias e A4).
- Proximidade ao Porto de Leixões e aeroporto Francisco Sá Carneiro.	- Impacto das infraestruturas da EDP de Custóias e proximidade da rede elétrica de alta tensão.
- Sistema ribeirinho com potencialidade de fruição pública.	- Inexistência de uma Estrutura Ecológica Municipal definida.
- Áreas florestadas, algumas delas integrantes do sistema natural da Reserva Ecológica Nacional (REN) (p.e. área florestada a sul da Ribeira da Lomba).	- Passivo ambiental das pedreiras de S. Gens.
- Áreas agrícolas integrantes da Reserva Agrícola Nacional.	- Desqualificação ambiental de alguns rios e ribeiras.
- Potencial interesse e viabilidade económica na extração de recursos geológicos.	- Incumprimento pontual da qualidade do ar. No entanto encontra-se em implementação o Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, aprovado pelo Despacho nº 20762/2009 de 16 de setembro. As medidas a implementar enquadram-se nos setores de tráfego; indústria/comércio; doméstico; agricultura/florestas e outros.
--	- Erosão da faixa costeira
--	- Poluição sonora

4.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade

A análise das características do objeto de avaliação e da sua área de intervenção, complementada com trabalhos de campo e com reuniões com promotores do Plano, permitiu identificar pela equipa técnica responsável pela AAE de um conjunto de **questões estratégicas ambientais e de sustentabilidade (QEAS)** específicas, que se considerou que a proposta de revisão do Plano deveria assegurar ou responder, designadamente:

- QEAS1. Melhoria do estado das massas de água;
- QEAS2. Reordenamento e defesa da faixa costeira;
- QEAS3. Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Eliminação/Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5. Requalificação paisagística e natural;
- QEAS6. Preservação do solo;
- QEAS7. Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8. Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9. Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10. Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11. Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

A identificação destas questões (cuja pertinência e ponderação efetuada pode ser consultada em pormenor no Anexo 10.2, Quadro A.10.2.) assentou, igualmente, nas orientações da CMM para a redução dos impactes da execução do Plano no domínio ambiental e nas orientações e linhas estratégicas assumidas para o domínio da urbanidade.

Assim, e ainda com o intuito de avaliar se o grau de articulação e integração entre as questões estratégicas identificadas e as iniciativas do PDM Matosinhos, isto é, se de facto o Plano responde às necessidades identificadas, foi desenvolvida uma matriz de correlação entre estes dois elementos, apresentada no Quadro 4.4.

Quadro 4.4 | Articulação entre as iniciativas formuladas pela presente proposta do PDM Matosinhos e as questões estratégicas ambientais e de sustentabilidade (QEAS) identificadas pela AAE

QEAS AAE	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO PDM MATOSINHOS								
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA	
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2
QEAS1. Melhoria do estado das massas de água	■								
QEAS2. Reordenamento e defesa da faixa costeira	■	■	■	■		■	■		■

QEAS AAE	VETORES /OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO PDM MATOSINHOS								
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA	
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2
QEAS3. Reordenamento urbano de forma a compatibilizar os usos específicos do solo	■	■	■	■	■	■	■		■
QEAS4. Eliminação/Mitigação dos riscos tecnológicos	■	■	■						
QEAS5. Requalificação paisagística e natural	■			■	■				
QEAS6. Preservação do solo	■	■			■				■
QEAS7. Preservação da identidade local e das especificidades territoriais	■	■	■	■	■				■
QEAS8. Capacitação de meios de mobilidade sustentável	■		■			■	■		■
QEAS9. Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico	■	■	■			■	■		
QEAS10. Promoção da eficiência energética no concelho	■			■		■	■		■
QEAS11. Inclusão de orientações e medidas de adaptação e mitigação às Alterações Climáticas	■		■			■	■		■

Legenda: ■ Articulação

Objetivos Estratégicos da revisão do PDM Matosinhos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- IE.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;
- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de Planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional.

5. Quadro de Referência Estratégico

O Plano Diretor Municipal é um instrumento de planeamento e de ordenamento que procura aplicar, num âmbito territorial mais restrito e de forma mais pormenorizada, as orientações estratégicas definidas pelos documentos de referência regionais, nacionais ou até internacionais, de forma a dar-lhes seguimento a nível local.

Neste contexto, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Assim, o presente capítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da revisão PDM Matosinhos, tendo como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação das linhas estratégicas da revisão PDM Matosinhos com os demais instrumentos identificados no QRE, bem como as respetivas sinergias e conflitos potenciais.

Para o efeito, são apresentados de seguida os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental no Quadro 5.1, podendo ser consultado de forma mais pormenorizada no Anexo 10.1 (Quadro A.10.1) onde se apresentam os objetivos e respetiva relação ou influência na presente proposta de revisão PDM Matosinhos.

Quadro 5.1 | Quadro de Referência Estratégico da AAE

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA INTERNACIONAIS
Agenda Territorial 2020 (AT2020)
Estratégia de Biodiversidade para 2020 (EB 2020)
Convenção Europeia da Paisagem (CEP)
Convenção sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (Convenção de Bona)
Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Berna)
Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR)
Comunicação da Comissão: Crescimento azul: oportunidades para um crescimento marinho e marítimo sustentável (CC Crescimento Azul)
Declaração de Toledo (2010) (DT)
Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM)
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA NACIONAIS
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020)
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)
Estratégia Cidades Sustentáveis 2020
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)
Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)
Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020)
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)
Plano Nacional da Água (PNA)
Plano Nacional de Sensibilização (DFCI 2017)
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética: 2017-2020 (PNAEE 2017-2020)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)
Plano Rodoviário Nacional (PRN)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 (PNAC 2030)
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020)
Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)
Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti3+)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA REGIONAIS

Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020)
Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-N) (aguarda aprovação) *
Plano Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF Entre Douro e Minho)
Programa da Orla Costeira Caminha – Espinho (POC-CE)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (2016-2021) (PGRH-Cávado, Ave e Leça (2016-2021))
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (2016-2021) (PGRH-Douro (2016-2021))
Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios – Distrito do Porto (PDDFCI do Porto)

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA MUNICIPAIS

Declaração Pacto dos Autarcas (DPA)
Carta Educativa de Matosinhos (CEM)
Matosinhos. Carta Desportiva Municipal (CDM)
Plano de Mobilidade e Transportes de Matosinhos (PMTM)
Plano Municipal de Emergência de Matosinhos (PME Matosinhos)
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI de Matosinhos)

De seguida, apresenta-se no Quadro 5.2 a relação entre os vetores estratégicos da revisão PDM Matosinhos e os objetivos identificados no QRE.

Quadro 5.2 | Matriz de articulação entre o QRE e com os Vetores da revisão do PDM Matosinhos*

QRE	VETORES				
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA	QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICAS	MOBILIDADE E TRANSPORTES	GOVERNANÇA
AT 2020	■	■	■	■	■
EB 2020	■				
CEP	■		■	■	
Convenção De Bona	■				

QRE	VETORES				
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA	QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICAS	MOBILIDADE E TRANSPORTES	GOVERNANÇA
Convenção de Berna	■				■
Convenção OSPAR	■	■			■
CC Crescimento Azul	■	■			■
DT			■	■	■
DQEM	■	■			
ETAU		■	■	■	■
ETPS	■				■
ETUSRN	■				
ENDS			■		■
ENAAC	■	■		■	■
ENCNB 2030	■				■
ENM 2013-2020	■				■
ENGIZC	■				■
ENF	■				■
ENE 2020	■	■		■	■
Cidades Sustentáveis 2020	■	■	■	■	■
PNAP	■	■	■		
PDR 2020	■	■	■	■	■
PERSU 2020	■				■
PENSAAR 2020	■	■			■
PNA	■	■			■
DFCI 2017	■				■
PNAEE 2017-2020	■	■		■	■
PNAAS	■				■
PRN	■	■	■	■	■
Alteração PNPO	■	■	■	■	■
PNAC 2030	■			■	■
PNUEA 2012-2020	■	■			■
Turismo 2020	■	■			
Peti3+		■		■	■
PAEC	■	■			
Norte 2020	■	■	■	■	■
PROT-N*	■	■	■	■	■
PROF (Entre Douro e Minho)	■	■			■
POC-CE	■				
PGRH-Cávado, Ave e Leça	■	■	■		■
PGRH-Douro	■	■	■		■
PDDFCI do Porto	■				
DPA	■			■	■
CEM			■		■

QRE	VETORES				
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA	QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICAS	MOBILIDADE E TRANSPORTES	GOVERNANÇA
CDM			■		■
PMTM		■		■	
PME Matosinhos	■				■
PMDFCI de Matosinhos	■	■			■

* A análise da articulação com os Vetores da revisão do PDM baseou-se nos objetivos gerais entre os diferentes referenciais e a natureza e âmbito de cada um dos vetores, e respetivos objetivos estratégicos e gerais.

Legenda: ■ Articulação

Resumidamente, o Quadro 5.2 demonstra a correlação entre os vetores estratégicos e os planos e programas em vigor, verificando-se que a revisão PDM Matosinhos, como instrumento de gestão territorial e os seus objetivos estratégicos e gerais estão, de forma transversal, em harmonia com os diversos planos que prevalecem sobre este e que deve integrar e com os que se deve articular, o que traduz uma preocupação do mesmo com o desenvolvimento socioeconómico e sustentabilidade do território.

6. Fatores de Sustentabilidade

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de planos e programas no Ambiente, e que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do parlamento e do Conselho, de 26 de maio, apresenta uma lista de temas ambientais, que deverão ser considerados na avaliação ambiental estratégica. A metodologia vertida no Subcapítulo 2.2.2 (Procedimentos Metodológicos) apresenta como ponto de partida a análise dos temas ou fatores ambientais, identificadas a partir das questões estratégicas que envolvem o objeto de avaliação, sobre os quais se desenvolveu um trabalho de análise, ponderação e discussão que teve como critérios de escolha:

- A natureza e conteúdo de um plano municipal, em particular, o PDM Matosinhos, com todas as Questões Estratégicas que vem defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas ao território em que se encontra;
- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente, tendo sido necessário realizar um ajustamento de significância dos fatores ambientais e de sustentabilidade;
- E, por último, a tipologia de modelo territorial que se propõe através do PDM Matosinhos e a sua influência no desenvolvimento das variáveis ambientais e de sustentabilidade.

Esta análise resultou na proposta de um conjunto de fatores de sustentabilidade considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e consistentes face à tipologia e âmbito de intervenção do PDM Matosinhos. Neste contexto, o Quadro 6.1 apresenta os fatores de sustentabilidade propostos, bem como a justificação da sua pertinência e dos critérios a considerar para a sua avaliação.

Quadro 6.1 | Fatores de Sustentabilidade, descrição e critérios de avaliação para AAE do PDM Matosinhos

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Desenvolvimento Socioeconómico	Promover a dinâmica territorial.	De que forma o PDM contribui para o equilíbrio demográfico, para a fixação da população bem como para a dinâmica territorial?
	Melhorar os níveis de atendimento e a qualidade dos serviços ambientais, promovendo a qualidade de vida e bem-estar da população residente.	O PDM está a dotar o concelho com infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes e de que forma contribui para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar da população?
	Favorecer a integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis Melhorar as condições de habitabilidade, no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.	O PDM está a promover a inclusão da população socialmente carenciada?
	Promover o acesso às atividades e equipamentos culturais, desportivos e recreativos.	O PDM está a facilitar o acesso a equipamentos coletivos e de recreio e lazer?
	Promover as atividades tecnológicas de base produtiva e as indústrias tradicionais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas, nomeadamente entre a agricultura e a indústria transformadora, o turismo e as atividades piscatórias, entre outras.	O PDM está a discriminar positivamente as atividades geradoras de emprego e riqueza?
Organização Espacial do Território e	Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial/industrial e	O PDM está a contribuir para o ordenamento e compatibilização dos espaços industriais, comerciais e

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Ambiente Urbano	residencial numa lógica de promover o equilíbrio entre os diferentes usos.	residenciais?
	Promover a qualidade do ambiente urbano e a saúde do indivíduo e das comunidades expostas aos fatores ambientais ar e ruído.	De que forma o PDM contribui para a melhoria da qualidade do ar e ambiente sonoro?
	Promover a construção com reduzidos impactes ambientais, assegurando uma melhoria da eficiência energética e sustentabilidade económica.	De que forma o PDM promove a utilização de técnicas de construção sustentável e de que forma orienta a racionalização dos consumos energéticos?
	Promover o crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações de reabilitação em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbanas.	O PDM está a permitir a expansão do espaço urbano ou está a contribuir para a consolidação e reabilitação do espaço urbano já existente?
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Salvaguardar e proteger a qualidade dos recursos hídricos.	Recursos Hídricos: O PDM contribuirá para a melhoria do estado das massas de água presentes?
	Salvaguardar e proteger as propriedades biofísicas do solo, assegurando a sua integridade, através da promoção da sua gestão e utilização adequadas.	Solo: O PDM está a criar condições para a preservação ou recuperação deste recurso? Estrutura Biofísica: De que forma o PDM salvaguarda e valoriza os recursos naturais, essenciais para os sistemas de produção primária e para a sustentabilidade territorial?
	Conservar e valorizar a biodiversidade.	Conservação da Natureza e Biodiversidade: De que forma o PDM contribui para a criação ou proteção de áreas destinadas à conservação da natureza e da biodiversidade?
	Promover e valorizar as paisagens e o património cultural	O PDM está a salvaguardar e valorizar os valores paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes?
Vulnerabilidades e Riscos	Avaliar e prevenir os fatores e as situações de risco (naturais, antropogénicos e tecnológicos), e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	De que forma o PDM irá contribuir para a gestão e minimização dos riscos naturais? De que forma o PDM irá contribuir para a gestão e minimização e/ou eliminação dos riscos antropogénicos e tecnológicos?
	Conhecer, identificar e antecipar as vulnerabilidades e os impactes decorrentes das alterações climáticas.	Qual o contributo do PDM para a adaptação às alterações climáticas?
Acessibilidade e Mobilidade	Avaliar as intervenções estratégicas inerentes ao sistema de mobilidade interno e externo, essencialmente no que se refere à disponibilidade e usufruto do sistema urbano de transportes públicos ao dispor da população, e implementação territorial de equipamentos coletivos alternativos e promotores de uma mobilidade sustentável. Oi!	O PDM está a permitir a implementação de equipamentos coletivos que permita o exercício de outras formas de mobilidade sustentáveis?
		O PDM está a fomentar a utilização de transportes públicos em detrimento da utilização do veículo particular e uso de fontes alternativas de energia?

Assim, de forma a adequar consistentemente a avaliação ambiental aos objetivos e interesses estratégicos do Plano em avaliação, foram agrupados ou reorganizados alguns dos fatores sugeridos pela legislação e não considerados outros, por razões de descontextualização face à tipologia e natureza do Plano e âmbito de intervenção, resultando no conjunto de fatores de sustentabilidade que se consideram mais relevantes e adequados para a avaliação.

A fundamentação dos fatores de sustentabilidade propostos é ainda corroborada por dois vetores de análise complementares: a sua articulação com os vetores do PDM Matosinhos

(Quadro 6.2), e a sua pertinência face às especificidades do território em causa. A análise integrada destes aspetos permitiu avaliar o contributo da concretização dos objetivos do Plano para a valorização dos pontos fortes/oportunidades e para a minimização dos pontos fracos/ameaças identificadas no território, segundo cada um dos fatores de sustentabilidade considerados.

O objeto da avaliação ambiental estratégica foi a proposta de revisão PDM Matosinhos, traduzida nos vetores estratégicos e respetivas iniciativas, com especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às medidas de implementação propostas.

Quadro 6.2 | Matriz de articulação entre os vetores estratégicos do PDM Matosinhos e os fatores de sustentabilidade

VETORES ESTRATÉGICOS	FATORES DE SUSTENTABILIDADE				
	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	RISCOS E VULNERABILIDADES	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
Qualificação Ambiental	■	■	■	■	■
Indução Económica	■	■			■
Qualificação Urbanística	■	■	■		
Mobilidade e Transportes	■	■			■
Governança	■	■	■	■	■

Legenda: ■ Articulação.

Esta avaliação suportou-se ainda no alinhamento das metas de desenvolvimento face aos referenciais estratégicos em vigor, pelo que o Quadro 6.3 identifica a correlação entre os fatores de sustentabilidade e o QRE apresentado no Capítulo 4, constituindo deste modo um aspeto que será relevante para balizar a análise em sede de avaliação ambiental e avaliar, durante a fase de Avaliação e Controlo, o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelos referenciais estratégicos.

Quadro 6.3 | Matriz de articulação entre o QRE e os fatores de sustentabilidade

QRE	FATORES DE SUSTENTABILIDADE				
	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	RISCOS E VULNERABILIDADES	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
AT 2020	■	■	■		■
EB 2020			■	■	
CEP		■	■	■	
CEP		■	■		
Convenção De Bona		■	■	■	
Convenção de Berna		■	■	■	
Convenção OSPAR	■		■	■	
CC Crescimento Azul	■		■	■	
Convenção da Diversidade Biológica		■	■	■	

QRE	FATORES DE SUSTENTABILIDADE				
	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	RISCOS E VULNERABILIDADES	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
DT	■	■			
DQEM					
ETAU	■	■	■	■	■
ETPS		■	■	■	
EBUE 2020		■	■	■	
ETUSRN	■	■	■	■	
ENDS	■	■	■	■	■
ENAAC	■	■	■	■	■
ENCNB 2030		■	■	■	
ENM 2013-2020	■		■		
ENGIZC	■	■	■	■	
ENF	■	■	■	■	
ENE 2020	■		■		■
Cidades Sustentáveis 2020	■	■	■	■	■
PNAP	■	■	■	■	
Portugal 2020					
PDR 2020	■		■		
PERSU 2020	■	■	■	■	
PEAASAR 2020	■	■	■	■	
PNA	■	■	■	■	
PNDFCI		■	■	■	
DFCI 2017		■	■	■	
PNAEE 2017-2020	■		■		
PNAAS		■	■	■	
PRN	■	■			■
Alteração PNPOT	■	■	■	■	■
PNAC 2030	■	■	■	■	■
PNUEA 2012-2020	■	■	■		
Turismo 2020	■	■	■	■	■
PAEC	■		■		
Norte 2020	■	■	■	■	■
PROT-N*	■	■	■	■	■
PROF Entre Douro e Minho)	■	■	■	■	
POC-CE	■	■	■	■	
PGRH-Cávado, Ave e Leça	■	■	■	■	
PGRH-Douro	■	■	■	■	
PDDFCI do Porto		■	■	■	
DPA	■	■	■	■	■
CEM	■				

QRE	FATORES DE SUSTENTABILIDADE				
	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	RISCOS E VULNERABILIDADES	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE
PMTM	■	■			■
PME Matosinhos	■	■	■	■	
PMDFCI de Matosinhos	■	■	■	■	

* A análise da articulação baseou-se nos objetivos gerais nos quais assenta a elaboração de um plano desta natureza.

Legenda: ■ Articulação.

Resumidamente, o Quadro 6.3 demonstra a articulação entre os Fatores de Sustentabilidade e o QRE, verificando-se que estão em consonância, o que traduz uma adequada definição dos Fatores de Sustentabilidade tendo em consideração os objetivos dos planos e programas em vigor e considerados relevantes no âmbito do presente plano.

Importa referir ainda, neste contexto, e tendo em consideração que os FS foram definidos também com base nas Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS) identificadas, que a articulação do QRE com os FS reflete, igualmente, a articulação dos planos e programas em vigor com essas mesmas QEAS.

6.1. Desenvolvimento Socioeconómico

6.1.1. Introdução

O presente FS visa avaliar a estratégia, objetivos e ações previstas pela presente proposta de revisão do PDM Matosinhos relativamente às condições de desenvolvimento socioeconómico oferecidas pelo município de Matosinhos e pela sua área de influência, aos cidadãos e empresas que nele habitam ou desenvolvem atividades.

A Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020) apresenta um modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos, apontando um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente sustentável e inclusivo, assente na componente marítima.

A revisão PDM Matosinhos deve assegurar a competitividade do concelho, baseada numa economia local forte, reforçar a coesão territorial da região onde se insere, melhorando a qualidade de vida e promovendo igualdade de oportunidades, orientadas para as potencialidades locais.

Através da sua estratégia e das suas ações programadas, a revisão PDM Matosinhos deverá internalizar a estratégia “Crescimento Azul”, promovendo um crescimento sustentável no que respeita às atividades económicas ligadas ao mar, com especial foco para a aquicultura, pescas, turismo costeiro, biotecnologia marinha, energia dos oceanos e exploração de recursos minerais.

Apesar do território municipal ser marcadamente urbano, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais existentes é um objetivo importante que deve ser considerado na revisão PDM Matosinhos.

Neste sentido, a revisão PDM Matosinhos, deve reforçar as potencialidades das atividades económicas primárias (agricultura, pecuária, floresta e pesca), as quais assumem particular relevância ao nível da produção, emprego, preservação do ambiente e biodiversidade, valorizar a produção local e melhorar os respetivos circuitos de comercialização, promovendo uma agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e métodos de produção.

A revisão PDM Matosinhos deve ainda, apoiar o investimento em explorações agrícolas e florestais, em empresas agroindustriais e à instalação de jovens agricultores, potenciando as condições para aumentar a competitividade do seu negócio.

A revisão PDM Matosinhos deve considerar uma rede de infraestruturas ambientais e equipamentos coletivos que promova a qualidade de vida, apoiem a atividade económica e assegurem a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer, considerando uma adequada relação entre a procura e a oferta.

6.1.2. Objetivos e Indicadores

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais e QEAS presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente FS tem os seguintes objetivos:

- Capacitação territorial de equipamentos e infraestruturas ambientais capazes de satisfazer as necessidades das atividades antropogénicas e mitigar os riscos e pressões associadas ao abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos, mantendo as condições ambientais, de salubridade e qualidade de vida.
- Assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes;
- Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos comunidades e empresas;
- Promover um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo;
- Assegurar a Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico costeiro, promover atividades económicas sustentáveis na zona costeira, o aprofundamento do conhecimento científico e técnico relacionado com o mar e zonas costeiras e a adoção de novos modelos de governança.
- Promover o crescimento económico, inteligente sustentável e inclusivo, assente na componente marítima;

Quadro 6.1.1 | Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
De que forma o PDM contribui para o equilíbrio demográfico, para a fixação da população bem como para a dinâmica territorial?	Evolução da população residente segundo a estrutura etária (n.º/ano e %)	Análise da evolução da população residente por grandes grupos etários entre os anos 2011-2017.
	Densidade populacional (hab.Km ⁻²)	Análise do total de indivíduos/ Área (quilómetro quadrado).
O PDM está a dotar o concelho com infraestruturas ambientais adequadas	Nível de atendimento em abastecimento de água	Percentagem de população residente servida por sistemas de abastecimento

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
às necessidades existentes e de que forma contribui para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar da população?		público de água.
	Água segura	Percentagem de água considera segura para consumo humano.
	Nível de atendimento em saneamento de águas residuais	Percentagem de população residente servida por sistemas de drenagem de águas residuais.
	Nível de tratamento de águas residuais drenadas	Percentagem de população residente servida por sistemas de tratamento de águas residuais drenadas.
	Nível de atendimento da recolha seletiva	Percentagem de população residente servida por equipamentos de recolha seletiva de resíduos urbanos.
	Nível de atendimento em abastecimento de água	Percentagem de população residente servida por sistemas de abastecimento público de água.
O PDM está a promover a inclusão da população socialmente carenciada?	Habitação social disponível (n.º fogos, por população carenciada)	Análise do número de fogos existentes no concelho de Matosinhos, tendo em consideração a dimensão da população carenciada.
	Equipamentos de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência (n.º; utentes e capacidade)	Análise da rede de equipamentos sociais, distribuição espacial, número de utentes e capacidade de resposta às necessidades do concelho.
	Incentivo à implementação de hortas comunitárias para famílias carenciadas (n.º de pessoas beneficiadas; ha)	Análise da política municipal de incentivo à implementação de hortas comunitárias.
O PDM está a facilitar o acesso a equipamentos coletivos e de recreio e lazer?	Equipamentos culturais, de desporto e de recreio e lazer (n.º de equipamentos por habitantes; localização)	Análise do número e distribuição espacial dos equipamentos, por tipologia, e por habitantes.
O PDM está a discriminar positivamente as atividades geradoras de emprego e riqueza?	Evolução do efetivo Empresarial por CAE (n.º; %)	Análise do número de empresas e distribuição por setor de atividade.
	Evolução do número de desempregados (n.º de desempregados)	Análise do número de desempregados existentes no concelho de Matosinhos
	Pessoal ao serviço nos estabelecimentos do concelho por setor de atividade económica (n.º; %)	Análise da evolução do emprego nos estabelecimentos por setor de atividade económica.
	Explorações agrícolas e orientação técnico-económica (n.º e hectares das explorações especializadas, combinadas e explorações não classificadas)	Caraterização e análise da evolução do número de explorações agrícolas e orientação técnico-económica.
	Embarcações registadas no porto de Matosinhos, por tipo de atividade (n.º/ano)	Identificação do número de embarcações registadas no porto de Matosinhos.
	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, alojamento local e TER (n.º de camas)	Identificação do número de camas por tipologia de alojamento turístico.
	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (n.º/ano)	Caraterização do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
	Produtos regionais certificados (DOP, IGP, ETG, DOC, etc.) (n.º por tipologia)	Identificação dos produtos regionais certificados no concelho de Matosinhos.

6.1.3. Situação Atual

Em 2011 residiam em Matosinhos 175.478 habitantes (Censos 2011), o que representa uma variação de 5,1%, entre o período 2001 - 2011. Contudo, as estimativas para o ano 2017 apontam para a existência de 173.753 habitantes, o que corresponde a uma redução de 1% da população residente, com a seguinte distribuição pelos grandes grupos etários:

- 0 – 14 anos com 13,4%;
- 15 – 24 anos com 10%;
- 25 – 64 anos com 56,3%;
- 65 e mais anos com 20,3%;

Entre 2011 - 2017 verifica-se uma redução da população residente com 0-14 anos (menos 1.874 indivíduos), 15 – 24 anos (menos 1.420 indivíduos) e 25 – 64 anos (com menos 4.469 indivíduos) e um aumento da população residente com 65 e mais anos (7.038 indivíduos).

Quadro 6.1.1 | Evolução da população residente, por grupo etário.

Anos	Total	0-14	15-24	25-64	65 e mais
2001	167.026	26.686	24.035	95.807	20.498
2011	175.478	25.112	18.851	103.230	28.285
2012	175.321	24.682	18.482	102.592	29.565
2013	174.690	24.261	18.084	101.513	30.832
2014	174.045	23.896	17.933	100.254	31.962
2015	173.451	23.480	17.717	99.146	33.108
2016	173.339	23.337	17.477	98.304	34.221
2017	173.753	23.238	17.431	97.761	35.323

Desde 1981 até à atualidade, as freguesias mais densamente povoadas têm sido Senhora da Hora, Matosinhos e S. Mamede Infesta. No entanto, estas freguesias foram mudando de posição entre si (Figura 6.1.1 e Quadro 6.1.2):

- Em 1991 Matosinhos era a freguesia do concelho, mais densamente povoada seguida da freguesia da Senhora da Hora e posteriormente a freguesia de São Mamede de Infesta;
- Já em 2001, a freguesia da Senhora da Hora passou a ser a freguesia mais densamente povoada do concelho e manteve-se dessa forma até 2011, seguida de Matosinhos e de São Mamede de Infesta. Em 2001 e 2011 estas três freguesias perfaziam cerca de 47% do total da população do concelho, o que já acontecia em 1991 e 1981 (46%).
- Neste sentido, no ano de 2011 a União de freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora representam cerca de 30% da população do concelho, seguindo-se a União de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira com 28%, a União de freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões com 26% da população residente e a União de freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo com 17% da população residente.

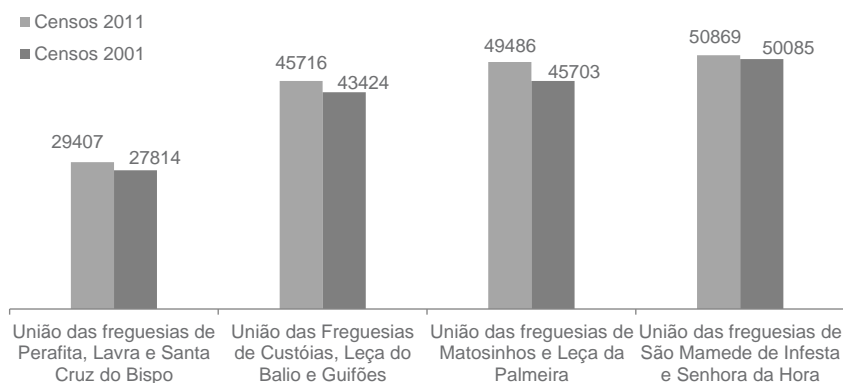


Figura 6.1.1 | População residente por freguesia, Censos 2001 e 2011.

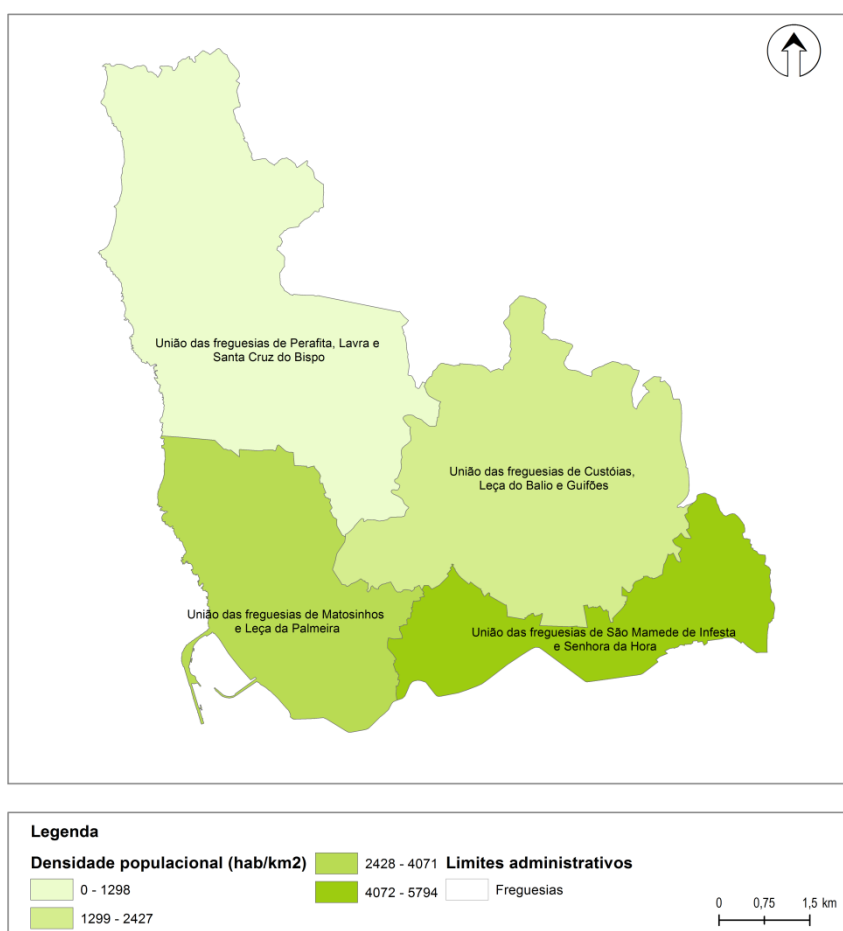


Figura 6.1.2 | Densidade populacional (hab./km²), por freguesia. Censos 2011

Habitação social disponível (n.º fogos, por população carenciada)

O Parque Habitacional do Município de Matosinhos corresponde a 51 Conjuntos Habitacionais, num total de 4.330 fogos. Foi promovido como resposta aos problemas habitacionais que advieram do aumento populacional do concelho e que a partir de 1960 resultou num elevado número de ilhas e barracas. A Câmara Municipal de Matosinhos

promoveu a construção de habitação, designadamente através do apoio do PER – Programa Especial de Realojamento e do PER Família. Assim, como integrou a gestão de Conjuntos Habitacionais Sociais existentes no concelho e que eram anteriormente do âmbito do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS) e do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE).

Equipamentos Coletivos

Nos últimos anos, a CMM procedeu à construção e requalificação do parque de equipamentos, privilegiando a criação de redes e a capacitação dos agentes locais dinamizarem o tecido social do concelho.

Globalmente, Matosinhos apresenta para a Rede de Equipamentos Escolares um grau de execução superior a 100%, superando os parâmetros previstos em 1992. Aponta-se apenas a necessidade de renovação e manutenção da estrutura existente, que se reconhece constituir uma resposta de primeira linha, de forma a continuar a assegurar o bom funcionamento estrutural do Serviço Educativo de Matosinhos.

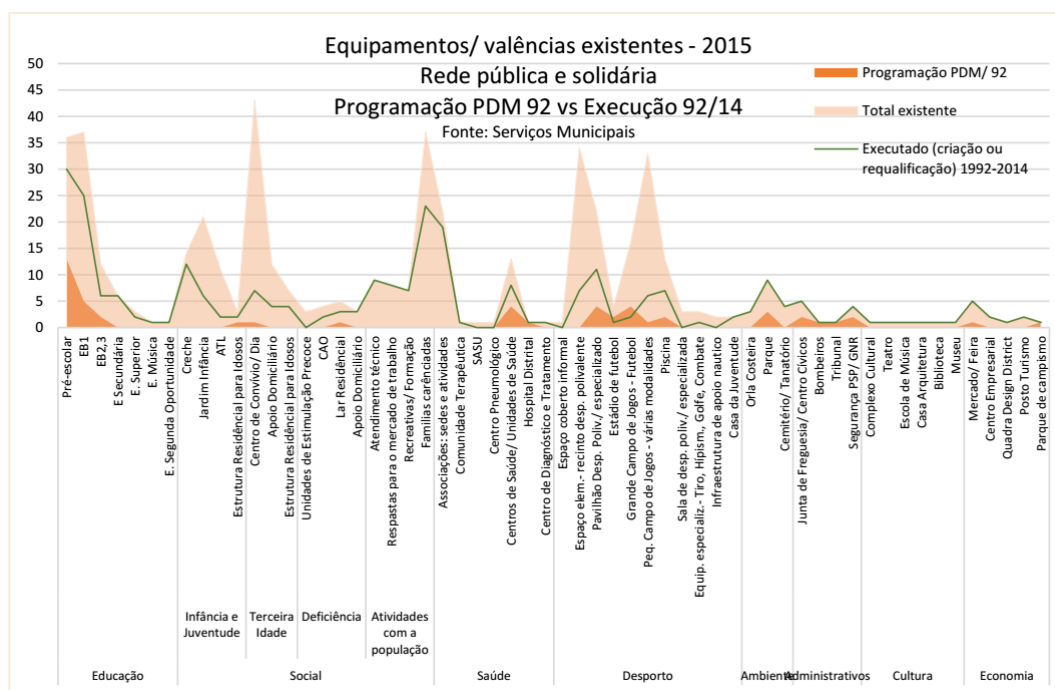


Figura 6.1.3 | Equipamentos e valências programadas, executadas e existente no município de Matosinhos

A promoção das áreas social, saúde, educação e desporto, entre outras são indissociáveis do incremento do bem-estar da população contribuindo diretamente para a sua qualidade de vida. As respostas nestes âmbitos proporcionam condições fundamentais ao desenvolvimento integral das pessoas em todas as faixas etárias, assim como possibilitam a conciliação da vida profissional e familiar, o acesso à igualdade de oportunidades e a bens e serviços essenciais às famílias, incluindo as mais carenciadas economicamente.

Paralelamente à oferta pública e solidária coexiste a oferta privada empresarial, que dinamiza diversas respostas complementares ao serviço da população e que importa destacar.

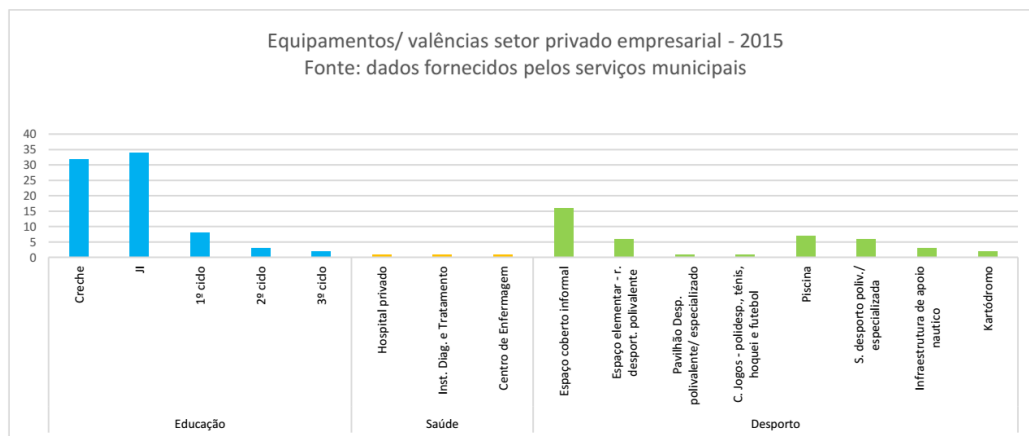


Figura 6.1.4 | Equipamentos/valências do setor privado

Equipamentos da área da Saúde

Quadro 6.1.2 | Equipamentos na área da Saúde, por tipologia.

ULS - Unidade Local de Saúde de Matosinhos	Hospital Pedro Hispano		
	Centro de Diagnóstico Pneumológico		
	Agrupamento de Centros de Saúde	Centro de Saúde da Senhora da Hora	USF Lagoa
			USFCaravela
			USF Senhora da Hora
			UCE
		Centro de Saúde de Leça da Palmeira	USF das Dunas
			USF Perafita (Progresso)
			USF De Santa Cruz do Bispo
		Centro de Saúde de Matosinhos	USF Maresia
			UCSP Matosinhos
			USF Horizonte
	USF Oceanos		
	Centro de Saúde de São Mamede Infesta	UCC Matosinhos	
USF Infesta			
UDF da Porta do Sol			
Associação de Socorros Mútuos de S. Mamede Infesta			
Prevenção e Tratamento de Dependências	Centros de Saúde		
	Unidade de Alcoologia do Norte		
	Comunidade Terapêutica da Ponte da Pedra		
	CRI Centro de Respostas Integradas		
Centros de Dia	APFADA - Ass. Portuguesa de Familiares e Amigos de D. de Alzheimer		
	Unidade de Alcoologia do Norte		
Fórum socio ocupacional e Unidades de Vida Protegida	AFUA - Assoc. de Familiares, Amigos e Utentes do Hospital Magalhães Lemos		
Centro de Atendimento e Acompanhamento	AAPC - Assoc. de Apoio a Pessoas com Cancro		
	ADASMI - Assoc. dos Doentes de Alzheimer de S. Mamede Infesta		
	APDI - Assoc. Portuguesa de Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa e Doença de Crohn		
	APDP - Assoc. Protetora dos Diabéticos de Portugal		
	APEEAutismo - Assoc. de Pais e Encarregados de Educação de Alunos com Perturbação do Espectro de Autismo		
	APF - Associação para o Planeamento da Família		
	APOFEN - Assoc. Portuguesa de Fenilcetonúria e outras Doenças Metabólicas		
	APP - Assoc. Portuguesa de Paramiloidose		
	APSA - Assoc. Portuguesa de Síndrome de Asperger		
	ASPORII - Assoc. Portuguesa de Portadores de Ictiose		
	Assoc. Portuguesa de Doentes com Lúpus		
	CRI - Centro de Respostas Integradas		
	Liga dos Amigos Hospital Pedro Hispano		
	Liga dos Combatentes		
	Médicos do Mundo - Delegação Norte		
	SPEM – Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla		

Equipamentos da área da Educação

De acordo com a Monitorização da Carta Educativa do Concelho:

- A rede pública autárquica do pré-escolar, anteriormente ao processo de requalificação dos equipamentos, apresentava uma taxa de cobertura baixa, entre os 38 e os 43%. Esta oferta combinada com a oferta solidária (IPSSs), representa uma cobertura de 81 a 90%.

No entanto, a análise realizada ao potencial quantitativo emergente da requalificação dos equipamentos de educação pré-escolar, foi considerado que a rede pública autárquica sairia reforçada, pelo incremento da oferta e “consequentemente um reforço ao nível do indicador de universalização ambicionado.”

- Quanto às redes do 1º, 2º e 3º ciclos estas apresentavam níveis de cobertura acima dos 100% e com capacidade para a integração de mais alunos, mesmo anteriormente ao processo de requalificação dos equipamentos. Assim e com base no referido documento, posteriormente a este investimento, as necessidades concelhias, nestes três ciclos são consideradas plenamente satisfeitas.

- o ensino secundário regista uma taxa de cobertura bastante satisfatória, entre 81 a 95%, se considerarmos que toda a população em idade escolar que frequenta este nível de ensino. Sabendo que tal não corresponde à realidade, é possível concluir que a cobertura da rede pública do ensino secundário é suficiente para dar respostas às necessidades do concelho.”

Quadro 6.1.3 | Equipamentos escolares públicos, por tipologia.

União de Freguesias		Equipamentos Escolares Públicos Por Ciclos de Ensino Básico (CEB) e Secundário e nº de alunos Ano letivo 2015/2016										
		Pré-escolar	Alunos	1º Ciclo	Alunos	2º Ciclo	Alunos	3º Ciclo	Alunos	Secundário	Alunos	Nº de Equipamentos Escolares
U.F.	Custóias	3	214	3	333	2	339	2	243	1	337	6
	Guifões	2	70	3	290	1	179	1	576			4
	Leça do Balio	4	177	3	604	1	155	1	223			5
U.F.	Lavra	4	148	3	376	1	203	1	287			5
	Perafita	3	195	2	407		200		312			5
	Stª Cruz Bispo	2	94	2	206							2
U.F.	Leça da Palmeira	5	335	5	671	1	401	2	753	1	367	7
	Matosinhos	7	358	7	1202	2	646	4	1172	2	1337	11
U.F.	S.M. Infesta	4	172	4	657	1	350	2	518	1	237	7
	Senhora da Hora	3	225	3	773	2	504	2	706	1	322	5
Total de valências e de alunos por CEB		37	1988	35	5519	11	2977	15	4790	6	2.600	57

* Outros: Cursos Vocacionais, Cursos Profissionais, Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Ensino Recorrente e Formação Modular, alguns em regime noturno

Quadro 6.1.4 | Equipamentos escolares privados, por tipologia.

Equipamentos Escolares Privados e valências ano letivo 2015/2016														
Uniões de Freguesias		Creche		Jardim de Infância		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Total equipamentos
		NL	L	NL	L	NL	L	NL	L	NL	L	NL	L	
(*)														
U.F.	Custóias	1	1	1	1									2
	Guifões	2		2										2
	Leça do Balio	5	3	5	5									9
U.F.	Lavra	2	1	2	1									3
	Perafita	1	3	1	4									5
	Stª Cruz Bispo	1		1										1
U.F.	Leça da Palmeira	2	5	2	5									7
	Matosinhos	5	9	6	7	1	5		1		1			18
U.F.	S.M. de Infesta	6	3	6	5		2		2		1		1	11
	Senhora da Hora	2	7	2	9		2		1		1			12
Subtotais		27	32	28	37	1	9	0	4	0	3	0	1	70
Totais		59		65		10		4		3		1		

(*) – NL Entidades Privadas sem fins lucrativos / L Entidades Privadas com fins lucrativos

No concelho existem cinco Equipamentos referentes ao Ensino Superior:

- “O Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental – CIIMAR é uma associação sem fins lucrativos, dedicada à investigação, divulgação e transferência de tecnologia na área das Ciências Marinhas e Ambientais.”
- “O ISCAP é uma escola de ensino superior politécnico que tem por missão específica a formação, a investigação, a criação e difusão da cultura e do saber e a prestação de serviços na área das ciências empresariais.”
- ESAD - “Educar, Valorizar e Inovar - Formar estudantes com capacidade de intervir e de competir nacional e internacionalmente, acompanhando as exigências crescentes no Design e nas Artes com competências criativas, críticas e tecnológicas.”
- “O Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) é um estabelecimento de ensino superior particular de nível universitário.” “Assegura a formação dos Assistentes Sociais desde 1956 (...) criou, em 2008, a Licenciatura em Gerontologia Social.” Dinamiza ainda o Centro de Formação e Extensão Comunitária assim como o Centro de Investigação em Ciências do Serviço Social.
- “A Porto Business School tem por missão melhorar a qualidade da gestão e promover a mudança nas empresas e outras organizações, através da formação avançada a nível pós-graduado, da investigação aplicada e da consultoria.”

Equipamentos da área Social

Pela análise da informação tratada na Figura 6.1.5, é visível a elevada cobertura das necessidades, no que diz respeito à infância, juventude, terceira idade e dependência. Contudo, os equipamentos sociais encontram-se muito próximos da capacidade máxima de resposta (Quadro 6.1.2).

Quadro 6.1.5 | Equipamentos de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência

Unidade Territorial	Infância e Juventude				Terceira Idade					Deficiência			
	Creche/ Programa de Amas	Jardim de Infância	CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres)	Lar	Universidade Sénior	Centro de Convívio	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Unidades de Estimulação Precoce	CAO (Centro de Atividades Ocupacionais)	ATL (Atividades de Tempos Livres)	Lar Residencial
União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	4	4	1	0	0	4	4	3	2	0	2	1	2
União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões	8	8	4	0	1	5	7	4	4	0	0	0	0
União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira	7	7	4	3	1	3	4	5	3	0	0	0	0
União das freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	8	8	2	0	1	2	3	3	2	1	3	1	3
Total Equipamentos	40	27	17	3	3	11	20	25	14	1	8	2	6
Capacidade	1.738	3.530	1.001	122	n.d.	449	708	1.104	698	53	464	n.d	143
Utentes	1.452	3.059	674	77	n.d.	333	483	609	647	53	446	n.d	141

Fonte: www.cartasocial.pt

A área da deficiência manifesta ainda uma procura mais significativa por parte de potenciais utentes e suas famílias, devido ao carácter supramunicipal dos equipamentos.

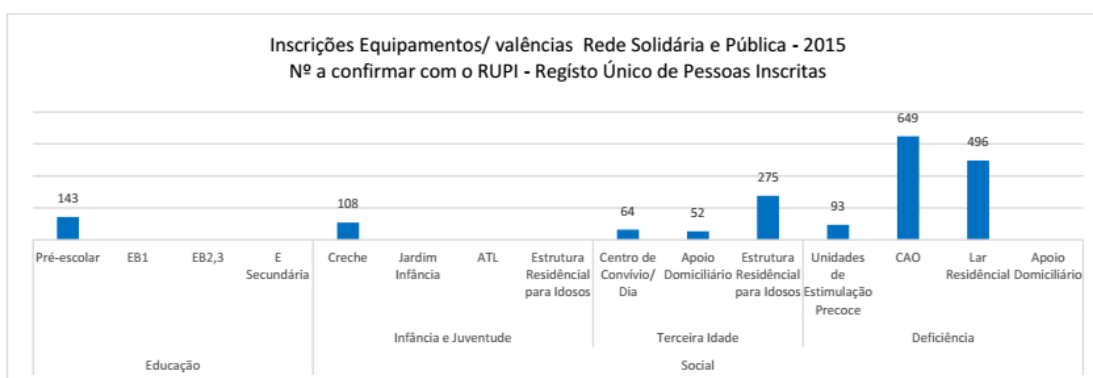


Figura 6.1.5 | Inscrições nos equipamentos/ valências da rede solidária e pública (2015)

Equipamentos da área do Desporto

De acordo com a “Carta Desportiva Municipal – Conceção e Desenvolvimento da Carta Desportiva no Município de Matosinhos”, a oferta em Matosinhos de instalações desportivas revelou-se abaixo do padrão de referência relativamente aos grandes campos, pistas de atletismo e piscinas ao ar livre; no entanto apresentou-se boa face ao padrão de referência, ao nível dos pequenos campos, dos campos de ténis e das piscinas cobertas e superior a boa, quanto a pavilhões e a salas de desporto.

Quadro 6.1.6 | Equipamento coletivos desportivos por categoria e tipo de gestão

Instalações desportivas segundo a tipologia e proprietário no concelho de Matosinhos								
TIPOLOGIA	Administração Central	Administração Municipal	Entidade Privada	Instituição Militar	Movimento Associativo	Sistema Escolar Público	TOTAL	%
Grande Campo		4	1		17		22	7
Pista de Atletismo		1					1	
Pequeno Campo	1	34	19	7	5	35	101	30
Campo de Ténis		11	7				18	5
Pavilhão	1	12	4	1	7	13	38	11
Sala de Desporto	1	18	64		9	22	114	34
Piscina Coberta		13	8				21	6
Piscina Ar Livre		4	5				9	3
Instalação especializada			7		1		8	2
Total	3	97	115	8	39	70	332	
Percentual (%)	1	29	35	2	12	21		100%

A maior proprietária de instalações desportivas no concelho, é a iniciativa privada, representando 35% do total. A Câmara Municipal é proprietária de 29.5% do parque desportivo.

Quadro 6.1.7 | Equipamentos públicos na área do desporto

Unidade Territorial	Descrição do Equipamento
Custóias	Pavilhão Municipal de Custóias
	Complexo Desportivo Municipal de Custóias
	Piscina
	2 Grandes Campos
	Campo de Ténis
Guifões	Polidesportivo descoberto
	Piscina
	Pavilhão Polidesportivo
	Pavilhão do Guifões Sport Club
Lavra	Pavilhão Desportivo do C.R. Popular da Freguesia de Lavra
	Complexo Desportivo Municipal de Lavra
	Campo de Voleibol, Ténis e piscina do parque de Campismo de Lavra
Leça da Palmeira	Complexo Desportivo de Leça da Palmeira (Pavilhão, Campo de Futebol e Pista de atletismo)
	Campo de Futebol 7
	Centro Hípico
Leça do Balio	Pavilhão Municipal
	Piscina

Unidade Territorial	Descrição do Equipamento
	Complexo Desportivo (campo de futebol 11)
	Polidesportivo descoberto
Matosinhos	2 Polidesportivo descoberto
	2 Pavilhão Gimnodesportivo
	Piscina
	Estádio do Mar
	Pavilhão Municipal da Biquinha
Perafita	3 Campos Polidesportivos descobertos
	Complexo Desportivo do FC de Perafita
	Complexo Desportivo da Aldeia Nova
	Piscina
S. Mamede Infesta	Pavilhão da A.A.S. Mamede
	Complexo Desportivo da Arroteia
Santa Cruz do Bispo	Complexo Desportivo do Lusitanos Santa Cruz FC
Senhora da Hora	Pavilhão Municipal do Padrão da Légua
	Pavilhão Municipal da Senhora da Hora
	Complexo Desportivo do Padroense
	Complexo Desportivo Óscar Lopes
	2 Campos de Ténis
	Piscina

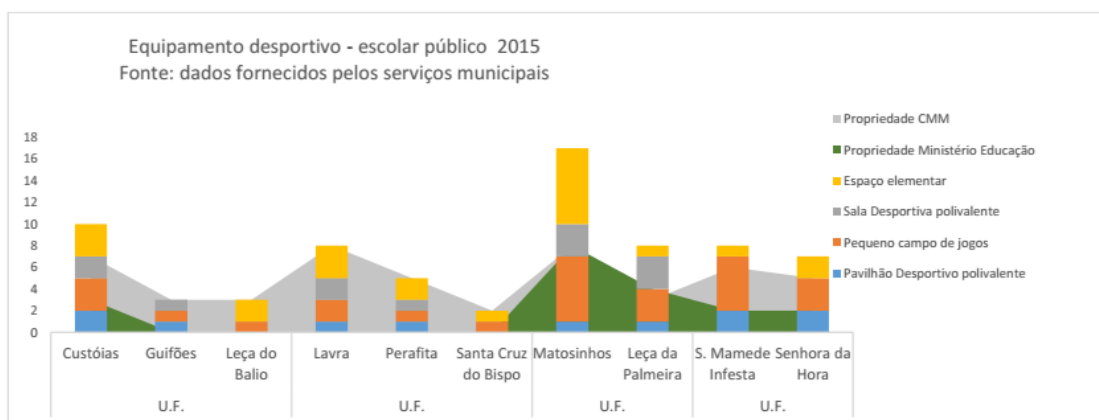


Figura 6.1.6 | Equipamento desportivo escolar público (2015)

Equipamentos da área da Cultura, Lazer e Turismo

Quadro 6.1.8 | Equipamentos coletivos na área da Cultura, Lazer e Desporto

Equipamentos Coletivos das áreas da Cultura, Lazer e Turismo	
Bibliotecas	Biblioteca Municipal Florbela Espanca
	Biblioteca Municipal S. Mamede Infesta
Galeria de Arte	Galeria Municipal
Casa de Arquitetura de Matosinhos	Sala de Exposições
	Centro de Documentação Álvaro Siza
Quadras Incubadora de Design e de Investigação de Design	Salas de Exposições, Investigação, Formação
MUMA Rede de Museus de Matosinhos	Casa do Mar e Tanques Romanos
	Casa - Museu Abel Salazar
	Museu da Escola EB2,3 de Lavra
	Museu Padre Silva Lopes
	Museu dos Bombeiros
	Museu Quinta de Santiago
	Museu da História da Escola Gonçalves Zarco
	Museu da Misericórdia de Matosinhos
	Museu do Linho e do Milho
	Museu dos Jazigos Minerais Portugueses
	Núcleo Museológico do Mar
	Sala - Museu Guilherme Ferreira Thendim
Serviços Educativos	Casa do Bosque
Teatros e Cinemas	Associação Recreativa Aurora da Liberdade
	Associação Recreativa e Cultural Flor da Mocidade
	Cine-Teatro Constantino Nery - Teatro Municipal
	Grupo Paroquial de Teatro de Leça da Palmeira
	Grupo de Teatro Paroquial de Perafita
	Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta
	Mar Shopping - 7 salas de cinema
	Norte Shopping - 8 salas de cinema
Casas da Juventude	Casa da Juventude de Matosinhos
	Casa da Juventude de S. Mamede Infesta
	Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo
Centro de Congressos	Centro de Desportos e Congressos - Espaços multifuncionais
	Centro de Congressos e de Negócios da Exponor - Auditórios

Quadro 6.1.9 | Equipamentos coletivos de dinamização da economia local

Recintos destinados a Mercados e Feiras Municipais		
Localidade	Periodicidade	Designação
Custóias	Semanal	Mercado-Feira de Custóias
Leça do Balio	Semanal	Mercado-Feira de Santana
Lavra	Diária	Mercado de Angeiras
Matosinhos	Diária	Mercado de Matosinhos
S. Mamede Infesta	Semanal	Mercado de S.Mamede Infesta
Senhora da Hora	Semanal	Mercado-Feira da Srª da Hora

Hortas Comunitárias

Atualmente não existem incentivos à implementação de hortas comunitárias para famílias carenciadas, contudo o município apresenta vários projetos onde promove a utilização das hortas biológicas pela população em geral.

Hortas à Porta

Horta à Porta é um projeto que visa promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas biológicas, contacto com a natureza e de hábitos saudáveis sem esquecer a redução de resíduos.

Este projeto disponibiliza talhões de aproximadamente 25 m² a particulares interessados em praticar a agricultura biológica e compostagem. Ao receber o talhão de terreno, os futuros agricultores recebem também formação em agricultura biológica.

Com este projeto promove-se a utilização de sistemas agrícolas sustentáveis e ao mesmo tempo a possibilidade de os cidadãos produzirem os próprios alimentos mais saudáveis. Os produtos são para consumo próprio, é disponibilizada água e um local para armazenar as ferramentas. É ainda disponibilizado um compostor comum.

Este projeto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Lipor estando assim as hortas do concelho englobadas no projeto Horta à Porta – Hortas Biológicas da Região do Porto. As Hortas serão geridas segundo o Regime de Utilização das Hortas Biológicas e o Acordo de Utilização.

Localização das Hortas:

- Horta de Custóias: Rua Alto do Monte (junto à EB 2,3 Teixeira Lopes) - 34 talhões
- Horta de Leça da Palmeira: Rua Bartolomeu Dias (junto à Escola Secundária de Leça da Palmeira) - 21 talhões
- Horta da Senhora da Hora: Rua Augusto Fuschini, 40 (junto à Escola Secundária da Senhora da Hora) - 45 talhões
- Horta de Leça do Balio: Rua D. Frei Rodrigo da Cunha s/n - 22 talhões
- Horta de Guifões: Avenida Joaquim Neves dos Santos 1110 b (Conjunto habitacional de Sendim) - 14 talhões
- Horta do Padrão da Légua delimitada pelas rua e travessa Carlos Oliveira e pela Travessa Central do Seixo – 33 talhões

Parque de Picoutos

A intervenção no Parque de Picoutos contemplou a sua requalificação ambiental e paisagística, tendo sido executada a sua limpeza, desmatagem e demolição de estruturas existentes. Com uma área de cerca de 7 hectares, dos quais 4,5 hectares estão localizados em áreas REN e RAN, este projeto resulta da avaliação das condicionantes e potencialidades do local, da necessidade de amenidade ambiental e ecológica da área de intervenção, da relação deste espaço com a sua envolvente e da avaliação das necessidades de recreio da população local.

No Parque de Picoutos foram executadas variadas infraestruturas, desde saneamento, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água e iluminação pública, bem como percursos pedonais, que incluíram a construção de passadiços e pontes em madeira sobre a ribeira. Foi também prevista a construção de duas hortas biológicas, uma constituída por 36 talhões e outra por 95 talhões, perfazendo um total de 131 talhões.

O projeto previu também a reformulação do revestimento vegetal da área intervencionada, através de podas das espécies arbóreas existentes, sendo que foram ainda implementadas novas sementeiras e novas plantações arbustivas e arbóreas.



Figura 6.1.7 | Planta do Parque de Picoutos

Parque das Austrálias

As intervenções realizadas no Parque das Austrálias têm como objetivos reforçar o carácter paisagístico do local, respeitando e consolidando a modelação do terreno existente e a vegetação não infestante, sendo efetuada a limpeza e reforço do revestimento vegetal com novas sementeiras e novas plantações de arbustivas e arbóreas. Pretende-se que o parque seja um espaço de reconciliação da malha urbana, respondendo às necessidades de ampliação da estrutura verde.

A intervenção foi efetuada numa área de 1,6 hectares, na Reserva Ecológica Nacional e incluiu duas pequenas parcelas com categoria de Área de Elevado Risco de Erosão, definidas pela morfologia do terreno (declive acentuado dos taludes).

No parque foram executadas várias infraestruturas, tais como, abastecimento de água, iluminação e percursos pedonais, a reconstrução de muros em pedra, a instalação de mobiliário urbano e a implementação de uma horta biológica com 36 talhões para a prática da agricultura biológica e compostagem, contribuindo para o reforço da memória da ruralidade.



Figura 6.1.8 | Planta do Parque das Austrálias

Atividades Económicas

Quadro 6.1.10| Evolução do efetivo empresarial por setor de atividade económica

Atividades Económicas	Ano		Variação 2016 – 2008	
	2016	2008	n.º	%
Total	19669	21038	-1369	-7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	528	217	311	143
Indústrias extrativas	3	2	1	50
Indústrias transformadoras	743	986	-243	-25
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	34	12	22	183
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11	14	-3	-21
Construção	843	1191	-348	-29
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3682	4470	-788	-18
Transportes e armazenagem	533	632	-99	-16
Alojamento, restauração e similares	1363	1395	-32	-2
Atividades de informação e de comunicação	348	313	35	11
Atividades imobiliárias	623	508	115	23
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2751	2727	24	1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3286	3730	-444	-12
Educação	1189	1370	-181	-13
Atividades de saúde humana e apoio social	2261	2086	175	8
Atividades artísticas, de espetáculos,	572	522	50	10

Atividades Económicas	Ano		Variação 2016 – 2008	
desportivas e recreativas				
Outras atividades de serviços	899	863	36	4

Quadro 6.1.11. | Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por setor de atividade económica

Atividades Económicas	Ano		Variação 2016 – 2010	
	2016	2010	n.º	%
Total	76366	75056	1310	2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	904	607	297	49
Indústrias extrativas	15	20	-5	-25
Indústrias transformadoras	9403	10637	-1234	-12
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	82	14	68	486
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	549	625	-76	-12
Construção	3652	4925	-1273	-26
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19075	19696	-621	-3
Transportes e armazenagem	4931	5548	-617	-11
Alojamento, restauração e similares	5705	5425	280	5
Atividades de informação e de comunicação	2356	1204	1152	96
Atividades imobiliárias	975	880	95	11
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5025	5039	-14	0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	15407	12668	2739	22
Educação	1881	2101	-220	-10
Atividades de saúde humana e apoio social	3481	3182	299	9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	976	672	304	45
Outras atividades de serviços	1949	1813	136	8

Relativamente às explorações agrícolas no RGA 2009 existiam no total 219 explorações com a seguinte natureza jurídica e orientação técnico-económica:

- 211 explorações com produtor singular;
- 6 explorações em sociedade;
- 2 com outras formas jurídicas
- 45 explorações especializadas em produções vegetais (111 hectares);
- 118 explorações especializadas em produção animal (881 hectares);
- 56 explorações mistas (154 hectares).

Para uma melhor caracterização da situação atual, reforça-se o pedido da informação sobre a população carenciada do concelho de Matosinhos, população carenciada que beneficia de habitação social e população residente que beneficia de tarifa social de transporte público coletivo.

Abastecimento e Saneamento

O serviço de abastecimento de água do concelho de Matosinhos é prestado em sistema verticalizado pela empresa Indaqua Matosinhos, através de concessão municipal até 2032. Têm acesso ao serviço 99% da população residente no município. A água é 99,76%% segura segundo os índices de qualidade da ERSAR.

O serviço de saneamento de águas residuais urbanas é prestado igualmente em modo verticalizado pela empresa Indaqua Matosinhos, tendo acesso ao serviço de drenagem 95% da população residente e 100% desta população ao serviço de tratamento de águas residuais urbanas. Este nível de cobertura foi possível através de um investimento de 60 milhões de euros efetuado no âmbito do projeto “Saneamento Básico a 100%” que pretendia garantir uma cobertura global do concelho com rede de saneamento e a substituição das redes unitárias por redes separativas, contribui para a redução dos focos de contaminação das linhas de água e, conseqüentemente, para o aumento do número de praias do concelho de Matosinhos que ostentam o galardão Bandeira Azul.

O serviço de recolha de resíduos urbanos é gerido pela CM Matosinhos e o tratamento é efetuado pela LIPOR, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Segundo os dados da ERSAR, a acessibilidade física ao serviço de recolha é de 93% da população residente, sendo que apenas 76% tem acesso ao serviço de recolha seletiva de resíduos urbanos. Estima-se que existam cerca de 932 ecopontos distribuídos pelo município (186 hab/ecoponto), que resultam em 88% de reciclagem de resíduos de recolha seletiva. Dispõe ainda de 4 ecopontos, 62 oleões, 4567 m³ de capacidade instalada em contentores e 37 viaturas afetas à recolha.

No Quadro 6.1.12 é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual correspondente às condições de acessibilidade e mobilidade do município de Matosinhos.

Quadro 6.1.12 | Síntese dos Indicadores para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Evolução da população residente segundo a estrutura etária (n.º/ano e %)	Ano 2001 – 167.026 habitantes Ano 2011 – 175.478 habitantes Ano 2017 – 173.753 habitantes	-	INE
Densidade populacional (hab.Km ⁻²)	Concelho de Matosinhos - 2 811,3 Custóias - 3.090,5 Guifões - 2.574,80 Lavra - 970,9 Leça do Balio - 1.928,1 Leça da Palmeira - 2.589,9	2011	INE

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
	Matosinhos - 6.182,3 Perafita - 1.573,8 Santa Cruz do Bispo - 1.571,5 São Mamede de Infesta - 4.623,4 Senhora da Hora - 7.343,6		
Nível de atendimento em abastecimento de água	99%	2016	ERSAR
Água segura	99,76%	2016	ERSAR
Nível de atendimento em saneamento de águas residuais	95%	2016	ERSAR
Nível de tratamento de águas residuais drenadas	100%	2016	ERSAR
Nível de atendimento da recolha seletiva	76%	2016	ERSAR
Habitação social disponível (n.º fogos, por população carenciada)	51 conjuntos habitacionais, num total de 4.330 fogos	2013	CMM
Equipamentos de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência (n.º de utentes/ capacidade *100)	<p>Infância e Juventude</p> <p>Creche/ Programa de Amas: 83,5%</p> <p>Estabelecimento de Educação Pré-escolar: 86,7%</p> <p>CATL: 63,3%</p> <p>Lar: 63,1%</p> <p>Terceira Idade</p> <p>Universidade Sénior: n.d.</p> <p>Centro de Convívio: 74,2%</p> <p>Centro de Dia: 68,2%</p> <p>Apoio Domiciliário: 55,2%</p> <p>Estrutura Residencial para Pessoas Idosas: 92,7%</p> <p>Deficiência</p> <p>Unidades de Estimulação Precoce: 100%</p> <p>CAO (Centro de Atividades Ocupacionais): 96,1%</p> <p>Lar Residencial: 98,6%</p>	2015	CMM
Incentivos à aquisição de habitação de custos controlado (n.º de pessoas beneficiadas €/ano);	Não existem incentivos municipais	2018	CMM
Incentivo à implementação de hortas comunitárias para famílias carenciadas (n.º de pessoas beneficiadas; €/ano; ha)	Não existem incentivos económicos à implementação de hortas comunitárias. Contudo, existe uma política municipal de promoção e criação de hortas comunitárias biológicas e sustentáveis.	2018	CMM
Equipamentos culturais, de desporto e de recreio e lazer (n.º de equipamentos por habitantes; localização)	Equipamentos de desporto – 332 instalações (1,9 equipamentos por cada 1000 habitantes); Equipamentos das áreas Cultura, Lazer e Turismo – 38 (0,3 equipamentos por cada 1000 habitantes)	2015	CMM
Evolução do efetivo Empresarial por CAE (n.º; %)	<p>Total – 19.669 empresas</p> <p>Variação 2016 – 2008: -7%</p> <p>- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas: 18,7%;</p> <p>- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares: 14%;</p>	2016	CMM

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades administrativas e dos serviços de apoio: 16,7% - Atividades de saúde humana e apoio social: 11,5%; - Alojamento, restauração e similares: 6,9%; - Educação: 6,0%; - Indústrias transformadoras: 3,8% - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca: 2,7% 		
Evolução do número de desempregados (n.º de desempregados; % sobre população total ativa)	<ul style="list-style-type: none"> - 7.102 desempregados inscritos no IEFP (Outubro de 2018); - 8.527 desempregados inscritos no IEFP (Outubro 2017); <p>Variação de -16,7%</p>	2018	IEFP
Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por setor de atividade económica (n.º; %)	<p>Total – 76.366 Variação 2016 – 2010: -1,8%</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos: 25%; - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares: 6,6%; - Atividades administrativas e dos serviços de apoio: 20,2% - Atividades de saúde humana e apoio social: 4,6%; - Alojamento, restauração e similares: 7,5%; - Educação: 2,5%; - Indústrias transformadoras: 12,3% - Transportes e armazenagem: 6,5% - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca: 1,2% 	2016	INE
Explorações agrícolas e orientação técnico-económica (n.º explorações especializadas, combinadas e explorações não classificadas e % sobre o total de explorações)	<p>RGA 1999 – 291 explorações com produtor singular; 1 exploração em sociedade; 2 com outras formas jurídicas;</p> <p>RGA 2009 - 211 explorações com produtor singular; 6 explorações em sociedade; 2 com outras formas jurídicas;</p> <p>Explorações especializadas - produções vegetais – 45 (111 hectares)</p> <p>Explorações especializadas - produtos animais – 118 (881 hectares)</p> <p>Explorações mistas – 56 (154 hectares)</p>	1999 2009	INE
Embarcações registadas com motor (n.º)	321 embarcações com motor registadas no porto de Matosinhos	2017	INE
Capacidade de alojamento, por tipologia (n.º de camas)	Estabelecimentos hoteleiros: 2.138 camas, um aumento de 21,8% comparativamente ao ano de 2014. Alojamento Local: 1.174 camas	2017 2018	INE Turismo de Portugal
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (n.º/ano)	456.872 dormidas, com um aumento de 44% comparativamente ao ano de 2014	2017	INE

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Produtos regionais certificados (DOP, IGP, ETG, DOC, etc.) (n.º por tipologia)	Não existem produtos regionais certificados	2018	CMM

Por fim, são identificadas no Quadro 6.1.13, as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Quadro 6.1.13 | Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

INDICADORES
O acesso aos serviços ambientais está, de um modo global, dentro das metas setoriais, apresentando bons níveis de cobertura e qualidade global de serviço, não se evidenciando carências significativas a este nível, com exceção da taxa de reciclagem que está abaixo do valor de referência (100%).
Decréscimo da população residente, sobretudo no grupo etário 0-24 anos e envelhecimento da população
Equipamentos sociais de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência próximos da capacidade máxima.
Decréscimo do efetivo empresarial
Apesar do aumento do pessoal ao serviço por setor de atividade, considera-se importante analisar este decréscimo do emprego em alguns setores de atividade, com especial foco para a indústria transformadora, comércio, construção, transportes, entre outros.

6.1.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos

Nas últimas décadas decorreram alterações significativas no território do concelho de Matosinhos, em virtude de transformações demográfica, dinâmica socioeconómica, políticas e estratégias de desenvolvimento europeias, nacionais e apoios comunitários.

Neste sentido, Matosinhos carece de uma estratégia de desenvolvimento territorial, que integre objetivos de desenvolvimento económico local e critérios de sustentabilidade alinhados com as novas estratégias de desenvolvimento; critérios de referenciação espacial dos usos e das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços; identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal; articulação com as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal,

O crescimento efetivo da população evidência a tendência para valores negativos na presente década. A situação atual caracteriza-se por um duplo envelhecimento da população do concelho, pela diminuição de nascimentos conjugada com o aumento da esperança de vida. A projeção da população do concelho é de diminuição, acompanhando o movimento de decréscimo da população do país.

Sem a implementação da Revisão PDM MATOSINHOS não existirá uma estratégia de reforço do potencial económico do concelho e da diversificação da oferta de emprego, fundamental para a fixação de população, o que tenderia a agravar a situação atual de redução da população residente e do efetivo empresarial.

A implementação da Revisão PDM MATOSINHOS contribui para uma melhoria das condições de habitabilidade e dos níveis e qualidade dos serviços ambientais; modernização e requalificação das áreas urbanas; para a promoção das atividades tecnológicas de base

produtiva e das indústrias tradicionais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas, nomeadamente entre a agricultura e a indústria transformadora, o turismo e as atividades associadas à pesca.

No que respeita aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e gestão, num cenário de ausência de revisão do PDM Matosinhos, considera-se que estes estariam assegurados dado que são geridos por entidades gestoras independentes do município e dos planos de ordenamento estipulados por este. Contudo, estes instrumentos de planeamento podem servir como suportes de agilização e promoção de ações mais ou menos diretas de beneficiação da qualidade dos serviços ambientais prestados à população residente.

6.1.5. Avaliação Estratégica de Efeitos

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a estratégia proposta pela proposta de PDM assenta num conjunto de objetivos, estratégicos e gerais, e respetivas ações programadas assumidas no Programa de Execução. Neste contexto, entendeu-se que estes objetivos e ações devem ser o objeto de avaliação estratégica de efeitos ambientais. Assim, a avaliação apresentada no Quadro 6.1.14 verte sob os objetivos e ações que se consideram apresentar uma correlação ou sinergia relevante para a temática/FS em avaliação – Desenvolvimento Socioeconómico e respetivos objetivos expostos no capítulo 6.1.2.

Quadro 6.1.14 | Avaliação Estratégica de Efeitos da Revisão PDM Matosinhos para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vetor A. Qualificação Ambiental – Valorizar os recursos naturais e a paisagem		
Objetivo Estratégico - Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável		
1.1 Promover a qualificação e defesa do espaço rural	- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços naturais; - Promoção dos modos ativos de mobilidade sustentável (criação de rede ciclável destinada à mobilidade diária; criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça), criação de condições de estacionamento para bicicletas (criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
1.2 Valorizar o sistema natural costeiro	- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços de lazer complementares à prática banhar (UOPG1);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
1.3 Recuperar e valorizar o vale do	- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços de verdes associados	Não Identificadas

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Leça</i>	<p>a corredores fluviais (Parque da Paz; Parque de S. Brás e Parque do Monte Castêlo);</p> <p>- Promoção dos modos ativos de mobilidade sustentável, criação de condições de estacionamento para bicicletas;</p>	
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
<i>1.4 Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades</i>	<p>- Oportunidade para dinamizar a economia local e promover o desenvolvimento de espaços rurais assentes na atividade agrícola, turismo da natureza e turismo cultural (infraestruturas de apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago);</p> <p>- Promoção dos modos ativos de transporte sustentável (criação de condições de estacionamento para bicicletas);</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
<i>1.5 Promover os espaços verdes de utilização coletiva</i>	<p>- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços verdes (rede de espaços verdes para fruição dos corredores fluviais);</p> <p>- Melhoria das acessibilidades e mobilidade sustentável, através da melhoria dos arruamentos da rede local, melhoria das condições de circulação pedonal, pontos de estacionamento para bicicletas;</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
<i>1.6 Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos</i>	<p>- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços verdes (rede de espaços verdes para a fruição dos corredores fluviais; recuperar os corredores ecológicos das linhas de água);</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
<i>1.7 Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade</i>	<p>-Melhoria da qualidade de vida dos habitantes através do enquadramento paisagístico das áreas adjacentes à rede rodoviária nacional, no atravessamento dos aglomerados urbanos;</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C	-
<i>1.8 Prossecutar a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES</i>	<p>- Oportunidade para o desenvolvimento de atividades económicas complementares;</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>1.9 Prossecutar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC</i>	<p>- Oportunidade para o desenvolvimento de atividades económicas complementares;</p>	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-

Vetor E. INDUÇÃO ECONÓMICA – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica(I&D+I)

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Objetivo Estratégico - Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica		
<i>Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho</i>	-Contributo para a melhoria da mobilidade e acessibilidades (UOPG1; UOPG2); -Melhorar a qualidade de vida da população e do espaço público através da realocação das atividades económicas descontextualizadas e remoção de depósitos de sucatas dispersos pelo concelho (UOPG5; UOPG6);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico</i>	- Melhoria da eficiência da rede viária e reforço da mobilidade sustentável (UOPG3);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
Objetivo Estratégico - Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica		
<i>Promover a instalação de novas atividades económicas</i>	- Contributo para o aumento do efetivo empresarial, criação de emprego e riqueza para o concelho associado aos setores do turismo e outros setores de atividade (UOPG1; UOPG3; UOPG4); -Contributo para a melhoria da conectividade territorial para as empresas;	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional</i>	- Oportunidade para dinamizar as atividades económicas associadas ao espaço rural, nomeadamente a atividade agrícola, turismo em espaço rural, atividades de lazer, entre outras (UOPG1, UOPG2; UOPG6); - Contribuir para aumentar a competitividade dos territórios rurais e desenvolver economias de escala; - Contributo para dinamizar as atividades económicas associadas ao turismo costeiro (UOPG4), turismo da natureza, turismo cultural e religioso, através da qualificação de percursos patrimoniais e paisagísticos, assim como do Caminho da Costa ao Caminho Central de Santiago (UOPG5); - Oportunidade para aumentar o efetivo empresarial associado ao setor do alojamento e restauração, bem como o emprego e a riqueza criada no concelho (UOPG3; UOPG4); - Melhorar a oferta de equipamentos relacionados com práticas desportivas em zona costeira (desportos náuticos, pesca desportiva, mergulho,...); - Dinamizar e promover a instalação de novas atividades económicas associadas às unidades de saúde e bem-estar; - Oportunidade para promover a qualificação da oferta hoteleira (UOPG3); -Melhoria das acessibilidades e mobilidade (criação de novos arruamentos e atravessamentos, desvio do tráfego, promoção dos modos suaves ativos e melhoria da circulação pedonal);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vetor U. Qualificação Urbanística – Qualificar os ambientes urbanos		
Objetivo Estratégico – Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social		
<i>Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial</i>	-Melhoria das acessibilidades e mobilidade (criação de novos arruamentos e atravessamentos, desvio do tráfego, promoção dos modos suaves ativos e melhoria da circulação pedonal, melhoria dos transportes coletivos (infraestruturas ferroviárias da linha de Leixões e linha de metro de São Mamede Infesta); - Contributo para o aumento do efetivo empresarial, criação de emprego e riqueza para o concelho associado aos setores do turismo e outros setores de atividade (UOPG1; UOPG2; UOPG5; UOPG6);	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Rentabilizar/projetar/capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas, face à distribuição e necessidades da população</i>	- Oportunidade para melhorar a oferta e suprimir as lacunas existentes ao nível da qualidade dos equipamentos e capacidade instalada; - Valorização dos espaços verdes de lazer do concelho, melhoria das acessibilidades e mobilidade pedonal; - Melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade para os modos suaves (criação aumento da capacidade para atrair população e atividades económicas	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Prossecutar a estratégia local de habitação - ELH</i>	- Oportunidade para requalificar e reabilitar o património residencial, comercial e espaços públicos do município; -Oportunidade para melhorar as condições sociais e habitacionais da população carenciada; - Melhorar a oferta habitacional para a classe média e jovem; -Promover a reabilitação urbana do património imobiliário destinado ao arrendamento habitacional;	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
Objetivo Estratégico – Promover a coesão do espaço urbano		
<i>Reabilitar o espaço urbano</i>	- Contributo para a resolução de problemas de degradação física e socioeconómica, qualificação do ambiente urbano; - Melhoria da qualidade do espaço público e favorecimento da coerência urbana; - Melhorar a oferta de equipamentos culturais e a qualidade dos espaços públicos;	Não Identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Assegurar a continuidade urbano - rural</i>	- Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços de verdes associados a corredores fluviais (Parque da Paz; Parque de S. Brás,	Não Identificadas

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Parque do Monte Castelo e Angeiras);	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Promover a qualidade das novas intervenções urbanas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade dos espaços públicos urbanos e favorecimento da coerência urbana; - Melhoria das acessibilidades e mobilidade (criação de novos arruamentos na rede local, desvio do tráfego, melhoria do estacionamento); - Contributo para a utilização diária de modos suaves ativos (rede ciclável diária para promover a mobilidade sustentável); 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
Vetor MT. Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável		
Objetivo Estratégico – Melhorar as condições de acessibilidade		
<i>Aproximar as pessoas e as atividades</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, através da melhoria das acessibilidades rodoviárias e infraestruturas ferroviárias (linha de Leixões e linha de Metro de São Mamede Infesta); - A melhoria dos equipamentos culturais e desportivos contribuem para a valorização do concelho e aumento da capacidade para atrair população e atividades económicas; 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade de vida para os habitantes, promoção da mobilidade sustentável através da criação de uma rede de caminhos rurais, criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal, criação de condições para usufruto de modos ativos de mobilidade sustentável; 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
Objetivo Estratégico – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos		
<i>Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade de vida para os habitantes; 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade de vida para os habitantes; 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Aumentar a competitividade do Transporte Público</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade de vida para os habitantes; 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Reestruturar o sistema rodoviário</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as condições de funcionamento das atividades económicas e a qualidade de vida para os habitantes. 	Não Identificadas

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
Vetor G. Governança – Promover a construção coletiva do território		
Objetivo Estratégico – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento		
<i>Promover a participação da sociedade civil</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para uma sociedade mais justa e inclusiva; - Promover a inclusão e participação de todos os grupos sociais na governação municipal;~ - Segundo o Programa de Execução não foram definidas ações que contribuem para a melhoria dos serviços de saneamento e gestão de resíduos. No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com a gestão dos serviços ambientais, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais relacionadas com estas temáticas. 	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitação do associativismo; - Oportunidade para qualificar e melhorar a competitividade as empresas e recursos humanos associados às atividades económicas primárias; -Oportunidade para melhorar a oferta de equipamentos sociais, de saúde e culturais; - Oportunidade para capacitar os agentes locais, conhecedores e dinamizadores do tecido social do concelho; consolidando assim a rede de parceiros locais e possibilitando-lhe a oportunidade de gerirem com qualidade os equipamentos criados e suas valências ao serviço da população de Matosinhos, quer residente, quer presente; - Segundo o Programa de Execução não foram definidas ações que contribuem para a melhoria dos serviços de saneamento e gestão de resíduos. No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e o estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas. 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Segundo o Programa de Execução não foram definidas ações que contribuem para a melhoria dos serviços de saneamento e gestão de resíduos. No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e a integração destas no sistema de monitorização o PDM, existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais e assim promover a sua efetiva concretização, caso venham a ser definidas ações nestas matérias. 	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	--	-
Objetivo Estratégico – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional		
<i>Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)</i>	- Oportunidade de troca e transferência de experiências e desenvolvimento conjunto das abordagens e instrumentos que melhorem a eficácia de políticas de desenvolvimento local e contribuam para a modernização económica; - Segundo o Programa de Execução não foram definidas ações que contribuem para a melhoria dos serviços de saneamento e gestão de resíduos. No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e o estabelecimento de parcerias e cooperações com outras entidades com vista à troca de experiências e estabelecimento de planos de trabalho existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-
<i>Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos</i>	- Contributo para atrair investimento, empresas, criação de emprego e riqueza para o concelho;	Não Identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C; Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T - Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Tendo por base os objetivos estratégicos, o Regulamento e o Programa de Execução, que se articulam com o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”, verifica-se que a Revisão PDM Matosinhos pretende contribuir no desenvolvimento do potencial turístico costeiro, na promoção e qualificação do espaço rural e das atividades económicas primárias, na criação de infraestruturas empresariais tendo em vista a instalação de novas atividades económicas.

Considera-se assim, que a Revisão PDM Matosinhos promove através das políticas urbanísticas propostas, a afirmação do papel do município no contexto da Área Metropolitana do Porto, contribuindo para a sua projeção nacional e internacional.

Considera-se ainda, que as ações e atividades permitidas na faixa de proteção costeira e na faixa de proteção complementar contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e usufruto do espaço público, sendo de destacar as construções de estruturas para a circulação pedonal ou bicicletas, e outras estruturas de apoio à fruição pública, desde que não alterem o perfil natural, não prejudiquem as condições de escoamento e se integrem em percursos existentes suscetíveis de serem mantidos.

São ainda permitidas obras de conservação de empreendimentos turísticos existentes e devidamente licenciados, acautelando sempre os interesses de salvaguarda do sistema litoral

e dos recursos naturais, bem como a valorização de elementos patrimoniais e arqueológicos classificados de interesse nacional, público ou municipal, nos termos da legislação, incluindo obras de conservação, alteração e reconstrução e construção de acessos.

Os equipamentos de utilização coletiva existentes, de nível fundamental, que promovem a qualidade de vida, apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer, encontram-se corretamente identificados na planta de ordenamento, assim como as áreas estratégicas para a criação de novos equipamentos de utilização pública, numa perspetiva de desconcentração e proximidade.

Contudo, existe um conjunto de apostas ao nível dos resíduos e saneamento que se considera que deveriam ser alvo de maior foco ao nível das ações previstas, de forma a assumir claramente a estratégia global da revisão do PDM.

Em síntese, o Quadro 6.1.15 apresenta uma análise à evolução dos critérios de avaliação definidos no âmbito do presente FS, tendo em conta a situação de referência, e a sua evolução tendo em consideração a implementação ou não da presente proposta de PDM Matosinhos.

Quadro 6.1.15 | Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
O PDM está a dotar o concelho com infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes e de que forma contribui para a melhoria dos níveis de saúde e bem-estar da população?		⇒	⇒
De que forma o PDM contribui para o equilíbrio demográfico, para a fixação da população bem como para a dinâmica territorial?		⇒	↗
O PDM está a promover a inclusão da população socialmente carenciada?	<i>Não é possível analisar a situação atual referente a este critério.</i>	⇒	↗
O PDM está a facilitar o acesso a equipamentos coletivos e de recreio e lazer?		⇒	↗
O PDM está a discriminar positivamente as atividades geradoras de emprego e riqueza?		⇒	↗ ↗

Legenda:

Situação Atual: Distância à situação desejável (orientações QRE)

Tendências de Evolução:

Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
↘ ↘	↘	⇒	↗ ↗
Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE
Muito positiva Aproximação às orientações do QRE			Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Em síntese, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, no Quadro 6.1.16 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização dos Objetivos, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Desenvolvimento Socioeconómico”.

Quadro 6.1.16 | Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS									OBSERVAÇÕES
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA		
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2	
1										Não está devidamente internalizada e esclarecida no programa de execução e Regulamento quais as estratégias, medidas ou normas regulamentares que contribuam para a promoção das condições de salubridade e de saneamento ambiental de águas residuais e resíduos produzidos nos espaços públicos, zonas verdes ou parque edificado, quer seja em espaço urbano ou rural. Independentemente das responsabilidades diretas das entidades gestoras e operadores setoriais destes serviços ambientais, o PDM deverá definir um quadro estratégico e orientador do modelo pretendido relativamente a estas questões ambientais, compatível com os planos especiais de ordenamento do território ou setoriais relativos a estas matérias, devendo para isso definir normas regulamentares em sede de Regulamento relativas a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturização ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para cada tipologia de solo (urbano ou rural), bem como definir possíveis ações de índole material ou imaterial (p.e. ações de sensibilização) que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais.
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS não assegurada /internalizada no Plano		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
--	---	--	---	--	--------------------------------------	--	-----------------------------

Objetivos Estratégicos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- E.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;
- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de Planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional;

Questões Estratégicas:

- QEAS1.Melhoria do estado das massas de água;
- QEAS2.Reordenamento e defesa da faixa costeira;

- QEAS3.Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5.Requalificação paisagística e natural;
- QEAS6.Preservação do solo;
- QEAS7.Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8.Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9.Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10.Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11.Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

6.1.6. Recomendações

De forma geral verifica-se que a proposta de revisão do PDM Matosinhos responde às principais necessidades identificadas ao nível do “Desenvolvimento Socioeconómico”.

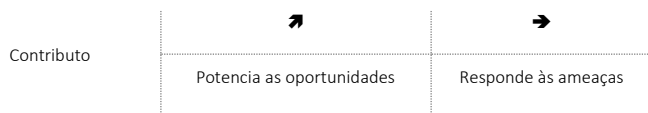
Contudo, considera-se que, ao longo da sua implementação, o plano poderá ainda potenciar o seu já positivo contributo, bem como reforçar ou concretizar de forma mais específica algumas apostas e intervenções para os objetivos do presente FS, através da integração das recomendações propostas no Quadro 6.1.17.

Quadro 6.1.17 | Recomendações no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
Ponderar e integrar ações que contribuam de forma direta para a concretização do objetivo, “Promover a instalação de novas atividades” como por exemplo, a integração ou desenvolvimento de ações que promovam e divulguem os imóveis disponíveis para atração de novas atividades económicas. As atuais ações propostas para este objetivo contribuem de forma muito indireta para a sua concretização ou não permitem perceber como podem ajudar no seu cumprimento.	Assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes;	↗	- Contributo para o aumento do efetivo empresarial, criação de emprego e riqueza para o concelho associado aos setores do turismo e outros setores de atividade; -Contributo para a melhoria da conectividade territorial para as empresas;
Analisar, no objetivo "Promover a participação da sociedade civil", de que forma as ações propostas contribuem para a sua concretização. Sugere-se a inclusão de ações que promovam efetivamente a participação da sociedade, nomeadamente, a promoção de workshops temáticos, sensibilização educacional para comportamentos mais sustentáveis, criação de grupos de discussão por freguesia, entre outros.	Assegurar a Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;	↗	- Contributo para uma sociedade mais justa e inclusiva; - Promover a inclusão e participação de todos os grupos sociais na governação municipal;
Ponderar a inclusão de ações, para o objetivo “Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas”, que promovam a dinâmica de governança entre a CM e os diversos stakeholders, quer públicos, quer privados, no sentido de intervir na qualificação do território. É importante incluir nestas parcerias as associações de agricultores e pescadores que contribuem para a dinamização do setor primário. Considera-se que as atuais ações associadas a esse objetivo não são de contributo direto para a sua concretização.	Assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes; Assegurar a Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;	↗	- Oportunidade para capacitar os agentes locais, conhecedores e dinamizadores do tecido social do concelho; consolidando assim a rede de parceiros locais e possibilitando-lhe a oportunidade de gerirem com qualidade os equipamentos criados e suas valências ao serviço da população de Matosinhos, quer residente, quer presente;
Definir critérios, em sede de portaria, relativos a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturação ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para	Capacitação territorial de equipamentos e infraestruturas ambientais capazes de satisfazer as necessidades das atividades antropogénicas e mitigar os riscos e pressões associadas ao	↗	Promoção das condições de salubridade e de saneamento ambiental de águas residuais e resíduos produzidos nos espaços públicos, zonas verdes ou parque edificado, quer seja em espaço urbano ou rural.

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
<p>cada tipologia de solo (urbano ou rural), bem como as ações de índole material ou imaterial (p.e. ações de sensibilização) que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais.</p> <p>No âmbito dos serviços de recolha de resíduos urbanos, da responsabilidade direta da CM Matosinhos, sugere-se a inclusão de ações que promovam a recolha seletiva de resíduos de embalagem e, se possível, de resíduos orgânicos, aproveitando a oportunidade de remodelação dos equipamentos de recolha para implementação adicional de ecopontos e/ou sistemas PAYT.</p>	<p>abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos, mantendo as condições ambientais, de salubridade e qualidade de vida.</p>		
<p>Incluir ações orientadas para a qualificação da atividade agrícola e pecuária, como por exemplo, a dinamização de eventos, feiras e exposições agrícolas e pecuárias anuais; criação de mercados diários de produtos biológicos e locais, promoção de ações de sensibilização dos empresários dos setores agropecuário e agrícola para as boas práticas ambientais e incentivos económico-financeiros existentes que melhorem a competitividade das explorações.</p>	<p>Assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes</p>	↗	<p>É importante valorizar todas as atividades económicas associadas ao setor primário.</p>
<p>Incluir ações orientadas para a economia de mar, com especial foco para os setores da pesca, aquicultura, inovação e tecnologia associadas ao mar.</p>	<p>Assegurar a competitividade do concelho, baseada em economias locais fortes</p>	↗	<p>É importante inverter a tendência de decréscimo do efetivo empresarial e do emprego, em alguns setores de atividade considerados estruturantes para o concelho.</p>

Legenda:



De referir que, na versão preliminar do RA submetida a consulta pública, foram propostas algumas recomendações à fase de proposta de plano que não foram entretanto assimiladas e que não poderão ser em sede da sua implementação, pela sua própria natureza, designadamente:

- Pormenorizar e internalizar de que forma vai ser concretizado o objetivo "Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho", de modo a avaliar se as ações propostas contribuem para a implementação deste objetivo. Por exemplo, como se pretende intervir ao nível da contenção e ordenamento das áreas industriais e de logística em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e social, uma vez que existem no concelho indústrias consideradas perigosas na proximidade de equipamentos coletivos.
- Detalhar de que forma o objetivo "Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança" vai ser implementado e que ações o integram.
- Detalhar que forma vai ser aumentada a capacidade de resposta dos equipamentos sociais de apoio à 3.ª idade e deficiências.

As recomendações que constam do Quadro 6.1.17 foram também apresentadas em sede da referida versão preliminar do RA, mas dada a sua natureza, foi possível reformular e ajustar no sentido de serem passíveis de ainda serem aplicadas ao longo da implementação da revisão do PDM.

6.2. Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano

6.2.1. Introdução

O presente FS assume-se com particular relevância para a avaliação da sustentabilidade do concelho de Matosinhos em consequência da intensa atividade humana e económica existente na Região. Esta atividade humana e económica é responsável por alterações ao nível do parque edificado, infraestruturas, espaços abertos, bem como evoluções ao nível do consumo de recursos naturais e energéticos, proporcionando efeitos para a sustentabilidade destes, condições ambientais e clima, competitividade e qualidade de vida da comunidade.

6.2.2. Objetivos e Indicadores

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais e QEAS presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente FS tem os seguintes objetivos:

- Agilizar a utilização de fontes de energia mais limpas e renováveis de energia e a adoção de equipamentos com maior eficiência energética;
- Uso de técnicas de construção sustentável, sensibilização para a adoção de boas práticas, e promoção da implementação de sistemas tecnológicos de gestão energética ou equipamentos com maior eficiência energética no parque edificado público e privado.
- Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas;
- Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial/industrial e residencial numa lógica de promover o equilíbrio entre os diferentes usos;
- Promover o crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações de reabilitação em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbanas.

Quadro 6.2.1 | Indicadores selecionados para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
O PDM está a contribuir para o ordenamento e compatibilização dos espaços industriais, comerciais e residenciais?	Solos por tipologia (ha;%)	Ocupação e distribuição, por tipologia de utilização do uso do solo no concelho (em hectares e/ou percentagem).
	Áreas urbanizadas por tipologia (ha e %)	Afere as áreas urbanizadas por tipologia no concelho (em hectares e %).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
	Áreas de expansão urbana por tipologia (ha e %)	Análise ao número de edifícios novos, construídos por ano, com fins habitacionais, não habitacionais ou mistos (n.º/ano).
	Espaços verdes (n.º; ha e %)	Número de espaços verdes e outros espaços de recreio e lazer e respetiva área ocupada relativamente à área superficial total (%).
	Ações de requalificação urbana nos últimos cinco anos (n.º ações, área e €/ano)	Análise ao número de ações de requalificação urbana implementadas no concelho (n.º e área de implantação das ações).
	Planos de Urbanização e Planos de Pormenor aprovados nos últimos cinco anos (n.º planos, área)	Análise ao número de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor implementados no concelho (n.º e área de implantação dos planos).
De que forma o PDM contribui para a melhoria da qualidade do ar e ambiente sonoro?	Zonas sensíveis com níveis excessivos de ruído (n.º)	Identificação das zonas sensíveis do concelho com níveis excessivos de ruído
	Nº de excedências anuais de poluentes atmosféricos (n.º excedências)	Número de excedências anuais de poluentes atmosféricos do concelho, para o ano mais recente disponível
De que forma o PDM promove a utilização de técnicas de construção sustentável e de que forma orienta a racionalização dos consumos energéticos?	Projetos licenciados no âmbito da eficiência energética / energias renováveis	Número de projetos de construção licenciados pelo município com forte índole de aquisição de eficiência energética ou de implementação de energias renováveis, nos últimos cinco anos.
	Edifícios com certificação energética por tipologia de classe energética	Número de edifícios com certificação energética e percentagem por tipologia de classe.
	Ações/medidas de racionalização dos consumos energéticos na administração pública local nos últimos cinco anos	Número de ações de racionalização de consumos energéticos nos edifícios da administração pública e iluminação pública, nos últimos cinco anos, e respetivo grau de execução (%).
	Reduções de custos na administração pública local, relacionados com a implementação de ações/medidas de racionalização energética nos últimos cinco anos	Grau de redução de custos energéticos atingido com a implementação de ações de racionalização energética nos últimos cinco anos (%).
	Ações/medidas nos últimos cinco anos que promovam a construção sustentável (n.º e tipologia)	Número de ações que promovam a construção sustentável nos últimos cinco anos, e respetivo grau de execução (%).
O PDM está a permitir a expansão do espaço urbano ou está a contribuir para a consolidação e reabilitação do espaço urbano já existente?	Edifícios reconstruídos/ampliados (n.º nos últimos 5 anos)	Análise da evolução do número de edifícios reconstruídos e ampliados licenciados nos últimos 5 anos.
	Edifícios de génese ilegal (n.º) com autos nos últimos 5 anos	Análise da evolução do número de edifícios ilegais com levantamento de autos pelas autoridades competentes nos últimos 5 anos.
	Edifícios reconstruídos/ampliados (n.º nos últimos 5 anos)	Análise da evolução do número de edifícios reconstruídos e ampliados licenciados nos últimos 5 anos.

6.2.3. Situação Atual

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para avaliar a sustentabilidade da revisão do PDM Matosinhos, é apresentado, neste capítulo, uma abordagem sucinta, por critério, no que se refere à “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”, a partir da aferição e cálculo dos indicadores previamente definidos e aprovados em sede de RDA.

Solo Rural por Tipologia

Tendo em conta que aquando da publicação do presente PDM, a tipologia de Solo Rural não era aplicável, optou-se por se calcular o indicador a partir da classe de uso do solo de “Zona de Salvaguarda Estrita”, a qual incluía as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Regional (RAN) e as áreas *non-aedificandi*.

Assim sendo, é possível constatar, em termos absolutos, que as áreas rurais ocupam uma área de cerca de 1 755 ha (28,1% do concelho), com especial relevância no centro e norte do concelho. Desagregando o total do solo rural pelas classes que o constituem, a classe de RAN apresenta maior valor absoluto, cerca de 1030 ha, sendo que a área de REN é de 726 ha.

Áreas urbanizadas por tipologia (ha e %)

No sentido de aferir acerca das áreas urbanizadas por tipologia (Quadro 6.2.2), utilizaram-se os dados do PDM em vigor, o qual estava subdividida por Área Urbana Consolidada e Área Urbana de Expansão, que sua vez incluem as tipologias Zona Urbana e Urbanizável constituída pelas tipologias Área Predominantemente Residencial, Área Exclusiva de Moradia Isolada, Área Predominantemente de Serviços, Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem, Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis, Área Predominantemente Industrial, Área de Equipamento, Área Verde, de Parque e Cortina de Proteção Ambiental e Conjunto Arquitetónico/Paisagístico a Salvaguardar.

A área urbana consolidada, referente às Áreas Predominantemente Residenciais ocupam cerca de 1450 hectares (23,3% da área do concelho), seguido das classes de Área Exclusiva de Armazenagem de Combustíveis e Área de Equipamento com cerca de 200 hectares . Com menor área encontra-se a Área Exclusiva de Moradia Isolada, com uma área ocupada de apenas 2 hectares.

Nas áreas urbanas para expansão, as maiores reservas de disponibilidade encontram-se nas tipologias de Área predominantemente residencial (647 hectares, cerca de 10% da área total do concelho), seguido pela Área de equipamento com cerca de 210ha e da área predominantemente industrial com cerca de 150 hectares.

Considerando a área urbana total, verifica-se que a área urbana do concelho ocupa cerca de 57% do território concelhio, no qual se destaca claramente a tipologia de Área predominantemente residencial, ocupando esta 33,7% do total da área de Matosinhos.

Quadro 6.2.2 | Área Urbana por Tipologia

INDICADORES	ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 1992		ÁREA URBANA PARA EXPANSÃO EM 1992		ÁREA URBANA TOTAL	
	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO
Área Predominantemente Residencial	1 454	23,3	647	10,4	2 101	33,7
Área Exclusiva de Moradia Isolada	2	0,03	123	2,0	125	2,0
Área Predominantemente de Serviços	137	2,2	37	0,6	174	2,8
Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem	149	2,4	65	1,0	214	3,4

INDICADORES	ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 1992		ÁREA URBANA PARA EXPANSÃO EM 1992		ÁREA URBANA TOTAL	
	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO
Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis	214	3,4	30	0,5	244	3,9
Área Predominantemente Industrial	156	2,5	153	2,5	309	5,0
Área de Equipamento	207	3,3	209	3,3	416	6,7
Total	2 319	37,2	1 264	20,3	3 583	57,4

Áreas de expansão urbana por tipologia (ha e %)

De forma a aferir sobre a área de expansão urbana ocorrida no concelho de Matosinhos, foi analisado o “Relatório de avaliação da execução do PDM de 1992 e de identificação dos principais fatores e evolução do Município de Matosinhos”, publicado pela Câmara Municipal de Matosinhos em 2015, na qual é realizada uma análise da expansão da área urbana entre 1992 e 2014.

Assim sendo, analisando o Quadro 6.2.3, verifica-se que a área urbana consolidada total cresceu 295 ha, suportada grandemente pelas tipologias de Áreas predominantemente residencial – 158 ha justificado grandemente pelo trabalho das cooperativas de habitação e agentes do setor privado, assim como pelos investimentos do município em habitação social e nos Programas Especiais de Realojamento (PER) e Área de equipamentos – 89 ha, justificado pelo investimento público ao nível da ação social e desportiva.

Realizando uma análise relativa, destaca-se claramente o crescimento de 550% da Área exclusiva de moradia isolada, a qual passou de uma área de apenas 2 ha em 1992 para os 13 ha em 2014 (tendo no entanto reduzido impacto territorial com apenas 13 ha de ocupação), podendo-se também assinalar o crescimento de cerca de 20% nas Áreas predominantemente de serviços e de armazenagem.

Quadro 6.2.3 | Área Urbana Consolidada entre 1992 e 2014

INDICADORES	ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 1992		ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 2014		CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA (%)	TOTAL DE ÁREA CONSOLIDADA ENTRE 1992 E 2014
	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO		
Área Predominantemente Residencial	1454	23,3	1612	25,8	10,87	158
Área Exclusiva de Moradia Isolada	2	0,03	13	0,2	550	11
Área Predominantemente de Serviços	137	2,2	137	2,2	0	0
Área Predominantemente de Serviços e de	149	2,4	180	2,9	20,8	31

INDICADORES	ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 1992		ÁREA URBANA CONSOLIDADA EM 2014		CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA (%)	TOTAL DE ÁREA CONSOLIDADA ENTRE 1992 E 2014
	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO		
Armazenagem						
Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis	214	3,4	215	3,4	0,46	1
Área Predominantemente Industrial	156	2,5	161	2,6	3,2	5
Área de Equipamento	207	3,3	296	4,7	43	89
Total	2319	37,2	2614	41,9	12,7	295

Relativamente às áreas urbanas ainda disponíveis (Quadro 6.2.4 - área urbana para expansão) em 2014, é possível averiguar que ainda existem cerca de 490 ha de Áreas predominantemente residencial disponíveis, assim como uma elevada área disponível para Área predominantemente industrial (148 ha), indicando claramente um investimento em atividade produtiva do setor secundário reduzido face ao investimento em habitação.

Quadro 6.2.4 | Área Urbana para Expansão entre 1992 e 2014

INDICADORES	ÁREA URBANA PARA EXPANSÃO (1992)		ÁREA URBANA PARA EXPANSÃO (2014)		OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA EM 1992 (%)	PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO (2014)
	TOTAL	% DO CONCELHO	TOTAL	% DO CONCELHO		
Área Predominantemente Residencial	647	10,4	489	7,8	69,20	76,72%
Área Exclusiva de Moradia Isolada	123	2,0	112	1,8	0,09	0,62%
Área Predominantemente de Serviços	37	0,6	37	0,6	6,52	6,52%
Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem	65	1,0	34	0,5	7,09	8,56%
Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis	30	0,5	29	0,5	10,18	10,23%
Área Predominantemente Industrial	153	2,5	148	2,4	7,42	7,66%
Área de Equipamento	209	3,3	120	1,9	9,60	14,08%

Áreas verdes (n.º; ha e %)

As áreas verdes presentes no concelho de Matosinhos contemplam áreas com funções de cortinas arbóreas para proteção ambiental e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer e desporto.

Incluídas pelo PDM em vigor na categoria de áreas verdes, encontram-se os Jardins/Parques do Largo da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos e Parque 25 de Abril, o Campo da Feira de Santana e o Jardim de Basílio Teles.

No total, os espaços verdes presentes, compreendem no total uma área de 390,1 ha, o que representa uma área disponível de cerca de 23 m² por habitante (assumindo 175 478 habitantes dos Censos 2011).

Planos de Urbanização e Planos de Pormenor aprovados nos últimos cinco anos (n.º planos, área)

Os planos de urbanização (art.º 87º do Decreto Lei 46/2009) e os planos de pormenor (art.º 90º do Decreto Lei 46/2009) visam concretizar políticas de ordenamento do território e urbanismo de determinadas áreas do território municipal.

No município de Matosinhos, segundo dados da Direção Geral do Território, encontram-se em vigor sete Planos de Pormenor e 10 Planos de Urbanização. Nos últimos cinco anos verifica-se uma crescente preocupação urbanística pelo município, uma vez que foram publicados dois Planos de Pormenor e 4 Planos de Urbanização, conforme se pode verificar no Quadro 6.2.5.

Quadro 6.2.5 | PMOT em vigor no concelho de Matosinhos nos últimos 5 anos

INDICADORES	PUBLICAÇÃO D.R	DATA D.R.
Plano de Pormenor para o Terreno Compreendido entre a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a Rua de Nogueira Pinto	Aviso n.º 3238/2017	28/3/2017
Plano de Pormenor para os Terrenos Adjacentes do Entroncamento entre a Av. Salgado Zenha e Rua Joaquim da Silva Cruz	Aviso n.º 513/2015	15/1/2015
Plano de Urbanização da Frente Urbana da Circunvalação do Ic1 À Rua do Alto do Viso	Aviso n.º 13369/2016	28/10/2016
Plano de Urbanização de Matosinhos Sul (2ª alteração)	Aviso n.º 10190/2018	27/7/2018
Plano de Urbanização para os Quarteirões a Norte da Av. da República entre a Rua Heróis de França, Rua Tomás Ribeiro e Av. D. Afonso Henriques	Aviso n.º 641/2015	20/1/2015
Plano de Urbanização para uma Zona a Sul da Rua Armando Vaz, na Envoltante das Ruas da Guarda e António da Silva Cruz	Aviso n.º 2269/2014	13/2/2014

Edifícios de génese ilegal (n.º)

De acordo com o relatório de “Proposta de Viabilização de Áreas Urbanas de Génese Ilegal Urbanisticamente Condicionadas (AUGI) do Concelho de Matosinhos” publicado em 2016, o concelho possui uma área AUGI de 287,77 hectares.

Deste 2005 (ano em que foi elaborado um projeto de reconversão da AUGI pelo município de Matosinhos) até ao 3º trimestre de 2011 (Quadro 6.2.6), denota-se uma clara evolução do número de pedidos de legalização de processos, passando de cerca de 230 processos concluídos em 2005 para os 354 em 2011.

Ainda dentro do relatório das áreas AUGI de Matosinhos, foi realizado um exercício de aproximação da população do concelho (Censos 2011), relativamente ao número de casos AUGI existentes. Os resultados obtidos permitiram aferir 6593 lotes construídos em AUGI e 17537 residentes nessas áreas, daí se podendo concluir que cerca de 10% da população de Matosinhos se encontra em área AUGI.

Quadro 6.2.6 | Processos AUGI de 2005 a 2011

SITUAÇÃO PROCESSO	ATÉ 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (3º TRIMESTRE)
Com Processos já Concluídos e Alvarás Emitidos	230	242	254	270	325	346	354
Com Processos em Tramitação	85	117	106	96	63	44	35
Sem Processos Formados (Compropriedades já Conhecidas)	0	0	14	27	19	13	12
Total	315	359	374	393	407	403	401

Qualidade do Ar

No que concerne à qualidade do ar, e de acordo com a informação disponível no Portal QUALAR, existem cinco estações no concelho de diferentes tipologias de Ambiente e de Influência (Quadro 6.2.7).

Quadro 6.2.7 | Estações de Monitorização da Qualidade do Ar no concelho de Matosinhos, ativadas no ano de 2017

ESTAÇÃO	CUSTÓIAS - MATOSINHOS	MECA-PERAFITA	JOÃO GOMES LARANJO -SRA. HORA	LEÇA DO BALIO-MATOSINHOS	SEARA - MATOSINHOS
Tipo de Ambiente	Suburbana	Suburbana	Urbana	Suburbana	Urbana
Tipo de Influência	Fundo	Industrial	Tráfego	Fundo	Industrial
Poluentes	Benzeno	X	X		X
	Dióxido de Enxofre	X	X	X	X
	Dióxido de Azoto	X	X	X	
	Óxidos de Azoto				
	Partículas < 10 µm	X	X	X	X
	Monóxido de Azoto				
	Monóxido de Carbono	X	X	X	X
	Ozono	X	X		X

O Quadro 6.2.8 apresenta o número de excedências (dias) das estações de qualidade do ar do concelho.

Verifica-se que a estação de Custóias-Matosinhos não apresentou para os parâmetros medidos excedências aos valores limite, no ano de 2017. Relativamente às restantes estações importa referir que, das cinco existentes, três (Meca-Perafita, João Gomes Laranja-Sra. Hora e Seara-Matosinhos) apresentaram excedências aos valores-limite no parâmetro Partículas

<10µm. De facto, a estação urbana de tipologia industrial de Seara-Matosinhos inclusivamente foi a que maior número de excedências registou, com quatro dias de excedências no parâmetro Partículas <10µm.

A Estação de Meca-Perafita, estação suburbana de tipo de influência Industrial também registou excedências aos valores limite relativamente ao parâmetro Dióxido de Enxofre e a estação Leça do Balio-Matosinhos, suburbana de fundo, ao parâmetro Ozono.

Quadro 6.2.8 | Número de Excedências (dias) das Estações no concelho de Matosinhos

ESTAÇÃO	TIPOLOGIA	POLUENTE	N.º DE EXCEDÊNCIAS (DIAS)
Meca-Perafita	Suburbana - Industrial	Partículas < 10µm	1
		Dióxido de Enxofre	1
João Gomes Laranjo - Sra. Hora	Urbana - Tráfego	Partículas < 10µm	3
Leça do Balio-Matosinhos	Suburbana - Fundo	Ozono	1
Seara - Matosinhos	Urbana - Industrial	Partículas < 10µm	4

O concelho possui um Observatório da Qualidade do Ar que tem como objetivo analisar a qualidade do ar e os riscos ambientais associados à poluição atmosférica, com recurso à avaliação continuada de dois índices – índice local de risco de incidência aguda e índice local de risco de exposição prolongada, com distribuição territorial e temporal de ambos os índices e consequente Matriz e Carta da Qualidade do Ar. Importa contudo referir que não foi possível à data do presente relatório obter informação discriminada sobre a matriz e carta da qualidade do ar do concelho.

No que concerne ao ruído e às zonas sensíveis com níveis excessivos de ruído, ao consultar o Plano de Ação de Ruído de Matosinhos (março de 2018), foram identificadas como zonas críticas de atuação:

- ZC01 - Zonas adjacentes à Rua Serpa Pinto em toda a sua extensão – cidade de Matosinhos - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de habitação e afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua Serpa Pinto, ultrapassando os valores-limite em toda a extensão, em 15 dB(A) ou mais para os indicadores LDEN e LN; sendo o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC02 - Zonas adjacentes à Av. da República em toda a sua extensão – cidade de Matosinhos - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de habitação, servida tanto por uma rodovia estruturada em duas faixas separada por uma faixa de tráfego ferroviário linha de metropolitano; zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Av. da República, sendo o impacto de tráfego ferroviário residual face ao primeiro. Os valores-limite são ultrapassados em toda a extensão, em 15 dB(A) em algumas zonas pontuais e ultrapassando entre 10 dB(A) a 15 dB(A) nas restantes zonas para os indicadores LDEN e LN. Novamente o período noturno é a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC03 - Zonas a Sudoeste da Av. Eng. Duarte Pacheco – cidade de Matosinhos - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de serviços, servida por

uma rodovia estruturada em duas faixas com separador central. A Zona afetada é de pequena dimensão e constitui casos pontuais de edifícios de habitação que atualmente se encontram devolutos e que são necessários salvaguardar e de outro edificado com uso predominantemente comercial. Estes são essencialmente afetados pela rodovia Av. Eng. Duarte Pacheco, ultrapassando os valores-limite em mais de 15 dB(A), para o indicador LN e noutros casos entre 10 dB(A) e 15 dB(A). Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.

- ZC04 - Zonas adjacentes à Rua 5 de Outubro em toda a sua extensão – Custóias - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de habitação com uma grande proximidade dos edifícios à via. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua 5 de Outubro, ultrapassando os valores-limite em toda a extensão, em 15 dB(A) ou mais para os indicadores LDEN e LN. Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC05 - Zonas adjacentes à Av. Do Conde em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de habitação com uma grande proximidade dos edifícios à via. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Av. Do Conde e é constituída por zonas pontuais de edifícios de habitação onde os valores-limite são ultrapassados em mais de 15 dB(A), para o indicador LN e os restantes locais onde se verifica uma ultrapassagem dos valores-limite entre 10 dB(A) e 15 dB(A). Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC06 - Zonas adjacentes à Rua Godinho Faria em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta - Zona urbana consolidada constituída maioritariamente por edifícios de habitação com uma grande proximidade dos edifícios à via. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua Godinho Faria e é constituída por zonas pontuais de edifícios de habitação onde os valores-limite são ultrapassados em mais de 15 dB(A), para o indicador LN e onde nos restantes locais se verifica uma ultrapassagem dos valores-limite entre 10 dB(A) e 15 dB(A). Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC07- Zonas adjacentes à Rua Silva Brinco em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta - Zona urbana maioritariamente consolidada constituída por edifícios de habitação e de serviços. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua Godinho Faria e é constituída por zonas pontuais de edifícios de habitação onde os valores-limite são ultrapassados em mais de 15 dB(A), para o indicador LN e onde nos restantes locais se verifica uma ultrapassagem dos valores-limite entre 10 dB(A) e 15 dB(A). Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC08- Zonas adjacentes à Rua Nova do Seixo em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta - Zona urbana maioritariamente consolidada constituída por edifícios de habitação e de serviços. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua Godinho Faria, ultrapassando os valores-limite em toda a extensão, em 10 dB(A) ou mais para os indicadores LDEN e LN. Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC09- Zonas adjacentes à Rua Roberto Ivens em toda a sua extensão – Matosinhos - Zona urbana consolidada constituída por edifícios de habitação e de serviços. Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Rua Roberto Ivens e tipo de pavimento, ultrapassando os valores-limite em toda a extensão, em 10 dB(A) ou mais

para os indicadores LDEN e LN. Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.

- ZC10- Zonas adjacentes à Av. Xanana Gusmão em toda a sua extensão – São Mamede de Infesta - Zona urbana constituída por edifícios de habitação e de serviços, servida por uma rodovia estruturada em duas faixas com separador central Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Avenida, ultrapassando os valores-limite em alguns locais, em 10 dB(A) ou mais para os indicadores LDEN e LN. Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.
- ZC11- Zonas adjacentes à Av. Antunes Guimarães e Av. Da Liberdade nas zonas apresentadas – Leça da Palmeira - Zona urbana consolidada constituída por edifícios de habitação e de serviços, servida por rodovias estruturadas em duas faixas com separador central Zona afetada essencialmente pelo tráfego rodoviário da Avenidas, ultrapassando os valores limite em alguns locais, em 10 dB(A) ou mais para os indicadores LDEN e LN. Constitui o período noturno, a situação mais crítica para a zona em questão.

Como conclusões e a partir do Mapa Estratégico de Ruído elaborado, mencionam que:

- A concessão da AENL (A28) e rodovias geridas pelo município são as que mais se estendem em área de influência acústica acima dos respetivos valores-limite, sendo maior a extensão em área no período Ln comparativamente com o período Lden. São igualmente estas últimas as principais fontes de sobre-exposição para os residentes do concelho, expondo cerca de 10% da população residente a valores acima do limite durante o período Lden e cerca de 11% da população residente durante o período noturno.
- Considerando a contribuição das fontes industriais é possível notar que o impacto do ruído industrial não é significativo, uma vez que na generalidade os valores limite são ultrapassados numa pequena extensão e afetam uma pequena fração da população residente da envolvente (sem prejuízo de, neste caso, ser necessário ter em conta outros critérios regulamentares para além do critério de máxima exposição analisado neste Plano de Ação, nomeadamente o critério de incomodidade).
- Quanto à atividade da fonte aérea, esta influência uma vasta área em termos de exposição ao ruído, mas em termos de população exposta este número é reduzido, tendo sobretudo um impacto negativo durante o período noturno, num número reduzido de população no que toca a ultrapassagem dos valores-limite.

A Câmara Municipal de Matosinhos formalizou a adesão ao Pacto de Autarcas em 2010, tendo materializado essa adesão com a formulação de um Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES). Com a concretização do PAES, pretende-se atingir uma redução de 21% no consumo energético e das emissões de CO₂ do concelho através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. Essas medidas centram-se na promoção da eficiência no consumo de energia e na integração de energias renováveis de pequena escala no território do concelho, designadamente em meio urbano ou nos transportes e logística. O PAES é um meio de disseminação da informação sobre os desafios e oportunidades colocados ao Município, aos agentes privados e aos munícipes em geral, pelas exigências do compromisso assumido pela adesão ao Pacto de Autarcas.

O município tem promovido inúmeras iniciativas no âmbito do PAES, desenvolvendo e acompanhando a criação e implementação de projetos e medidas de eficiência energética e produção endógena renovável. Através da matriz energética prospetiva são já evidentes os progressos alcançados ao nível da redução de consumos, em particular nos equipamentos/instalações municipais e indústria. Por sua vez, residencial, edifícios e equipamentos terciários surgem como aqueles que apresenta uma maior necessidade de organização e gestão. O relatório de monitorização do PAES de 2015, é o documento mais recente que disponibiliza os graus de execução das medidas previstas pelo PAES do município de Matosinhos. No ano 2013 o estado de implementação das medidas de sustentabilidade energética prevista no PAES foi de aproximadamente 32%. As medidas de sustentabilidade energética implementadas no município e o aumento da taxa de energia de fontes de origem renovável no mix energético nacional permitiram alcançar, em 2013, uma redução de 13% das emissões de CO₂. Não existem dados mais recentes relativamente ao grau de implementação atual do PAES.

Importa referir que o PAES ainda define uma medida de “Otimização da Vertente Energética e Climática do Planeamento Urbano e municipal” que visa reabilitar o edificado, promovendo uma reabilitação energeticamente eficiente, nomeadamente, através da elaboração de um manual de desenho bioclimático urbano, e de um plano para a melhoria e otimização da rede urbana. Promete igualmente, aquando da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), manter a sustentabilidade energética como elemento determinante.

Segundo o relatório de monitorização do PAES, foram implementadas 20% das medidas estabelecidas para infraestruturas públicas, e cerca de 70% das medidas destinadas a estabelecimentos de educação e desportivas. Nos transportes e mobilidade foram implementadas cerca de 20% das medidas previstas.

Em termos de redução do consumo energético, o mesmo relatório refere que atingiu-se uma redução energética de 22% nas infraestruturas públicas, cerca de 65% nos equipamentos de ensino e desportivos, e 19% no setor dos transportes e mobilidade.

Segundo os dados disponíveis pela ADENE no Sistema de Certificação Energética (SCE) de edifícios, foi possível contabilizar 21505 certificados energéticos emitidos no concelho de Matosinhos, sendo 84% relativos a edifícios de habitação. Os restantes são relativos a edifícios de comércio e serviços. Não foi possível obter dados desagregados por classe energética para o município. Segundo o BoPS – Boas Práticas para a Sustentabilidade 2015, foi investido cerca de 260 mil euros entre 2009 e 2011 pela empresa MatosinhosHabitat para a promoção da certificação energética dos edifícios, tendo-se conseguido reduzir os consumos energéticos em 4,47 MWh/ano e 1,34t CO₂/ano.

Não possível obter dados sistematizados relativamente a projetos licenciados no âmbito da eficiência energética e energias renováveis no município ou ações implementadas que promovam a construção sustentável.

Adicionalmente, importa referir outras iniciativas executadas pelo município na última década visando o cumprimento das metas propostas no PAES e o estado de implementação do PAES, designadamente:

Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Em 2009 foram instaladas 4 unidades de microgeração (solar fotovoltaico) em conjuntos habitacionais, na freguesia de Lavra. A esta medida associou-se um investimento de cerca de 100.000€. Produção de energia térmica a partir de fontes renováveis.

Produção de energia térmica a partir de fontes renováveis

A Câmara Municipal de Matosinhos procedeu à instalação de coletores solares térmicos para águas quentes sanitárias em escolas, edifícios de habitação social e em equipamentos desportivos (piscinas). Esta iniciativa permitiu uma redução de consumos energéticos de 1032,40 MWh/ano e de 394,91 t-CO₂/ano.

Esta medida teve um investimento de 994.119€, sendo financiada em 75% pelo ON.2 - O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte). Otimização do fator de potência em instalações elétricas.

Otimização do fator de potência em instalações elétricas

Aplicou-se contadores de telecontagem em 9 edifícios Municipais (Piscina Sr^a Hora, piscina Custóias, piscina Perafita, piscina e pavilhão Guifões, piscina Matosinhos, piscina Leça da Palmeira, piscina São Mamede). Instalação de sensores de presença.

Instalação de sensores de presença

Nos conjuntos habitacionais foram instalados sensores de iluminação nas caixas de escadas das zonas comuns, com o intuito de poupar energia elétrica. O investimento associado correspondeu a cerca de 12.000€.

Isolamento térmico

Após um diagnóstico das patologias de edifícios, a Câmara Municipal de Matosinhos e a empresa MatosinhosHabit (a empresa municipal responsável pelas questões habitacionais) procederam à instalação de isolamento térmico pelas fachadas exteriores dos edifícios. Esta ação desenvolveu-se entre 2009 e 2011, nas freguesias de Lavra, Perafita, Senhora da Hora, Custóias e Matosinhos.

O objetivo desta medida foi aumentar o conforto térmico e as suas condições de habitabilidade, melhorando os espaços interiores dos fogos.

Esta medida teve um investimento de 260.000€, sendo financiada em 75% pelo ON.2 - O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte).

Nova Fábrica da Ramirez em Lavra

A conserveira Ramirez investiu numa nova unidade para duplicar a atual capacidade de laboração no setor das conservas de peixe. Esta unidade denominada “Ramirez 1853”, substituiu a sede da empresa, em Leça da Palmeira.

Esta medida teve um investimento de 18M€ e foi declarada como projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN).

Porto Business School

A *Porto Business School* tem agora novas instalações, na Senhora da Hora e considerada pela *Financial Times* uma das melhores Escolas de Negócios da Europa. O projeto apresenta um edifício constituído por um edifício administrativo, um de aulas/ seminários e anfiteatros, e outro onde estão situados o auditório, a cafetaria e o restaurante, numa área bruta de construção acima do solo de 8.970 m². O novo campus inclui ainda um espaço constituído por um jardim com vegetação exclusivamente composta por espécies portuguesas e autóctones adaptadas, e um lago. O edifício possui certificação pelo sistema *LEED- Leadership in Energy and Environmental Design* e respeita as mais elevadas normas de sustentabilidade e eficiência energética. O investimento associado foi de 15M€, tendo sido co-financiado em 80% pelos fundos comunitários do QREN, ao abrigo do programa ON2- O Novo Norte.

Posto de abastecimento público de gás natural

Impulsionada pela estratégia comunitária para implementação de uma rede de abastecimento de gás natural e pelo interesse suscitado por grandes carregadores e operadores rodoviários, a Dourogás e Galp Energia anunciaram a construção de postos públicos, enquanto empresas como a Molgás Energia disponibilizaram soluções “chave na mão” para postos privados.

Nos Quadros 6.2.9 e 6.2.10 é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual e principais questões-chave relativamente ao fator de sustentabilidade “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”, respetivamente.

Quadro 6.2.9 | Síntese dos Indicadores para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Solo rural por tipologia (ha;%)	Zona de Salvaguarda Estrita REN – 726 ha (11,6% do concelho) RAN – 1029,3 ha (16,5% do concelho) Total – 1755,3 ha (28,1% do concelho)	1992	PDM Matosinhos
Áreas urbanizadas por tipologia (ha e %)	Área Urbana Consolidada Área Predominantemente Residencial – 1454 ha (23,3% do concelho) Área Exclusiva de Moradia Isolada – 2 ha (0,03% do concelho) Área Predominantemente de Serviços – 137 ha (2,2% do concelho) Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem – 149 ha (2,4% do concelho) Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis – 214 ha (3,4% do concelho) Área Predominantemente Industrial – 156 ha (2,5% do concelho) Área de Equipamento - 207 ha (3,3% do concelho) Total – 2319 ha (37,2% do concelho) Área Urbana para Expansão Área Predominantemente Residencial – 647 ha (10,4% do concelho) Área Exclusiva de Moradia Isolada – 123 ha (2% do concelho) Área Predominantemente de Serviços – 37 ha (0,6% do concelho)	1992	PDM Matosinhos

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
	<p>Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem – 65 ha (1% do concelho)</p> <p>Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis – 30 ha (0,5% do concelho)</p> <p>Área Predominantemente Industrial – 153 ha (2,5% do concelho)</p> <p>Área de Equipamento - 209 ha (3,3% do concelho)</p> <p>Total – 1264 ha (20,3% do concelho)</p>		
Áreas de expansão urbana por tipologia (ha e %)	<p>Área Urbana Consolidada</p> <p>Área Predominantemente Residencial – +158 ha (10,9%)</p> <p>Área Exclusiva de Moradia Isolada – 11 ha (550%)</p> <p>Área Predominantemente de Serviços – 0 ha (0%)</p> <p>Área Predominantemente de Serviços e de Armazenagem – 31ha (20,8%)</p> <p>Área Exclusiva de armazenagem de combustíveis – 1 ha (0,5% do concelho)</p> <p>Área Predominantemente Industrial – 5ha (3,2% do concelho)</p> <p>Área de Equipamento - 89 ha (43%)</p> <p>Total – 295 ha (12,7%)</p>	2015	C.M. Matosinhos
Espaços verdes (n.º; ha e %)	<p>Atual – 390,1 ha (6,2% do concelho)</p> <p>Proposta – 94,4 ha (1,5% do concelho)</p>	1992	PDM Matosinhos
Ações de requalificação urbana nos últimos cinco anos (n.º ações, área e €/ano)	N.D.	N.D.	N.D.
Planos de Urbanização e Planos de Pormenor aprovados nos últimos cinco anos (n.º planos, área)	<p>Planos de Pormenor</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para o Terreno Compreendido entre a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a Rua de Nogueira Pinto (Aviso 3238/2017) - Para os Terrenos Adjacentes do Entroncamento entre a Av. Salgado Zenha e Rua Joaquim da Silva Cruz (Aviso 513/2015) <p>Planos de Urbanização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frente Urbana da Circunvalação do Ic1 À Rua do Alto do Viso, Senhora Da Hora (Aviso13369/2016) - Matosinhos Sul (2ª alteração) – (Aviso 10190/2018) - Para os Quarteirões a Norte da Av. da República entre a Rua Heróis de França, Rua Tomás Ribeiro e Av. D. Afonso Henriques (Aviso 641/2015) - Para Uma Zona A Sul Da Rua Armando Vaz, Na Envoltente Das Ruas Da Guarda E António Da Silva Cruz (Aviso 2269/2014) 	2018	DGT
Edifícios reconstruídos/ampliados (n.º nos últimos 5 anos)	N.D	N.D	N.D
Edifícios de génese ilegal (n.º)	<p>Lotes construídos encontrados em AUGI – 6593</p> <p>Projeto de Reconversão das AUGI (3º trimestre 2011)</p> <p>Com Processos já Concluídos e Alvarás Emitidos - 354</p> <p>Com Processos em Tramitação - 35</p> <p>Sem Processos Formados (Compropriedades já Conhecidas) - 12</p>	2016	C.M. Matosinhos

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
	Total – 401 Evolução do total de Processos AUGI ≤2005 – 2011 (3º trimestre) 2005 – 315 2006 – 359 2007 - 374 2008 – 393 2009 – 407 2010 - 403 2011 - 401		
Zonas sensíveis com níveis excessivos de ruído (n.º)	<ul style="list-style-type: none"> • ZC01 - Zonas adjacentes à Rua Serpa Pinto em toda a sua extensão – cidade de Matosinhos • ZC02 - Zonas adjacentes à Av. da República em toda a sua extensão – cidade de Matosinhos • ZC03 - Zonas a Sudoeste da Av. Eng. Duarte Pacheco – cidade de Matosinhos • ZC04 - Zonas adjacentes à Rua 5 de Outubro em toda a sua extensão – Custóias • ZC05 - Zonas adjacentes à Av. Do Conde em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta • ZC06 - Zonas adjacentes à Rua Godinho Faria em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta • ZC07- Zonas adjacentes à Rua Silva Brinco em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta • ZC08- Zonas adjacentes à Rua Nova do Seixo em toda a sua extensão – São Mamede da Infesta • ZC09- Zonas adjacentes à Rua Roberto Ivens em toda a sua extensão – Matosinhos • ZC10- Zonas adjacentes à Av. Xanana Gusmão em toda a sua extensão – São Mamede de Infesta • ZC11- Zonas adjacentes à Av. Antunes Guimarães e Av. Da Liberdade nas zonas apresentadas – Leça da Palmeira 	2018	Plano de Ação de Ruído de Matosinhos
Nº de excedências anuais de poluentes atmosféricos (n.º excedências)	<ul style="list-style-type: none"> • Partículas < 10µm – 8 dias • Dióxido de Enxofre – 1 dia • Ozono – 1 dia 	2017	QUALAR
Projetos licenciados no âmbito da eficiência energética / energias renováveis (n.º)	ND	-	-
Edifícios com certificação energética por tipologia de classe energética (n.º e %)	21 505 Edifícios com CE (84% de habitação)	2018	SCE / ADENE
Ações/medidas de racionalização dos consumos energéticos na administração pública local nos últimos cinco anos (n.º/ano, por tipologia (edifícios e iluminação pública))	Plano de Iluminação Eficiente (PAES) – 38% executada Substituição de balastros eletromagnéticos convencionais por balastros eletrónicos (PAES) – 74% executada Substituir luminárias públicas por LED (PAES) – 25% executada Certificação de edifícios (PAES) – 24% executada Monitorização Ativa (PAES) – 10% executada Instalação de coletores solares térmicos para águas quentes sanitárias em escolas, edifícios de habitação social e em equipamentos desportivos (piscinas) – N.D.	2015	CMM

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
	Implementação de telecontagem em 9 edifícios Municipais – N.D.		
Reduções de custos na administração pública local, relacionados com a implementação de ações/medidas de racionalização energética nos últimos cinco anos (%)	Plano de Iluminação Eficiente (PAES) – 38% de redução Substituição de balastros eletromagnéticos convencionais por balastros eletrónicos (PAES) – 74% de redução Substituir luminárias públicas por LED (PAES) – 25% de redução Certificação de edifícios (PAES) – 24% de redução Monitorização Ativa (PAES) – 10% de redução	2015	CMM
Ações/medidas nos últimos cinco anos que promovam a construção sustentável (n.º e tipologia)	Isolamento térmico de edifícios.	2011	CMM

Quadro 6.2.10 | Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico”

QUESTÕES-CHAVE
Mais de metade do concelho é constituído por área urbana, com a tipologia de Áreas Predominantemente Residencial a deter a maior área de implementação
Elevado número de Planos de Urbanização e de Pormenor nos últimos 5 anos, o que reflete uma crescente preocupação urbanísticas no município.
Aumento do número de processo concluídos de AUGI.
Foram identificadas pelo Plano de Ação de Ruído de Matosinhos 11 zonas críticas nos principais aglomerados urbanos do concelho, na sua maioria zonas com níveis de conflito superiores a 15 dB(A).
Existem no concelho indústrias cuja atividade potencia a degradação da qualidade do ar do concelho, facto pelo qual existem algumas ultrapassagens aos limites legais estabelecidos e que devem ser tidos em consideração no sentido de promover a salvaguarda da população.
O município tem promovido inúmeras iniciativas de promoção eficiência energética e produção endógena renovável. Em 2015, através da execução do PAES, eram já evidentes os progressos alcançados ao nível da redução de consumos, em particular nos equipamentos/instalações municipais e indústria. Não obstante, desconhece-se o atual estado de desenvolvimento das medidas estipuladas pelo PAES, carecendo de uma nova fase de monitorização do Plano.

6.2.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos

No caso de a proposta de revisão do PDM Matosinhos não se efetuar, perspetivam-se as seguintes principais tendências de evolução, no que ao atual FS concerne:

- Menor capacidade para ações de reabilitação urbana, subsistindo áreas caracterizadas pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamentos sociais, e espaços livre, bem como zonas industriais obsoletas ou em declínio, induzindo efeitos nefastos para a qualidade de vida, economia e ambiente, designadamente através da ocorrência de fenómenos de poluição acidental ou contaminação, degradação paisagística e riscos para a salubridade e saúde humana;
- Dificuldades pontuais de resposta de alguns equipamentos e infraestruturas que permitam uma melhoria na qualidade dos serviços públicos relacionados com educação e apoio social;
- Ausência de espaços verdes urbanos em número e qualidade suficientes, devidamente equipados, de modo a proporcionarem condições de segurança, conforto e diversificação nas atividades de lazer disponíveis aos cidadãos.

6.2.5. Avaliação Estratégica de Efeitos

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de objetivos gerais e estratégicos associados ao cenário de desenvolvimento assumido para o concelho. Neste contexto, e dada a natureza regulamentar do PDM Matosinhos, entendeu-se que para analisar os efeitos das estratégias do Plano devem ser considerados, os objetivos gerais, estratégicos e as Ações estruturantes que integram o Programa de Execução, o Plano de Monitorização e o Regulamento, pois são estes elementos que concretizam e traduzem os objetivos territorialmente e permitem compreender os efeitos que de facto terá o seu cumprimento e concretização.

Assim, a identificação e caracterização desses efeitos está patente no Quadro 6.2.11. Para além da identificação dos efeitos positivos/ oportunidades e efeitos negativos/ameaças, a análise tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinérgico) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.2.11 | Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vetor A. Qualificação Ambiental – Valorizar os recursos naturais e a paisagem		
Objetivo Estratégico - Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável		
<i>Promover a qualificação e defesa do espaço rural</i>	- Melhoria do equilíbrio ecológico e dos habitats existentes proporcionando o aumento do número de exemplares e áreas com espécies endémicas, promovendo consequentemente a biodiversidade e qualidade ambiental da AI.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C / S/ Si	-
<i>Valorizar o sistema natural costeiro</i>	- Melhoria do equilíbrio ecológico e dos habitats existentes proporcionando o aumento da biodiversidade e qualidade ambiental da AI.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2, 3; P; C / S/ Si	-
<i>Recuperar e valorizar o vale do Leça</i>	- Desenvolvimento de ações de sensibilização, orientadas para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas existentes.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C / S/ Si	-
<i>Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades</i>	- Valorização da circulação rural, promovendo atividades sustentáveis, que favoreçam a valorização dos espaços naturais e integração dos recursos naturais (ex: turismo de natureza); - Aposta na valorização e sensibilização ambiental.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”

VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	2, 3; P; C/ S/ Si	-
<i>Promover os espaços verdes de utilização coletiva</i>	- Promoção da sustentabilidade de espaços verdes existentes com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico.	- Potencial aumento de pressão, capazes de perturbar os ecossistemas presentes, decorrente da carga de infraestrutura necessária à concretização da requalificação prevista, essencialmente durante o decorrer dos trabalhos (pela movimentação de terras e outros materiais, circulação de viaturas pesadas, maquinarias e equipamentos, etc).
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C/ S/ Si	1, 2, 3; T,P; C/ S/ Si
<i>Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos</i>	Contributos positivos gerais ao nível da qualidade ambiental, com potenciais efeitos positivos para os recursos hídricos	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	3; P; C/ S/ Si	-
<i>Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES</i>	- A ação prevista de “Melhoria da eficiência energética em edifícios e iluminação pública” contribui de forma positiva para a redução do consumo de energia elétrica e da emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.	Não identificadas
	- As ações previstas no PAES relativas à criação de redes de modos suaves e respetiva integração intermodal com os transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirá efeitos positivos ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.	
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Prosseguir a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC</i>	Não identificadas	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor E. INDUÇÃO ECONÓMICA – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I)		
Objetivo Estratégico - Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica		
<i>Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho</i>	Não identificadas	- Aumento dos poluentes atmosféricos associados a unidades industriais que eventualmente se possam localizar no concelho – contributo para a degradação da qualidade do ar;

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		- Potencial agravamento das condições acústicas associadas à circulação rodoviária decorrente do transporte de e para essas unidades industriais.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	1, 2, 3 / P / S
<i>Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico</i>	- Organizar e qualificação dos espaços, usos e do território.	- Aumento dos poluentes atmosféricas associados a unidades industriais que eventualmente se possam localizar no concelho – contributo para a degradação da qualidade do ar.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / S	1, 2, 3 / P / S
Objetivo Estratégico - Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica		
<i>Promover a instalação de novas atividades económicas</i>	Não identificadas	- Aumento dos poluentes atmosféricos associados a unidades industriais que eventualmente se possam localizar no concelho – contributo para a degradação da qualidade do ar; - Potencial agravamento das condições acústicas associadas à circulação rodoviária decorrente do transporte de e para essas unidades industriais.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	1, 2, 3 / P / S
<i>Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor U. Qualificação Urbanística – Qualificar os ambientes urbanos		
Objetivo Estratégico – Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social		
<i>Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Rentabilizar/projetar/capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas, face à distribuição e necessidades da população</i>	- Adotar soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais; - Melhoria da imagem paisagística da rede urbana, com potenciais consequências positiva ao nível da procura turística e da qualidade de vida; - Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, direcionadas para os valores presentes e atividades relevantes	- Potencial agravamento das condições acústicas associadas ao sistema rodoviário, pelo aumento do volume de tráfego; - Concentração de atividades e aumento de infraestruturas capazes de alterar e perturbar os ecossistemas presentes e promover a impermeabilização

AValiação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”

VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>no concelho, bem como e para a importância de salvaguarda do património existente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeitos positivos para a qualidade infraestrutural de algumas acessibilidades e equipamentos coletivos que prestam serviços administrativos, apoio social, proteção civil, e espaços públicos de recreio e lazer. Está previsto a promoção de uma política de beneficiação infraestrutural, bem como a concretização de obras de reabilitação num conjunto de edifícios que parecem favorecer a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade concorrendo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local; - As beneficiações dos equipamentos coletivos constituem uma oportunidade para a introdução de medidas de construção sustentável e enquadramento paisagístico, bem como o reforço da sustentabilidade e eficiência energética do parque edificado através da introdução de soluções energéticas a partir de FER, conforto térmico (climatização). De igual modo, constituem-se como uma potencial oportunidade para a implementação de medidas de racionalização no consumo de água e outras medidas imateriais ou boas práticas ambientais que favorecem a manutenção de bons índices de qualidade ambiental no município, utilização sustentável dos recursos naturais e contribuem para a mitigação dos fenómenos associados às alterações climáticas. 	<p>dos solos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potencial agravamento das condições acústicas associadas ao sistema rodoviário, pelo aumento do volume de tráfego.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C/ S/ Si	1, 2, 3 / P / S
<i>Prossecutar a estratégia local de habitação - ELH</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Melhoria da imagem paisagística da rede urbana, com potenciais consequências positiva ao nível da habitação e da qualidade de vida; - As beneficiações dos equipamentos coletivos constituem uma oportunidade para a introdução de medidas de construção sustentável e enquadramento paisagístico, bem como o reforço da sustentabilidade e eficiência energética do parque edificado através da introdução de soluções energéticas a partir de FER, conforto térmico (climatização). De igual modo, constituem-se como uma potencial oportunidade para a implementação de medidas de racionalização no consumo de água e outras medidas imateriais ou boas práticas ambientais que favorecem a manutenção de bons índices de qualidade ambiental no município, utilização sustentável dos recursos naturais e contribuem para a mitigação dos fenómenos associados às alterações climáticas. 	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C/ S/ Si	-
Objetivo Estratégico – Promover a coesão do espaço urbano		
<i>Reabilitar o espaço urbano</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Adoção de soluções que permitam a gestão racional e proteção dos recursos naturais, a inclusão de biomateriais e alternativas ecologicamente funcionais. Destaca-se neste âmbito todos os projetos que envolvem a execução de obras, requalificação ou recuperação de edifícios; - Recuperação e valorização do património edificado existente e promoção do património cultural associado; - Criação de espaços verdes, com espécies endémicas, para 	Não identificadas







AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico;</p> <p>- Requalificação de espaços de usufruição pública;</p> <p>- Oportunidade de disponibilizar fogos a preços de mercado regulado reabilitando património habitacional degradado.</p>	
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3; P; C/ S/ Si	-
<i>Assegurar a continuidade urbano-rural</i>	Não identificadas	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover a qualidade das novas intervenções urbanas</i>	Não identificadas	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor MT. Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável		
Objetivo Estratégico – Melhorar as condições de acessibilidade		
<i>Aproximar as pessoas e as atividades</i>	Não identificadas	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público</i>	<p>- Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário.</p> <p>As ações previstas relativas à criação de redes de modos suaves e respetiva integração intermodal com os transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.</p>	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C/Si	-
Objetivo Estratégico – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos		
<i>Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</i>	<p>- Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário.</p> <p>As ações previstas relativas à criação de redes de modos suaves nas áreas residenciais induzirão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.</p>	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C/Si	-
<i>Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</i>	<p>- Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário.</p> <p>- As ações previstas relativas à criação de uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta induzirão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de combustíveis fósseis e emissão de</p>	Não identificadas

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C/Si	-
<i>Aumentar a competitividade do Transporte Público</i>	<p>- Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário.</p> <p>- As ações previstas relativas ao aumento de competitividade nos transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirão efeitos positivos ao nível da migração do uso de transportes particulares para públicos, e conseqüente redução do tráfego rodoviário particular bem como do consumo de combustíveis fósseis em veículos privados, maior eficiência no consumo de combustíveis fósseis, e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.</p>	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C/Si	-
<i>Reestruturar o sistema rodoviário</i>	<p>- Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário em locais críticos já identificados.</p> <p>- As ações previstas relativas ao aumento de competitividade nos transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirão efeitos positivos ao nível da migração do uso de transportes particulares para públicos, e conseqüente redução do tráfego rodoviário particular bem como do consumo de combustíveis fósseis em veículos privados, maior eficiência no consumo de combustíveis fósseis, e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.</p>	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C/Si	-
Vetor G. Governância – Promover a construção coletiva do território		
Objetivo Estratégico – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento		
<i>Promover a participação da sociedade civil</i>	- Oportunidade para promover a educação e sensibilização da população para questões da qualidade do ar e ruído.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança</i>	A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da eficiência energética e prossecução do PAES, e assim promover a sua efetiva concretização.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
Objetivo Estratégico – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional		

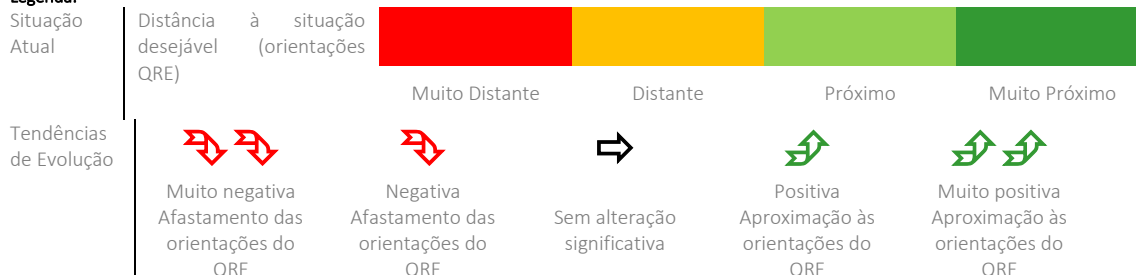
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T - Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Quadro 6.2.12 | Síntese das tendências de evolução do FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
Ordenamento e compatibilização dos espaços industriais, comerciais e residenciais			
Expansão do espaço urbano ou está a contribuir para a consolidação e reabilitação do espaço urbano já existente?			
Qualidade do ar e ambiente sonoro			

Legenda:







Por fim, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, no Quadro 6.2.13 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização dos Objetivos, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”.

Quadro 6.2.13 | Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBSERVAÇÕES
------	----------------------------------	-------------

	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA		
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2	
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										--
8										
9										
10										
11										

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS assegurada /internalizada Plano	não		Elementos insuficientes para avaliar	para		Não aplicável / sem relação
---	---	---	--------------------------------------	-----	---	--------------------------------------	------	---	-----------------------------

Objetivos Estratégicos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- E.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;
- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de Planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional;

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade:

- QEAS1.Melhoria do estado das massas de água;
- QEAS2.Reordenamento e defesa da faixa costeira;
- QEAS3.Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5.Requalificação paisagística e natural;
- QEAS6.Preservação do solo;
- QEAS7.Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8.Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9.Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10.Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11.Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

6.2.6. Recomendações

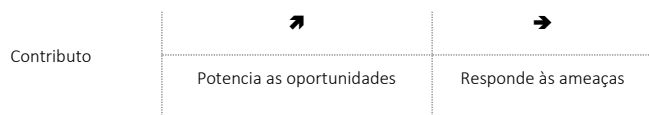
De forma geral verifica-se que a proposta de revisão do PDM Matosinhos responde às principais necessidades identificadas ao nível da “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”.

Contudo, considera-se que, ao longo da sua implementação, o plano poderá ainda reforçar o seu já positivo contributo para os objetivos do presente FS, através da integração das recomendações propostas no Quadro 6.2.14.

Quadro 6.2.14 | Recomendações no âmbito do FS “Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano”

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
Implementar procedimentos para que as ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, de afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.	<i>Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial/industrial e residencial numa lógica de promover o equilíbrio entre os diferentes usos</i>	↗	- Oportunidade para a promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um continuum natural em todo o território.
Promover a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou de renaturalização.	<i>Promover o crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações de reabilitação em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbanas</i>	↗	- Oportunidade para assegurar a preservação, recuperação física e valorização de património existente.
Incluir a integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras no âmbito da presente revisão, cuja concretização deverá ser assegurada, por exemplo, nos cadernos de encargos a desenvolver para a concretização das mesmas.	<i>Promover o crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações de reabilitação em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbanas</i>	↗	- Oportunidade para a adoção de soluções que permitam a gestão racional e proteção dos recursos naturais, a inclusão de biomateriais alternativos ecologicamente funcionais. Destaca-se neste âmbito todos os projetos que envolvem a execução de obras, requalificação o recuperação de edifícios.
Contenção dos fenómenos dispersivos do parque habitacional em sede de regulamento, com a aplicação de regras urbanísticas mais restritivas evitando o surgimento de novas habitações fora do solo urbanizável.	<i>Promover o crescimento sustentado e policêntrico do território, privilegiando ações de reabilitação em detrimento da criação de novas áreas de expansão urbanas</i>	↗	- Oportunidade para a melhoria de desempenho das funções habitacionais e sociais; - Oportunidade para a revitalização do tecido urbano das sedes de freguesia com efeitos positivos na melhoria do estado do edificado e na criação de condições que promovam a fixação da população.
Disponibilização à população em geral da Matriz e Carta da Qualidade do Ar	<i>Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas</i>	↗	- Oportunidade para promover a educação e sensibilização da população para questões da qualidade do ar e ruído.
Apesar do concelho dispor de um Mapa Estratégico de Ruído, deve ser delineada uma estratégia concelhia para a promoção da qualidade acústica do concelho, nomeadamente nas zonas identificadas como críticas e grandes eixos rodoviários.	<i>Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas</i>	↗	- Oportunidade para promover a educação e sensibilização da população para questões da qualidade do ar e ruído.
Adoção de disposições regulamentares que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, de melhoria do conforto térmico, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).	<i>Uso de técnicas de construção sustentável, sensibilização para a adoção de boas práticas, e promoção da implementação de sistemas tecnológicos de gestão energética ou equipamentos com maior eficiência energética no parque edificado público e privado.</i>	↗	- Redução do consumo de eletricidade bem como da redução da emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a eficiência energética e mitigação do fenómeno das alterações climáticas.

Legenda:



6.3. Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

6.3.1. Introdução

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE, apresentado no Capítulo 5. Neste sentido, com este fator de sustentabilidade pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre os elementos que integram os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais. Assim, a apreciação do presente fator de sustentabilidade, tem como principais objetivos:

- Beneficiação do estado dos recursos hídricos através da mitigação das pressões tóxicas e difusas;
- Preservação e valorização das massas de água através da correta gestão e ordenamento das diversas tipologias de uso de água;
- Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Matosinhos na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;
- Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes;
- Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património cultural.

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados no Quadro 6.3.1, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM Matosinhos, baseou-se na consulta e análise pericial de relatórios nacionais e internacionais sobre a adoção de indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação consideradas pertinentes, identificadas ao longo da presente análise.

6.3.2. Objetivos e Indicadores

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE, apresentado no Capítulo 5. Neste sentido, com este fator de sustentabilidade pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre os elementos que integram os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais. Assim, a apreciação do presente fator de sustentabilidade, tem como principais objetivos:

- Beneficiação do estado dos recursos hídricos através da mitigação das pressões tóxicas e difusas;
- Preservação e valorização das massas de água através da correta gestão e ordenamento das diversas tipologias de uso de água;

- Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Matosinhos na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;
- Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes;
- Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património cultural

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados no Quadro 6.3.1, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM Matosinhos, baseou-se na consulta e análise pericial de relatórios nacionais e internacionais sobre a adoção de indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação consideradas pertinentes, identificadas ao longo da presente análise.

Quadro 6.3.1 | Indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
Recursos Hídricos: O PDM contribuirá para a melhoria do estado das massas de água presentes?	Recursos Hídricos: O PDM contribuirá para a melhoria do estado das massas de água presentes?	Estado final das massas de água de superfície e subterrâneas
	Zonas balneares classificadas (n.º e/ou %)	Zonas balneares classificadas com bandeira azul
	Qualidade das zonas balneares (% de conformes)	Qualidade das zonas balneares
	Implementação de medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos, previstas no âmbito PGRH-Norte (n.º de medidas, por área temática)	Investimento municipal em proteção e valorização dos recursos hídricos
Solo: O PDM está a criar condições para a preservação ou recuperação deste recurso?	Área total de solos contaminados (hectares e localização; % sobre área total do concelho)	Análise da área (hectares) e localização geográfica dos solos contaminados, bem como a percentagem sobre a área total do concelho.
	Projetos de remediação/ recuperação dos solos (hectares; % do solo recuperado sobre a área total de solo contaminado e localização)	Análise dos projetos de remediação e recuperação dos solos (área abrangida e percentagem do solo recuperado sobre a área total de solo contaminado no concelho)
	Consumo / Utilização de fertilizantes agrícolas (kg / ha SAU)	Análise do consumo aparente de fertilizantes agrícolas por área de Superfície Agrícola Utilizada.
	Taxa de Abandono Agrícola (Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) / Superfície Agrícola (SA)) * 100	Análise da Superfície agrícola utilizada (hectares) sobre a Superfície agrícola não utilizada (hectares), a multiplicar por 100.
	Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Análise da área e percentagem dos territórios artificializados sobre o solo rústico
Estrutura Biofísica: De que forma o PDM salvaguarda e valoriza os recursos naturais, essenciais para os sistemas de produção primária e para a sustentabilidade territorial?	Área total de RAN no município (ha;%)	Área total da RAN e percentagem sobre a área total do município.
	Ocupações não agrícolas na RAN (decorrentes da aplicação de exceções admitidas ao abrigo do seu regime jurídico) (ha; %)	Análise das ocupações não agrícolas na RAN, decorrentes da aplicação de exceções admitidas ao abrigo do seu regime jurídico.
	Área total de REN, no município (ha;%)	Análise da área total da RAN e percentagem sobre a área total do município.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
	Ocupações permitidas ao abrigo das exceções ao regime jurídico da REN (ha; %)	Análise das áreas ocupadas permitidas ao abrigo das exceções ao regime jurídico da REN, bem como da percentagem de ocupações (hectares) sobre a área total de REN.
	Área total de solos contaminados (hectares e localização; % sobre área total do concelho)	Análise da área (hectares) e localização geográfica dos solos contaminados, bem como a percentagem sobre a área total do concelho.
Conservação da Natureza e Biodiversidade: De que forma o PDM contribui para a criação ou proteção de áreas destinadas à conservação da natureza e da biodiversidade?	Extensão dos corredores ecológicos (ha e Km)	Extensão das faixas de vegetação que promovem a conexão entre grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados pela atividade humana (estradas, terrenos agrícolas, etc.), proporcionando à fauna a livre circulação entre as áreas protegidas e, conseqüentemente, a troca genética entre as espécies.
	Área florestal (ha e % por tipologia)	Identificação, número e/ou percentagem relativa da AI ocupada por áreas florestais, por tipologia de classificação
	Parques e áreas de conservação da natureza e da biodiversidade do concelho (n.º; ha)	Identifica o número de Parques e áreas de conservação da biodiversidade na área intervencionada
	Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (ha n.º)	Identifica os habitats e espécies presentes no âmbito da "Diretiva habitats" da Rede Natura 2000, com relevância para na AI, bem como as espécies mais relevantes presentes, podem ser afetados por processos de recuperação ou fragmentação, traduzindo um aumento ou a redução da biodiversidade, ou das populações bióticas existentes na área intervencionada.
Paisagem e Património: O PDM está a salvaguardar e valorizar os valores paisagísticos, culturais e patrimoniais existentes?	Unidades de Paisagem (ha ou % da área de intervenção)	Número e/ou percentagem relativa da área ocupada pelas unidades de paisagem identificadas na AI
	Ações de valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico (n.º e descrição/localização)	Número e custo (em euros) de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo, implementadas no âmbito dos IGT em vigor para a temática da paisagem
	Miradouros e sítios de interesse Paisagístico (n.º)	Considera o número de locais referenciados, mais ou menos intervencionados, de onde se obtêm uma vista panorâmica ou apreciadas perspetivas da AI.
	Percursos pedestres com interesse paisagístico (km)	Considera a extensão (em km) dos percursos/circuitos definidos em caminhos, geralmente em meios naturais e rurais, que estão sinalizados com marcas e códigos internacionalmente conhecidos e aceites
	Património arquitetónico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º bens imóveis)	Determina o número de bens patrimoniais imóveis com interesse ou classificados como património Arquitetónico pelas entidades oficiais.
	Património arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º bens imóveis)	Determina o número de bens patrimoniais imóveis com interesse ou classificados como património Arqueológico pelas entidades oficiais.
	Ações e/ou área intervencionada para a valorização e preservação do património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º e descrição/localização)	Número e custo (em euros) de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo, implementadas no âmbito dos IGT em vigor para o património

6.3.3. Situação Atual

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para avaliar a sustentabilidade da revisão do PDM Matosinhos, é apresentado, neste capítulo, uma abordagem sucinta, por critério, das características ambientais da área de intervenção do plano no que se refere aos “Recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais”, a partir da aferição e cálculo dos indicadores previamente definidos e aprovados em sede de RDA.

Recursos Hídricos

Em Matosinhos são vários os cursos de água que serpenteiam por todo o concelho irrigando zonas onde ainda é praticada a agricultura e percorrendo zonas de carácter urbano e industrial antes de desaguiarem no Oceano Atlântico.

O rio Leça é sem dúvida o rio mais conhecido do concelho dado a sua importância na modelação do terreno e da paisagem, igualmente o rio Onda cujo percurso se insere em Matosinhos no seu troço final, é considerado de interesse no projeto ambiental da autarquia.

Também é dado enfoque especial às ribeiras de Matosinhos, as quais são divididas em ribeiras do litoral e ribeiras do interior caso as mesmas desaguiem no mar ou em outro curso de água, respetivamente.

As principais ribeiras do litoral são:

- **Ribeira da Carreira ou Certagem:** Localiza-se na freguesia de Lavra e constituiu-se como uma ribeira pouco ramificada, quase se resumindo à linha de água principal. Os limites da bacia situam-se entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e a povoação de Lavra. A foz da linha de água situa-se junto da Praia do Funtão.
- **Ribeira do Corgo:** Localiza-se na freguesia de Lavra e corresponde a uma pequena vala que atravessa uns campos de cultivo e que só apresenta caudal em ocasiões de precipitação intensa. A foz da linha de água situa-se junto da Praia das Pedras do Corgo.
- **Ribeira da Agudela:** Localiza-se na freguesia de Lavra e percorre parte da freguesia de Lavra e vai desaguar entre a praia da Agudela e a praia do Marreco. A bacia hidrográfica abrange parte dos lugares de Gandra, Picoutos e Agudela e encontra-se medianamente urbanizada. A ribeira de pequena extensão é pouco ramificada e apresenta baixa densidade de drenagem.
- **Ribeira de Pampelido:** Localiza-se na freguesia de Lavra e apresenta reduzida dimensão, abrangendo parte do lugar de Pampelido novo. A foz da ribeira localiza-se junto à praia do Marreco, estando atualmente canalizada.
- **Ribeira de Joane:** Localiza-se na freguesia de Perafita e a bacia hidrográfica da ribeira ocupa uma área bastante urbanizada das freguesias de Perafita e Santa Cruz do Bispo. Drenam para a ribeira as zonas de Telheira, Freixieiro, Santa Cruz do Bispo e Perafita e, ainda parte do aeroporto Francisco Sá Carneiro. A linha de água principal encontra-se canalizada. A foz da Ribeira localiza-se junto a Praia do Paraíso.
- **Ribeira da Guarda:** Localiza-se na freguesia de Perafita e é uma linha de água praticamente toda canalizada vai desaguar junto à Aldeia Nova.

- **Ribeira da Boa Nova:** Localiza-se na freguesia de Leça da Palmeira e a bacia da ribeira estende-se desde Monte Avó, abrangendo o Monte Espinho, Amorosa e uma grande parte dos terrenos da Petrogal. A maior parte desta bacia localiza-se na freguesia de Leça da Palmeira. A linha de água desenvolve-se essencialmente em zona urbana, encontrando-se artificializada em quase toda a sua extensão. A foz da ribeira está localizada entre rochas a norte da Praia da Conchinha.
- **Ribeira da Riguinha e Ribeira de Carcavelos:** Localiza-se nas freguesias de Senhora da Hora e Matosinhos sendo que ambas as ribeiras nascem na freguesia da Senhora da Hora, encontrando-se praticamente todas canalizadas, e atravessando as freguesias da Senhora da Hora e de Matosinhos, freguesias bastante urbanizadas. A nascente da Ribeira da Riguinha localiza-se na Fonte das 7 Bicas e tem um pequeno troço a céu aberto junto ao parque de Real. As duas linhas de água juntam-se no cruzamento da Av. Sousa Aroso, com a R. D. João I, percorrendo em troço comum até à foz situada na Praia de Matosinhos, junto à Praça Cidade Conde S. Salvador.

Existem apenas duas ribeiras de referência:

- **Ribeiro das Avessas:** Localiza-se nas freguesias de Custóias e Leça do Balio e, tendo a sua nascente em Custóias, segue pela freguesia de Leça do Balio, onde tem um troço a céu aberto junto aos lavadouros da Rua D. Frei Lopo Pereira de Lima afluindo ao ribeiro de Picoutos junto à Mainça. A partir daqui ambos se direcionam para o rio Leça.
- **Ribeiro de Picoutos:** Localiza-se na freguesia de S. Mamede de Infesta e é um afluente do Rio Leça. A sua nascente localiza-se na cidade do Porto na freguesia de Paranhos. No concelho de Matosinhos, o ribeiro de Picoutos percorre a freguesia de S. Mamede de Infesta num canal artificial de betão armado aberto.

A autarquia dispõe de duas estações fixas de monitorização da qualidade da água instaladas no Rio Leça e no Rio Onda, estas estações permitem uma monitorização permanente da qualidade de água dos rios em tempo real. Foram ainda adquiridos diversos equipamentos portáteis para avaliação da qualidade da água, permitindo a concretizar o plano de monitorização da qualidade da água de rios e ribeiras, e pesquisa de focos de poluição.

Segundo a documentação de 2º ciclo do PGRH da Região Hidrográfica 2 – Cávado, Ave e Leça, de agosto 2012, o estado final das massas de água superficiais “Rios” é classificado como “Mau” devido essencialmente ao estado ecológico das mesmas, tendo-se encontrado níveis excessivos de carga orgânica e nutrientes (azoto e fósforo), causando potencial de eutrofização elevado, diminuição do oxigénio dissolvido e contaminação secundária dos aquíferos por poluição difusa. A única massa de água superficial costeira que abrange as três sub-bacias do Cávado, Ave e Leça foram classificadas como estado final “Razoável”, tendo apresentado um estado ecológico “Bom” e um estado químico “Insuficiente”. Por fim a massa de água subterrânea localizada na área de intervenção – o Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Leça – apresenta um estado final “Medíocre” devido às cargas difusas de nitratos referidas anteriormente, sendo consequência da forte intensidade da exploração agrícola existente ao longo do território onde o rio Leça se desenvolve.

No município de Matosinhos existem dezasseis zonas balneares classificadas. De acordo com os últimos dados disponíveis no SNIRH da APA, a qualidade de todas as zonas balneares em 2017 era “Excelente”, e treze delas foram classificadas com bandeira azul.

De acordo com os dados disponibilizados, não foi possível aferir o investimento realizado pelo município em proteção e valorização dos recursos hídricos.

Solo

Preservação e recuperação do solo

O uso dominante dos espaços agrícolas é o que decorre das potencialidades e das limitações para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias com base no aproveitamento do solo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade.

Os regimes de uso do solo aplicáveis a estes espaços devem promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade.

A delimitação dos espaços agrícolas abrange as áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional, incluindo os solos com maior vocação para a atividade agrícola que importa salvaguardar. Excluem-se dos espaços agrícolas, os leitos dos cursos de água e respetivas margens ainda que situadas em solo rústico por estarem integradas na categoria dos espaços naturais.

Estes espaços poderão ser afetos exclusivamente à agricultura ou permitir atividades agropecuárias consoante as opções do modelo de ordenamento para o município, sendo proibidas todas as ações que reduzam ou destruam as suas potencialidades agrícolas.

No ano de 2009 a Superfície Agrícola Utilizada era de 1.147 hectares, sendo que a Superfície Agrícola Não Utilizada² representava apenas 2 hectares, resultando numa Taxa de Abandono Agrícola $[(SANU/SAU) * 100]$ de 0,17% para o período de referência. Contudo, estes 2 hectares podem sempre voltar a ser utilizados.

Entende-se por Solo Rústico aquele que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal ou de exploração de recursos geológicos e energéticos, a espaços afetos à conservação da natureza e da biodiversidade ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

Tendo em consideração as características intrínsecas pedológicas e o uso dominante atual, a proposta de qualificação do solo rústico engloba as seguintes categorias:

a) Espaços agrícolas – Espaços com vocação dominante para a atividade agrícola ou pecuária (em função das opções de ordenamento);

² Superfície Agrícola Não Utilizada - Superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração.

b) Espaços naturais – Espaços destinados à conservação, proteção e à defesa de valores naturais e patrimoniais, compreendendo as áreas nucleares para a conservação da natureza, outras áreas ecológicas complementares, as paisagens culturais, bem como as áreas de incultos de longa duração.

Para calcular a área impermeabilizada em Solo Rústico foram analisados os territórios artificializados da Carta de Ocupação do Solo (COS 2015) que correspondem a 247,80 hectares (12% do Solo Rústico classificado no PDM).

Relativamente a este critério de avaliação a CMM não dispõem de elementos suficientes para analisar os indicadores referentes à área total de solos contaminados; projetos de remediação/ recuperação dos solos contaminados e consumo de fertilizantes agrícolas por superfície agrícola utilizada.

Salvaguarda e valorização dos recursos naturais

A Reserva Ecológica Nacional (REN) ocupa uma área de 726 hectares (12% do território do concelho) e constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas.

Relativamente às ocupações permitidas ao abrigo das exceções ao regime jurídico da REN, a Câmara Municipal de Matosinhos apresentou, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de alteração da delimitação da REN para o município, a qual prevê cinco exclusões (E2 a E6), no âmbito da terceira alteração do Plano Diretor Municipal de Matosinhos. Estas exclusões enquadram-se na viabilização de áreas urbanas de génese ilegal, em que a funcionalidade da tipologia da REN demarcada é praticamente inexistente, nomeadamente por se encontrarem edificadas e/ou infraestruturadas. Esta proposta foi aprovada pela CCDR-N e as entidades administrativas representativas dos interesses a ponderar em função das áreas da REN em presença (APA/ARH-N e DRAP-N) e publicada no Aviso n.º 2906/2018 de 2 de março de 2018.

Quadro 6.3.3| Áreas para satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas

N.º de Ordem	Superfície (m2)	Tipologia da REN	Fim a que se destina	Fundamentação
E1	0,48ha	Áreas com risco de erosão	Habitação e infraestrutura	Exclusão publicada na Portaria n.º 174/2013, de 9 de maio. Áreas a excluir para satisfação de carências existentes em termos de habitação e infraestrutura

N.º de Ordem	Superfície (m2)	Tipologia da REN	Fim a que se destina	Fundamentação
E2	0,0259	Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento	Habitação	Aplica-se o ponto 2 do artigo 5.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro com redação atualizada. A viabilidade deste processo de reconversão depende: a) Da divisão da propriedade numa forma próxima da divisão feita pelos compartimentos, existindo tradição, no sentido jurídico do termo. b) Da atribuição de lotes aos compartimentos, dependendo a justa e equitativa distribuição de lotes desta exclusão.
E3	0,0533	Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento	Habitação	Aplica-se o ponto 2 do artigo 5.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro com redação atualizada. A viabilidade deste processo de reconversão depende: a) Da divisão da propriedade numa forma próxima da divisão feita pelos compartimentos, existindo tradição, no sentido jurídico do termo. b) Da atribuição de lotes aos compartimentos, dependendo a justa e equitativa distribuição de lotes desta exclusão.
E4	0,01006	Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento	Habitação	Aplica-se o ponto 2 do artigo 5.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro com redação atualizada. A viabilidade deste processo de reconversão depende: a) Da divisão da propriedade numa forma próxima da divisão feita pelos compartimentos, existindo tradição, no sentido jurídico do termo. b) Da atribuição de lotes aos compartimentos, dependendo a justa e equitativa distribuição de lotes desta exclusão.
E5	0,0896	Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento	Habitação	Aplica-se o ponto 2 do artigo 5.º da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro com redação atualizada. A viabilidade deste processo de reconversão depende: a) Da divisão da propriedade numa forma próxima da divisão feita pelos compartimentos, existindo tradição, no sentido jurídico do termo. b) Da atribuição de lotes aos compartimentos, dependendo a justa e equitativa distribuição de lotes desta exclusão.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) representa 16,9% (1056,3hectares) do território do concelho e é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, tornando-se assim, um importante património a proteger.

Não foram disponibilizados dados referentes às ocupações não agrícolas na RAN (decorrentes da aplicação de exceções admitidas ao abrigo do seu regime jurídico).

Conservação da Natureza e Biodiversidade

Extensão dos corredores ecológicos

Não estão definidos corredores ecológicos na área de intervenção.

Área florestal

No que diz respeito à área florestal, estão presentes na área de intervenção as seguintes classes de povoamento:

- Mista;
- Eucalipto
- Folhosas

Como é possível confirmar no Quadro 6.3.4, das três classes acima referidas, o eucalipto é o que ocupa maior espaço florestal, com sendo a classe com maior área ocupando 38% da superfície florestal.

A área de folhosas tem uma ocupação de 30% e a Floresta mista representa 32% dos povoamentos florestais.

A ocupação total de povoamentos florestais em Matosinhos é de 10% do território, valor que tem vindo a diminuir.

Quadro 6.3.4 | Áreas Florestais presentes na área de intervenção, por tipologia

TIPOLOGIA POVOAMENTO	ÁREA (HA)	POVOAMENTO OCUPAÇÃO FLORESTAL (%)	POVOAMENTO ÁREA TOTAL CONCELHO (%)
Mista	206	32	3
Eucalipto	246	38	4
Folhosas	190	30	3
TOTAL	642	100	10

Parques e áreas de conservação da natureza e da biodiversidade do concelho

Na área de intervenção existem três parques classificados uma vez que são parques que estão inseridos em área de Reserva Ecológica Nacional (REN) e de Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Estes parques foram alvo do projeto "Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos" que consiste em intervenções conservativas em Espaços RAN e REN, que se baseiam na valorização e conservação de espaços naturais, nomeadamente a reabilitação ambiental e paisagística de espaços classificados, como o:

Parque das Austrálias: As intervenções propostas para o Parque das Austrálias pretenderam reforçar o carácter paisagístico do local, respeitando e consolidando a modelação do terreno existente e a vegetação não infestante, sendo efetuada a limpeza e reforço do revestimento vegetal com novas sementeiras e novas plantações de arbustivas e arbóreas. Pretende-se que o parque passe a ser um espaço de reconciliação da malha urbana, respondendo às necessidades de ampliação da estrutura verde.

A intervenção foi efetuada numa área de 1,6 hectares, na Reserva Ecológica Nacional e incluiu duas pequenas parcelas com categoria de Área de Elevado Risco de Erosão, definidas pela

morfologia do terreno (declive acentuado dos taludes). A requalificação, de carácter funcional, prevê que se desenvolvam as condições necessárias e adequadas à otimização do espaço, protegendo o equilíbrio ambiental, no que diz respeito à utilização futura por parte do público.

No parque foram executadas várias infraestruturas, tais como, abastecimento de água, iluminação e percursos pedonais, a reconstrução de muros em pedra, a instalação de mobiliário urbano e a implementação de uma horta biológica.

Parque Ecológico Monte de S. Brás: O projeto de Conservação da Paisagem Agrícola e Florestal do Parque Monte de S. Brás teve como objetivo a renovação de todo o espaço, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos utentes deste espaço e dignificar a própria cidade de Matosinhos. A área de intervenção situa-se numa área de RAN e REN e destina-se à instalação de duas áreas de intervenção: área de produção hortícola e agrícola e, área de revitalização de tradições e paisagens. A reabilitação/construção de edifícios no Parque Monte de S. Brás teve como objetivo criar equipamentos capazes de assegurar as principais vertentes de funcionamento que se pretendem implementar: uma ligada às atividades de gestão, exploração e manutenção dos espaços e, uma outra, direcionada para o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas, onde serão realizados programas de educação ambiental, procurando-se recriar o ambiente tradicional das explorações agrícolas do início do século passado.

Pela existência de edifícios, alguns dos quais em situação de ruína, pertencentes à antiga Quinta existente no local, foi realizada a sua recuperação, tendo em vista a implantação das novas instalações do Núcleo da Quinta. Esta solução irá concentrar a gestão e manutenção dos parques e dos equipamentos que lhes estão afetos, permitindo a otimização dos recursos disponíveis e evitando a dispersão de elementos construídos em solos de qualidade (RAN) e em zonas inundáveis e de máxima infiltração (REN).

Realça-se ainda que as infraestruturas propostas tiveram em conta o carácter ecológico da iniciativa e, sempre que possível, procurou-se usar mecanismos autossustentáveis e solidários com o ambiente.

Parque de Picoutos: A intervenção no Parque de Picoutos contemplou a sua requalificação ambiental e paisagística, tendo sido executada a sua limpeza, desmatção e demolição de estruturas existentes. Com uma área de cerca de 7 hectares, 4,5 dos quais localizados em áreas REN e RAN, este projeto resulta da avaliação das condicionantes e potencialidades do local, da necessidade de amenidade ambiental e ecológica da área de intervenção, da relação deste espaço com a sua envolvente e da avaliação das necessidades de recreio da população local.

No Parque de Picoutos foram executadas variadas infraestruturas, desde saneamento, drenagem de águas pluviais, abastecimento de água e iluminação pública, bem como percursos pedonais, que incluíram a construção de passadiços e pontes em madeira sobre a ribeira. Foi também prevista a construção de duas hortas biológicas, uma constituída por 36 talhões e outra por 95 talhões, perfazendo um total de 131 talhões.

O projeto previu também a reformulação do revestimento vegetal da área intervencionada, através de podas das espécies arbóreas existentes, sendo que foram ainda implementadas novas sementeiras e novas plantações arbustivas e arbóreas.

Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária

Na AI da revisão do PDM Matosinhos é possível verificar a existência de conjunto de habitats de extrema relevância para a conservação. Assim, dada a ausência de informação mais detalhada, optou-se por listar os habitats identificados no âmbito da diretiva comunitária Habitats (Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992).

Desta forma, foi possível contabilizar 19 tipos diferentes de habitats presentes na área de intervenção, tal como se pode observar no Quadro 6.3.5.

Quadro 6.3.5| Habitats protegidos presentes na área de intervenção

HABITATS
1310 – Vegetação pioneira de <i>Salicornia</i> e outras espécies anuais de zonas lodosas e arenosas
1330 – Prados salgados atlânticos
1420 – Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos
2110 – Dunas móveis embrionárias
2120 – Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i> (“dunas brancas”)
2130 – Dunas fixas com vegetação herbácea (“dunas cinzentas”)
2180 – Dunas arborizadas das regiões atlântica, continental e boreal
2230 – Dunas com prados de <i>Malcolmietalia</i>
2330 – Dunas Interiores com prados abertos de <i>Corynephorus</i> e <i>Agrostis</i>
3270 – Cursos de água de margens vasosas com vegetação de <i>Chenopodium rubri</i> p.p e da <i>Bidention</i> p.p
6410 – Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-lomosos (<i>Molinia caeruleae</i>)
6430 – Comunidade de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
9160 – Carvalhais pedunculados ou florestais mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médio – europeias da <i>Carpinion betuli</i>
9230 – Carvalhais galaico – portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
1110 – Bancos de areia permanentemente cobertos por água do mar pouco profunda
1130 - Estuários
1140 – Lodaçais e areias a descoberto na maré baixa
1170 – Recifes
1210 – Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré

Relativamente às espécies presentes, foram identificadas 31 espécies protegidas na área de intervenção, como é possível observar no Quadro 6.3.6.

Quadro 6.3.6] Espécies protegidas presentes na área de intervenção

ESPÉCIES
Chioglossa lusitanica
Triturus marmoratus
Alytes obstetricans
Discoglossus galganoi
Pelobates cultripes
Bufo calamita
Hyla arborea
Rana perezi
Rana iberica
Pipistrellus pipistrellus
Eptesicus serotinus
Tadarida teniotis
Pipistrellus pygmaeus
Hypsugo savii
Mauremys leprosa
Lacerta schreiberi
Coronella austriaca
Coluber hippocrepis
Geomalacus maculosus
Coenagrion mercuriale
Euphydryas aurinia
Lucanus cervus
Lutra lutra
Mustela putorius
Genetta genetta
Jasione lusitanica
Narcissus cyclamineus
Nyctalus leisleri
Pipistrellus kuhlii
Delphinus delphis
Spiranthes aestivalis

Unidades de Paisagem

A paisagem pode ser considerada como um sistema dinâmico, nomeadamente os diferentes fatores naturais e culturais que se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento e, que lhe confere geralmente uma certa coerência, à qual corresponde um determinado caráter (SRA, 2003).

No concelho de Matosinhos, está identificada apenas uma unidade de paisagem, a Paisagem Ribeira Atlântico.

Ações de valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico

No que diz respeito à valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico, decorrente da necessidade de reabilitação ambiental da faixa costeira, a CMM promoveu nos últimos anos diversas ações de requalificação e recuperação ambiental, nomeadamente a requalificação da Marginal de Lavra, a requalificação das áreas de acesso às praias, através de novos apoios complementados com áreas de lazer, passadiços e parques de estacionamento, e ainda o restabelecimento das áreas de duna ainda existentes, através da reposição do manto vegetal autóctone.

Miradouros e sítios de interesse Paisagístico (nº)

O concelho de Matosinhos é dotado de um vasto número de parques e jardins (Quadro 6.3.7), todos eles com uma importância relevante no que diz respeito à sustentabilidade da paisagem e valorização da qualidade de vida.

Quadro 6.3.7 | Parques e Jardins com interesse paisagístico

DESIGNAÇÃO
Largo da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos e Parque 25 de Abril
Campo da Feira de Santana
Jardim de Basílio Teles
Largo da Viscondessa
Largo do Mosteiro de Leça do Balio e Parque das Varas
Largo do Souto
Monte de São Brás
Parque da Ciência
Parque da Ponte do Carro
Parque de Real
Parque Urbano do Carriçal, Parque Manuel Pinto de Azevedo
Quinta da Conceição e Quinta de Santiago
Soneto Ecológico
TOTAL=13

Percursos pedestres com interesse paisagístico

Não foi possível obter informação necessária de forma desagregada pretendida para o indicador.

Património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal

O património cultural designa um monumento, conjunto de edifícios, sítios de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico, de características determinantes, nomeadamente com a forma como as populações e as diversas atividades se foram fixando. Neste enquadramento, o município de Matosinhos possui um conjunto de imóveis com valor patrimonial que constituem vestígios de diversas épocas e de diversas ocupações.

Assim, e relativamente, ao património arquitetónico, (Quadro 6.3.8) na área de intervenção existem 191 monumentos pertencentes à classe dos Bens Imóveis de Interesse Municipal, 15 pertencentes à classe dos Bens Imóveis Classificados e um imóvel em Vias de Classificação.

Quadro 6.3.8 | Património arquitetónico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal no concelho de Matosinhos

FREGUESIA	Bens Imóveis de Interesse Municipal (nº)	Bens Imóveis Classificados (nº)	Bens Imóveis em Vias de Classificação (nº)
Guifões	8	2	0
Lavra	42	1	0
Leça da Palmeira	14	4	0
Matosinhos	52	4	0
Perafita	25	1	0
São Mamede de Infesta	8	0	1
Santa Cruz do Bispo	21	3	0
Senhora da Hora	21	0	0
TOTAL	191	15	1

No que diz respeito ao património arqueológico, segundo a informação que consta no site da CMM, existem apenas dois sítios arqueológicos, o S1 – Sítio Arqueológico do Mosteiro de Bouças – Primitivo Núcleo Medieval, na freguesia de Matosinhos e o S1 – Sítio Arqueológico de Moalde (Castro de Moalde), na freguesia de São Mamede de Infesta.

Ações e/ou área intervencionada para a valorização e preservação do património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º e descrição/localização)

Em 2015 foram aprovadas três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no concelho de Matosinhos, são estas a ARU de Matosinhos, a ARU de Leça da Palmeira e a Aru de Matosinhos do sul. Estas ARUs têm por base as seguintes motivações:

- A resolução de problemas de degradação física e debilidade socioeconómica (não obstante o processo de regeneração social em curso em Matosinhos);
- A necessidade de incentivar a recuperação do património edificado e qualificar o ambiente urbano em zonas com caraterísticas distintas;

- A oportunidade em aceder a programas de financiamento no domínio da reabilitação urbana, maioritariamente destinados a edificado localizado em ARUs e/ou a edifícios com mais de 30 anos;
- A possibilidade de criar e dinamizar benefícios (fiscais e administrativos) para a iniciativa privada, no âmbito da delimitação das ARUs;
- A premência em atrair residentes para a zona histórica de Matosinhos e de Leça (especialmente nas ARU de Matosinhos e Leça da Palmeira), e com isso “despoletar” a revitalização comercial local;
- A possibilidade de dinamizar/promover os setores terciário e quaternário I&D+i (Inovação, Desenvolvimento e Investigação), que têm na área de Matosinhos Sul um potencial de implementação notável, atendendo às características do edificado (edifícios industriais abandonados), à localização geográfica e à proximidade de equipamentos e infraestruturas de relevo regional e nacional;
- A oportunidade de potenciar a atividade turística ligada ao mar e as atividades marítimas de lazer e laborais.

Quadro 6.3.9 | Síntese dos Indicadores para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Estado das massas de água de superfície e subterrâneas (de acordo com a Lei da Água) (% das massas de água com estado muito bom e bom e em estado inferior a bom)	- Superficiais “Rio”: – Mau (Rio Leça e Onda) - Superficiais “Costeiras ou de Transição” – Razoável - Subterrâneas - Medíocre	2012	PGRH-RH2 / APA
Zonas balneares classificadas (n.º e/ou %)	13 em 16 zonas balneares (81%)	2018	ABAE / APA
Qualidade das zonas balneares (% de conformes)	100% Excelente	2017	SNIRH / APA
Implementação de medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos, previstas no âmbito PGRH-Norte (n.º de medidas, por área temática)	N.D.	-	-
Área total de solos contaminados (hectares e localização; % sobre área total do concelho)	Informação não disponível		CMM
Projetos de remediação/ recuperação dos solos (hectares; % do solo recuperado sobre a área total de solo contaminado e localização)	Informação não disponível		CMM
Consumo / Utilização de fertilizantes agrícolas (kg / ha SAU)	Informação não disponível		CMM
Taxa de Abandono Agrícola (Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) / Superfície Agrícola (SA)) * 100	Taxa de abandono agrícola de 0,17%	2009	INE
Área impermeabilizada em Solo Rústico (ha; %)	Territórios artificializados – 247,80hectares (12% do solo rústico encontra-se artificializado)	2015	Direção-Geral do Território (DGT)
Área total de RAN no município (ha; %)	16,9% do território do concelho de Matosinhos é RAN (1056,3ha)	2018	CMM
Ocupações não agrícolas na RAN (decorrentes da aplicação de exceções admitidas ao abrigo do seu regime jurídico) (ha; %)	Informação não disponível		CMM
Área total de REN, no município (ha; %)	12% do território do concelho de Matosinhos é RAN	2018	CMM
Ocupações permitidas ao abrigo das exceções ao regime jurídico da REN (ha)	0,179ha	2018	CMM
Área total de solos contaminados (hectares e localização; % sobre área total do concelho)	Informação não disponível		CMM

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Extensão dos corredores ecológicos (ha e Km)	Não estão definidos corredores ecológicos na área de intervenção.	N.E	N.E
Área florestal (ha e % por tipologia)	<p>Mista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 206ha; - 32% da área florestal; - 3% da área total do Concelho; <p>Eucalipto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 246ha; - 38% da área florestal; - 4% da área total do Concelho; <p>Folhosas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 190ha; - 30% da área florestal; - 3% da área total do Concelho; <p>TOTAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 642ha; - 100% da área florestal; - 10% da área total do Concelho. 	2015	CMM
Parques e áreas de conservação da natureza e da biodiversidade do concelho (n.º; ha)	<p>3 Parques Classificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque das Austrálias - Parque Ecológico Monte de S. Brás - Parque de Picoutos 	Consultado em outubro de 2018 no seguinte link: http://web2.cm-matosinhos.pt/sgam/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=257	CMM
Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (ha e n.º)	Habitats: 19 – Habitats protegidos Espécies: 31 - Espécies protegidas	2018	ICNF
Unidades de Paisagem (ha ou% da área de intervenção)	Unidade de Paisagem:1 – Paisagem Ribeira Atlântico	2018	ICNF
Ações de valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico (n.º e/ou ha)	<ul style="list-style-type: none"> - Requalificação da Marginal de Lavra; - Requalificação das áreas de acesso às praias, através de novos apoios complementados com áreas de lazer, passadiços e parques de estacionamento, e ainda o restabelecimento das áreas de duna ainda existentes, através da reposição do manto vegetal autóctone. 	2015	CMM
Miradouros e sítios de interesse turístico (nº)	13 Parques e Jardins	Consultado em outubro de 2018 no seguinte link: http://web2.cm-matosinhos.pt/sgam/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=257	CMM

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
		ntent&view=article&id=95&Itemid=243	
Percursos pedestres com interesse paisagístico (km)	N.D	N.D	N.D
Património arquitetónico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º bens imóveis)	191 Monumentos - Bens Imóveis de Interesse Municipal; 15 Monumentos - Bens Imóveis Classificados; 1 Monumento - Em Vias de Classificação	2016	CMM
Património arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º bens imóveis)	- Sítio Arqueológico do Mosteiro de Bouças – Primitivo Núcleo Medieval; - Sítio Arqueológico de Moalde (Castro de Moalde)	2016	CMM
Ações e/ou área intervencionada para a valorização e preservação do património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º e/ou ha)	- ARU de Matosinhos; - ARU de Leça da Palmeira; - ARU de Matosinhos do Sul	2015	CMM

Quadro 6.3.10 | Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

INDICADORES
Presença de habitats e espécies de extrema relevância para a conservação
Elevado número de monumentos classificados como património arquitetónico
É fundamental a adequada coesão territorial dos diferentes espaços e tipos de solos e entre a RAN e REN
Os recursos hídricos superficiais e subterrâneos estão sujeitos a fortes pressões poluentes devido principalmente à atividade agropecuária existente em toda a bacia hidrográfica do rio Leça, o que dificulta a pretendida valorização destes recursos em prol da qualidade de vida das populações e preservação dos ecossistemas e biodiversidade associada.
As zonas balneares têm apresentado níveis qualidade bastante satisfatórios, tendo em consideração o forte potencial contaminante ou poluente a que estão sujeitas devido à pressão urbanística e atividades agropecuárias e industriais.

6.3.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos

A evolução das componentes associadas aos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da revisão do PDM Matosinhos, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Apesar da existência diversos instrumentos de gestão territorial e estratégias orientadas para a proteção e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, verifica-se que a sua adoção e integração de medidas ficam por concretizar, permanecendo igualmente por definir um conjunto de objetivos ambientais complementares na revisão do PDM que permitirão alcançar um bom estado de conservação para os habitats e/ou espécies presentes.

Considera-se por isso expetável, o aumento da degradação dos ecossistemas, não só pelo desequilíbrio das populações animais e vegetais decorrente da proliferação de espécies exóticas invasoras e fragmentação dos habitats, mas também pela continuada pressão e

expansão urbana que promove a destruição do coberto vegetal e, conseqüentemente a impermeabilização do solo.

Considera-se, por isso, que a ausência de projetos que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats facilitará seu desaparecimento gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes, prejudicando assim o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto por outro, diminui a viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território dada a importância dos serviços prestados por estes, onde se destaca a prevenção de fenómenos catastróficos, retenção do solo, regulação do ciclo da água, refúgio de biodiversidade, recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Relativamente à RAN, surge a necessidade de proceder à sua delimitação, em função das dinâmicas dos IGT's nas últimas décadas, bem como das áreas entretanto ocupadas por construções para diferentes usos, que já não faz sentido que integrem a RAN pelas suas características geofísicas. A ausência de uma proposta de delimitação coloca em causa a salvaguardar e preservação de valores e recursos naturais fundamentais que garantam a integridade e coerência da RAN.

O mesmo acontece com a REN, em que é fundamental proceder à aplicação dos novos critérios metodológicos e legais (Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro), conferindo maior coerência entre a REN existente e as alterações ao ordenamento do território posteriores a 1992.

Já no que se refere à componente paisagística prevê-se que na ausência da revisão do Plano, e com a continuidade da situação atual, ocorra a introdução de elementos dissonantes que promoveram a descaracterização da paisagem, quer pelo abandono das áreas, quer pelo possível aumento da pressão urbanística. Ainda relativamente ao património construído, verifica-se que os imóveis construídos que constituem o património arquitetónico não serão incluídos na estratégia municipal, e por isso não serão valorizados, aumentando conseqüentemente o número de situações de abandono/ruína.

Resumindo, considera-se que desta forma fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar na estratégia municipal as novas dinâmicas locais, que assegurariam a consolidação e articulação de uma estrutura municipal ecológica e urbana sustentável, capaz de gerir corretamente seus recursos naturais, e assim promovendo uma dinâmica económica, social e ambiental, na revitalização do concelho.

Ao nível dos recursos hídricos, num cenário de ausência de revisão de PDM, e não obstante as já programadas intervenções no âmbito do PGRH, será expectável a manutenção dos atuais índices de pressão poluente tóxica e difusa e dos atuais estados das massas de água, em consequência da descarga de cargas orgânicas e de nutrientes acima do limite legal em toda a bacia do rio Leça.

6.3.5. Avaliação Estratégica de Efeitos

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a estratégia proposta pela proposta de PDM assenta num conjunto de objetivos e respetivas ações programadas assumidas no Programa de Execução.

Neste contexto, entendeu-se que estes objetivos estratégicos e gerais e respetivas ações devem ser o objeto de avaliação estratégica de efeitos ambientais. Assim, a avaliação apresentada no Quadro 6.3.11 verte sob os objetivos e ações que se consideram apresentar uma correlação ou sinergia relevante para a temática em avaliação – Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais e respetivos objetivos expostos no capítulo 6.3.2.

Quadro 6.3.11 | Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vetor A. Qualificação Ambiental – Valorizar os recursos naturais e a paisagem		
Objetivo Estratégico - Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável		
<i>Promover a qualificação e defesa do espaço rural</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras e sociais; - Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Aumento do povoamento florestal com espécies endémicas. - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2; 3; P; C; Si	-
<i>Valorizar o sistema natural costeiro</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; - Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Ações que visem a “Proteção e valorização da orla costeira” contribuem positivamente para a reposição das condições naturais da orla costeira e paisagem associada, aumentando a resiliência contra os efeitos nefastos associados às alterações climáticas, bem como promovendo a qualidade de vida e o usufruto destes locais para atividades de recreio e lazer. 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2;3/P/C;Si	-
<i>Recuperar e valorizar o vale do Leça</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; - Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes; - Minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais; - Valorização dos valores ecológicos e de paisagem do Vale do Leça; - Contributo para o planeamento e ordenamento dos espaços ribeirinhos; valorização económica e social do património natural 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2;3/P/C;Si	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>e da paisagem, de forma ambientalmente sustentável;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contributo para melhorar as condições/recursos naturais dos espaços ribeirinhos, para que as funções desempenhadas por estes ecossistemas se exprimam em serviços e estes sejam utilizados de forma sustentável quer a nível sociocultural quer económico. - A ação “Recuperar os corredores ecológicos das linhas de água”, designadamente, para o rio Leça, constitui-se como oportunidade de contributo para a recuperação do “Bom” estado desta massa de água e respetiva valorização para fins de recreio e lazer bem como reposição das condições biofísicas das massas de água e paisagem associada promovendo assim a qualidade de vida, salubridade e bem-estar das populações. 	
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2; 3; P; C; Si	-
<i>Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de aposta no turismo de natureza e na diversificação de atividades compatíveis; - Criação de Percursos pedestres que integrem as Rotas Turísticas temáticas existentes e envolvam o património existente; - Garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes; - Efeitos positivos na proteção, valorização e promoção do património existente 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2;3/P/Si	-
<i>Promover os espaços verdes de utilização coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; - Criação de espaços naturais/naturalizados, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2;3/P/Si	-
<i>Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; - A recuperação prevista por diversas ações de execução dos corredores ecológicos de diversas linhas de água (p.e. margens e encostas do rio Onda e Leça), com recursos a vegetação ripícola e muros vivos, incluindo açudes e levadas contribui positivamente para a reposição das condições biofísicas das massas de água e paisagem associada, promovendo a qualidade de vida e o usufruto destes locais para atividades de recreio e lazer. 	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1;2;3/P/Si	-
<i>Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Prosseguir a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC</i>	- Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais;	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	2; 3; P; C; Si	-
Vetor E. INDUÇÃO ECONÓMICA – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica(I&D+I)		
Objetivo Estratégico - Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica		
<i>Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico - Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica		
<i>Promover a instalação de novas atividades económicas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor U. Qualificação Urbanística – Qualificar os ambientes urbanos		
Objetivo Estratégico – Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social		
<i>Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reabilitar/projetar/capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas, face à distribuição e necessidades da população</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a estratégia local de habitação - ELH</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico – Promover a coesão do espaço urbano		
<i>Reabilitar o espaço urbano</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	-	-
<i>Assegurar a continuidade urbano - rural</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover a qualidade das novas intervenções urbanas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor MT. Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável		
Objetivo Estratégico – Melhorar as condições de acessibilidade		
<i>Aproximar as pessoas e as atividades</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos		
<i>Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Aumentar a competitividade do Transporte Público</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reestruturar o sistema rodoviário</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor G. Governança – Promover a construção coletiva do território		
Objetivo Estratégico – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento		
<i>Promover a participação da sociedade civil</i>	No caso de serem definidas ações de promoção da participação da sociedade civil em matérias relacionadas com a gestão sustentável de recursos hídricos, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas</i>	No caso de estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas apresentará efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão sustentável dos recursos hídricos, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança</i>	A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da gestão sustentável dos recursos hídricos e assim promover a sua efetiva concretização.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
Objetivo Estratégico – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional		
<i>Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)</i>	No caso de estabelecimento de parcerias e cooperações com outras entidades com vista à gestão sustentável dos recursos hídricos, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da diversidade de formulação e construção das ações previstas, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos</i>	Não identificadas	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

De notar que no que concerne à Proposta de Reserva Agrícola Nacional, considera-se que está salvaguardada a valorização dos recursos naturais, essenciais para os sistemas de produção primária e para a sustentabilidade territorial (Figura 6.3.1) com um ganho de 149,1 hectares (representando cerca de 19,3% do concelho).

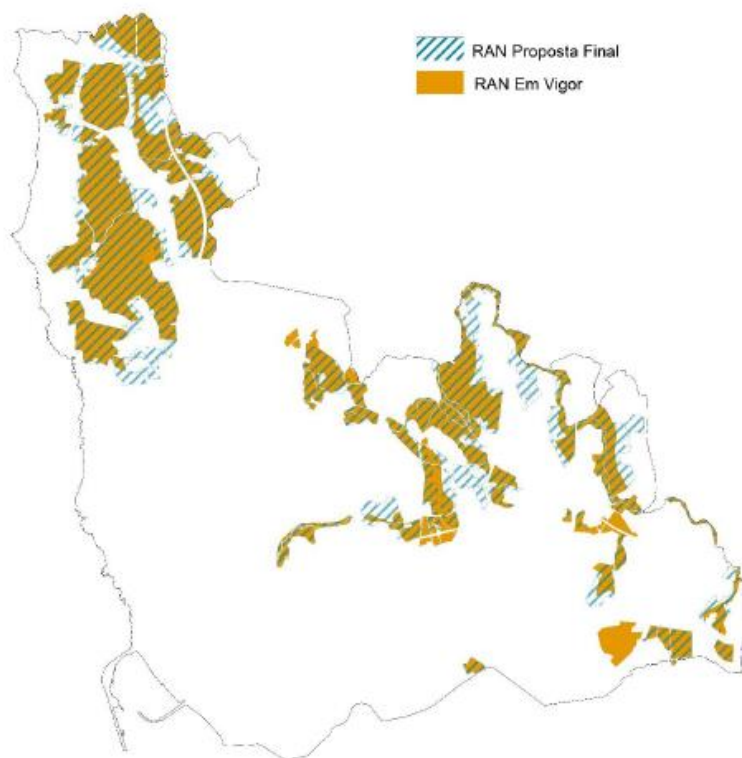


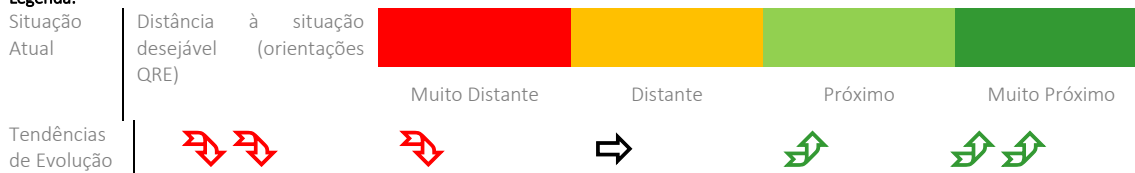
Figura 6.3.1 | Proposta final da RAN

Em síntese, o Quadro 6.3.12 apresenta uma análise à evolução dos critérios de avaliação definidos no âmbito do presente FS, tendo em conta a situação de referência, e a sua evolução tendo em consideração a implementação ou não da presente proposta de PDM Matosinhos.

Quadro 6.3.12 | Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
Recursos Hídricos: O PDM contribuirá para a melhoria do estado das massas de água presentes?		↗	↗ ↗
Solo		↘	↗ ↗
Estrutura Biofísica		↘	↗
Conservação da Natureza e Biodiversidade		↘	↗
Paisagem e Património		↘	↗

Legenda:



Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE
--	--	--------------------------------	---	---

Por fim, no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, no Quadro 6.3.13 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização dos Objetivos, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”.

Quadro 6.3.13 | Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS									OBSERVAÇÕES
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA		
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2	
1	■							■	■	
2	■	■	■					■	■	
3		■	■		■			■	■	
4				■	■					
5	■	■	■					■	■	
6										
7	■	■						■	■	
8						■	■		■	
9										
10										
11	■			■	■					

Legenda:

 QEAS assegurada /internalizada no Plano	 QEAS não assegurada /internalizada no Plano	 Elementos insuficientes para avaliar	 Não aplicável / sem relação
---	---	--	---

Objetivos Estratégicos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- E.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;
- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de Planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional;

Questões Estratégicas:

- QEAS1.Melhoria do estado das massas de água;
- QEAS2.Reordenamento e defesa da faixa costeira;
- QEAS3.Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5.Requalificação paisagística e natural;
- QEAS6.Preservação do solo;
- QEAS7.Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8.Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9.Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10.Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11.Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

6.3.6. Recomendações

De forma geral considera-se que a proposta de revisão do PDM Matosinhos responde a algumas necessidades identificadas ao nível do “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”. Contudo existem alguns domínios e elementos que carecem de maior pormenorização ou reforço, nomeadamente dos espaços naturais identificados e das suas funções.

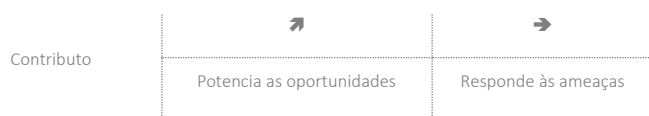
Assim, considera-se que, ao longo da sua implementação, o plano poderá ainda reforçar o seu já significativo e positivo contributo para os objetivos do presente FS e, em simultâneo, colmatar algumas questões de coesão da matriz territorial e das suas funções como sistema biofísico, que devem ser asseguradas, através da consideração das recomendações referidas no Quadro 6.3.14.

Quadro 6.3.14 | Recomendações no âmbito do FS “Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.	<p>Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Matosinhos na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;</p> <p>Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes</p>	➔	<p>- Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;</p> <p>- Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais</p>
Integrar soluções associadas a infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras previstas no âmbito da revisão do PDM de Matosinhos. Esses critérios/requisitos poderão ser assegurados, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	<p>Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Matosinhos na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;</p> <p>Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes.</p>	➔	<p>- Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;</p> <p>- Garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes</p>
Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	<p>Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Matosinhos na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;</p> <p>Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços</p>	➔	<p>- Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;</p> <p>- Garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes</p>

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
	naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes.		
Eliminar gradualmente espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes.	↗	- Criação de espaços naturais/naturalizados, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico.
Desenvolver ações de sensibilização, que permitam a internalização de questões de índole ecológica e ambiental, bem como paisagística e patrimonial na estratégia de desenvolvimento territorial e socioeconómico do concelho, em todos os sectores da sociedade (ex: escolas).	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes; Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património cultural.	↗	- Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais;
Reabilitar o património construído, tornando-o funcionalmente atrativo no sentido de responder às necessidades do concelho e da sua população, podendo albergar atividades de diversas índoles como: turísticas, recreativas, culturais e históricas.	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Matosinhos ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património cultural.	↗	- Efeitos positivos na proteção, valorização e promoção do património existente

Legenda:



6.4. Vulnerabilidades e Riscos

6.4.1. Introdução

No âmbito específico da área de intervenção da revisão PDM Matosinhos e dos elementos que a constituem, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada o contributo dos vetores e estratégicos da revisão do PDM para a prevenção e minimização das vulnerabilidades e riscos.

6.4.2. Objetivos e Indicadores

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE. Neste sentido, com este fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre:

- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais);
- Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos) e;
- Capacidade de adaptação e resiliência do concelho face às alterações climáticas.

Em suma, a avaliação do fator de sustentabilidade “Vulnerabilidades e Riscos”, tem como objetivo:

- Avaliar os efeitos das apostas estratégicas da revisão PDM Matosinhos ao nível dos riscos naturais, tecnológicos e adaptação às alterações climáticas, na área de intervenção do Plano.

No Quadro 6.4.1 apresentam-se os indicadores selecionados com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental e necessidades de monitorização específicas do FS “Riscos e Suscetibilidades”.

Quadro 6.4.1 | Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
De que forma o PDM irá contribuir para a gestão e minimização dos riscos naturais?	Ocorrência de eventos naturais extremos (custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano ⁻¹) (nos últimos 10 anos)	Análise dos custos, número de pessoas ou área afetadas, por ano, resultantes da ocorrência de eventos naturais extremos
	Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (referente ao ano mais recente)	O mapa de perigosidade identifica o grau de possibilidade de afetação de um determinado local por via de um incêndio florestal
	Incêndios florestais e áreas ardidas (n.º e ha) (últimos 10 anos)	Análise ao número de incêndios e área ardida em hectares, se disponível para os últimos 10 anos.
	% de território por classe de risco de erosão litoral (cartografia referente ao ano mais recente)	Análise à percentagem do concelho em risco de erosão litoral para o ano mais recente disponível
	Zonas ameaças pelo mar (n.º e localização)	Número e localização das zonas do concelho identificadas como estando ameaçadas pelo mar
	Evolução da linha de costa (m/ano) (nos últimos 5 anos)	Análise à evolução da linha de costa do concelho de Matosinhos nos últimos 5 anos
	% de território por classe de risco de erosão do solo (referente ao ano mais recente)	Análise à percentagem do concelho em risco de erosão do solo para o ano mais recente disponível
	% de território por classe de risco de inundação (referente ao ano mais recente)	Análise à percentagem do concelho em risco de inundação para o ano mais recente disponível
	Pessoas e infraestruturas vulneráveis à erosão do solo e às inundações (n.º) (referente ao ano mais recente)	Número de pessoas e infraestruturas consideradas vulneráveis à erosão do solo e às inundações, para o ano mais recente disponível
	Área e % de território vulnerável à erosão do solo e às inundações (referente ao ano mais recente)	Identificação da área e percentagem de território vulnerável à erosão do solo e às inundações, para o ano mais recente disponível
	Áreas impermeabilizadas em áreas inundáveis e suscetíveis à erosão do solo (ha por tipologia de uso e risco) (referente ao ano mais recente)	Identificação das áreas impermeabilizadas em áreas inundáveis e suscetíveis à erosão do solo, em hectares por tipologia de uso do solo e risco, para o ano mais recente disponível
	Investimento e n.º de projetos associados à mitigação de cheias e inundações (€ e n.º) (nos últimos 5 anos)	Análise ao investimento e número de projetos associados à mitigação dos fenómenos cheias e inundações
	Sistemas de alerta de cheias / inundações / galgamentos da faixa litoral (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente ao ano mais recente)	Identificação dos sistemas de monitorização contínua e alerta de cheias / inundações / galgamentos, por tipologia e respetiva localização
Simulacros de gestão de emergência para situações de forte agitação marítima, de rebentamento da defesa frontal ou instabilização das estruturas de defesa costeira (referente ao mais recente)	Número de simulacros de gestão de emergência para situações de forte agitação marítima, de rebentamento da defesa frontal ou instabilização das estruturas de defesa costeira	

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
De que forma o PDM irá contribuir para a gestão e minimização e/ou eliminação dos riscos antropogénicos e tecnológicos?	Ocorrências de acidentes tecnológicos ou antropogénicos (n.º pessoas e área afetadas, n.º autos de notícia.ano ⁻¹) (nos últimos 10 anos)	Análise do número de ocorrências de acidentes rodoviários e acidentes incêndios industriais: número de feridos, mortos e áreas afetadas nos últimos 10 anos.
	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2008 (Diploma PCIP) (n.º; ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Identificação da área (ha) e número de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2008 (Diploma PCIP).
	Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (Seveso), (N.º; ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Análise do número e área ocupada pelos estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (Seveso).
	Condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal (exemplo: zonas de proteção Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto) (ha)	Análise das áreas (ha) condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal.
	Acidentes rodoviários e ferroviários com transportes de mercadorias perigosas (n.º) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Análise do número de ocorrências de acidentes rodoviários e ferroviários com transportes de mercadorias perigosas.
	Unidades industriais localizadas ilegalmente no que respeita nomeadamente a recetores sensíveis (n.º de unidades identificadas e de deslocalizações já realizadas) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Unidades industriais localizadas ilegalmente no que respeita nomeadamente a recetores sensíveis, nomeadamente, edifícios habitacionais, escolares, hospitalares ou similares ou espaços de lazer, com utilização humana.
	Distâncias entre os estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação	Análise das distâncias entre os estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação.
	Elementos externos expostos aos efeitos dos cenários de acidentes na envolvente dos estabelecimentos Seveso.	Identificação e análise dos elementos externos expostos aos efeitos dos cenários de acidentes na envolvente dos estabelecimentos Seveso.
	Autos de notícia relativos as infrações ambientais (n.º / ano) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Caraterização e análise do número de autos de notícia relativos a infrações ambientais.
	Simulacros de gestão de emergência para situações em caso de incidentes tecnológicos (n.º) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Caraterização e análise do número de simulacros de gestão de emergência para situações de acidentes tecnológicos graves.
Qual o contributo do PDM para a adaptação às alterações climáticas?	Planos e / ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de adaptação às alterações climáticas (n.º) (últimos 5 anos)	Identificação dos planos e/ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de adaptação às AC, nos últimos 5 anos
	Intervenções de defesa costeira (n.º) (últimos 5 anos)	Número de intervenções de defesa costeira realizadas no concelho, nos últimos 5 anos
	Infraestruturas relocadas devido a fenómenos naturais extremos (n.º) (últimos 5 anos)	Número de infraestruturas relocadas devido a fenómenos naturais extremos, nos últimos 5 anos
	Intervenções para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos (n.º de intervenções realizadas e previstas) (referente ao ano mais recente)	Número de intervenções realizadas e previstas para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos, para o ano mais recente disponível

6.4.3. Situação Atual

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade da área de intervenção da revisão PDM Matosinhos, neste capítulo é apresentada uma abordagem sucinta aos riscos, sob os critérios risco naturais e riscos tecnológicos, bem como aos fenómenos das alterações climáticas e respetivos impactes como base na análise dos indicadores previamente definidos em sede de RDA.

Riscos Naturais

Risco é definido com a probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens e ambiente. Sendo que o risco natural resulta do funcionamento dos sistemas naturais (e.g., erosão litoral, cheias e inundações) (Caderno #9, ANPC).

Ocorrência de eventos naturais extremos

De acordo com o Relatório de Vulnerabilidades Climáticas Atuais da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) do Município de Matosinhos, “nos últimos 10 anos o Município de Matosinhos foi afetado por 70 incidentes relacionados com eventos climáticos adversos, que incluem fenómenos de galgamentos costeiros, precipitação excessiva (cheias e inundações), temperaturas baixas/ondas de frio, tempestades/ tornados e ventos fortes”.

Ainda de acordo com o referido documento, entre 1865 e 2010 “registaram-se 20 ocorrências de cheias/inundações” resultando num total de 249 evacuações e 93 desalojados, totalizando o concelho 1,2% do conjunto de cheias/inundações ao nível de Portugal Continental.

O mesmo documento refere que no que concerne ao vento, o mês de fevereiro de 2010 registou a passagem de várias depressões com superfícies frontais associadas e no dia 27 desse mesmo mês uma das depressões provocou ventos de forte intensidade, o que originou rajadas de vento superiores a 100 km/h em vários locais.

Nos dias 10 e 11 de dezembro de 2017, devido à aproximação e passagem da superfície frontal fria de forte atividade associada à tempestade Ana, o vento soprou temporariamente forte a muito forte, com rajadas entre 110 e 130 km/h e até 100 km/h respetivamente.

Ao nível das tempestades, importa considerar a registada em todo território continental nos dias 15 e 17 de fevereiro de 2011, associada a um sistema frontal. É ainda registada no dia 9 de fevereiro de 2014 uma depressão, “Tempestade Stephanie”, com precipitação por vezes forte em especial nas regiões do litoral oeste, e vento forte com rajadas, em alguns locais superiores a 100 km/h.

Quanto a ondas de frio, na primeira metade do mês de fevereiro de 2012 registou-se uma massa de ar ártico continental, muito frio e seco, originando descidas significativas da

temperatura, em especial da mínima, em que o valor médio da temperatura mínima do ar foi muito inferior ao valor normal (1971-2000) em cerca de 4,71°C.

Os **galgamentos costeiros**, existem um evento registado a 6 de janeiro de 2014.

Importa referir que os impactes e respetivas consequências representam diferentes alterações ao nível da biodiversidade, danos em edifícios, danos para a saúde, danos nas cadeias de produção, danos para as, entre outros.

Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

Para além dos eventos referidos e das consequências associadas, importa agora considerar o risco associado aos **incêndios florestais**. Neste sentido, importa considerar o mapa de perigosidade de incêndio Florestal, que traduz o grau de possibilidade de afetação de um determinado local num determinado local.

Assim, para o concelho de Matosinhos verifica-se, de acordo com o Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do ICNF para o ano de 2017, que o concelho apresenta áreas em todas as classes de perigosidade, com exceção da classe de perigosidade Muito Alta (Figura 6.4.1).

Ao nível das freguesias importa destacar a predominância de áreas com perigosidade nas freguesias “União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo” e “União das freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões” (Figura 6.4.2).

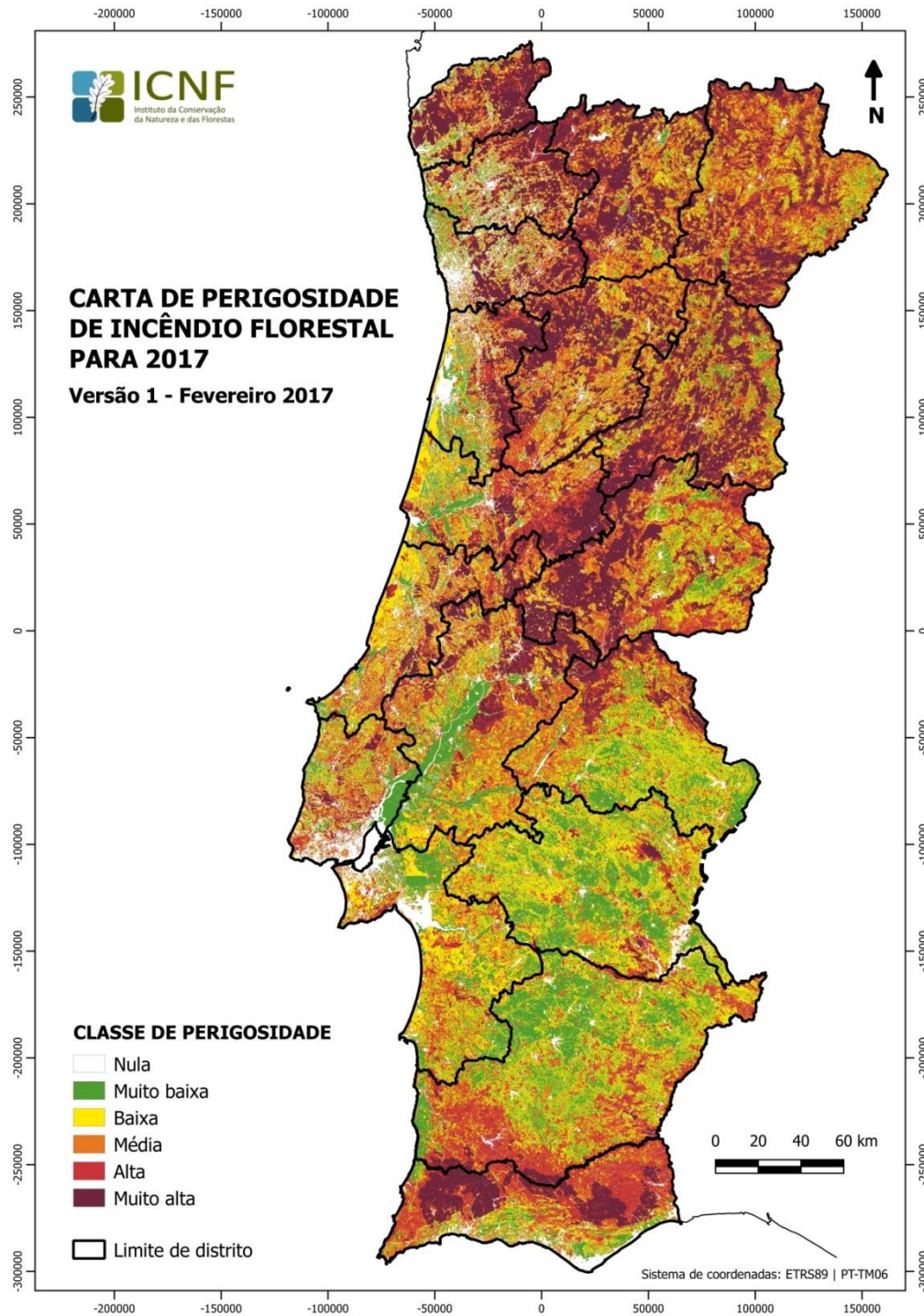


Figura 6.4.1 | Perigosidade de Incêndio Florestal, 2017 (Fonte: ICNF).

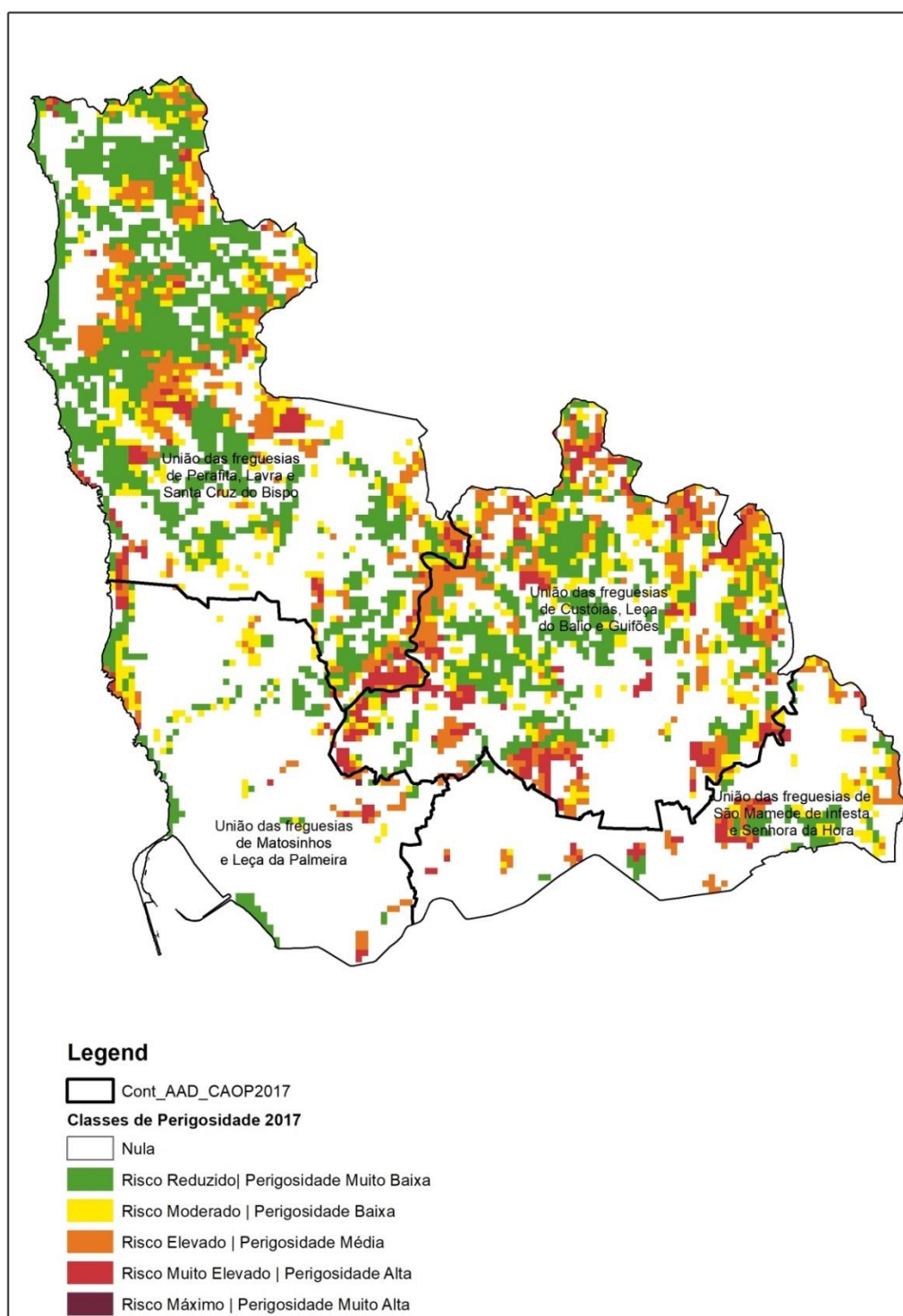


Figura 6.4.2 | Perigosidade de Incêndio Florestal do concelho de Matosinhos, 2017 (Fonte: ICNF).

Incêndios florestais e áreas ardidadas

Tendo em consideração a informação disponibilizada pelo ICNF, entre o período de 2008 e 2017 (à data de elaboração do presente documento) arderam 103,67ha de área florestal do concelho, num total de 376 ocorrências (Quadro 6.4.2).

Quadro 6.4.2 | Incêndios (n.º) e Áreas Ardidas (ha)

ANO	N.º TOTAL DE OCORRÊNCIAS	AGRÍCOLA		FLORESTAL	
		N.º OCORRÊNCIAS	AREA ÁRDIDA (HA)	N.º OCORRÊNCIAS	AREA ÁRDIDA (HA)
2008	50	1	0,01	49	5,98
2009	75	2	0,03	73	33,34
2010	95	4	0,16	91	28,44
2011	96	5	0,16	91	15,95
2012	69	1	0,01	68	15,86
2013	0	-	-	-	-
2014	3	0	0	3	1,94
2015	0	-	-	-	-
2016	1	0	0	1	2,16
2017	0	-	-	-	-
Total		13	0,37	376	103,67

Risco de Erosão Litoral, Evolução da linha de costa (m/ano) (nos últimos 5 anos) e Zonas ameaças pelo mar (n.º e localização)

No POC Caminha-Espinho (2018) é apresentado, no Modelo Territorial, as *Faixas de Salvaguarda à Erosão Costeira* e *Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira* (Figura 6.4.3).

Relativamente à *Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira* corresponde à área terrestre em que há probabilidade de erosão. Esta faixa apresenta dois níveis de suscetibilidade a que corresponde **Nível I** – áreas potencialmente afetadas pela erosão costeira e recuo da linha de costa no horizonte temporal de 2050 e **Nível II** - áreas potencialmente afetadas pela erosão costeira e recuo da linha de costa no horizonte temporal de 2100.

Relativamente à *Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira* corresponde à área terrestre em que há probabilidade de ocorrência de galgamentos ou inundações costeiras pelo oceano tendo em conta os cenários de subida do nível médio da água do mar. Esta faixa apresenta dois níveis de suscetibilidade a que corresponde **Nível I** – áreas potencialmente afetadas por galgamentos e inundação costeira no horizonte temporal de 2050 e **Nível II** - áreas afetadas por galgamentos e inundação costeira no horizonte temporal de 2100.



Faixas de Salvaguarda

Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira:

-  Nível I
-  Nível II

Faixa de Salvaguarda ao Galgamento Oceânico e Inundação Costeira:

-  Nível I
-  Nível II

Figura 6.4.3 | Extrato do Modelo Territorial – Faixas de Salvaguarda (Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira e Faixa de Salvaguarda ao Galgamento e Inundação Costeira) (Fonte: POC Caminha-Espinho, 2018).

Importa contudo destacar as **áreas críticas** definidas pelo POC Caminho-Espinho (2018) por se constituírem locais ou troços costeiros que apresentam maior suscetibilidade à destruição dos recursos costeiros (naturais ou antrópicos) e que resultam da sobreposição dos riscos de erosão do litoral por ação do mar com efeitos de invasão da terra pelo mar, como resultado dos fenómenos extremos (POC Caminho-Espinho, 2018).

Para o concelho Matosinhos, de acordo com POC Caminha-Espinho (2018), identificam as seguintes áreas críticas:

- AC36 – Angeiras – “A projeção da linha de costa para 2050, correspondente à Faixa de Salvaguarda à Erosão Costeira de **nível I (áreas potencialmente afetadas pela erosão costeira e recuo da linha de costa no horizonte temporal de 2050)**, revela um recuo da linha de costa na ordem dos 40 metros, colocando em risco a quase totalidade da área a poente da Avenida da Praia de Angeiras);
- AC37 – Praia do Marreco – “As taxas de erosão anuais são pouco significativas, são anuladas pela pressão constituída pela edificação localizada parcialmente dentro do domínio público marítimo, e na sua quase totalidade dentro dos limites das faixas de erosão costeira para o horizonte de 2050”.

Inundações

No que concerne especificamente ao risco de inundação, de acordo com PME de Matosinhos, “existem algumas habitações já referenciadas, que ficam no leito de cheia dos rios Leça e Onda, no entanto nenhum edifício de interesse para o planeamento de emergência específico (de intervenção) se encontra dentro dessa área”. Os locais mais vulneráveis às inundações são habitações e de acordo com PME (2013) serão considerados no Plano Prévio de Intervenção de cheias e inundações. Considerando a área em leito de inundação, para o rio Leça com período de retorno 100 anos, 124ha e para o rio Onda, com o mesmo período de retorno, 4ha. Cerca de 0,57ha de edificado encontra-se em área inundável (PME de Matosinhos).

O Quadro 6.4.3 apresenta as áreas inundáveis (hectares e %) para cada uma das categorias de solo (utilizando a classificação e Qualificação do solo e os leitos de inundação).

Quadro 6.4.3 | Áreas inundáveis (hectares e %) para cada uma das categorias de solo

CATEGORIAS DE SOLO	ÁREA (HA)	% DO TOTAL	% DO CONCELHO
Espaços Agroflorestais	82,05	83,05	1,31
Espaços de Atividade Económicas	0,10	0,10	0,002
Espaços de Atividades Económicas com Logística	-	-	-
Espaços de Uso Especial	14,08	14,26	0,23
Espaços Naturais	1,64	1,66	0,03
Espaços Urbanos de Baixa Densidade	0,92	0,93	0,02
Total	98,79	100	1,58

Importa referenciar que o concelho de Matosinhos dispõe, tal como enunciado no Quadro de Referência Estratégico, de um Plano Municipal de Emergência (PME) e de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) – referenciais que encerram em si as estratégias operacionais do concelho face aos riscos existentes no mesmo.

Não foi possível obter informação, por não existir ou por não ter sido possível obtê-la da forma pretendida, para os seguintes indicadores:

- Áreas impermeabilizadas suscetíveis à erosão do solo (ha por tipologia de uso e risco) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente);
- % de território por classe de risco de erosão do solo (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente);
- % de território por classe de risco de inundação (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente);
- Pessoas e infraestruturas vulneráveis à erosão do solo (n.º) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente);
- Área e % de território vulnerável à erosão do solo (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente);
- Investimento e n.º de projetos associados à mitigação de cheias e inundações (€ e n.º) (nos últimos 5 anos);
- Sistemas de alerta de cheias / inundações / galgamentos da faixa litoral;
- Simulacros de gestão de emergência para situações de forte agitação marítima, de rebentamento da defesa frontal ou instabilização das estruturas de defesa costeira (referente ao mais recente, ou ao ano mais recente).

Acidentes tecnológicos

De acordo com o Estudo de Base Cartográfica de Riscos Naturais, Tecnológicos e Sociais no âmbito do Plano de Emergência do Município de Matosinhos, foram analisados e georreferenciados entre 01 - 01 - 2004 e 28 - 09 - 2008 (dados PSP) e entre 01 - 01 - 2005 e 28 - 11 - 2008 (dados GNR Brigada Trânsito) cerca de 5.250 acidentes rodoviários com 6 mortos, 71 feridos graves e 1.183 feridos ligeiros. No ano de 2010 foram georreferenciados 494 sinistros com 615 feridos e 4 mortos.

Na Figura 6.4.4 é possível verificar a perigosidade rodoviária do concelho de Matosinhos e na Figura 6.4.5 a sinistralidade do mesmo.

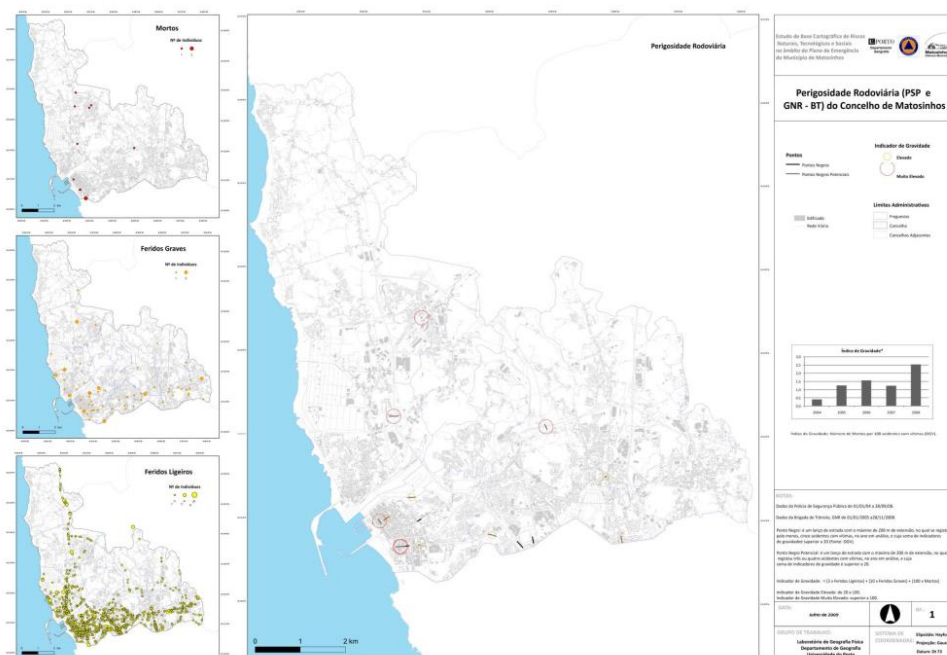


Figura 6.4.4 | Perigosidade rodoviária do concelho de Matosinhos

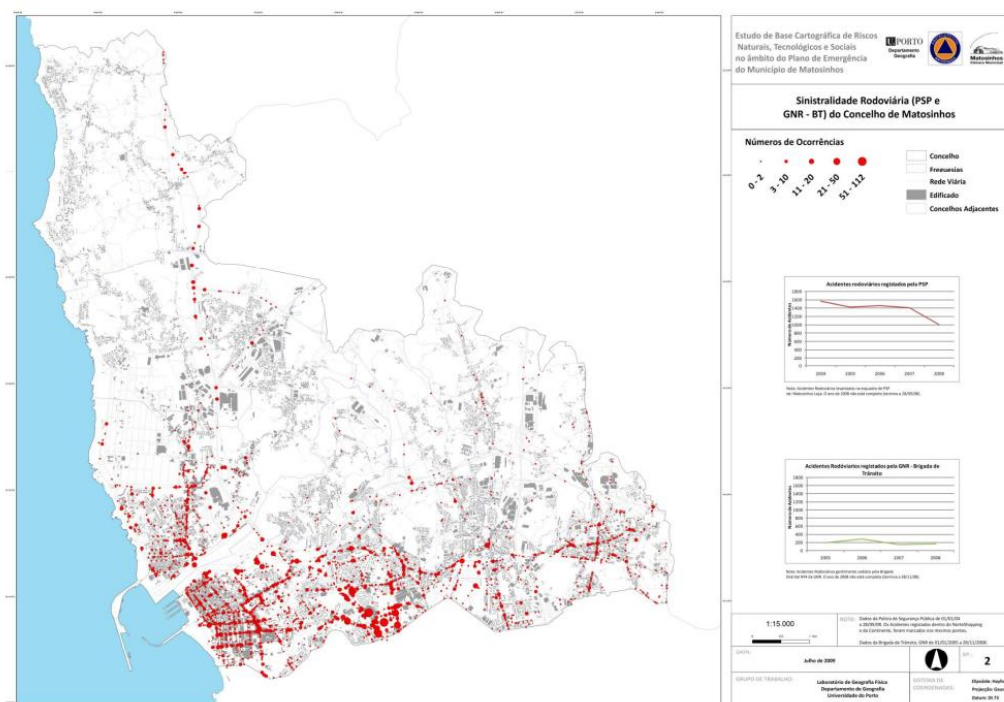


Figura 6.4.5 | Sinistralidade rodoviária do concelho de Matosinhos

Relativamente aos incêndios industriais, foram georreferenciados 222 acidentes industriais entre o ano de 1999 e 2009, com um total de sete feridos. A Figura 6.4.6 refere-se aos incêndios industriais do concelho e a Figura 6.4.7 ao grau de perigosidade das indústrias do concelho.

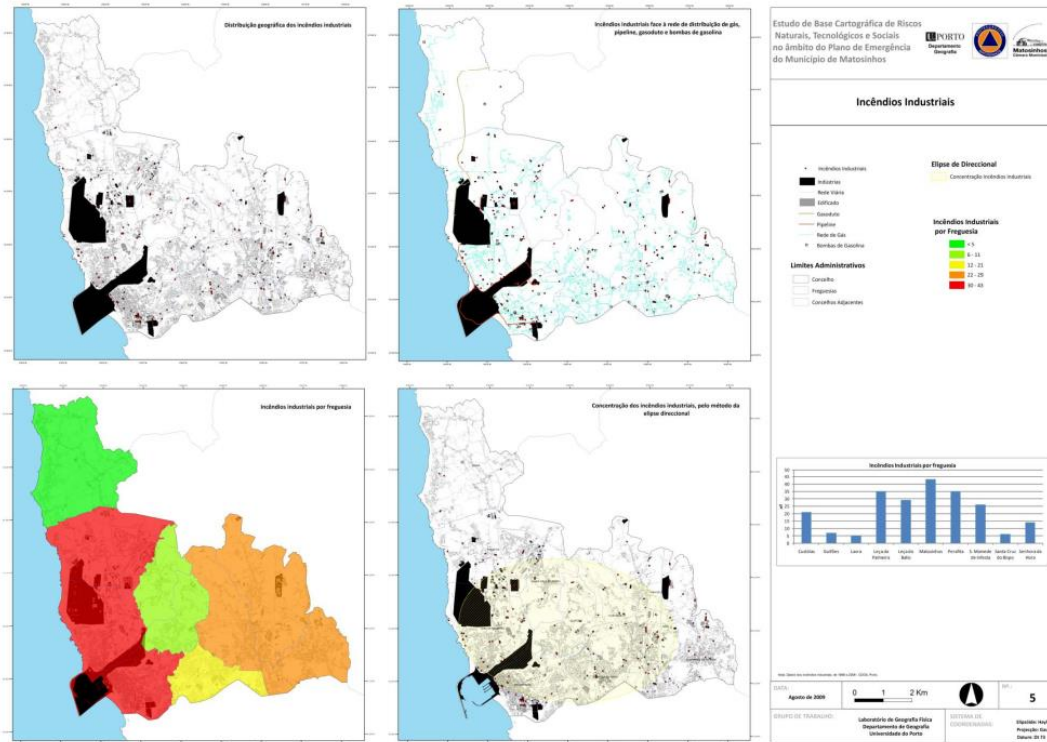


Figura 6.4.6 | Incêndios industriais

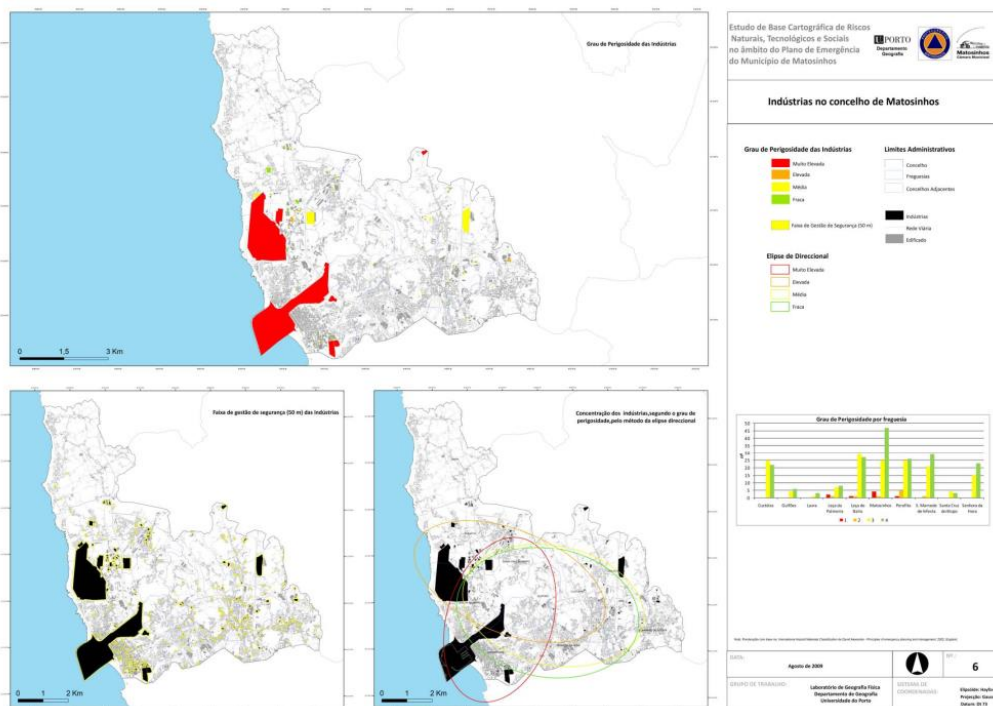


Figura 6.4.7 | Grau de perigosidade das indústrias do concelho de Matosinhos

Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2008 (Diploma PCIP)

- Petróleos de Portugal- Petrogal, S.A (Refinaria de Matosinhos) (189,74ha)
- Peixinhos, Lda. (0,166ha)
- GASIN - Gases Industriais, S.A (0,095ha)
- Produtos Sarcol, S.A.
- Carneiro Campos & Cª, Lda.
- Germen - Moagem de Cereais, S.A.
- Monteiro, Ribas – Revestimentos, S.A.
- Monteiro Ribas - Embalagens Flexíveis, S.A,
- SUPER BOCK BEBIDAS, S.A. - Centro de Produção de Leça do Balio (17,04ha)

Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (SEVESO)

A Diretiva nº 2012/18/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 Julho de 2012 (Diretiva SEVESO III), foi transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de Agosto. No concelho de Matosinhos identificam-se como empresas SEVESO as seguintes:

- BP Portuguesa SA
- Cepsa Portuguesa Petróleos S.A.
- Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A
- Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A.
- Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A.
- Repsol Combustíveis S.A.
- Syngenta Crop Protection, Lda.
- Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.

Relativamente às condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal, apenas foi disponibilizada informação sobre a REN (726 hectares) e RAN (1.029,3hectares)

Acidentes rodoviários e ferroviários com transportes de mercadorias perigosas

O transporte de matérias perigosas em Matosinhos pode ser feito pela via rodoviária, ferroviária e marítima. A carga e descarga de substâncias perigosas dos navios atracados no porto de Leixões, um terminal petrolífero, uma estação ferroviária (mercadorias, incluindo matérias perigosas) e silos Cerealíferos, constituem por si só um elevado fator de risco. Para além disso, atravessam diariamente o concelho dezenas de veículos pesados que transportam matérias perigosas. Deste modo, justifica-se perceber a dimensão dos acidentes com transportes no concelho, para uma melhor prevenção dos mesmos.

Os registos de ocorrências de acidentes com transportes, fornecido pelo CDOS de 1999 a 2008, agregam 33 ocorrências. Das ocorrências registadas 10 referem-se ao ano de 2001. Nos anos de 1999 e 2000 não se registaram ocorrências.

Quanto ao tipo de acidentes com transportes, a maioria foram acidentes ferroviários com o atropelamento de passageiro. De seguida surgem os acidentes marítimos (naufrágios).

Destes acidentes, alguns resultaram em mortos. Os acidentes ferroviários com colisão provocaram 12 feridos, enquanto que os acidentes ferroviários com atropelamento de passageiros provocaram 10 feridos. Os acidentes marítimos de naufrágio provocaram 2 mortes.

Unidades industriais localizadas ilegalmente no que respeita nomeadamente a recetores sensíveis

As áreas urbanas encontram-se junto de áreas industriais, onde por vezes é feito o armazenamento e processamento de substâncias perigosas. Isto levanta uma série de questões que se prendem com a conformidade entre o PME e o PDM em vigor. As áreas de expansão urbana incluídas no PDM em vigor, apresentam algumas disparidades relativamente às áreas de maior exposição ao risco, sendo que muitas delas se sobrepõem.

Existem áreas urbanas, turísticas, industriais e de uso público relevante, integradas em zonas condicionadas Seveso.

Distâncias entre os estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação (Figura 6.4.8)

Cepsa

Na área de afetação da Cepsa são desenvolvidas atividades lúdico/desportivas, caso do Grupo Desportivo do Bairro dos Pescadores, o Rancho folclórico do Bairro dos Pescadores e sazonalmente aquando da festa do Senhor de Matosinhos, o parque de Manhufe é ocupado sendo transformado num parque de diversões. Na área de afetação existe também a EB1 do Bairro dos Pescadores, e a Administração dos Portos do Douro e Leixões, que integra a Linha ferroviária de Leixões.

Galp (Parque de Gás Almeiriga)

O Parque de Gás de Almeiriga está instalado em Perafita que é uma das 10 freguesias do concelho de Matosinhos. Tem uma área de 9,47 km². Esta freguesia possui uma elevada concentração de pessoas, como demonstram os números de habitantes, 12 298 segundo os censos de 2001 o que corresponde a uma densidade populacional de 1298,6 hab/km².

As principais vias de comunicação que passam perto do Parque de gás de Almeiriga são rodoviárias. O concelho de Matosinhos apresenta uma ocupação territorial muito condicionada pelas principais infraestruturas rodoviárias existentes. A freguesia de Leça da Palmeira enquadra-se perfeitamente nesta dinâmica, sendo a principal via de atravessamento a A28.

Na área de afetação do Parque de gás de Almeiriga são desenvolvidas atividades lúdico/desportivas na zona da praia, assim como um desportivo que comporta as piscinas municipais e o complexo desportivo do FC de Perafita.

Na área de afetação existe ainda o Hospital Privado da Boa Nova, os complexos escolares destacando-se EB1 e JI de Perafita e o Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto.

Encontra-se também na área de afetação o complexo industrial da Petrogal, SA, JP Sá Couto e os transitários de apoio ao Porto de Leixões.

Refinaria de Matosinhos

A Refinaria está instalada em Leça da Palmeira que é uma das 10 freguesias do concelho de Matosinhos. Tem uma área de 5,97 km² e uma linha de mar de cerca de 3,34 km. Esta freguesia altamente urbanizada e com uma elevada concentração de pessoas, como demonstram os números de habitantes, 17 215 segundo os censos de 2001 o que corresponde a uma densidade populacional de 2 883,6hab/km².

Na área de afetação da Refinaria do Porto estão localizados alguns restaurantes, um parque temático, kartódromo, o complexo desportivo da bateria, a Exponor, Marshopping, IKEA, complexo desportivo de Perafita, um Hotel, diversos equipamentos comerciais, praias entre outros.

Na área de afetação existe o Hospital privado da Boa Nova e o centro de saúde de Leça da Palmeira.

Na área de afetação existem diversos complexos escolares, destacando-se a escola integrada de Leça da Palmeira e a EB1 JI de Perafita.

Na área de afetação existem complexos industriais, destacando-se a zona industrial de Perafita, a Jomar, transitários, Terminal Tir, entre outros.

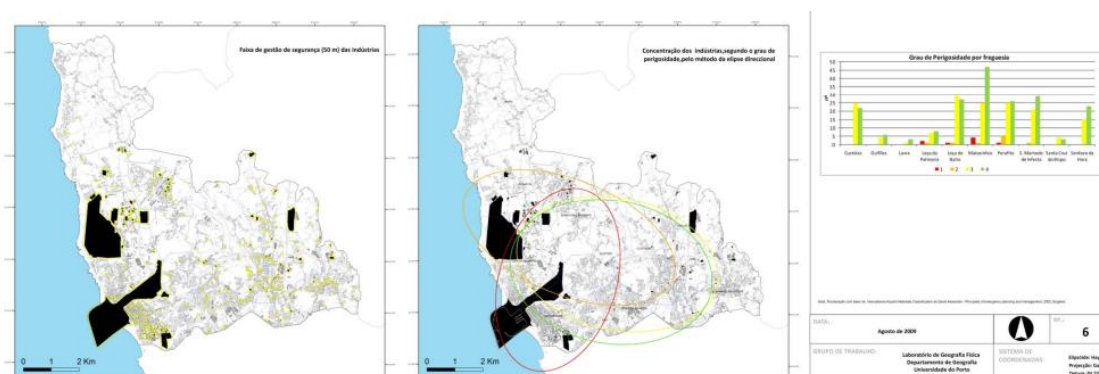


Figura 6.4.8 | Faixa de gestão de segurança (50m) das indústrias

Elementos externos expostos aos efeitos dos cenários de acidentes na envolvente dos estabelecimentos Seveso

Para proceder à avaliação das consequências dos acidentes graves cenarizados segundo as vertentes humanas e ambientais devem incluir-se, pelo menos, as estimativas do número de pessoas afetadas por cada um dos três graus de danos, fazendo também a correspondência com a identificação cartográfica dos estabelecimentos, localidades ou áreas habitacionais atingidas.

Elementos externos expostos aos efeitos dos cenários de acidentes na envolvente do estabelecimento, tais como:

- as localidades e zonas urbanizadas ou conjuntos de habitações,
- estabelecimentos e recintos que recebem público,
- outros estabelecimentos vizinhos com os quais convenha preparar um aviso direto para proteção dos seus trabalhadores.

Da análise da cartografia disponibilizada pela CMM verificou-se que foram considerados os seguintes elementos externos:

- Edificado
- População

Não existem evidências de que tenham sido incluídos os equipamentos, sociais, educação e saúde e outros estabelecimentos industriais.

Contudo, importa referir que a equipa técnica não teve acesso à análise de risco dos Planos de Emergência Externos, que certamente incluem todos os elementos externos expostos aos efeitos dos cenários.

Não foi disponibilizada informação referente aos autos de notícia relativos a infrações ambientais.

Não foi disponibilizada informação referente aos simulacros de gestão de emergência para situações em caso de acidentes tecnológicos.

Adaptação às Alterações Climáticas

O presente critério pretende, não avaliar o contributo e potencial de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) mas sim, analisar a influência da revisão PDM Matosinhos sob a perspetiva das respostas do concelho às alterações climáticas, isto é, o contributo do Plano para a implementação de medidas de adaptação do concelho que permitam gerir e minimizar todos os efeitos adversos potencialmente resultantes dos fenómenos associados às alterações climáticas.

De facto, existem políticas e programas que visam abrandar o ritmo de produção de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) (processo de mitigação), no entanto, foram já libertadas concentrações com potencial significativo para causar um impacto no clima, e consequentemente sobre as pessoas, ecossistemas e bens, constituindo-se assim fundamental a capacidade de adaptação, como minimização dos efeitos negativos dos impactes dessas alterações (processo de adaptação).

A AI da revisão PDM Matosinhos, apesar de constituir um sistema não passivo, respondendo de forma dinâmica e complexa às variáveis climáticas (estudos revelam que o clima tem variado ao longo da história da Terra, constituindo-se assim um processo natural do sistema climático), apresenta características que lhe conferem uma vulnerabilidade significativa tendo em conta alguns dos potenciais efeitos das alterações climáticas (mudanças climáticas com

origem direta ou indireta nas atividades humanas, potenciando variações climáticas significativas), nomeadamente com especial incidência por se tratar de uma zona costeira, ao nível da subida do nível médio do mar e/ou da ocorrência mais frequente de eventos climatéricos extremos que, cumulativamente com a subida do nível médio do mar, potenciam outros perigos e respetivos riscos.

Neste âmbito, importa ao nível local considerar a EMAAC de Matosinhos, documento estratégico que consiste na identificação de opções e ações de adaptação de modo a promover a minimização dos efeitos das alterações climáticas.

A EMAAC (2018) identifica como opções de adaptação do município:

1. Elaborar uma EMAAC que preveja monitorização e revisão de objetivos e riscos;
2. Implementação de um programa de ações de sensibilização para as alterações/adaptações climáticas;
3. Elaborar e implementar um plano de soluções de conforto térmico do parque edificado - edifícios públicos;
4. Proceder ao levantamento de todo o sistema hidrológico no território do município ao nível das águas subterrâneas e superficiais e vertê-los para o sistema de informação geográfico da Autarquia;
5. Desenvolvimento de inventário das espécies de árvores existentes em cada Freguesia/Concelho com um potencial de queda maior em eventos extremos;
6. Introdução no concelho da arquitetura bioclimática (uso de recursos naturais/energia) para a requalificação e novas construções;
7. Planos com medidas concretas, para criação de corredores de ventilação (aproveitamento do vento dominante e das brisas do oceano);
8. Mapeamento termográfico e altimétrico do concelho;
9. Elaboração de um plano/modelo de mobilidade mais sustentável - incentivos fiscais;
10. Criar áreas naturais de preservação, armazenamento e recarga de aquíferos;
11. Plano de condicionamento de ocupação das zonas de frente litoral/costeira, vulneráveis ao risco de fenómenos de galgamento, reduzindo desta forma a pressão urbana sobre os recursos hídricos;
12. Desenvolver um plano municipal de ordenamento do parque litoral para a proteção, defesa e salvamento;
13. Desenvolvimento de plano estratégico de identificação das zonas urbanas com edificado mais vulnerável às condicionantes das alterações climáticas, com vista a implementação de soluções de adaptação/compensação/incentivos fiscais municipais;
14. Desenvolver e implementar plano estratégico de abastecimentos e drenagem de águas (residuais, abastecimento, pluviais) para compensação hidráulica dos caudais decorrentes dos efeitos das alterações climáticas;
15. Implementar o plano de valorização e reabilitação das linhas de água do concelho com recurso a práticas inovadoras;
16. Promover o aumento das áreas permeáveis do território municipal (rain gardens, renaturalização de ecossistemas ribeirinhos, pavimentos drenantes);
17. Implementar uma rede de biospots e expansão do coberto vegetal nativo em áreas de grande fluxo rodoviário para aumentar o resgate de CO₂ e desta forma aumentar a condição sustentável da qualidade do ar;

18. Desenvolver um plano especial de emergência específico para os riscos naturais;
19. Programa de mobilidade de priorização de viaturas/meios de auxílio e socorro;
20. Programa de pedonalização de arruamentos;
21. Expansão da rede cicável.

Relativamente às intervenções de defesa costeira, de acordo os dados da APA, *Intervenções concluídas – maio de 2014 a outubro de 2015*, no concelho de Matosinhos:

- Requalificação da Orla Costeira - Medidas de Defesa Costeira – Lote 1 – Praia do Paraíso – Trabalhos de Betão Armado;
- Requalificação da Orla Costeira - Medidas de Defesa Costeira em Matosinhos - Intervenção no Plano do Fontão;
- Requalificação da Orla Costeira - Medidas de Defesa Costeira em Matosinhos - Intervenção nos Planos de Praia de Angeiras Norte e Agudela;
- Requalificação da Orla Costeira - Medidas de Defesa Costeira – Lote 2 – Reconstrução de Passadiços e Afins – Trabalhos em Madeiras e Proteções Dunares.

De acordo com informação disponível no site da CMM, em 2017 estavam ainda previstas ações de renaturalização da área dunar e construção de apoio de praia nas praias do Marreco, Corgo e Conchinha.

O Quadro 6.4.4 refere-se às áreas críticas identificadas no Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC Caminha-Espinho), para concelho de Matosinhos, através do seu Modelo Territorial e os princípios de ordenamento associados. Relativamente a estes importa clarificar a sua definição:

- **Recuo Planeado** – deslocalização dos usos e da sua ocupação para o interior – transferência da edificabilidade;
- **Acomodação** – mudança de ocupação e atividades humanas no litoral e a adaptação flexível das infraestruturas;
- **Proteção** – manutenção da linha de costa ou mesmo avançar da linha de costa.

Quadro 6.4.4 | Áreas Críticas Identificadas no POC Caminha-Espinho

IDENTIFICAÇÃO	PRINCÍPIOS DE ORDENAMENTO	PRIORIDADE
AC36 – Angeiras	Proteção/Acomodação	Intermédia
AC37 – Praia do Marreco	Recuo Planeado/Acomodação	Intermédia

Tal como é possível verificar, na Praia do Marreco está previsto o recuo planeado (Infraestruturas realocizadas devido a fenómenos naturais extremos).

Não foi possível obter informação necessária de forma desagregada pretendida para o indicador “Intervenções para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos (n.º de intervenções realizadas e previstas) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)”. No entanto sugere-se que este seja incluído como indicador de monitorização da AAE.

O Quadro 6.4.5 apresenta a síntese dos indicadores para o FS “Vulnerabilidades e Riscos” e o Quadro 6.4.6 as principais questões-chave da situação atual para o mesmo FS.

Quadro 6.4.5 | Síntese dos Indicadores para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Ocorrência de eventos naturais extremos	Últimos 10 anos - 70 incidentes relacionados com eventos climáticos adversos	2018	EMAAC
Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal	Áreas em classe de perigosidade: - Perigosidade Muito Baixa; - Perigosidade Baixa; - Perigosidade Média; - Perigosidade Alta. Predominância de áreas com perigosidade nas freguesias “União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo” e “ União das freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões”.	2018	ICNF
Incêndios florestais e áreas ardidas	- 376 ocorrências e 103,67ha de área florestal; - 13 ocorrências e 0,37ha de área agrícola.	2018	ICNF
% de território por classe de risco de erosão litoral	Áreas críticas: - AC36 - Angeiras; - AC37 - Praia do Marreco.	2018	POC Caminha-Espinho
Zonas ameaças pelo mar			
Evolução da linha de costa			
Simulacros de gestão de emergência para situações de forte agitação marítima, de rebentamento da defesa frontal ou instabilização das estruturas de defesa costeira	N.D / N.E.	-	-
% de território por classe de risco de inundação	N.D / N.E.	-	-
Pessoas e infraestruturas vulneráveis	Habitacões no leito de cheia dos rios Leça e Onda	2013	PME de Matosinhos
Área e % de território vulnerável a inundações	98,79ha; 1,58% do concelho	2013	PME de Matosinhos
Áreas impermeabilizadas suscetíveis em áreas inundáveis (ha por tipologia de uso e risco)	- Espaços de Atividade Económicas - 0,10ha; - Espaços de Uso Especial - 14,08ha; - Espaços Urbanos de Baixa Densidade - 0,92ha	2013	PME de Matosinhos
Investimento e n.º de projetos associados à mitigação de cheias e inundações	N.D / N.E.	-	-
Sistemas de alerta de cheias / inundações / galgamentos da faixa litoral	N.D / N.E.	-	-
Áreas impermeabilizadas suscetíveis à erosão do solo	N.D / N.E.	-	-
% de território por classe de risco de erosão do solo	N.D / N.E.	-	-

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Pessoas e infraestruturas vulneráveis à erosão do solo	N.D / N.E.	-	-
Área e % de território vulnerável à erosão do solo	N.D / N.E.	-	-
Ocorrência de incidentes tecnológicos (custos, n.º pessoas ou área afetadas, n.º autos de notícia.ano ⁻¹) (nos últimos 10 anos)	- Acidentes rodoviários - 5.250 ocorrências (entre 2004 e 28-11-2008), com 6 mortos, 71 feridos graves e 1.183 feridos ligeiros. - Incêndios industriais – 222 acidentes entre 1999 e 2009 com um total de 7 feridos.	2010	CMM
Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto (PCIP) (ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	207,041 hectares (não inclui todos os estabelecimentos abrangidos pelo Diploma PCIP)	2018	CMM
Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (SEVESO) (ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	451,6 hectares	2018	CMM
Áreas condicionadas (designadamente zonas de proteção e zonas necessárias à concretização dos planos de proteção civil de carácter permanente) pela presença dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho (SEVESO) (ha)	REN – 726 hectares RAN – 1029,3 hectares	2018	CMM
Acidentes de viação com transportes de mercadorias perigosas (n.º) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	Os registos de ocorrências de acidentes com transportes, fornecido pelo CDOS de 1999 a 2008, agregam 33 ocorrências. Das ocorrências registadas 10 referem-se ao ano de 2001. Nos anos de 1999 e 2000 não se registaram ocorrências. Quanto ao tipo de acidentes com transportes, a maioria foram acidentes ferroviários com o atropelamento de passageiro. De seguida surgem os acidentes marítimos (naufrágios). Destes acidentes, alguns resultaram em mortos. Os acidentes ferroviários com colisão provocaram 12 feridos, enquanto que os acidentes ferroviários com atropelamento de passageiros provocaram 10 feridos. Os acidentes marítimos de naufrágio provocaram 2 mortes.		
Unidades industriais localizadas ilegalmente no que respeita nomeadamente a recetores sensíveis (n.º de unidades identificadas e de deslocalizações já realizadas) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	N.D / N.E.	-	-
Autos de notícia relativos as infrações ambientais (n.º / ano) (referente ao ano	N.D / N.E.	-	-

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
mais recente, ou ao ano mais recente)			
Simulacros de gestão de emergência para situações em caso de incidentes tecnológicos (n.º) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)	N.D / N.E.	-	-
Planos e / ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de adaptação às alterações climáticas (n.º) (últimos 5 anos)	EMAAC – opções de adaptação do município	2018	EMAAC de Matosinhos
Intervenções de defesa costeira	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da Orla Costeira – Praia do Paraíso; • Requalificação da Orla Costeira – Intervenção no Plano do Fontão; • Requalificação da Orla Costeira – Intervenção nos Planos de Praia de Angeiras Norte e Agudela. • Renaturalização da área dunar da Praia do Marreco; • Renaturalização da área dunar da Praia do Corgo; • Renaturalização da área dunar da Praia da Conchinha. 	2017	APA CMM
Infraestruturas deslocadas devido a fenómenos naturais extremos	Prevista para <u>Praia do Marreco</u> – Prioridade Intermédia	2018	POC Caminha-Espinho
Intervenções para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos	N.D. / N. E.	-	-

Legenda: N.D. – Não disponível; N.E. – Não Existente.

Quadro 6.4.6 | Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

QUESTÕES-CHAVE
Verifica-se a existência de áreas de risco no concelho (erosão litoral, galgamentos costeiros, cheias e inundações, ondas de frio, tempestades).
Existe uma área considerável do concelho com perigosidade a incêndios florestais.
Destaca-se, apesar da área inundável não ser considerável em termos de área e % do concelho, a existência de habitações referenciadas em leito de cheia nos rios Leça e Onda.
Existem ao nível do litoral duas áreas consideradas pelo POC Caminha-Espinho críticas: AC36 – Angeiras e AC37 – Praia do Marreco. Para a área crítica AC36 – Angeiras estão previstas ações de proteção (manutenção da linha de costa ou mesmo avançar da linha de costa) e acomodação (mudança de ocupação e atividades humanas no litoral e a adaptação flexível das infraestruturas). Para a área crítica AC37 – Praia do Marreco estão previstas ações de acomodação e recuo planeado (deslocalização dos usos e da sua ocupação para o interior)
Proximidade de indústrias com grau de perigosidade muito elevada a equipamentos, sociais, educacionais e de saúde.
O município dispõe de uma estratégia de Adaptação às Alterações climáticas, estratégia essa que identifica um conjunto de opções de planeamento a concretizar.

6.4.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais e tecnológicos, prevê-se que sem a implementação da revisão PDM Matosinhos se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas.

Relativamente à adaptação e resiliência às alterações climáticas perspetiva-se igualmente que a situação possa evoluir negativamente sem o correto ordenamento e monitorização do Plano sem a definição e implementação de ações que concretizem as necessidades identificadas no concelho.

Em síntese, perspetiva-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

6.4.5. Avaliação Estratégica de Efeitos

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de vetores e objetivos estratégicos e objetivos gerais associados ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção. Neste contexto, e dada a natureza regulamentar da revisão PDM Matosinhos, entendeu-se que para analisar os efeitos das estratégias do Plano, consumadas nos seus vetores e objetivos estratégicos e objetivos gerais e para fundamentação da sua avaliação devem ser consideradas as Ações Programadas definidas pois são os elementos que concretizam e traduzem territorialmente essa mesma estratégia e permitem compreender os efeitos que de facto terá o seu cumprimento e concretização.

Assim, a identificação e caracterização desses efeitos está patente no Quadro 6.4.7. Para além da identificação dos efeitos positivos/ oportunidades e efeitos negativos/ameaças, a análise tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinérgico) e a duração (temporário ou permanente).

Quadro 6.4.7 | Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Vetor A. Qualificação Ambiental – Valorizar os recursos naturais e a paisagem</i>		
Objetivo Estratégico - Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável		
<i>Promover a qualificação e defesa do espaço rural</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, e conseqüente promoção dos Serviços de Ecossistemas associados, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (inclusivamente nas zonas ribeirinhas); - Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições 	Não identificadas.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos, por exemplo baixa pluviosidade;</p> <p>- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.</p>	
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Valorizar o sistema natural costeiro</i>	<p>- Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos;</p> <p>- Oportunidade de mitigar riscos associados a eventos climáticos naturais extremos, ou outros riscos naturais, como a erosão costeira e recuo da linha de costa, através do reforço dos sistemas biofísicos naturais de proteção, através das ações de reforço e recuperação do ecossistema.</p>	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Recuperar e valorizar o vale do Leça</i>	<p>- Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos;</p> <p>- Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos, na UOPG2;</p> <p>- Oportunidade de incentivar a requalificação dos espaços naturais nomeadamente que possam constituir-se dissonâncias paisagísticas, na UOPG2.</p> <p>- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.</p>	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades</i>	<p>- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, e consequente promoção dos Serviços de Ecossistemas associados, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (inclusivamente nas zonas ribeirinhas);</p>	Não identificadas.
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Promover os espaços verdes de utilização coletiva</i>	<p>- Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos;</p> <p>- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo, e consequente promoção dos Serviços de Ecossistemas associados, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos;</p> <p>- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.</p>	Não identificadas.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos</i>	- Criação de condições de segurança no que se refere ao adequado abastecimento de água, acautelando os possíveis riscos nomeadamente de contaminação dos aquíferos e dos recursos hídricos superficiais. - Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade</i>	- Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
<i>Prosseguir a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	N.A.	-
<i>Prosseguir a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC</i>	- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	-
Vetor E. INDUÇÃO ECONÓMICA – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I)		
Objetivo Estratégico - Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica		
<i>Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho</i>	- Oportunidade para promover a reordenação das infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes de eventos com riscos tecnológicos associados; - Oportunidade para requalificar áreas industriais que possam constituir-se como dissonâncias paisagísticas.	- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais existentes.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / S	1, 2, 3 / P / S
<i>Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico</i>	- Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais e a sua requalificação acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos.	- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / S	1, 2, 3 / P / S
Objetivo Estratégico - Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica		
<i>Promover a instalação de novas atividades económicas</i>	- Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos.	- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	1, 2, 3 / P / S	1, 2, 3 / P / S
<i>Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional</i>	- Prevenção contra danos materiais e humanos, resultado de incidentes naturais e extremos.	- Ameaça ao nível ao sistema biofísico costeiro com risco de perda de funções determinantes a nível ecológico, atendendo à potencial sobrecarga do mesmo, considerando a intenção da aposta do concelho em infraestruturas económicas e equipamentos relacionados com o turismo costeiro.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / C	1, 2, 3 / P / S
Vetor U. Qualificação Urbanística – Qualificar os ambientes urbanos		
Objetivo Estratégico – Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social		
<i>Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial</i>	- Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos.	- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / S	1, 2, 3 / P / S
<i>Rentabilizar/projetar/capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas, face à distribuição e necessidades da população</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a estratégia local de habitação - ELH</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	N.A.	-
Objetivo Estratégico – Promover a coesão do espaço urbano		
<i>Reabilitar o espaço urbano</i>	- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da reabilitação do espaço urbano.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2, 3 / P / S	N.A.
<i>Assegurar a continuidade urbano - rural</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover a qualidade das novas intervenções urbanas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor MT. Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável		
Objetivo Estratégico – Melhorar as condições de acessibilidade		
<i>Aproximar as pessoas e as</i>	Não identificadas.	Não identificadas.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>atividades</i>	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos		
<i>Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Aumentar a competitividade do Transporte Público</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reestruturar o sistema rodoviário</i>	- Criação de condições de segurança e acessibilidade, potenciando uma resposta adequada perante a ocorrência de eventos naturais e extremos, bem como ocorrência de incidentes tecnológicos.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / P / C	-
Vetor G. Governância – Promover a construção coletiva do território		
Objetivo Estratégico – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento		
<i>Promover a participação da sociedade civil</i>	- Oportunidade para sensibilizar a população para as questões associadas aos riscos naturais existentes no concelho; - Oportunidade de incentivar comportamentos adequados por parte da população face aos valores naturais existentes no concelho, nomeadamente que possam contribuir para a eliminação/redução da ocorrência de dissonâncias ambientais, criando um sentido de coresponsabilização; - Oportunidade para a sensibilizar a população para a necessidade de adotarem medidas de adaptação às alterações climáticas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2, 3 / P / S, C.	-
<i>Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “VULNERABILIDADES E RISCOS”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
com o Quadro de Governança	-	-
Objetivo Estratégico – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional		
Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)	- Oportunidade para destacar a necessidade de colocar na “ordem do dia” a temática da adaptação e resiliência às alterações climáticas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2,3 / P / C, Si	-
Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Quadro 6.4.8 | Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
Riscos naturais			
Riscos tecnológicos			
Adaptação às Alterações Climáticas			

Legenda:

Situação Atual: Distância à situação desejável (orientações QRE)

Tendências de Evolução:



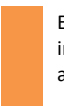
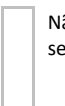
Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE
Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Por último, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de revisão do Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, no Quadro 6.4.9 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização dos Objetivos, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Vulnerabilidades e Riscos”.

Quadro 6.4.9 | Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS									OBSERVAÇÕES
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇ A		
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2	
1										
2										
3										
4										
5										<p>Na proposta de regulamento da revisão do PDM Matosinhos, mais concretamente na Secção IV, Estimativa Prévia de Zona de Prevenção de Risco associados a Estabelecimentos com Substâncias Perigosas, é referido que se aplicam as seguintes disposições: “1. (...) dentro da estimativa prévia de zona de prevenção de risco:</p> <p>a) Não se admitem equipamentos de utilização coletiva;</p> <p>b) É interdita a armazenagem de contentores em altura, ou de quaisquer outros elementos no exterior, que possam ser sujeitos a projeção por ação de ventos fortes.</p> <p>Referem ainda que “2. As estratégias e instrumentos utilizados para a mitigação dos riscos, incluindo as medidas de prevenção, autoproteção e de organização das forças de intervenção e de prontidão para o socorro são estabelecidas a nível do <u>Planeamento de Emergência Municipal</u>. 3. Após a publicação, através de portaria, dos critérios de referência mencionados no n.º 1 do presente artigo, são revogadas as disposições do presente artigo, passando a vigorar as medidas técnicas definidas no novo diploma legal”.</p> <p>Assim, até publicação da referida portaria não estão efetivamente assegurados os critérios de referência que permitam acautelar distâncias de segurança adequadas.</p>
6										
7										
8										
9										
10										
11										<p>Não existem ações de execução que prevejam orientações e medidas específicas no âmbito das alterações climáticas. Contudo, as ações previstas no âmbito dos espaços verdes contribuem direta e indiretamente para dotar o concelho de capacidade de adaptação e resiliência a fenómenos associados às alterações climáticas.</p> <p>A CM tem aprovada uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, no entanto não se encontram nos elementos que constituem a revisão do PDM Matosinhos referências à mesma, devendo estes dois instrumentos estar em articulação.</p>

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS assegurada /internalizada Plano	não		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	---	---	--------------------------------------	-----	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

Objetivos Estratégicos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- E.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;

- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional.

Questões Estratégicas:

- QEAS1.Melhoria do estado das massas de água;
- QEAS2.Reordenamento e defesa da faixa costeira;
- QEAS3.Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5.Requalificação paisagística e natural;
- QEAS6.Preservação do solo;
- QEAS7.Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8.Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9.Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10.Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11.Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

6.4.6. Recomendações

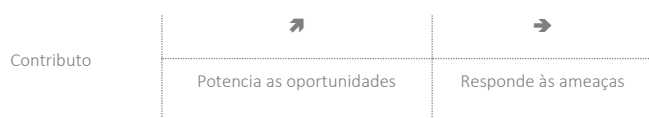
De forma geral considera-se que a proposta de revisão do PDM Matosinhos responde a algumas necessidades identificadas ao nível do FS “Vulnerabilidades e Riscos”. Contudo existem alguns domínios e elementos que carecem de maior pormenorização ou reforço, nomeadamente ao nível da salvaguarda da população relativamente aos riscos tecnológicos e à resiliência face às alterações climáticas.

Quadro 6.4.10 | Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVO(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
Desenvolver / Implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar.	<i>Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais)</i>	➤	- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (inclusivamente nas zonas ribeirinhas).
		➤	- Oportunidade de mitigar riscos associados a eventos climatéricos naturais extremos, ou outros riscos naturais, como a erosão costeira e recuo da linha de costa, através do reforço dos sistemas biofísicos naturais de proteção, através das ações de reforço e recuperação do ecossistema.
		➤	- Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos.
		➤	- Criação de condições de segurança e acessibilidade, potenciando uma resposta adequada perante a ocorrência de eventos naturais e extremos, bem como ocorrência de incidentes tecnológicos.
		➤	- Oportunidade para sensibilizar a população para as questões associadas aos riscos naturais existentes no concelho.
		➤	- Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada que tenha em consideração os riscos naturais existentes no concelho;
	Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos)	➤	- Oportunidade de incentivar a requalificação dos espaços naturais nomeadamente que possam constituir-se dissonâncias paisagísticas.
		➤	- Oportunidade para promover a reordenação das infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes de eventos com riscos tecnológicos associados;

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVO(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
		↗	- Oportunidade para requalificar áreas industriais que possam constituir-se como dissonâncias paisagísticas.
		↗	- Oportunidade de incentivar comportamentos adequados por parte da população face aos valores naturais existentes no concelho, nomeadamente que possam contribuir para a eliminação/redução da ocorrência de dissonâncias ambientais;
		↗	- Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos.
		↗	- Prevenção contra danos materiais e humanos, resultado de incidentes naturais e extremos.
		↗	- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da reabilitação do espaço urbano.
		↗	- Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada que tenha em consideração os riscos tecnológicos existentes no concelho.
		↗	- Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da valorização do solo rural, reduzindo a vulnerabilidade associada.
Definir e concretizar um quadro de governança que assuma e assegure o reforço da capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	Capacidade de adaptação e resiliência do concelho face às alterações climáticas	↗	- Oportunidade para a sensibilizar a população para a necessidade de adotarem medidas de adaptação às alterações climáticas.
		↗	- Oportunidade para destacar a necessidade de colocar na “ordem do dia” a temática da adaptação e resiliência às alterações climáticas.
		↗	- Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada tendo em consideração a necessidade de dotar o concelho de capacidade de resiliência e adaptação associadas às consequências das alterações climáticas.
Reforçar a interligação entre o PDM e o PMEPC, acautelando a proteção civil e a gestão de situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica. Neste sentido, é necessário salvaguardar a segurança dos municípios através da implementação de perímetros de segurança (em particular no caso das indústrias SEVESO) sistemas de alerta e de aviso, planos de evacuação e planeamento logístico adequado a cada situação de risco. Considera-se fundamental a inclusão de medidas e ações no PDM que salvaguardem e a cauletem estas questões.	Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos)	→	- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidas.
			- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais existentes.

Legenda:



6.5. Acessibilidade e Mobilidade

6.5.1. Introdução

O presente FS visa avaliar a estratégia, objetivos e ações previstas pela presente proposta de revisão do PDM Matosinhos relativamente às condições de acessibilidade e mobilidade oferecidas pelo município de Matosinhos e pela sua área de influência, aos cidadãos e empresas que nele habitam ou desenvolvem atividades.

6.5.2. Objetivos e Indicadores

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais e QEAS presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente FS tem os seguintes objetivos:

- Melhoria do serviço de transporte público, e introdução de fontes de energia alternativas ou tecnologias energéticas mais eficientes;
- Promoção da utilização de modos ativos e integração destes nas plataformas de transporte público do município.
- Gestão adequada do estacionamento disponível;

O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos, apresentados na Tabela 6.5.1, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do PDM Matosinhos, baseou-se em sistemas de indicadores de ambiente e desenvolvimento sustentável utilizados em relatórios regionais e nacionais.

Quadro 6.5.1 | Indicadores selecionados para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INDICADORES	DESCRIÇÃO
O PDM está permitir a implementação de equipamentos coletivos que permita o exercício de outras formas de acessibilidade e mobilidade sustentáveis?	Extensão da rede de ciclovias ou pedonal	Localização das ciclovias existentes e respetiva extensão (km).
	Equipamentos de mobilidade sustentável	Tipologias de equipamentos de mobilidade urbana sustentável disponibilizados (n.º veículos ³ , n.º lugares de estacionamento, e respetiva localização).
	Praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida	Número de praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.
O PDM está a fomentar a utilização de transportes públicos em detrimento da utilização do veículo particular e uso de fontes alternativas de energia?	Cobertura do serviço de transportes públicos	Número de freguesias cobertas por serviços de transporte público.
	Uso de fontes alternativas de energia nos transportes ¹⁰ públicos	Consumo de biocombustíveis ou outro tipo de energias alternativas nos transportes públicos.
	Estacionamento privado disponível	Número de lugares de estacionamento privado disponível por 1000 habitantes em cada freguesia.

³ Bicicletas, segways, etc.

6.5.3. Situação Atual

De acordo com o Plano de Mobilidade e Transportes (PMT) de Matosinhos existem dezasseis centralidades distribuídas pelo concelho de Matosinhos, sendo oito de carácter residencial, quatro de emprego e quatro mistas. Os resultados evidenciam um notável desequilíbrio entre o norte e o sul do município. Enquanto a norte se destaca a predominância de centralidades residenciais de baixa hierarquia e centralidades de emprego de média hierarquia, dada a dispersão territorial, o Sul caracteriza-se por uma maior concentração e proximidade de centralidades (nove em dezasseis, distribuídas numa área significativamente menor), pela ausência da baixa hierarquia e, em geral, por um maior equilíbrio entre a distribuição de população e do emprego, levando à definição de centralidades mistas.

As principais centralidades mistas localizam-se no eixo São Mamede Infesta, Padrão da Légua, Senhora da Hora, Matosinhos e Leça da Palmeira caracterizadas por concentração elevada de habitação, equipamentos de serviço público e pólos de emprego. As necessidades de mobilidade e transporte destas centralidades populacionais são plenamente satisfeitas pela existência de linhas de metro, transporte público rodoviário e vias de acesso rodoviário diversificadas.

À medida que o município se desenvolve para norte, as centralidades ganham um carácter mais específico, apresentando um conjunto de zonas industriais com dimensão relevante, designadamente, as zonas industriais da Arroteia e do Freixieiro e o complexo industrial formado pela Unicer e Lionesa que, segundo o PMT, apresenta alguma desconetividade com as áreas residenciais mais próximas, apresentando um carácter monofuncional.

A centralidade residencial da freguesia de Custóias foi estruturada pelo sistema viário urbano que se desenvolve paralelamente à Rua de Recarei, constituindo-se uma importante via de comunicação com o Porto e a Maia.

Existem ainda outras pequenas centralidades de habitação bem definidas, particularmente em Leça do Balio, Santa Cruz do Bispo, Perafita, Corgo e Angeiras.

No que concerne aos movimentos pendulares entre o concelho de Matosinhos e os concelhos vizinhos, observa-se pelo PMT que o concelho do Porto e Maia são os principais destinos, constituindo-se como um triângulo modal de referência para a população residente em Matosinhos. De entre os 40% de movimentos efetuados diariamente para o exterior do município, o Porto surge como o maior atrator de viagens, seguido da Maia. Em segundo plano, surgem destinos como Valongo, Gondomar e V.N. de Gaia, e por fim, destinos mais longínquos mas que ainda assim apresentam movimentos pendulares consideráveis como, o destino Póvoa de Varzim ou Oliveira de Azeméis, Trofa ou Paredes.

Com a análise dos movimentos pendulares com destino em Matosinhos verifica-se igualmente uma relação mais forte com os municípios da Maia e do Porto, mas origens como Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia também apresentam alguma representatividade.

De acordo com dados de 2011 apresentado no PMT, a escolha modal preferencial ainda continua a ser o transporte individual representando cerca de 60% das deslocações

efetuadas. O transporte público apenas representa 22% da escolha modal do município e os modos ativos (p.e. deslocação a pé ou bicicleta) representam 18%. De facto desde 2001 observou-se um retrocesso na sustentabilidade da escolha modal de transporte visto que o transporte individual cresceu 10%, ganhando utilizadores quer ao transporte público (-5%) quer aos modos ativos de transporte (-4%). Importa também referir que esta alteração de comportamentos está em linha com as alterações ocorridas em toda a AMP durante o mesmo período de análise, não sendo exclusiva do concelho de Matosinhos.

O transporte individual tem mais representatividade de utilização zonas mais afastadas dos centros urbanos (como seria expectável), nomeadamente na freguesia de Lavra junto aos principais nós rodoviários. Por outro lado, a percentagem do transporte individual é alterada significativamente nas zonas mais urbanas, onde existe melhor oferta de transporte público, tornando-se mais notórios os efeitos positivos que a disponibilidade dos serviços de transporte público pode ter.

Relativamente ao transporte público, tal como seria de esperar, Lavra apresenta uma escolha modal de transporte público significativamente abaixo da média. Porém o mesmo acontece também em Leça da Palmeira e em Matosinhos contrariando o que se poderia esperar face à qualidade do serviço de transporte aqui oferecido. Refere-se que a escolha modal abaixo da média nos centros urbanos pode ser resultante de outros fatores, como a competitividade relativa do automóvel face a outros modos ou a concentração de rendimentos familiares acima da média. No que ao serviço de Metro concerne, este é espacialmente limitado pela proximidade à rede, com taxas de utilização acima da média em Matosinhos, Senhora da Hora e Guifões.

Outro aspeto relevante, consiste no facto de mais de metade da população residente de Matosinhos trabalha ou estuda dentro do município (59%), sendo que 30% têm como destino a mesma freguesia. Os restantes 41% têm como destino o concelho do Porto (23%), o concelho da Maia (7%), e outros destinos (11%).

A utilização de modos ativos está mais focalizada nos meios mais urbanizados, como é o caso da freguesia de Matosinhos (especialmente no limite norte da cidade) e Leça da Palmeira, entre outros. Pela negativa volta a destacar-se a freguesia de Lavra à qual se juntam áreas mais rurais de Leça do Balio e São Mamede de Infesta.

Segundo o PMT, Matosinhos apresenta uma rede pedonal de aproximadamente 582 quilómetros, sendo que uma parte significativa desta rede está fora da área urbana consolidada. Em cerca de 30% da extensão da rede viária de acesso pedonal do município de Matosinhos não existem condições adequadas à circulação pedonal, quer pela inexistência de passeios, quer pela sua reduzida largura. Esta situação verifica-se com maior incidência nas freguesias de Guifões e Lavra, com valores a rondar os 50% e em Perafita e Santa Cruz do Bispo, com 42 e 44%, respetivamente. A dispersão do edificado nas zonas com características menos urbanas, afastadas das áreas de edificação consolidada, tem como consequência a ausência de estruturas e serviços de apoio à mobilidade pedonal, favorecendo a utilização do automóvel para suprir todas as necessidades de deslocação da população. Contrariamente a

esta situação, no limite sul do concelho e nas áreas urbanizadas ao longo da faixa costeira, esta situação é menos frequente (inferior a 10% na freguesia de Matosinhos) verificando-se, por norma, nos arruamentos de menor largura e de génese mais antiga. A falta de condições de urbanidade da estrada da Circunvalação é também visível nesta análise, verificando-se a ausência de condições adequadas de circulação pedonal ao longo de mais de metade da sua extensão na fronteira sul do município.

A rede de parques e jardins do município de Matosinhos, uma componente importante do sistema de mobilidade pedonal, encontra-se, na sua maioria, concentrada nas freguesias a sul, com principal incidência na zona sul de Custoias, e no centro das freguesias de Leça da Palmeira, Matosinhos e Senhora da Hora.

Nas freguesias de Matosinhos e da Senhora da Hora, e nas áreas urbanizadas centrais das freguesias de Leça da Palmeira e São Mamede de Infesta, existe uma forte correlação espacial entre a rede pedonal e elementos que são pontos geradores de viagens e áreas de interesse e que por esse motivo garantem as condições para a utilização do modo pedonal, tais como, as áreas residenciais, zonas de comércio de rua e os acessos aos estabelecimentos de ensino, estações de Metro, principais interfaces, e parques de estacionamento. Nas freguesias limítrofes é de destacar a existência de estações de Metro desprovidas de qualquer equipamento de ensino ou área residencial nas proximidades, nomeadamente Araújo e Esposade, apresentando desta forma uma ligação deficiente à rede pedonal. Nas freguesias de Lavra e Santa Cruz do Bispo a rede pedonal em torno dos principais equipamentos de ensino não apresenta as condições adequadas. Simultaneamente, a sua localização não se coaduna com a distribuição espacial das áreas residenciais, o que reduz o potencial de utilização do modo pedonal nas deslocações diárias dos estudantes.

Atualmente, a rede ciclável do município de Matosinhos, com uma extensão total de 20 quilómetros de faixas e pistas cicláveis, é composta por uma série de troços ainda desconexos, maioritariamente vocacionados para o uso de lazer, dado o seu desenvolvimento ao longo da linha de costa, não obstante os troços transversais já criados na malha urbana de Matosinhos Sul, na Rua Sousa Aroso e na Avenida Menéres. Vários troços de curta extensão em via partilhada foram recentemente criados na orla marítima e na periferia do núcleo central de Matosinhos.

Em termos de projetos implementados, de referir que a Câmara Municipal de Matosinhos procedeu à extensão das de 11km dos percursos existentes de ciclovias, ligando a marginal de Siza Vieira, em Leça da Palmeira, até à praia de Angeiras, na freguesia de Lavra, passando, pelas praias do Cabo do Mundo e Memória, entre outras da freguesia de Perafita. Com esta medida, o município pretendeu promover o uso de bicicleta no interior das cidades, melhorar as condições da circulação em bicicleta, para além da atração turística e a instalação de novas atividades na Quadra Marítima. Esta medida teve um investimento de 150.000€, sendo financiada em 75% pelo ON.2 - O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte).

Os pontos de estacionamento existentes para bicicletas encontram-se presentes na proximidade de alguns dos principais equipamentos de ensino do município, bem como

piscinas, pavilhões desportivos e centros comerciais. No entanto, a sua localização não acompanha ainda o traçado da rede já executada. Em termos gerais, a situação atual do município de Matosinhos reflete a realidade do país, onde a criação da infraestrutura ciclável não foi necessariamente pensada numa lógica de rede e assim não satisfazendo necessidades de mobilidade. Apesar disso o município apresenta já uma extensão significativa de rede (quando comparada com outros municípios metropolitanos).

Atualmente, encontra-se em fase de testes um sistema de bike-sharing que arrancará com três estações piloto – uma na zona da Câmara Municipal, outra nas instalações do CEiiA e uma terceira na envolvente do Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões. Os utilizadores deste piloto terão ao seu dispor oito docas por estação, perfazendo um total de 24 docas e 20 bicicletas elétricas. A gestão e monitorização do sistema são efetuadas pela plataforma de mobilidade do CEiiA – o mobi.me, que conta com a contabilização em tempo real das emissões de CO2 poupadas, gestão da operação em tempo real, a deteção de vandalismo e uso indevido, permitindo também o planeamento de manutenções em função do uso das bicicletas.

Ao nível das acessibilidades e mobilidade o município de Matosinhos caracteriza-se pela existência generalizada de redes viárias de dois sentidos, com exceção de casos mais isolados, localizados no interior dos núcleos urbanos, normalmente influenciados pela pequena largura das vias. As principais vias onde essa restrição de sentidos ocorre são em Matosinhos, Leça da Palmeira, e Praia de Agudela. Nestas áreas a circulação é estruturada por percursos circulares, onde as vias paralelas, tanto transversais como longitudinais, têm sentidos alternados, concentrando os fluxos e reduzindo as opções de mobilidade.

Dada a dimensão e dispersão da atividade industrial no concelho a análise dos principais eixos de circulação logística reveste-se de uma particular relevância. Segundo o PMT observa-se em todo o município, a necessidade de grandes percursos, atravessando áreas residenciais e vias com perfis menos adequados. As exceções a este facto ocorrem nas Zonas Industriais de Perafita/Freixieiro e da Arroiteia, onde a rede viária se encontra melhor preparada para este tipo de solicitações.

O concelho de Matosinhos é atualmente servido por 11 operadores de transporte público rodoviário (TPR), de acordo com a Tabela 2. Estes operadores operam um total de 140 linhas (nos dois sentidos) sendo 54 delas parcelares, de acordo com a informação registada no SIGGESC e fornecida pela AMP. De acordo com este apuramento é possível verificar que as linhas que efetuam os serviços urbanos/interurbanos de maior relevância, operadas pela Resende (68 linhas de dois sentidos) e pela STCP (34 linhas de dois sentidos), representam mais de 70% do número de linhas que servem o concelho. A produção destas duas operadoras é ainda mais relevante representando cerca de 86% do total do serviço no concelho.

No que diz respeito ao tipo de serviço que estes operadores desempenham, a Resende é a única empresa que realiza serviços exclusivamente municipais. Relativamente aos restantes operadores no concelho, encontramos a A. Nogueira da Costa, A. da Silva Cruz, E.T.

Gondomarense, Iberobus, Minhobus, Rodoviária D'Entre Douro e Valpi., que desempenham essencialmente ligações intermunicipais. Por sua vez a Rodoviária D'Entre Douro e Minho, Autoviação do Minho e a Arriva, desempenham serviços de nível inter-regional. De todos estes operadores, apenas a STCP e a Resende disponibilizam uma rede noturna.

Segundo o PMT do concelho, verifica-se que a totalidade das freguesias de Matosinhos está servida por transporte público rodoviário, existindo um elevado nível de serviço TPR no centro da freguesia de Matosinhos, apresentando mais de 12 circulações por hora. Nas zonas rurais ou periurbanas observa-se um decaimento significativo do nível de serviço, sendo a maioria dos territórios servidos por menos de 6 circulações por hora. A rede noturna apresenta também uma cobertura bastante significativa, apresentando maior relevância nas freguesias a sul do concelho, não sendo, no entanto, esquecidas as freguesias mais a norte como é o caso de Lavra, Perafita, Custoias e Leça do Balio.

Relativamente ao serviço prestado pelo Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, denominado neste relatório como Metro do Porto (MP), verifica-se que todas as linhas, com exceção da linha D, operam no concelho de Matosinhos. Neste concelho a rede de Metro dispõe de 14 estações servido diretamente quatro freguesias nas proximidades-Matosinhos, Senhora da Hora, Custoias e Leça do Balio. As restantes freguesias facilmente acedem ao serviço de Metro através de interligação via autocarro ao automóvel particular, mesmo as freguesias na costa norte que estão mais distantes deste serviço visto que dispõe de boas acessibilidades rodoviárias. Todas as interfaces detêm boas condições de inserção urbana, disponibilizando também o acesso a utentes com mobilidade reduzida. A presença de estacionamento automóvel, permitindo soluções do tipo Park+Ride, é identificada na maioria, apesar de nenhuma dispor de uma fácil articulação com a bicicleta, situação facilmente justificável pela reduzida extensão da rede ciclável do município.

No que respeita à qualidade do serviço, nenhuma interface apresenta condições ideais de conforto aos utilizadores, resumindo-se na melhor das situações a pequenos abrigos nos locais de paragem dos veículos. A categoria de informação ao público é também insuficiente, sendo apenas disponibilizada informação dos serviços da STCP e da Metro do Porto, esta última em tempo real. Com à exceção da interface da Senhora da Hora, não são disponibilizadas bilheteiras com presença humana, apesar de nas interfaces com ligação ao metro ser possível adquirir e carregar títulos de transporte intermodal. De igual forma, apenas na Senhora da Hora são disponibilizadas infraestruturas de apoio aos passageiros.

No concelho há cerca de 56 mil lugares de estacionamento privado distribuídos pelas várias freguesias. Relacionando o número de lugares de estacionamento disponíveis com a população residente, é possível verificar que as freguesias com maior pressão ou carência de estacionamento é S.C. do Bispo, Guifões, e Matosinhos, apresentando uma oferta bem inferior à média do município (321 lugares por 1000 habitantes).

Relativamente aos parques de estacionamento público, para além da existência de parques de estacionamento pagos destinados a servir edifícios específicos, como é o caso da Exponor, Instituto CUF, Porto Business School e Hospital Pedro Hispano, todos os parques pagos se

encontram no centro da freguesia de Matosinhos. Da mesma maneira, evidencia-se nesse mesmo local o estacionamento concessionado na via pública, exceção feita a dois arruamentos na proximidade ao mercado de São Mamede de Infesta. A localização dos parques de estacionamento pode ser consultada no PMT do município. Esta situação revela a tentativa do município em disciplinar a procura num dos pontos mais críticos da sua área urbana, promovendo a procura pelo transporte público e alteração dos atuais hábitos de mobilidade dos cidadãos.

Até à data da elaboração do presente relatório ambiental não existem evidências da utilização de biocombustíveis ou outras fontes de energia alternativas nos transportes públicos existentes no município de Matosinhos, não obstante o plano de monitorização do PAES referir a execução de 100% e um investimento de 19 milhões de euros na “promoção de utilização de biocombustíveis e fontes de energia alternativas como combustível principal ou em misturas com outros combustíveis” nos transportes públicos.

Segundo a mesma fonte, foram investidos 11,3 milhões de euros na renovação da frota de transportes públicos para aquisição de veículos mais eficientes, 1,9 milhões de euros em veículos elétricos, 11,3 milhões de euros na melhoria da oferta e da rede de transportes, e 363 mil euros no aumento da pedonalidade e do uso de bicicleta, entre outros projetos da mesma índole.

De resto, segundo o relatório de monitorização do PAES, foram implementadas cerca de 20% das medidas previstas para o setor dos transportes e mobilidade, tendo-se atingido uma redução do consumo energético de 19% neste setor.

Adicionalmente, apresentam-se alguns dos projetos de referência que têm promovido a melhoria das acessibilidades e mobilidade do município:

Car-Sharing

A Câmara Municipal de Matosinhos associou-se a um serviço inovador que ajudará a melhorar a mobilidade do Concelho, o Car- Sharing (partilha de carro). Esta medida consiste num sistema de mobilidade urbana, baseado na complementaridade com o transporte público. Este novo conceito de mobilidade permite alugar um carro por curtos períodos de tempo, frequentemente por uma hora, e é particularmente atrativo para pessoas que usam o carro de forma ocasional. O Car- Sharing resulta de uma parceria com a Citizen e foi inaugurada em 2013.

Nova Rotunda em Perafita

A Câmara Municipal de Matosinhos procedeu à construção de uma rotunda que facilitasse o acesso à praia, distribuindo o tráfego e originando uma maior fluidez. Os semáforos instalados no cruzamento das ruas Padre Ângelo Ferreira Pinto, Oriental, Joaquim Alves da

Silva e Armando Vaz, em Perafita, provocaram intensos congestionamentos de trânsito. A construção da rotunda de Perafita teve um investimento de 50M€ e foi financiada pelo QREN.

Ligação do Centro de Lavra à A28

Integrada na candidatura de requalificação da orla costeira, esta obra teve como objetivo melhorar o escoamento do trânsito, evitando os habituais congestionamentos acentuados durante a época balnear. Esta obra, no valor de 1,6 M€, contou com 85% do seu investimento a fundo perdido, suportado pelos fundos comunitários do QREN- Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Melhoria da Circulação na Orla Costeira

A Câmara Municipal de Matosinhos procedeu ao alargamento das entradas para veículos do Parque de Estacionamento da Praia do Aterro, devido às dificuldades de circulação na entrada/saída do parque. Assim, as obras foram concluídas em 2013, estando associado um investimento de cerca de 16.000€.

Campismo com ligação Pedonal à Praia de Angeiras

A Câmara Municipal de Matosinhos criou uma ligação pedonal entre o Parque de Campismo e a Praia de Angeiras, na freguesia de Lavra. O objetivo foi facilitar o acesso dos turistas à marginal, evitando os transtornos da circulação pelo interior da malha urbana, acentuados durante a época balnear.

Integrada na requalificação da orla costeira, esta medida envolve a implantação de um novo passadiço em madeira, com dois metros de largura e um sistema de iluminação em LED's.

A ligação pedonal foi realizada em 2013 e teve um investimento de 77.000€.

Novos Passadiços na Praia da Memória

O passadiço da Praia da Memória, em Perafita, foi totalmente substituído. As obras arrancaram em 2013 e tiveram um investimento associado de 136.000€.

Reordenamento da Praceta do Padrão da Légua

Esta intervenção consiste na demolição de edifícios e estruturas (anexos, escadas), levantamento de guias, passeios e pavimentos e posterior construção de passeios e pavimento para correção do traçado do arruamento. O Reordenamento da Praceta do Padrão da Légua teve um investimento de 102.400€.

Requalificação da Rua da Lionesa

A Rua da Lionesa foi requalificada com uma faixa de rodagem com 6,50m de largura, uma baía de estacionamento com 2,3 m de largura e um passeio que varia entre os 1,15m e os 5,50m de largura. Foi ainda construído um muro de suporte em betão ciclópico, além de um muro de vedação em bolos de betão. Toda a Rua da Lionesa foi requalificada, desde a Junta de Freguesia de Leça do Balio até ao Rio Leça, o que representou um investimento global de 500.000€.

No Quadro 6.5.2 é apresentada uma síntese dos indicadores que permitiram identificar o estado da situação atual correspondente às condições de acessibilidade e mobilidade do município de Matosinhos.

Quadro 6.5.2 | Síntese dos Indicadores para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”

INDICADORES	SITUAÇÃO ATUAL	ANO	FONTE
Extensão da rede de ciclovias ou pedonal	Pedonal – 582 km (165 km sem passeio ou largura insuficiente)	2017	PMT
	Ciclável – 20 km		
Equipamentos de mobilidade sustentável	Car-sharing Bike-sharing (projeto piloto) 24 docas 20 e-bikes	2018	CMM
Praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida	11	2017	INE
Cobertura do serviço de transportes públicos	Rodoviário – 10 freguesias (100%) Metropolitano – 4 freguesias (40%)	2017	PMT
Uso de fontes alternativas de energia nos transportes ¹⁰ públicos	ND	-	-
Estacionamento privado disponível (n.º/1000 hab)	Custoias – 337 Guifões – 261 Lavra – 443 Leça do Balio – 356 Leça da Palmeira – 347 Matosinhos – 262 Perafita – 323 Santa Cruz do Bispo – 225 S. Mamede Infesta – 305 Senhora da Hora – 344 Total Município – 321	2017	PMT

Por fim, são identificadas no Quadro 6.5.3, as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Quadro 6.5.3 | Questões-chave da situação atual para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”

INDICADORES
Rede ciclável bastante fragmentada e apenas localizada na zona costeira.
Fração relevante da rede pedonal sem condições de utilização adequadas.
A rede rodoviária de transportes públicos é diversificada e abrange a totalidade das freguesias.
Boas condições globais de acessibilidade à rede de interfaces de transporte, com exceção da rede ciclável.
Os serviços de informação, bilhética, conforto, ou outras infraestruturas de apoio ainda carecem de melhorias significativas.
Inexistência de evidências de introdução de fontes de energia alternativas nos transportes públicos.

6.5.4. Tendências de Evolução sem revisão PDM Matosinhos

Ao nível da acessibilidades e mobilidade, num cenário de ausência de revisão de PDM, existiria essencialmente alguma dificuldade na implementação de medidas de índole territorial e infraestrutural, não obstante o PMT já elencar um plano de ação abrangente que após plena execução irá certamente mitigar muitos dos condicionalismos atualmente existentes. Caso a revisão do PDM não se concretize existirá então algumas resistências ao nível das reformulações necessárias das redes cicláveis ou pedonais, dos arruamentos, das ligações e atravessamentos, estacionamento, e das deficiências de intermodalidade atualmente existentes.

6.5.5. Avaliação Estratégica de Efeitos

Tendo por base os objetivos estabelecidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a estratégia proposta pela proposta de PDM assenta num conjunto de objetivos estratégicos e gerais e respetivas ações programadas assumidas no Programa de Execução. Neste contexto, entendeu-se que estes objetivos e ações estratégicas devam ser o objeto de avaliação estratégica de efeitos ambientais. Assim, a avaliação estratégica de efeitos apresentada no Quadro 6.5.4 verte sob os objetivos e ações que se consideram apresentar uma correlação ou sinergia relevante para a temática em avaliação – Acessibilidade e Mobilidade e respetivos objetivos expostos no capítulo 6.5.2.

Quadro 6.5.4 | Avaliação Estratégica de Efeitos da revisão PDM Matosinhos para o FS “Acessibilidade e Mobilidade”

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Vetor A. Qualificação Ambiental – Valorizar os recursos naturais e a paisagem		
Objetivo Estratégico - Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável		
<i>Promover a qualificação e defesa do espaço rural</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Valorizar o sistema natural costeiro</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Recuperar e valorizar o vale do Leça</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover os espaços verdes de utilização coletiva</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	-	-
<i>Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Prosseguir a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor E. INDUÇÃO ECONÓMICA – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica (I&D+I)		
Objetivo Estratégico - Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica		
<i>Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico - Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica		
<i>Promover a instalação de novas atividades económicas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Reforçar e capitalizar o potencial turístico e património histórico-cultural, restauração, indústria de lazer e comércio tradicional</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor U. Qualificação Urbanística – Qualificar os ambientes urbanos		
Objetivo Estratégico – Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social		
<i>Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Rentabilizar/projetar/capacitar as redes de equipamentos e infraestruturas, face à distribuição e necessidades da população</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<i>Prosseguir a estratégia local de habitação - ELH</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Objetivo Estratégico – Promover a coesão do espaço urbano		
<i>Reabilitar o espaço urbano</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Assegurar a continuidade urbano - rural</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
<i>Promover a qualidade das novas intervenções urbanas</i>	Não identificadas.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-
Vetor MT. Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável		
Objetivo Estratégico – Melhorar as condições de acessibilidade		
<i>Aproximar as pessoas e as atividades</i>	As ações previstas de “Criação de novos arruamentos na rede local” e “Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal”, bem como ações previstas de “Intervenção em Paragens” e de “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência” concorrem para a redução de necessidade de deslocação excessiva das populações, contribuindo para a redução do tráfego rodoviário e conseqüente redução do consumo de combustíveis, redução das emissões poluentes e ruído, potenciando a qualidade de vida geral das populações.	Não identificadas.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público</i>	A ação prevista de “Melhoria das condições de circulação pedonal”, “Criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça”, “Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas” ou “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária” irá promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso destes modos ativos como forma de deslocação frequente ou ocasional, podendo contribuir para a redução ou descongestionamento do tráfego rodoviário privado, promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, da saúde humana e melhoria global da qualidade de vida.	Não identificadas
	Caso se concretize a expectável integração destes modos ativos com as interfaces de transportes públicos no âmbito de ações como “Planos Especiais de Estacionamento”, “Melhoria da rede de interfaces” ou “Intervenção em Paragens”, esperam-se efeitos bastante positivos ao nível do acréscimo de frequência na utilização destes modos suaves.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	1/2 – P – C/Si	-
Objetivo Estratégico – <i>Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos</i>		
<i>Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</i>	As ações previstas para este objetivo geral tais como “Melhoria das condições de circulação pedonal”, “Criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça”, “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária” ou “Criação de zonas de vizinhança - “O meu bairro / A minha rua” irão promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso destes modos ativos como forma de deslocação frequente nas áreas residenciais, reduzindo o tráfego rodoviário privado promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida. Caso se concretize a expectável integração destes modos ativos com as interfaces de transportes públicos esperam-se efeitos bastante positivos ao nível do acréscimo de frequência na utilização destes modos suaves.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</i>	As ações previstas para este objetivo geral tais como a “Criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça”, a “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária”, a “Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas” ou “Criação de zonas de vizinhança - “O meu bairro / A minha rua” irão promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso da bicicleta como forma de deslocação frequente, reduzindo o tráfego rodoviário privado promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Aumentar a competitividade do Transporte Público</i>	As ações previstas de concretização de “Planos Especiais de Estacionamento”, “Melhoria da rede de interfaces”, “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência”, “Intervenção em paragens” e intervenções nas infraestruturas ferroviárias nas linhas de Leixões e linha de Metro de São Mamede Infesta, apresentam potencial para aumentar a competitividade dos transportes públicos no município. Estas ações de índole territorial, juntamente com outras ações já definidas no PMT surgem como oportunidade para melhorar a qualidade do serviço prestado à população.	Não identificadas
	OCORRÊNCIA / DURAÇÃO / EFEITO	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Reestruturar o sistema rodoviário</i>	As ações previstas que visam a “Criação de novos arruamentos na rede local” e “Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal”, “Desvio do tráfego de atravessamento metropolitano”, “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência” ou “Intervenção em paragens” poderão <i>per si</i> induzir efeitos positivos ao nível da acessibilidade e ordenamento do tráfego em certos locais, tais como, no acesso às	Não identificadas

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>interfaces de transportes públicos. Desconhece-se em pormenor qual o novo traçado resultante das reestruturações previstas do sistema rodoviário, contudo, caso estas ações visem uma concreta redução do tempo de deslocação ou redução da intensidade de tráfego nos locais ou eixos a intervir, existirá um potencial de redução efetivo do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida da comunidade, e das condições ambientais, tais como, redução da poluição do ar e contributo para a redução do potencial de aquecimento global e fenómeno de alterações climáticas.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
Vetor G. Governança – Promover a construção coletiva do território		
Objetivo Estratégico – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento		
<i>Promover a participação da sociedade civil</i>	No caso de serem definidas ações de promoção da participação da sociedade civil em matérias relacionadas com a acessibilidade, mobilidades e transportes, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas</i>	No caso de estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas apresenta efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível dos transportes, acessibilidades e mobilidade, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança</i>	A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível dos transportes, acessibilidades e mobilidade e assim promover a sua efetiva concretização.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
Objetivo Estratégico – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional		
<i>Estabelecer planos de trabalho integrados, cooperação e troca de experiências / “boas práticas” (parceria interna e externa)</i>	No caso de estabelecimento de parcerias e cooperações com outras entidades com vista à melhoria das condições dos transportes, acessibilidades e mobilidade sustentável, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da diversidade de formulação e construção das ações previstas, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS AMBIENTAIS – FS “ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE”		
VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / OBJETIVOS GERAIS	NATUREZA	
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-
<i>Promover estratégias de Branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos</i>	A promoção de estratégias de Branding territorial apresenta efeitos positivos para a divulgação e promoção das ações previstas de criação e melhorias das infraestruturas e equipamentos relacionados com a usufruição de espaços equipados e dirigidos para o uso de modos suaves, mobilidade sustentável, intermodalidade e acessibilidade ao serviço de transportes públicos, favorecendo a adesão da comunidade a estas ações.	Não identificadas
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1/2 – P – C/Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si – Sinérgico.

Segundo o PMT, a proposta municipal pretende aumentar significativamente a extensão da rede para um total de 87 quilómetros, assentando num conjunto de ciclovias principais ao longo da faixa costeira, unindo os troços já existentes, e no estabelecimento de ligações entre a freguesia da Senhora da Hora e as freguesias limítrofes de Matosinhos e de São Mamede de Infesta. No entanto, a maior parcela da infraestruturas a criar está contida na rede complementar, garantindo a ligação entre os troços centrais da rede e o interior do município, com destaque para uma nova ligação norte-sul, ao longo da freguesia de Leça do Balio, a ligação entre Leça da Palmeira e o Aeroporto, ao longo da Avenida Mário Brito, e a via ao longo da extensão da Estrada da Circunvalação. A orografia ao longo do vale do rio Leça estabelece um entrave considerável à criação de ligações adicionais norte-sul, razão pela qual estas estão apenas presentes nos extremos nascente e poente do município. A concretização dos novos troços levará também a um aumento dos estacionamento dedicados, com principal incidência na proximidade de estabelecimentos de ensino, que ficarão na sua maioria integrados na rede.

Em síntese, o Quadro 6.5.5 apresenta uma análise à evolução dos critérios de avaliação definidos no âmbito do presente FS, tendo em conta a situação de referência, e a sua evolução tendo em consideração a implementação ou não da presente proposta de PDM Matosinhos.

Quadro 6.5.5 | Síntese das tendências de evolução do FS “Acessibilidade e Mobilidade”

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
O PDM está permitir a implementação de equipamentos coletivos que permita o exercício de outras formas de acessibilidade e mobilidade sustentáveis?			

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO		
	SITUAÇÃO ATUAL	SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
O PDM está a fomentar a utilização de transportes públicos em detrimento da utilização do veículo particular e uso de fontes alternativas de energia?		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução		↘ ↘	↘	⇒	↗ ↗
		Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Por fim, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de revisão do Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, no Quadro 6.5.6 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização dos Objetivos, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Acessibilidade e Mobilidade”.

Quadro 6.5.6 | Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	VETORES / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS									OBSERVAÇÕES
	QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	INDUÇÃO ECONÓMICA		QUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA		MOBILIDADE E TRANSPORTES		GOVERNANÇA		
	QA.1	IE.1	IE.2	QU.1	QU.2	MT.1	MT.2	GV.1	GV.2	
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS assegurada /internalizada Plano		não para avaliar		Não aplicável / sem relação
--	---	--	--------------------------------------	--	------------------	--	-----------------------------

Objetivos Estratégicos:

- QA.1 – Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem rural de modo sustentável;
- E.1 – Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica;
- IE.2 – Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica;

- QU.1 – Favorecer a diversificação e a complementaridade funcional e a inclusão social;
- QU.2 – Promover a coesão do espaço urbano;
- MT.1 – Melhorar as condições de acessibilidade;
- MT.2 – Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos;
- GV.1 – Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de Planeamento;
- GV.2 – Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional;

Questões Estratégicas:

- QEAS1.Melhoria do estado das massas de água;
- QASE2.Reordenamento e defesa da faixa costeira;
- QEAS3.Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo;
- QEAS4. Mitigação dos riscos tecnológicos;
- QEAS5.Requalificação paisagística e natural;
- QES6.Preservação do solo;
- QEAS7.Preservação da identidade local e das especificidades territoriais;
- QEAS8.Capacitação de meios de mobilidade sustentável;
- QEAS9.Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico;
- QEAS10.Promoção da eficiência energética no concelho;
- QEAS11.Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas.

6.5.6. Recomendações

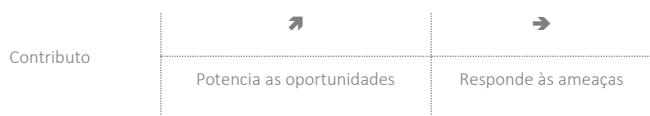
De forma geral considera-se que a proposta de revisão do PDM Matosinhos responde às principais necessidades identificadas ao nível do “Acessibilidade e Mobilidade”, tendo já considerado na proposta final de PDM algumas das recomendações sugeridas em fases preliminares da AAE.

Não obstante, considera-se que , ao longo da sua implementação, o plano poderá ainda reforçar o seu já significativo e positivo contributo para os objetivos do presente FS, através da consideração das recomendações referidas no Quadro 6.5.7.

Quadro 6.5.7 | Recomendações no âmbito do FS “Acessibilidade e Mobilidade”

RECOMENDAÇÕES	OBJETIVOS(S) DO FS	CONTRIBUTO	AMEAÇAS / OPORTUNIDADES
Ao nível da Governança sugere-se em fases posteriores de implementação das ações previstas pelo Programa de Execução a formulação de ações específicas que visem a sensibilização das empresas de transportes públicos a adotar fontes de energia alternativas mais limpas na sua frota, ou a melhoria do conforto e atendimento ao público. Considera-se que estas e outras medidas semelhantes constituem-se como fortes promotoras da competitividade deste tipo de transporte.	Melhoria do serviço de transporte público, e introdução de fontes de energia alternativas ou tecnologias energéticas mais eficientes;	↗	Melhoria da qualidade do serviço dos transportes públicos.

Legenda:



7. Quadro de Governança para a Ação

O estabelecimento do quadro de governança no âmbito da elaboração da revisão PDM Matosinhos pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Plano, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização.

Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

É neste contexto que o presente capítulo pretende propor um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação da revisão PDM Matosinhos e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das estratégias previstas no Plano (Quadro 7.1).

Quadro 7.1 | Quadro de Governança para a Ação no âmbito da revisão PDM Matosinhos

ENTIDADE	COMPETÊNCIAS DA ENTIDADE
<i>Câmara Municipal de Matosinhos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a fase de monitorização do Plano; - Cumprir as medidas presentes na Declaração Ambiental da AAE da revisão PDM Matosinhos; - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
<i>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR do Norte)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento regional; - Fomentar e apoiar os processos de participação pública; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
<i>Agência Portuguesa do Ambiente (APA)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais a diferentes prazos; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
<i>Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as orientações estratégicas com incidência na conservação da natureza e floresta, nomeadamente ao nível da desertificação e a respetiva informação de referência; - Acompanhar a fase de monitorização do plano.
<i>Organizações Não-governamentais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a informação, cooperação e participação cívica; - Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; - Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; - Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
<i>Público em geral</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental e cultural; - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; - Participar ativamente nos processos de Consulta Pública, de modo a validar e legitimar

ENTIDADE	COMPETÊNCIAS DA ENTIDADE
	as decisões tomadas.

Por outro lado, o Quadro 7.2 pretende sintetizar as responsabilidades específicas de cada entidade na implementação, acompanhamento e monitorização das recomendações de cada FS.

Quadro 7.2 | Quadro de Governança para a Ação no âmbito da revisão PDM Matosinhos, por recomendação

RECOMENDAÇÃO	ENTIDADE ENVOLVIDA
Desenvolvimento Socioeconómico	
Ponderar e integrar ações que contribuam de forma direta para a concretização do objetivo, "Promover a instalação de novas atividades" como por exemplo, a integração ou desenvolvimento de ações que promovam e divulguem os imóveis disponíveis para atração de novas atividades económicas. As atuais ações propostas para este objetivo contribuem de forma muito indireta para a sua concretização ou não permitem perceber como podem ajudar no seu cumprimento.	CMM
Analisar, no objetivo "Promover a participação da sociedade civil", de que forma as ações propostas contribuem para a sua concretização. Sugere-se a inclusão de ações que promovam efetivamente a participação da sociedade, nomeadamente, a promoção de workshops temáticos, sensibilização educacional para comportamentos mais sustentáveis, criação de grupos de discussão por freguesia, entre outros.	CMM
Ponderar a inclusão de ações, para o objetivo "Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas", que promovam a dinâmica de governança entre a CM e os diversos stakeholders, quer públicos, quer privados, no sentido de intervir na qualificação do território. É importante incluir nestas parcerias as associações de agricultores e pescadores que contribuem para a dinamização do setor primário. Considera-se que as atuais ações associadas a esse objetivo não são de contributo direto para a sua concretização.	CMM
Definir critérios, em sede de portaria, relativos a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturação ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para cada tipologia de solo (urbano ou rural), bem como as ações de índole material ou imaterial (p.e. ações de sensibilização) que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais. No âmbito dos serviços de recolha de resíduos urbanos, da responsabilidade direta da CM Matosinhos, sugere-se a inclusão de ações que promovam a recolha seletiva de resíduos de embalagem e, se possível, de resíduos orgânicos, aproveitando a oportunidade de remodelação dos equipamentos de recolha para implementação adicional de ecopontos e/ou sistemas PAYT.	CMM
Incluir ações orientadas para a qualificação da atividade agrícola e pecuária, como por exemplo, a dinamização de eventos, feiras e exposições agrícolas e pecuárias anuais; criação de mercados diários de produtos biológicos e locais, promoção de ações de sensibilização dos empresários dos setores agropecuário e agrícola para as boas práticas ambientais e incentivos económico-financeiros existentes que melhorem a competitividade das explorações.	CMM
Incluir ações orientadas para a economia de mar, com especial foco para os setores da pesca, aquíicultura, inovação e tecnologia associadas ao mar.	CMM
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	
Implementar procedimentos para que as ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, de afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.	CMM
Promover a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou de renaturalização.	CMM
Incluir a integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras no âmbito da presente revisão, cuja concretização deverá ser assegurada, por exemplo, nos cadernos de encargos a desenvolver para a concretização das mesmas.	CMM
Contenção dos fenómenos dispersivos do parque habitacional em sede de regulamento, com a aplicação de regras urbanísticas mais restritivas evitando o surgimento de novas	CMM

RECOMENDAÇÃO	ENTIDADE ENVOLVIDA
habitações fora do solo urbanizável.	
Disponibilização à população em geral da Matriz e Carta da Qualidade do Ar	CMM
Apesar do concelho dispor de um Mapa Estratégico de Ruído, deve ser delineada uma estratégia concelhia para a promoção da qualidade acústica do concelho, nomeadamente nas zonas identificadas como críticas e grandes eixos rodoviários.	CMM
Adoção de disposições regulamentares que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, de melhoria do conforto térmico, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).	CMM
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	
Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.	CMM DGPC
Integrar soluções associadas a infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras previstas no âmbito da revisão do PDM de Matosinhos. Esses critérios/requisitos poderão ser assegurados, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CMM
Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CMM
Eliminar gradualmente espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CMM
Desenvolver ações de sensibilização, que permitam a internalização de questões de índole ecológica e ambiental, bem como paisagística e patrimonial na estratégia de desenvolvimento territorial e socioeconómico do concelho, em todos os sectores da sociedade (ex: escolas).	CMM ICNF
Reabilitar o património construído, tornando-o funcionalmente atrativo no sentido de responder às necessidades do concelho e da sua população, podendo albergar atividades de diversas índoles como: turísticas, recreativas, culturais e históricas.	CMM
Vulnerabilidades e Riscos	
Desenvolver / Implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar.	CMM APA ANPC
Definir e concretizar um quadro de governança que assuma e assegure o reforço da capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas.	CMM APA
Reforçar a interligação entre o PDM e o PMEPC, acautelando a proteção civil e a gestão de situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica. Neste sentido, é necessário salvaguardar a segurança dos munícipes através da implementação de perímetros de segurança (em particular no caso das indústrias SEVESO) sistemas de alerta e de aviso, planos de evacuação e planeamento logístico adequado a cada situação de risco. Considera-se fundamental a inclusão de medidas e ações no PDM que salvaguardem e acautelem estas questões.	CMM
Acessibilidade e Mobilidade	
Ao nível da Governança sugere-se em fases posteriores de implementação das ações previstas pelo Programa de Execução a formulação de ações específicas que visem a sensibilização das empresas de transportes públicos a adotar fontes de energia alternativas mais limpas na sua frota, ou a melhoria do conforto e atendimento ao público. Considera-se que estas e outras medidas semelhantes constituem-se como fortes promotoras da competitividade deste tipo de transporte.	CMM

8. Seguimento e Monitorização

8.1. Enquadramento

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Seguimento, podem ser definidas como atividades de acompanhamento da evolução temporal, espacial e de magnitude de certos parâmetros, tendo em conta os seguintes princípios de atuação:

- Avaliar o grau de implementação das orientações definidas pelo Plano e identificar, se possível, a sua eficácia e eficiência em termos de resultados de evolução territorial;
- Identificar efeitos negativos que resultarem de eventuais insuficiências no prognóstico efetuado no Relatório Ambiental, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos efeitos identificados;
- Identificar os efeitos imprevistos resultantes da alteração de circunstâncias que tenham levado à invalidação total ou parcial de determinadas hipóteses colocadas em sede de avaliação ambiental.

8.2. Metodologia de Seguimento

8.2.1. Orientações Metodológicas

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE por parte da Câmara Municipal de Matosinhos:

DETERMINAÇÃO DE ÂMBITO	A determinação de âmbito pretende balizar e contextualizar o controlo que irá ser efetuado e que abrange essencialmente os efeitos significativos e considerados relevantes vertidos em indicadores de sustentabilidade inseridos no Relatório Ambiental, podendo concentrar-se noutros aspetos que entretanto se revelem pertinentes.
IDENTIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO NECESSÁRIA	Identificação e seleção das informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação que são necessárias para calcular os indicadores de monitorização e controlar os efeitos ambientais relevantes (territoriais, de sustentabilidade e outros emanados das conclusões do RA). A definição de indicadores ajudará a estabelecer um quadro operacional para a tradução de dados ambientais em informação compreensível e manuseável.
IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO DISPONÍVEIS	As fontes de informação serão de natureza diversa, podendo resultar diretamente da execução dos projetos definidos na elaboração da revisão PDM Matosinhos, ou de referências bibliográficas. No caso de serem identificadas lacunas de informação, poderá ser necessário alavancar um intercâmbio comunicativo com outras entidades envolvidas na gestão de informação relevante para a AAE, e identificadas neste capítulo.
INTEGRAÇÃO PROCESSUAL DO CONTROLO NO SISTEMA DE PLANEAMENTO	Sempre que possível, as medidas de controlo identificadas no âmbito da Fase de Seguimento devem fazer parte do sistema de planeamento da revisão PDM Matosinhos.
DEFINIÇÃO DE MEDIDAS DE CORREÇÃO	Embora a legislação não estabeleça um regime obrigatório de implementação de medidas de correção, poderá ser útil determinar os critérios que acionam a ponderação de medidas de correção, podendo ser implementadas ao nível da execução da revisão PDM Matosinhos.

No caso específico da elaboração da revisão PDM Matosinhos, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos;
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e recomendações emanadas por este Relatório Ambiental.

Nas secções seguintes define-se o modelo conceptual associado a estes dois níveis de seguimento.

8.2.2. Monitorização Territorial

O modelo de monitorização sectorial e territorial estrutura-se num conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das incidências sectoriais e territoriais associadas a cada um dos fatores de sustentabilidade (Quadro 8.1). Estas incidências não dependem unicamente da implementação do Plano, sendo tipicamente influenciadas por forças motrizes externas à zona de intervenção. Neste contexto, a monitorização de estado por FS através de indicadores deve seguir o sistema de indicadores de cada um dos FS. Importa ainda referir que o atual plano de monitorização da AAE foi articulado também com o Plano de Monitorização da revisão PDM Matosinhos, no sentido de otimizar o sistema de indicadores (por exemplo, evitar situações de redundância ou duplicação de indicadores que, não sendo os mesmos, mas apenas similares, traduziriam os mesmos dados e análises, mas teriam que ser calculados em duplicado por assentarem em unidades ou elementos diferentes.

Quadro 8.1 | Indicadores de monitorização ou seguimento para a área de intervenção da revisão PDM Matosinhos

DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FREQUÊNCIA	FONTES DE INFORMAÇÃO
Desenvolvimento Socioeconómico		
<i>Crescimento efetivo da população</i>	Anual	INE
<i>Agregados familiares residentes no concelho em situação de grave carência económica beneficiários de habitação social e ou apoio económico para pagamento de renda de casa em habitação permanente,</i>	Anual	CMM
<i>Nível de atendimento em abastecimento de água</i>	Bienal	ERSAR
<i>Água segura</i>	Anual	ERSAR
<i>Nível de atendimento em saneamento de águas residuais</i>	Bienal	ERSAR
<i>Nível de tratamento de águas residuais drenadas</i>	Bienal	ERSAR
<i>Nível de atendimento da recolha seletiva</i>	Bienal	ERSAR
<i>Nível de atendimento em abastecimento de água</i>	Bienal	ERSAR
<i>Equipamentos sociais de apoio à 3ª idade, infância, juventude e deficiência (n.º; capacidade, n.º utentes)</i>	Anual	CMM
<i>Evolução do efetivo empresarial, pessoal ao serviço e valor acrescentado bruto (n.º; €)</i>	Anual	INE
<i>Explorações agrícolas e orientação técnico-económica (n.º e hectares das explorações especializadas, combinadas e explorações não classificadas)</i>	Decenal	INE
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano		

DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FREQUÊNCIA	FONTES DE INFORMAÇÃO
<i>Projetos licenciados no âmbito da eficiência energética / energias renováveis</i>	Anual	CMM
<i>Edifícios com certificação energética por tipologia de classe energética</i>	Anual	CMM / ADENE
<i>Ações/medidas de racionalização dos consumos energéticos na administração pública local nos últimos cinco anos</i>	Anual	CMM
<i>Reduções de custos na administração pública local, relacionados com a implementação de ações/medidas de racionalização energética nos últimos cinco anos</i>	Anual	CMM
<i>Ações/medidas nos últimos cinco anos que promovam a construção sustentável</i>	Anual	CMM
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais		
<i>Estado final das massas de água de superfície e subterrâneas</i>	Bienal	APA
<i>Zonas balneares classificadas com bandeira azul</i>	Anual	ABAE / APA
<i>Qualidade das zonas balneares</i>	Anual	APA
<i>Área total de solos recuperados/remediados sobre a área total de solos contaminados (hectares e localização)</i>	Anual	CMM
<i>Ocupações não agrícolas na RAN (decorrentes da aplicação de exceções admitidas ao abrigo do seu regime jurídico) (ha; %)</i>	Anual	CMM
<i>Ocupações permitidas ao abrigo das exceções ao regime jurídico da REN (ha; %)</i>	Anual	CMM
<i>Área impermeabilizada em solo rústico (ha; %)</i>	Anual	CMM
<i>Estrutura Ecológica Municipal; REN; RAN (distribuição geográfica; ha)</i>	Anual	CMM
<i>Parques e áreas de conservação da natureza e da biodiversidade do concelho (n.º; ha)</i>	Anual	CMM
<i>Ações de valorização e recuperação de áreas com interesse paisagístico (n.º e descrição/localização)</i>	Anual	CMM
<i>Miradouros e sítios de interesse Paisagístico (nº)</i>	Anual	CMM
<i>Percursos pedestres com interesse paisagístico (km)</i>	Anual	CMM
<i>Ações e/ou área intervencionada para a valorização e preservação do património arquitetónico e arqueológico classificado, em vias de classificação ou com interesse municipal (n.º e descrição/localização)</i>	Anual	CMM
<i>Intervenções para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos (n.º de intervenções realizadas e previstas) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente).</i>	Anual	CMM
Vulnerabilidades e Riscos		
<i>Ocorrência de eventos naturais extremos</i>	Anual	CMM
<i>% de território por classe de risco de erosão litoral</i>	Anual	CMM; APA
<i>Zonas ameaças pelo mar</i>	Anual	CMM; APA
<i>Evolução da linha de costa</i>	Anual	CMM; APA
<i>Simulacros de gestão de emergência para situações de forte agitação marítima, de rebentamento da defesa frontal ou instabilização das estruturas de defesa costeira</i>	Bienal	CMM; APA
<i>Investimento e n.º de projetos associados à mitigação de cheias e inundações</i>	Anual	CMM
<i>Sistemas de alerta de cheias / inundações / galgamentos da faixa litoral</i>	Anual	CMM; APA
<i>% de território por classe de risco de erosão do solo</i>	Anual	CMM; CCDR-Norte
<i>Ocorrência de incidentes tecnológicos</i>	Anual	CMM
<i>Acidentes de viação com transportes de mercadorias perigosas</i>	Bienal	CMM
<i>Unidades industriais localizadas ilegalmente no que respeita nomeadamente a recetores sensíveis</i>	Bienal	CMM
<i>Autos de notícia relativos as infrações ambientais</i>	Anual	CMM
<i>Simulacros de gestão de emergência para situações em caso de incidentes tecnológicos</i>	Bienal	CMM
<i>Planos e / ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de adaptação às alterações climáticas</i>	Anual	CMM
<i>Infraestruturas deslocadas devido a fenómenos naturais extremos</i>	Anual	CMM; APA

DESIGNAÇÃO DO INDICADOR	FREQUÊNCIA	FONTES DE INFORMAÇÃO
<i>Intervenções para incremento do volume de encaixe das ribeiras para atenuação de cheias / inundações / galgamentos</i>	Anual	CMM; APA
<i>Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 173/2008 (Diploma PCIP) (n.º; ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)</i>	Anual	CMM
<i>Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (Seveso), (N.º; ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)</i>	Anual	CMM
<i>Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (Seveso), (N.º; ha) (referente ao ano mais recente, ou ao ano mais recente)</i>	Anual	CMM
<i>Distâncias entre os estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação</i>	Anual	CMM
Acessibilidade e Mobilidade		
<i>Extensão da rede de ciclovias ou pedonal</i>	Anual	CMM
<i>Equipamentos de mobilidade sustentável</i>	Anual	CMM
<i>Praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida</i>	Bienal	INE
<i>Cobertura do serviço de transportes públicos</i>	Bienal	CMM
<i>Uso de fontes alternativas de energia nos transportes públicos</i>	Bienal	Empresas de Transportes Públicos
<i>Estacionamento privado disponível</i>	Bienal	CMM

8.2.3. Monitorização Estratégica

Esta componente da monitorização destina-se a acompanhar os resultados do Relatório Ambiental relativamente à avaliação estratégica desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos efeitos ambientais e recomendações. Trata-se, pois, duma validação contínua do diagnóstico efetuado, com o objetivo de reavaliar a área de intervenção ao nível dos seus efeitos positivos e efeitos negativos, bem como avaliar a implementação das recomendações sugeridas e respetivas mais-valias vertidas para o território (eficácia).

Assim, deverá ser definido um modelo de seguimento para a monitorização estratégica que comporte os vetores de avaliação exemplificados nos Quadros 8.2 e 8.3.

Quadro 8.2 | Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS	EVOLUÇÃO DE INTENSIDADE
<i>Fator A</i>	Efeito 1	...
<i>Fator B</i>	Efeito 2	...
...

Nota: A to 2 de Intensidade (de 2 de Intensidade "dadeo 2 de I▲) ou u u o 2 de Inte▼) relativamente à avaliação transata (em que a 1. (em que a será comparativamente à análise efetuada no RA, e as seguintes relativamente ao relatório de monitorização do ano n-1). Tendo em consideração as características intrínsecas dos efeitos (positivos e negativos) identificados na análise de cada um dos Fatores de Sustentabilidade, a sua avaliação deverá ser suportada por uma análise pericial e simultaneamente qualitativa ou quantitativa, com base na informação proveniente dos indicadores de monitorização. Por exemplo, a intensidade de um determinado efeito negativo poderá ser decrescente, caso os indicadores associados reflitam uma evolução positiva em termos de sustentabilidade, ou crescente caso se verifique a situação inversa.

Quadro 8.3 | Análise da implementação das recomendações, por FS

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	RECOMENDAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	EVIDÊNCIA	EFICÁCIA
<i>Fator A</i>	Recomendação 1	...		
<i>Fator B</i>	Recomendação 2	...		

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	RECOMENDAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	EVIDÊNCIA	EFICÁCIA
...		

Nota: A “Implementação” da recomendação deverá ser avaliada de acordo com a seguinte escala de concretização: “0” se não foi ainda iniciado o processo de implementação da recomendação; “•” se já foi iniciado o processo de implementação, mas ainda se encontra numa fase inicial de concretização; “••” se se encontra a mais de metade do processo de total concretização; “•••” se a recomendação já foi totalmente implementada.

De seguida, e se já foi iniciado e/ou concluído o processo de implementação para uma determinada recomendação então deverá identificar-se o conjunto de “Evidências” que suportam esse diagnóstico, nomeadamente às ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis, e identificadas no quadro de Governança assumido, no sentido de responder às recomendações efetuadas pela AAE. Esta análise deverá ainda ser acompanhada por um descritivo qualitativo da importância das ações referidas.

Por último, da análise anterior dos parâmetros “Implementação” e “Evidências” para as recomendações previstas no RA, define-se a “Eficácia” de cada uma dessas recomendações, avaliada numa escala de: “Elevada” (Eficaz), “Moderada” (Moderadamente Eficaz), “Nula” (Não Eficaz), ou definida como “Não Implementada” (caso o nível de implementação seja 0%). A determinação de cada um desses níveis resultará de uma análise cruzada com o resultado da evolução dos efeitos (realizada à priori – Quadro 8.2 que originaram essa recomendação e uma análise pericial assente na investigação, recolha de informação pormenorizada e análise cruzada relativamente à causa-efeito da implementação da recomendação. Assim, caso a evolução da intensidade de um determinado efeito negativo (que gerou a proposta de uma determinada recomendação) se revele decrescente (isto é, o efeito negativo está a diminuir de intensidade), significa que, caso já tenha sido iniciada ou concluída a implementação da recomendação associada, esta recomendação estará balizada no intervalo de níveis de eficácia “elevada” ou “moderada”. A distinção entre estes dois níveis deverá depois basear-se na análise pericial sobre a causa-efeito.

Importa referir que nesta fase deverá ser também analisada a intervenção do quadro de Governança proposto.

Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará igualmente os resultados da monitorização do próprio Plano, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação da estratégia e modelo de gestão e do respetivo plano de ações.

8.3. Implementação do Seguimento

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor da revisão PDM Matosinhos e requer que a Câmara Municipal de Matosinhos adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio, tendo em atenção a periodicidade definida para cada indicador, dos resultados do processo de seguimento e monitorização à entidade com competências em matéria de AAE (Agência Portuguesa do Ambiente – APA) e respetiva divulgação por meios eletrónicos tal como previsto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de novembro.

9. Conclusões

A AAE da revisão PDM Matosinhos procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com as estratégias da região onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Nas secções seguintes apresentam-se as principais conclusões da análise por FS, ao nível do cenário global dos efeitos das estratégias propostas na revisão do Plano, das oportunidades e das ameaças, bem como das respetivas recomendações.

9.1. Síntese das Tendências dos Efeitos da Estratégia do Plano

De acordo com o estabelecido no na alínea e) do ponto 1, do Artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentam-se de seguida “Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrente da revisão do PDM Matosinhos”. Assim, o Quadro 9.1 consiste numa tabela de dupla entrada, em que no eixo horizontal são considerados os Vetores do Plano e no eixo vertical são considerados os critérios exclusivamente analisados anteriormente referentes aos diversos FS sintetizando, deste modo, as principais tendências dos efeitos do Plano sobre os pontos estratégicos definidos para cada FS.

Quadro 9.1 | Síntese de efeitos significativos dos Objetivos Estratégicos, por FS e por critério

EFEITOS DA PROPOSTA DE RPDM MATOSINHOS SOBRE OS INDICADORES						
FS	CRITÉRIO	VETORES				
		A	E	U	MT	G
<i>Desenvolvimento Socioeconómico</i>	População	+	+	+	+v	+v
	Infraestruturas ambientais	0/+	0/+	0/+	0/+	0/+
	Inclusão população desfavorecida	0	0	+	0	0
	Equipamentos coletivos	0	0	+		+
	Atividades económicas	0	+	+	+	0
<i>Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano</i>	Ordenamento dos espaços industriais, comerciais e residenciais	+	+	+	0	+
	Qualidade do ar e ambiente sonoro	+	-	+/-	-	0
	Construção sustentável e consumos energéticos	++	0	0	++	0/+
	Expansão do espaço urbano	++	+	+	+	+
<i>Recursos Naturais, Paisagístico e Patrimoniais</i>	Recursos hídricos	++	0	0	0	0/+
	Solo	+	0	0	0	0
	Estrutura biofísica	+	0	0	0	0
	Conservação da natureza e biodiversidade	+	0	0	0	0
	Paisagem e património	+	0	0	0	0
<i>Riscos e Vulnerabilidades</i>	Riscos naturais	+	0	+	0	+
	Riscos antropogénicos e tecnológicos	0	+/-	+/-	+	+

EFEITOS DA PROPOSTA DE RPDM MATOSINHOS SOBRE OS INDICADORES						
FS	CRITÉRIO	VETORES				
		A	E	U	MT	G
	Adaptação às alterações climáticas	+	0	+	0	+
Acessibilidade e Mobilidade	Acessibilidade e mobilidade sustentáveis	0	0	0	++	0/+
	Fomento utilização de transportes públicos	0	0	0	++	0/+

Legenda: Objetivos da proposta de rPDM_Matosinhos: A Qualificação Ambiental - Valorizar os recursos naturais e a paisagem; E Indução Económica – Promover os setores de atividade económica com recurso à produção científica e tecnológica(I&D+I); U Qualificação Urbanística - Qualificar os ambientes urbanos; MT- Mobilidade e Transportes – Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável; G Governança – Promover a construção coletiva do território

- ++ Criação de novas e significativas oportunidades de desenvolvimento na área de intervenção; benefícios elevados em termos de proteção dos recursos e valores locais; contribuição muito positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- + Vantagens, oportunidades e benefícios de importância relevante; contribuição positiva para o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- 0 Sem efeitos positivos ou negativos; não contribui, mas também não conflita com os objetivos e/ou metas estratégicas.
- Perda de recurso e qualidade que exige a aplicação de medidas mitigadoras; conflita com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.
- Perda de recurso e qualidade de forma irreversível e insubstituível; conflita muito com o alcance dos objetivos e/ou metas estratégicas.

9.2. Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos

Da avaliação das apostas estratégicas da revisão do PDM_Matosinhos resultou a identificação das seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Quadro 9.2):

Quadro 9.2 | Síntese dos principais efeitos negativos e efeitos positivos, por FS

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS
Desenvolvimento Socioeconómico	<p>Efeitos Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, maior fruição dos espaços de verdes associados a corredores fluviais (Parque da Paz; Parque de S. Brás e Parque do Monte Castelo);- Promoção dos modos ativos de mobilidade sustentável (criação de rede ciclável destinada à mobilidade diária; criação da ciclovias do Corredor Verde do Leça), criação de condições de estacionamento para bicicletas (criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas); - Oportunidade para dinamizar a economia local e promover o desenvolvimento de espaços rurais assentes na atividade agrícola, turismo da natureza e turismo cultural (infraestruturas de apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago); -Melhoria da qualidade de vida dos habitantes através do enquadramento paisagístico das áreas adjacentes à rede rodoviária nacional, no atravessamento dos aglomerados urbanos; - Oportunidade para o desenvolvimento de atividade económicas. <p>Segundo o Programa de Execução não foram definidas ações que contribuem para a melhoria dos serviços de saneamento e gestão de resíduos.</p> <p>No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com a gestão dos serviços ambientais, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais relacionadas com estas temáticas.</p> <p>No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e o estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas ou cooperações com outras entidades com vista à troca de experiências e estabelecimento de planos de trabalho existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais, potenciando o surgimento de</p>

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS
	<p>novas ideias, soluções ou boas práticas.</p> <p>No caso de serem estabelecidas ações posteriores relacionadas com os serviços ambientais e a integração destas no sistema de monitorização o PDM, existirá potencial para surgirem efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da gestão dos serviços ambientais e assim promover a sua efetiva concretização, caso venham a ser definidas ações nestas matérias.</p> <p>Efeitos Negativos</p> <p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>
<p><i>Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano</i></p>	<p>Efeitos Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria do equilíbrio ecológico e dos habitats existentes proporcionando o aumento do número de exemplares e áreas com espécies endémicas, promovendo consequentemente a biodiversidade e qualidade ambiental da AI; - Melhoria do equilíbrio ecológico e dos habitats existentes proporcionando o aumento da biodiversidade e qualidade ambiental da AI; - Desenvolvimento de ações de sensibilização, orientadas para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas existentes; - Valorização da circulação rural, promovendo atividades sustentáveis, que favoreçam a valorização dos espaços naturais e integração dos recursos naturais (ex: turismo de natureza); - Aposta na valorização e sensibilização ambiental; - Promoção da sustentabilidade de espaços verdes existentes com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico; - Organizar e qualificação dos espaços, usos e do território; - Adotar soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais; - Melhoria da imagem paisagística da rede urbana, com potenciais consequências positiva ao nível da procura turística e da qualidade de vida; - Efeitos positivos para a qualidade infraestrutural de algumas acessibilidades e equipamentos coletivos que prestam serviços administrativos, apoio social, proteção civil, e espaços públicos de recreio e lazer. Está previsto a promoção de uma política de beneficiação infraestrutural, bem como a concretização de obras de reabilitação num conjunto de edifícios que parecem favorecer a qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade concorrendo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local; - As beneficiações dos equipamentos coletivos constituem uma oportunidade para a introdução de medidas de construção sustentável e enquadramento paisagístico, bem como o reforço da sustentabilidade e eficiência energética do parque edificado através da introdução de soluções energéticas a partir de FER, conforto térmico (climatização). De igual modo, constituem-se como uma potencial oportunidade para a implementação de medidas de racionalização no consumo de água e outras medidas imateriais ou boas práticas ambientais que favorecem a manutenção de bons índices de qualidade ambiental no município, utilização sustentável dos recursos naturais e contribuem para a mitigação dos fenómenos associados às alterações climáticas; - Adotar soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Melhoria da imagem paisagística da rede urbana, com potenciais consequências positiva ao nível da habitação e da qualidade de vida; - Adoção de soluções que permitam a gestão racional e proteção dos recursos naturais, a inclusão de biomateriais e alternativas ecologicamente funcionais. Destaca-se neste âmbito todos os projetos que envolvem a execução de obras, requalificação ou recuperação de edifícios; - Recuperação e valorização do património edificado existente e promoção do património cultural associado; - Criação de espaços verdes, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico; - Requalificação de espaços de usufruição pública; - Oportunidade de disponibilizar fogos a preços de mercado regulado reabilitando património habitacional degradado; - Contributo para a melhoria das condições acústicas, pela redução do volume de tráfego rodoviário; - Oportunidade para promover a educação e sensibilização da população para questões da qualidade do ar e ruído. - A ação prevista de “Melhoria da eficiência energética em edifícios e iluminação pública” contribui de forma positiva para a redução do consumo de energia elétrica e da emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas. - As ações previstas no PAES relativas à criação de redes de modos suaves e respetiva integração intermodal com os transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirá efeitos positivos ao nível da redução do

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS
	<p>consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As ações previstas relativas ao aumento de competitividade nos transportes públicos rodoviários e ferroviários induzirão efeitos positivos ao nível da migração do uso de transportes particulares para públicos, e consequente redução do tráfego rodoviário particular bem como do consumo de combustíveis fósseis em veículos privados, maior eficiência no consumo de combustíveis fósseis, e emissão de gases com efeito de estufa, contribuindo assim para a mitigação do fenómeno das alterações climáticas. - A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da eficiência energética e prossecução do PAES, e assim promover a sua efetiva concretização. <p>Efeitos Negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potencial aumento de pressão, capazes de perturbar os ecossistemas presentes, decorrente da carga de infraestruturação necessária à concretização da requalificação prevista, essencialmente durante o decorrer dos trabalhos (pela movimentação de terras e outros materiais, circulação de viaturas pesadas, maquinarias e equipamentos, etc.); - Aumento dos poluentes atmosféricos associados a unidades industriais que eventualmente se possam localizar no concelho – contributo para a degradação da qualidade do ar; - Potencial agravamento das condições acústicas associadas à circulação rodoviária decorrente do transporte de e para essas unidades industriais; - Concentração de atividades e aumento de infraestruturação capazes de alterar e perturbar os ecossistemas presentes e promover a impermeabilização dos solos.
<p><i>Recursos Naturais, Paisagístico e Patrimoniais</i></p>	<p>Efeitos Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras e sociais; - Adotação soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização; - Aumento do povoamento florestal com espécies endémicas; - Garantir e assegurar a integração, proteção e a promoção dos valores naturais presentes; - Minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais; - Valorização dos valores ecológicos e de paisagem do Vale do Leça. - Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais; - Oportunidade de aposta no turismo de natureza e na diversificação de atividades compatíveis; <p>Criação de Percursos pedestres que integrem as Rotas Turísticas temáticas existentes e envolvam o património existente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efeitos positivos na proteção, valorização e promoção do património existente; - Contributo para o planeamento e ordenamento dos espaços ribeirinhos; valorização económica e social do património natural e da paisagem, de forma ambientalmente sustentável; - Contributo para melhorar as condições/recursos naturais dos espaços ribeirinhos, para que as funções desempenhadas por estes ecossistemas se exprimam em serviços e estes sejam utilizados de forma sustentável quer a nível sociocultural quer económico. <p>Ações que visem a “Proteção e valorização da orla costeira” contribuem positivamente para a reposição das condições naturais da orla costeira e paisagem associada, aumentando a resiliência contra os efeitos nefastos associados às alterações climáticas, bem como promovendo a qualidade de vida e o usufruto destes locais para atividades de recreio e lazer.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A ação “Recuperar os corredores ecológicos das linhas de água”, designadamente, para o rio Leça, constitui-se como oportunidade de contributo para a recuperação do “Bom” estado desta massa de água e respetiva valorização para fins de recreio e lazer bem como reposição das condições biofísicas das massas de água e paisagem associada promovendo assim a qualidade de vida, salubridade e bem-estar das populações. - A recuperação prevista por diversas ações de execução dos corredores ecológicos de diversas linhas de água (p.e. margens e encostas do rio Onda e Leça), com recursos a vegetação ripícola e muros vivos, incluindo açudes e levadas contribui positivamente para a reposição das condições biofísicas das massas de água e paisagem associada, promovendo a qualidade de vida e o usufruto destes locais para atividades de recreio e lazer. <p>No caso de serem definidas ações de promoção da participação da sociedade civil em matérias relacionadas com a gestão sustentável de recursos hídricos, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais.</p> <p>No caso de estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas apresentará efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível da gestão sustentável dos recursos hídricos, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.</p>

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS
	<p>- A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível da gestão sustentável dos recursos hídricos e assim promover a sua efetiva concretização.</p> <p>- No caso de estabelecimento de parcerias e cooperações com outras entidades com vista à gestão sustentável dos recursos hídricos, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da diversidade de formulação e construção das ações previstas, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas.</p> <p>Efeitos Negativos</p> <p>Não foram identificados efeitos negativos significativos</p>
<i>Riscos e Vulnerabilidades</i>	<p>Efeitos Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da requalificação do solo rural, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (inclusivamente nas zonas ribeirinhas). - Oportunidade de mitigar riscos associados a eventos climatéricos naturais extremos, ou outros riscos naturais, como a erosão costeira e recuo da linha de costa, através do reforço dos sistemas biofísicos naturais de proteção, através das ações de reforço e recuperação do ecossistema. - Oportunidades resultantes da gestão e proteção dos valores naturais, nomeadamente adaptada às condições edafoclimáticas locais que tenham a capacidade de lidar com fenómenos extremos. - Criação de condições de segurança e acessibilidade, potenciando uma resposta adequada perante a ocorrência de eventos naturais e extremos, bem como ocorrência de incidentes tecnológicos. - Oportunidade para sensibilizar a população para as questões associadas aos riscos naturais existentes no concelho. - Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada que tenha em consideração os riscos naturais existentes no concelho; - Oportunidade de incentivar a requalificação dos espaços naturais nomeadamente que possam constituir-se dissonâncias paisagísticas. - Oportunidade para promover a reordenação das infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes de eventos com riscos tecnológicos associados; - Oportunidade para requalificar áreas industriais que possam constituir-se como dissonâncias paisagísticas. - Oportunidade de incentivar comportamentos adequados por parte da população face aos valores naturais existentes no concelho, nomeadamente que possam contribuir para a eliminação/redução da ocorrência de dissonâncias ambientais; - Oportunidade de incentivar a execução de infraestruturas industriais acautelando os possíveis riscos decorrentes dos eventos tecnológicos. - Prevenção contra danos materiais e humanos, resultado de incidentes naturais e extremos. - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da reabilitação do espaço urbano. - Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada que tenha em consideração os riscos tecnológicos existentes no concelho. - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da valorização do solo rural, reduzindo a vulnerabilidade associada. - Oportunidade para a sensibilizar a população para a necessidade de adotarem medidas de adaptação às alterações climáticas. - Oportunidade para destacar a necessidade de colocar na “ordem do dia” a temática da adaptação e resiliência às alterações climáticas. - Oportunidade para estruturar um modelo de gestão integrada tendo em consideração a necessidade de dotar o concelho de capacidade de resiliência e adaptação associadas às consequências das alterações climáticas. <p>Efeitos Negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidas. - Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais existentes.
<i>Acessibilidade e Mobilidade</i>	<p>Efeitos Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - As ações previstas de “Criação de novos arruamentos na rede local” e “Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal”, bem como ações previstas de “Intervenção em Paragens” e de “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência” concorrem para a redução de necessidade de deslocação excessiva das populações, contribuindo para a redução do tráfego rodoviário e conseqüente redução do consumo de combustíveis, redução das emissões poluentes e ruído, potenciando a qualidade de vida geral das populações. - A ação prevista de “Melhoria das condições de circulação pedonal”, “Criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça”, “Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas” ou “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária” irá promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso destes modos ativos como forma de deslocação frequente ou ocasional, podendo contribuir para a redução ou

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	EFEITOS POSITIVOS E EFEITOS NEGATIVOS
	<p>descongestionamento do tráfego rodoviário privado, promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, da saúde humana e melhoria global da qualidade de vida.</p> <p>Caso se concretize a expectável integração destes modos ativos com as interfaces de transportes públicos no âmbito de ações como “Planos Especiais de Estacionamento”, “Melhoria da rede de interfaces” ou “Intervenção em Paragens”, esperam-se efeitos bastante positivos ao nível do acréscimo de frequência na utilização destes modos suaves.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As ações previstas para este objetivo geral tais como “Melhoria das condições de circulação pedonal”, “Criação da ciclovía do Corredor Verde do Leça”, “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária” ou “Criação de zonas de vizinhança - “O meu bairro / A minha rua” irão promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso destes modos ativos como forma de deslocação frequente nas áreas residenciais, reduzindo o tráfego rodoviário privado promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida. <p>Caso se concretize a expectável integração destes modos ativos com as interfaces de transportes públicos esperam-se efeitos bastante positivos ao nível do acréscimo de frequência na utilização destes modos suaves.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As ações previstas para este objetivo geral tais como a “Criação da ciclovía do Corredor Verde do Leça”, a “Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária”, a “Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas” ou “Criação de zonas de vizinhança - “O meu bairro / A minha rua” irão promover fortemente a melhoria das condições de atratividade para o uso da bicicleta como forma de deslocação frequente, reduzindo o tráfego rodoviário privado promovendo assim a redução do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida. - As ações previstas de concretização de “Planos Especiais de Estacionamento”, “Melhoria da rede de interfaces”, “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência”, “Intervenção em paragens” e intervenções nas infraestruturas ferroviárias nas linhas de Leixões e linha de Metro de São Mamede Infesta, apresentam potencial para aumentar a competitividade dos transportes públicos no município. Estas ações de índole territorial, juntamente com outras ações já definidas no PMT surgem como oportunidade para melhorar a qualidade do serviço prestado à população. - As ações previstas que visam a “Criação de novos arruamentos na rede local” e “Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal”, “Desvio do tráfego de atravessamento metropolitano”, “Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência” ou “Intervenção em paragens” poderão per si induzir efeitos positivos ao nível da acessibilidade e ordenamento do tráfego em certos locais, tais como, no acesso às interfaces de transportes públicos. Desconhece-se em pormenor qual o novo traçado resultante das reestruturações previstas do sistema rodoviário, contudo, caso estas ações visem uma concreta redução do tempo de deslocação ou redução da intensidade de tráfego nos locais ou eixos a intervir, existirá um potencial de redução efetivo do ruído e das emissões poluentes, contribuindo para a melhoria global da qualidade de vida da comunidade, e das condições ambientais, tais como, redução da poluição do ar e contributo para a redução do potencial de aquecimento global e fenómeno de alterações climáticas. - No caso de serem definidas ações de promoção da participação da sociedade civil em matérias relacionadas com a acessibilidade, mobilidades e transportes, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da transparência e participação da comunidade nas opções de planeamento municipais. - No caso de estabelecimento de parcerias com outros agentes de transformação do território e redes de cooperação já instituídas apresenta efeitos positivos relativamente à diversidade de formulação e construção das ações previstas ao nível dos transportes, acessibilidades e mobilidade, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas. - A dinamização do sistema de monitorização o PDM de acordo com o Quadro de Governança definido irá promover a efeitos positivos relativamente ao controlo da execução das ações previstas ao nível dos transportes, acessibilidades e mobilidade e assim promover a sua efetiva concretização. - No caso de estabelecimento de parcerias e cooperações com outras entidades com vista à melhoria das condições dos transportes, acessibilidades e mobilidade sustentável, existirá uma oportunidade para se desenvolver efeitos positivos ao nível da diversidade de formulação e construção das ações previstas, potenciando o surgimento de novas ideias, soluções ou boas práticas. - A promoção de estratégias de Branding territorial apresenta efeitos positivos para a divulgação e promoção das ações previstas de criação e melhorias das infraestruturas e equipamentos relacionados com a usufruição de espaços equipados e dirigidos para o uso de modos suaves, mobilidade sustentável, intermodalidade e acessibilidade ao serviço de transportes públicos, favorecendo a adesão da comunidade a estas ações.

9.3. Síntese das Principais Recomendações

Considerando a atual fase de desenvolvimento da proposta de revisão do PDM considera-se pertinente a inclusão das seguintes recomendações (Quadro 9.3).

Quadro 9.3 | Síntese das principais recomendações, por FS

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	RECOMENDAÇÕES
<p><i>Desenvolvimento Socioeconómico</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ponderar e integrar ações que contribuam de forma direta para a concretização do objetivo, "Promover a instalação de novas atividades" como por exemplo, a integração ou desenvolvimento de ações que promovam e divulguem os imóveis disponíveis para atração de novas atividades económicas. As atuais ações propostas para este objetivo contribuem de forma muito indireta para a sua concretização ou não permitem perceber como podem ajudar no seu cumprimento. • Analisar, no objetivo "Promover a participação da sociedade civil", de que forma as ações propostas contribuem para a sua concretização. Sugere-se a inclusão de ações que promovam efetivamente a participação da sociedade, nomeadamente, a promoção de workshops temáticos, sensibilização educacional para comportamentos mais sustentáveis, criação de grupos de discussão por freguesia, entre outros. • Ponderar a inclusão de ações, para o objetivo "Reforçar as parcerias entre a autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas", que promovam a dinâmica de governança entre a CM e os diversos stakeholders, quer públicos, quer privados, no sentido de intervir na qualificação do território. É importante incluir nestas parcerias as associações de agricultores e pescadores que contribuem para a dinamização do setor primário. Considera-se que as atuais ações associadas a esse objetivo não são de contributo direto para a sua concretização. • Definir critérios, em sede de portaria, relativos a regimes de edificabilidade e exigências de infraestruturação ambiental de qualquer empreendimento, instalação, atividade, ou outras infraestruturas urbanísticas básicas, quer seja nas condições gerais ou específicas para cada tipologia de solo (urbano ou rural), bem como as ações de índole material ou imaterial (p.e. ações de sensibilização) que se considerem adequadas e dentro das competências e responsabilidades do município nestas áreas ambientais. No âmbito dos serviços de recolha de resíduos urbanos, da responsabilidade direta da CM Matosinhos, sugere-se a inclusão de ações que promovam a recolha seletiva de resíduos de embalagem e, se possível, de resíduos orgânicos, aproveitando a oportunidade de remodelação dos equipamentos de recolha para implementação adicional de ecopontos e/ou sistemas PAYT. • Incluir ações orientadas para a qualificação da atividade agrícola e pecuária, como por exemplo, a dinamização de eventos, feiras e exposições agrícolas e pecuárias anuais; criação de mercados diários de produtos biológicos e locais, promoção de ações de sensibilização dos empresários dos setores agropecuário e agrícola para as boas práticas ambientais e incentivos económico-financeiros existentes que melhorem a competitividade das explorações. • Incluir ações orientadas para a economia de mar, com especial foco para os setores da pesca, aquicultura, inovação e tecnologia associadas ao mar.
<p><i>Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar procedimentos para que as ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, de afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado. • Promover a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou de renaturalização. • Incluir a integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras no âmbito da presente revisão, cuja concretização deverá ser assegurada, por exemplo, nos cadernos de encargos a desenvolver para a concretização das mesmas. • Contenção dos fenómenos dispersivos do parque habitacional em sede de regulamento, com a aplicação de regras urbanísticas mais restritivas evitando o surgimento de novas habitações fora do solo urbanizável. • Disponibilização à população em geral da Matriz e Carta da Qualidade do Ar • Apesar do concelho dispor de um Mapa Estratégico de Ruído, deve ser delineada uma estratégia concelhia para a promoção da qualidade acústica do concelho, nomeadamente nas zonas identificadas como críticas e grandes eixos rodoviários. • Adoção de disposições regulamentares que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, de melhoria do conforto térmico, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência

FATOR DE SUSTENTABILIDADE	RECOMENDAÇÕES
<p><i>Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais</i></p>	<p>energética).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais. • Integrar soluções associadas a infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras previstas no âmbito da revisão do PDM de Matosinhos. Esses critérios/requisitos poderão ser assegurados, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções. • Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções. • Eliminar gradualmente espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município. • Desenvolver ações de sensibilização, que permitam a internalização de questões de índole ecológica e ambiental, bem como paisagística e patrimonial na estratégia de desenvolvimento territorial e socioeconómico do concelho, em todos os sectores da sociedade (ex: escolas). • Reabilitar o património construído, tornando-o funcionalmente atrativo no sentido de responder às necessidades do concelho e da sua população, podendo albergar atividades de diversas índoles como: turísticas, recreativas, culturais e históricas..
<p><i>Vulnerabilidades e Riscos</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver / Implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar. • Definir e concretizar um quadro de governança que assuma e assegure o reforço da capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas. • Reforçar a interligação entre o PDM e o PMEPC, acautelando a proteção civil e a gestão de situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica. Neste sentido, é necessário salvaguardar a segurança dos munícipes através da implementação de perímetros de segurança (em particular no caso das indústrias SEVESO) sistemas de alerta e de aviso, planos de evacuação e planeamento logístico adequado a cada situação de risco. Considera-se fundamental a inclusão de medidas e ações no PDM que salvaguardem e a caulem estas questões.
<p><i>Acessibilidade e Mobilidade</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ao nível da Governança sugere-se em fases posteriores de implementação das ações previstas pelo Programa de Execução a formulação de ações específicas que visem a sensibilização das empresas de transportes públicos a adotar fontes de energia alternativas mais limpas na sua frota, ou a melhoria do conforto e atendimento ao público. Considera-se que estas e outras medidas semelhantes constituem-se como fortes promotoras da competitividade deste tipo de transporte.

10. Anexos

10.1 Quadro de Referência Estratégico da AAE

O QRE identifica as orientações estratégicas e objetivos estabelecidos ao nível da sustentabilidade ambiental de diversas políticas que se inter-relacionam com o instrumento de gestão territorial sujeito a AAE e com a área de intervenção em análise.

Neste contexto, o Quadro A.10.1 apresenta os objetivos estratégicos de cada um dos referenciais estratégicos considerados na presente AAE.

Quadro A.10.1 | Referenciais Estratégicos da AAE da revisão PDM Matosinhos

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
Agenda Territorial 2020 (AT2020)	<p>O objetivo da Agenda Territorial 2020 é fornecer orientações estratégicas para o desenvolvimento territorial, promoção e integração da dimensão territorial nas diferentes políticas em todos os níveis de governação e para assegurar a implementação da Estratégia Europa 2020 de acordo com princípios de coesão territorial. A Agenda estabelece as seguintes prioridades de desenvolvimento territorial da UE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado; • Estimular o desenvolvimento integrado nas cidades no meio rural e em áreas específicas; • Integrar territorialmente as regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais; • Assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes; • Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos, comunidades e empresas; • Gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões. 	<p>A visão estratégica que suporta a revisão do PDM Matosinhos apresenta orientações que podem reforçar a aplicação, à escala local, das prioridades de desenvolvimento territorial da UE, evidenciando sinais de convergência entre estes dois instrumentos estratégicos. A revisão do PDM Matosinhos pode assim reforçar a coesão territorial da região onde se insere, melhorando a qualidade de vida e promovendo igualdade de oportunidades, orientadas para as potencialidades locais.</p>
Convenção sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (Convenção de Bona)	<p>A Convenção de Bona tem como objetivo a conservação das espécies migradoras em toda a sua área de distribuição, bem como dos respetivos habitats. Para tal, as partes poderão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Adotar medidas restritivas de proteção das espécies migradoras consideradas em perigo de extinção (espécies listadas no Anexo I); 2. Elaborar Acordos para a conservação e gestão de espécies migradoras com um estatuto de conservação desfavorável ou que beneficiariam consideravelmente com o estabelecimento de protocolos de cooperação internacional (espécies listadas no Anexo II); e 3. Desenvolver projetos conjuntos de investigação e monitorização. 	<p>A Convenção de Bona tem como objetivo a conservação das espécies migradoras em toda a sua área de distribuição, bem como dos respetivos habitats. A revisão do PDM Matosinhos através da sua aposta na valorização da qualidade ambiental do Concelho, nomeadamente a através das ações programadas definidas deverá assegurar as relações de interação positiva e sinérgica entre estes dois instrumentos.</p>
Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Berna)	<p>A Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convention on the Conservation of European Wildlife and Natural Habitat) foi assinada em Berna, a 19 de setembro de 1979, durante a 3ª Conferência Europeia de Ministros do Ambiente, por um grupo de 9 países mais a então Comunidade Económica Europeia (na qual Portugal se incluía). Atualmente, perto de 40 países são Partes Contratantes da Convenção de Berna.</p> <p>Em Portugal, o texto da Convenção foi publicado pelo Decreto nº 95/81, de 23 de julho. A sua regulamentação decorre da aplicação do Decreto-Lei nº 316/89, de 22 de setembro.</p> <p>Esta Convenção tem um âmbito pan-europeu, estendendo-se a sua influência também ao norte de África para o cumprimento dos objetivos da conservação das espécies migradoras, listadas nos seus anexos, que nesse território passam uma parte do ano.</p>	<p>A Convenção de Berna tem como objetivo a conservação das espécies migradoras na Europa, bem como dos respetivos habitats. A revisão do PDM Matosinhos através da sua aposta na valorização da qualidade ambiental do Concelho, nomeadamente a através das ações programadas definidas deverá assegurar as relações de interação positiva e sinérgica entre estes dois instrumentos.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	Os objetivos da Convenção são conservar a flora e a fauna selvagens e os seus habitats naturais, em particular as espécies e os habitats cuja conservação exija a cooperação de diversos estados, e promover essa cooperação; é atribuído um ênfase particular às espécies em perigo ou vulneráveis, incluindo as espécies migratórias.	
Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR)	As Partes Contratantes, em conformidade com as disposições da Convenção, comprometem-se a tomar todas as medidas possíveis para prevenir e eliminar a poluição e tomar as medidas necessárias para proteger a zona marítima contra os efeitos adversos das atividades humanas, de modo a salvaguardar a saúde humana e a preservação ecossistemas marinhos e, quando possível, recuperar as zonas marinhas que foram danificados. Para o efeito, as Partes Contratantes deverão, individualmente e em conjunto, adotar programas e medidas e harmonizar as suas políticas e estratégias.	Enquanto mecanismo legal onde as partes contratantes (incluindo Portugal) cooperam para proteger o ambiente marinho do Atlântico Nordeste e atendendo à área de costa do concelho de Matosinhos, deverá a revisão do PDM Matosinhos na sua área de intervenção assegurar a prevenção e se necessário combate à poluição, proteção do ambiente marinho dos efeitos das atividades humanas, preservação e recuperação dos ecossistemas marinhos e salvaguarda da saúde humana.
Comunicação da Comissão: Crescimento azul: oportunidades para um crescimento marinho e marítimo sustentável (CC Crescimento Azul)	<p>A estratégia tem três vertentes:</p> <p>1. Medidas específicas em matéria de política marítima integrada</p> <p>a. Conhecimento do meio marinho para melhorar o acesso à informação sobre o mar</p> <p>b. Ordenamento do espaço marítimo a fim de garantir uma gestão eficaz e sustentável das atividades no mar</p> <p>c. Vigilância marítima integrada para dar aos responsáveis uma melhor imagem do que se passa no mar</p> <p>2. Abordagens específicas por bacia marítima, a fim de assegurar a combinação de medidas mais adequada para promover um crescimento sustentável que tenha em conta os fatores climáticos, oceanográficos, económicos, culturais e sociais locais</p> <p>a. Mar Adriático e mar Jónico</p> <p>b. Oceano Ártico</p> <p>c. Oceano Atlântico</p> <p>d. Mar Báltico</p> <p>e. Mar Negro</p> <p>f. Mar Mediterrâneo</p> <p>g. Mar do Norte</p> <p>3. Abordagens específicas por atividade</p> <p>a. Aquicultura (sítio Web «Pescas»)</p> <p>b. Turismo costeiro</p> <p>c. Biotecnologia marinha</p> <p>d. Energia dos oceanos</p> <p>e. Exploração mineira dos fundos marinhos</p>	A estratégia “Crescimento azul” tem por objetivo apoiar a longo prazo o crescimento sustentável no conjunto dos setores marinho e marítimo, reconhecendo a importância dos mares e oceanos enquanto motores da economia europeia com grande potencial para a inovação e o crescimento. Deste modo, a revisão do PDM Matosinhos nomeadamente através da sua estratégia e das suas ações programadas deverá internalizar esta estratégia promovendo um crescimento sustentável no que respeita às atividades económicas ligadas ao mar.
Declaração de Toledo (2010) (DT)	<p>A Carta de Toledo, pretende adaptar a Carta de Leipzig à atual crise económica, financeira e social que afeta a Europa. Assim, assenta num conjunto de princípios orientadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar as alterações urbanas e implementar a Estratégia Europeia para 2020, alcançando um desenvolvimento urbano mais sustentável e de inclusão social, a nível local; • Suportar a continuação do Processo de Marseille e implementar um Quadro de Referência Europeu para Cidades Sustentáveis; • Tentar consolidar a Agenda Urbana Europeia no futuro. 	A Carta de Toledo constitui um instrumento com orientações significativas para as estratégias dos territórios locais, em especial ao nível das cidades. As orientações estratégicas iniciais que suportam a revisão do PDM Matosinhos integram globalmente os princípios orientadores da Carta de Toledo. Contudo, será ao nível da concretização destas grandes diretrizes definidas para o PDM que importará assegurar relações de interação positiva e sinérgica entre este dois instrumentos.
Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM)	<p>Determina o quadro de ação comunitária, no domínio da política para o meio marinho, no âmbito do qual os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para obter ou manter um bom estado ambiental no meio marinho até 2020.</p> <p>A DQEM constitui o pilar ambiental da política marítima integrada, determina que para alcançar o bom estado ambiental do meio marinho, os Estados-Membros devem elaborar</p>	<p>A DQEM determina o quadro de ação comunitária, no domínio da política para o meio marinho, de forma a definir quais os Estados-Membros que devem tomar as medidas necessárias para obter ou manter o bom estado ambiental no meio marinho até 2020.</p> <p>Os objetivos estratégicos que enquadram a</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>estratégias marinhas para as águas marinhas (águas, fundos e subsolos marinhos sobre os quais um Estado membro possua e/ou exerça jurisdição em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), sob soberania ou jurisdição nacional.</p>	<p>revisão do PDM Matosinhos preconizam a proteção, requalificação e valorização das massas de água interiores, exteriores (costeiras) e de transição dentro da área administrativa do concelho. A revisão do PDM Matosinhos deve acompanhar, de forma geral, os objetivos ambientais e estratégicos previstos pelo PGRH Cávado, Ave e Leça, instrumento este que concretiza a DQEM na área de intervenção da revisão do PDM Matosinhos. Neste sentido, devem ser enumeradas e integradas na proposta de revisão do PDM Matosinhos as medidas do PGRH que mostrem suscetibilidade e adequabilidade de serem implementadas na área de intervenção e dentro das competências e responsabilidades previstas na proposta de revisão PDM Matosinhos, por forma a serem cumpridas as orientações ambientais e de gestão de recursos hídricos preconizados pelo PGRH.</p>
<p>Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)</p>	<p>A Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano faz parte do Sexto Programa de Ação em matéria de Ambiente "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha" e é uma das sete estratégias temáticas do programa criado com vista a permitir uma abordagem holística de questões-chave ambientais, que se caracterizam pela sua complexidade, diversidade das partes envolvidas e necessidade de soluções inovadoras e múltiplas. Conforme estabelecido no 6º Programa de Ação em matéria de Ambiente, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano tem como objetivo a promoção de uma abordagem horizontal integrada de todas as políticas comunitárias e que melhore a qualidade do ambiente urbano, tendo em conta os progressos realizados na implementação do quadro de cooperação existente, revendo-o consoante as necessidades, e que abranja:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A promoção da Agenda Local 21; • A atenuação do nexo entre o crescimento económico e a procura de transportes de passageiros; • A necessidade de aumentar a quota-parte dos transportes públicos, dos modos de transporte ferroviário, de navegação interior, bem como da bicicleta e da locomoção pedestre; • A necessidade de fazer face ao aumento dos volumes de tráfego e de lograr uma significativa dissociação entre o aumento dos transportes e o aumento do PIB; • A necessidade de promover a utilização de veículos com emissões reduzidas nos transportes públicos; • A tomada em consideração de indicadores ambientais urbanos. <p>De forma a cumprir os objetivos acima referidos, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano centra-se em quatro temas prioritários: gestão urbana sustentável, transportes urbanos sustentáveis, construção sustentável e a conceção urbana sustentável (padrão e tipo de utilização dos solos numa zona urbana).</p>	<p>Este instrumento tem um papel central como instrumento estratégico de enquadramento dos referenciais europeus de sustentabilidade para o ambiente urbano, e para os respetivos planos e programas com incidência nestes territórios. A visão estratégica que suporta a revisão do PDM Matosinhos é globalmente concordante com os princípios orientadores desta estratégia, pelo que as ações estratégicas que vierem a ser concretizadas para este PDM deverão procurar manter e assegurar esta convergência aparente e inicial.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
<p>Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)</p>	<p>A Comissão Europeia considera que é necessária uma estratégia global para a proteção do solo na UE. Esta estratégia deve ter em conta todas as funções do solo, a sua variabilidade e complexidade e o leque dos diferentes processos de degradação aos quais pode estar sujeito, sem esquecer os aspetos socioeconómicos. O objetivo geral é a proteção e a utilização sustentável do solo, com base nos seguintes princípios orientadores:</p> <p>(1) Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos; • O solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte. <p>(2) Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.</p>	<p>Os planos diretores municipais são instrumentos chave para a proteção do solo à escala local, na medida em que estabelecem o modelo de organização espacial do território municipal, assente na classificação do solo e em parâmetros de ocupação.</p> <p>A revisão do PDM Matosinhos deverá assim contribuir para o cumprimento dos objetivos da Estratégia Temática de Proteção do Solo, nomeadamente a prevenir a degradação do solo e possibilitar a reabilitação de solos degradados.</p>
<p>Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)</p>	<p><u>Ações para:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a nossa compreensão e conhecimentos sobre a utilização dos recursos na Europa e o seu significado e impacte ambiental negativos na EU e a nível global; • Desenvolver ferramentas de acompanhamento e comunicação dos progressos realizados na EU, nos Estados-Membros e nos sectores económicos; • Promover a aplicação de processos e abordagens estratégicas, tanto em sectores económicos como nos Estados-Membros, e incentiva-los a desenvolver planos e programas conexos, e • Sensibilizar as partes interessadas e os cidadãos para o significativo impacte ambiental negativo da utilização dos recursos. <p><u>Iniciativas de base para os próximos 25 anos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição da base de conhecimentos - um Centro de Dados para os responsáveis políticos destinado a aumentar e melhorar a base de conhecimentos sobre a utilização de recursos e seus impactes ambientais; • Aferição dos progressos – desenvolvimento de indicadores; • A dimensão interna – os Estados-Membros e o Fórum de Alto Nível; • A dimensão global – um painel internacional sobre a utilização sustentável. 	<p>Este instrumento incide na melhoria do conhecimento, no desenvolvimento de instrumentos de monitorização e na promoção de abordagens estratégicas em sectores económicos específicos, nos Estados-Membros e à escala internacional, de modo a reduzir os impactos ambientais negativos decorrentes da utilização dos recursos naturais numa economia em crescimento. Assim, a estratégia que suporta a revisão do PDM Matosinhos é globalmente concordante com os princípios orientadores desta estratégia, pelo que as ações estratégicas que vierem a ser concretizadas para este PDM deverão procurar manter e assegurar esta convergência aparente e inicial.</p>
<p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)</p>	<p>A ENDS apresenta como desígnio “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”, incluindo sete objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"; 2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; 3. Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural; 4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; 5. Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; 6. Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; 7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. <p>Cada objetivo inclui um conjunto de prioridades estratégicas, vetores estratégicos e metas associadas.</p>	<p>A ENDS visa orientar o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de ação em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à aplicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013, e fazendo apelo à iniciativa da sociedade civil. Este instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2015, foi desenvolvido em torno do desígnio integrador de tornar Portugal num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, numa perspectiva de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.</p> <p>Para a revisão do PDM Matosinhos é pertinente incluir os desígnios das políticas nacionais em matéria de desenvolvimento sustentável, uma</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
<p>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)</p>	<p>Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril, a referida Estratégia define orientações para o aumento a consciencialização sobre as alterações climáticas, para a atualização e disponibilização do conhecimento científico sobre as alterações climáticas e os seus impactes bem como, para o reforço das medidas que Portugal terá de adotar, à semelhança da comunidade internacional, com vista ao controlo dos efeitos das alterações climáticas. Neste sentido, são definidos quatro grandes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação e conhecimento; • Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta; • Participar, sensibilizar e divulgar; • Cooperar a nível internacional. 	<p>vez que pequenas intervenções poderão ter efeitos, a longo prazo, de larga escala.</p> <p>Considerando a relação entre os setores do Comércio e Serviços e Residencial e os seus potenciais impactes ao nível das alterações climáticas, é fundamental que a definição de uma estratégia municipal assente nos requisitos de sustentabilidade e metas assumidas relativamente às emissões de GEE, assumindo a necessidade da implementação e sensibilização de sistemas, infraestruturas e comportamentos menos poluentes e mais eficientes e que tenham em consideração já as necessárias adaptações para os cenários previstos ao nível das alterações climáticas (alteração de regimes hidrológicos, aumento do nível médio do mar com potencial aumento de fenómenos de erosão costeira e galgamentos variações da disponibilidade de recursos de base dos ecossistemas de base e de serviço à população, entre outros).</p>
<p>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)</p>	<p>A ENCNB 2030 constitui um documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade.</p> <p>O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente:</p> <p>a) A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global;</p> <p>b) A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo;</p> <p>c) A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível.</p> <p>A ENCNB apresenta três objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; • Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. 	<p>A proteção da natureza e da biodiversidade surge como um dos objetivos de enquadramento preconizados no processo de revisão PDM Matosinhos, designadamente através da aposta na utilização criteriosa dos recursos naturais, na valorização da qualidade ambiental e paisagística do Concelho, na consolidação da estrutura ecológica municipal (nas suas componentes fundamental e urbana) e na salvaguarda das funções e valores naturais do território. De modo a assegurar um alinhamento efetivo entre os objetivos estabelecidos na ENCNB e a revisão do PDM Matosinhos, deverá promover-se uma estreita articulação entre estes vetores relevantes da visão estratégica e a sua tradução concreta no território. Para o efeito, a revisão do PDM Matosinhos deverá promover a conservação dos valores naturais, a utilização sustentável das componentes da biodiversidade e a sua continuidade espacial e conectividade em todo o território.</p>
<p>Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020)</p>	<p>Visão: O Mar-Portugal é um desígnio nacional cujo potencial será concretizado pela valorização económica, social e ambiental do oceano e das zonas costeiras, para benefício de todos os portugueses.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor. 	<p>A proposta de revisão do PDM Matosinhos traduzida nos seus vetores, objetivos estratégicos e ações programadas deve acompanhar globalmente os objetivos da ENM. Sendo fundamental que a proposta de revisão do PDM Matosinhos promova o aprofundamento do conhecimento científico e técnico relacionado com o mar e zonas costeiras e na adoção de novos modelos de</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo • nacional, tornando o MarPortugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes. • Criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%. • Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades. • Consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da PMI e da estratégia marítima da UE, nomeadamente para a área do Atlântico. 	governança.
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)	<p>A Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) foi aprovada pela RCM- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, A ENGIZC tem como visão uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, baseada numa abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários, suportada no conhecimento e gerida segundo um modelo que articula instituições, políticas e instrumentos e assegura a participação dos diferentes atores intervenientes.</p> <p>A ENGIZC tem os seguintes objetivos temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico; • Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactes de natureza ambiental, social e económica; • Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira; • Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiros. 	Objetivos estratégicos que enquadram a revisão do PDM Matosinhos preconizam uma requalificação e valorização da extensa zona costeira do concelho. A revisão do PDM Matosinhos acompanha globalmente alguns dos objetivos da ENGIZC, designadamente através da intenção de conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico costeiro, na definição e gestão de zonas de risco derivado de erosão costeira, da promoção de atividades económicas sustentáveis na zona costeira, na promoção do aprofundamento do conhecimento científico e técnico relacionado com o mar e zonas costeiras e na adoção de novos modelos de governança. Estes últimos deverão ser promovidos e incorporados pela revisão do PDM Matosinhos por forma a serem cumpridas as orientações ambientais e de sustentabilidade sublinhadas na ENGIZC.
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)	<p>Esta estratégia visa potenciar o valor dos recursos florestais nacionais, partindo de uma matriz estruturante que relaciona um conjunto de funções (e.g. produção lenhosa, produções não lenhosas, proteção) com diferentes tipos de floresta e espécies. Daqui decorrem seis linhas de ação principais da estratégia às quais estão associados objetivos, metas, indicadores e instrumentos para a sua implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; • Especialização do território; • Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; • Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos; • Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; • Racionalização e simplificação dos instrumentos de política. 	Os objetivos de desenvolvimento estabelecidos no processo de revisão PDM Matosinhos, encontram-se, de um modo geral, alinhados com as ações estratégicas da ENF. Destacam-se, a título de exemplo, as orientações que visam assegurar as funções de proteção da orla costeira e do recreio em matas nacionais. No processo de revisão PDM Matosinhos, deverá promover-se a melhor articulação com os diversos instrumentos (e.g. plano de defesa da floresta contra incêndios, plano regional de ordenamento florestal) que contribuem para a prossecução dos objetivos estabelecidos na ENF.
Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)	<p>Eixos Principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 — Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira; 2 — Aposta nas energias renováveis; 3 — Promoção da eficiência energética; 4 — Garantia da segurança de abastecimento; 5 — Sustentabilidade da estratégia energética. 	Tendo por base a forte relação entre os setores energético e do Comércio e Serviços e Residencial, as orientações e os objetivos de desenvolvimento que enquadram o processo de revisão do PDM Matosinhos devem articular-se com as políticas e as medidas apresentadas na ENE, fomentando o desenvolvimento sustentável e o consumo energético eficiente. Esta articulação poderá ser assegurada, nomeadamente, através de opções de ordenamento e desenvolvimento do modelo

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
		territorial que promovam a redução da fatura energética do concelho, a diversificação das fontes e aproveitamento dos recursos endógenos (ex: produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis endógenos ao concelho) ao mesmo tempo que promovem a competitividade do concelho, regional e nacional, a segurança do abastecimento nacional e o reforço da produtividade da economia nacional.
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	<p>Objetivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A melhoria da qualidade de vida e o bem -estar dos portugueses; 2. A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável; 3. A proteção e valorização do património cultural e natural português; 4. O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial; 5. A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo. 	Enquanto política de carácter transversal e pelos objetivos que em si encerra deve ser considerada e integrada nas demais políticas sectoriais com impacto no quadro de vida, no bem -estar e qualidade de vida das populações como a revisão PDM Matosinhos.
Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)	O PDR2020 tem como objetivo apoiar o investimento em explorações agrícolas e florestais, em empresas agroindustriais e à instalação de jovens agricultores, potenciado as condições para aumentar a competitividade do seu negócio.	Apesar do território municipal ser marcadamente urbano, a promoção da sustentabilidade dos espaços rurais existentes é um objetivo importante que deve ser considerado na revisão PDM Matosinhos.
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020)	<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção da produção e perigosidade dos RU; • Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis; • Redução da deposição de RU em aterro; • Valorização económica e escoamento dos recicláveis e outros materiais do tratamento dos RU; • Reforço dos instrumentos económico-financeiros; • Incremento da eficácia e capacidade institucional e operacional do setor; • Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da internacionalização do setor; • Aumento do contributo do setor para outras estratégias e planos nacionais. 	<p>A revisão do Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos vem traduzir uma aposta significativa na prevenção da produção dos resíduos urbanos.</p> <p>A integração e prossecução de políticas integradas de gestão de resíduos entre município e sistema multimunicipal serão um fator crítico de sucesso que terá impacte na qualidade de vida dos cidadãos de Matosinhos.</p>
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PEAASAR 2020)	<p>Eixos e respetivos Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Eixo 1 Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água</u> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo Operacional 1.1: Cumprimento do normativo Objetivo Operacional 1.2: Redução da poluição urbana nas massas de água Objetivo Operacional 1.3: Aumento da acessibilidade física ao serviço de SAR • <u>Eixo 2 Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados</u> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo Operacional 2.1: Melhoria na qualidade do serviço de AA Objetivo Operacional 2.2: Melhoria na qualidade do serviço de SAR • <u>Eixo 3 Otimização e gestão eficiente dos recursos</u> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo Operacional 3.1: Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço Objetivo Operacional 3.2: Redução das perdas de água Objetivo Operacional 3.3: Controlo de aflúencias 	A execução do PEAASAR 2020 e a sua relação com o PDM está essencialmente focada na definição dum referencial de atuação das entidades gestoras que operam no município de Matosinhos. A dinâmica de expansão do município quer a nível demográfico, económico e estratégico terá de acautelar o devido acompanhamento da criação de condições de qualidade vida associadas a serviços de interesse universal. É neste contexto que os instrumentos e medidas alavancadas pelo PEAASAR 2020 poderão ter influência na definição estratégica das opções da revisão do PDM Matosinhos.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>indevidas</p> <p>Objetivo Operacional 3.4: Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação</p> <p>Objetivo Operacional 3.5: Valorização de recursos e subprodutos</p> <p>Objetivo Operacional 3.6: Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Eixo 4 Sustentabilidade económico- financeira e social</u> <p>Objetivo Operacional 4.1: Recuperação sustentável dos gastos</p> <p>Objetivo Operacional 4.2: Otimização e/ou redução dos gastos operacionais</p> <p>Objetivo Operacional 4.3: Redução da água não faturada</p> • <u>Eixo 5 Condições básicas e transversais</u> <p>Objetivo Operacional 5.1: Aumento da disponibilidade de informação</p> <p>Objetivo Operacional 5.2: Inovação</p> <p>Objetivo Operacional 5.3: Melhoria do quadro operacional, de gestão e prestação de serviços</p> <p>Objetivo Operacional 5.4: Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – redução, adaptação</p> <p>Objetivo Operacional 5.5: Externalidade: emprego, competitividade, internacionalização.</p> 	
<p>Plano Nacional da Água (PNA)</p>	<p>De acordo com o estabelecido no artigo 28.º da Lei da Água, o Plano Nacional da Água é o instrumento de gestão das águas, de natureza estratégica, que estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de bacias hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas.</p> <p>O Plano Nacional da Água, sendo o documento de nível mais elevado da política de gestão da água, requer que a sua elaboração seja orientada por linhas claras resultantes de um amplo consenso nacional mobilizador do processo e das vontades e interesses em produzir um documento de excelência.</p> <p>Ao PNA cabe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informação à Comissão Europeia do estado de cumprimento do normativo comunitário incidente sobre as águas nacionais; • Referencial de desenvolvimento das relações com Espanha, programando a ação no quadro da Convenção de Albufeira e no âmbito das regiões hidrográficas partilhadas; • Articulação e resolução de questões e problemáticas inter-regionais e ou supra Região Hidrográfica, designadamente garantindo o desenvolvimento equilibrado dos territórios em consonância com a sustentabilidade ambiental e económico-social, orientados para a solidariedade inter-regional, quer nos aspetos quantitativos quer qualitativos; • Harmonização de conteúdos e metodologias dos PGRH, de modo a garantir a sua função operacional no cumprimento dos prazos estabelecidos para a política nacional da água, consubstanciada em projetos e ações com incidência e aderência territorial nos espaços das Administrações de Região Hidrográfica; • Compatibilização e integração das políticas sectoriais com impactos significativos sobre os meios hídricos e de harmonização entre as dinâmicas das políticas das Regiões Autónomas e do Continente em matéria de águas; • Orientação na definição dos planos e programas de atividades regionais que materializam as políticas e 	<p>A versão do PNA 2010, presentemente em curso, terá um impacto indireto e de natureza estratégica, tanto quanto a sua natureza o permite. Neste contexto, O PNA vem influenciar instrumentos de gestão de recursos hídricos de intervenção ao nível das regiões hidrográficas, sendo que no caso da revisão do PDM Matosinhos, importa perceber como é que a articulação do PGRH Norte com o PNA2010 poderá ter impactes na relação do município com as massas de água da bacia do Leça (estuário, subterrâneas, sobretudo) mais próximas.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>prioridades nacionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificação das condições e das matérias a serem objeto de revisão dos PGRH e Planos Específicos de Gestão da Água (PEGA) (Lei 58/2005 – art.º 31º). 	
<p>Plano Nacional de Sensibilização (DFCI 2017)</p>	<p>Os objetivos operacionais a estabelecer são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a população para o valor ambiental, social e económico da floresta e Áreas Protegidas; • Sensibilizar a população para a participação ativa na gestão, defesa e conservação da floresta e Áreas Protegidas; • Diminuição do número de incêndios (ignições) pela redução dos comportamentos de risco e divulgação das regras a cumprir no uso do fogo; • Sensibilizar os pastores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com acompanhamento ou por equipas credenciadas no uso do fogo controlado; • Sensibilizar os operadores florestais e agrícolas, bem como todos os que trabalham nas matas e respetivas envolventes para o cumprimento das obrigações legais na utilização de maquinaria e equipamento e das restrições nas áreas condicionadas. • Aumento da resiliência do território à passagem do fogo e redução das áreas ardidas pela melhoria da gestão dos espaços florestais, gestão de combustíveis à volta dos aglomerados populacionais e das edificações isoladas e adoção de práticas de silvicultura preventiva. • Desenvolver o quadro legal de modo a potenciar o efeito de alteração de comportamentos em resultado da fiscalização. 	<p>O Plano Municipal DFCI (em elaboração) é o instrumento orientador onde devem estar vertidas a nível municipal as políticas e orientações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Atendendo ao Plano Nacional de Sensibilização publicado em resultado da situação vivida em 2017, a revisão do PDM Matosinhos deverá considerar as orientações desse mesmo referencial e promover a sua concretização ao nível da sua área de intervenção.</p>
<p>Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2017-2020 (PNAEE 2017-2020)</p>	<p>Objetivo indicativo nacional para Portugal referente ao consumo de energia em 2020 não deve exceder os 24 Mtep de energia primária, tendo em conta o facto de que o consumo de energia na União Europeia em 2020 não deverá exceder 1.474 Mtep de energia primária.</p> <p>Mediante a eficiente descida do consumo de energia primária em Portugal, foi estabelecido, para o horizonte de 2020, uma meta nacional correspondente a uma redução total de consumo da energia primária em 25%, ao abrigo do previsto na Parte 2.1 do Anexo XIV da EED.</p>	<p>A revisão do PDM Matosinhos deve considerar as medidas de eficiência energética estabelecidas pelo PNAEE, procurando promover quer a diminuição de custos associadas, quer a sua sustentabilidade em termos ambientais.</p>
<p>Plano Rodoviário Nacional (PRN)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as assimetrias regionais, a interioridade e o isolamento aumentando, assim, a coesão territorial e as oportunidades de desenvolvimento social e económico das populações mais desprotegidas; • Reduzir a sinistralidade, em particular a mais grave, os tempos de percurso e as emissões poluentes, aumentando a segurança, o conforto e a eficiência energética e ambiental; • Atrair investimento e emprego, promovendo o crescimento económico, uma maior diversidade da atividade económica e uma maior dinâmica empresarial. 	<p>O Plano Rodoviário Nacional (PRN) constitui o principal instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e das populações em particular.</p> <p>Assim, dadas as opções envolvidas no âmbito da revisão PDM Matosinhos, importa assegurar a correta implementação e articulação deste referencial com o restante QRE e intervenções do Plano, no sentido de assegurar o cumprimento os seus objetivos.</p>
<p>Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</p>	<p>Desafios Territoriais, subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>D1 Gerir os recursos naturais de forma sustentável</u> <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Valorizar o capital natural 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica • <u>D2 Promover um sistema urbano policêntrico</u> <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como 	<p>O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração e articulação dos demais instrumentos de gestão territorial (IGT).</p> <p>Assim, o PNPOT orienta a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial,</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>fator de coesão interna</p> <p>2.3. Promover a qualidade urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>D3 Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</u> <p>3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral</p> <p>3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização</p> <p>3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>D4 Reforçar a conectividade interna e externa</u> <p>4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica</p> <p>4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade</p> <p>4.3. Dinamizar as redes digitais</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>D5 Promover a governança territorial</u> <p>5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível</p> <p>5.2. Promover redes colaborativas de base territorial</p> <p>5.3. Aumentar a Cultura Territorial</p>	<p>sendo fundamental a respetiva articulação da revisão do PDM Matosinhos com este referencial.</p>
<p>Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 (PNAC 2020-2030)</p>	<p>PNAC 2020/2030 tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego; • Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030, em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus e com o Acordo de Paris; • Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais (mainstreaming). 	<p>As orientações e objetivos de desenvolvimento que enquadram o processo de revisão do PDM Matosinhos devem articular-se com as políticas e as medidas apresentadas no PNAC e respetivos planos de atuação, traduzindo-se num modelo territorial que potencie uma gestão eficiente e sustentável dos recursos energéticos, com incidência não só sobre a tipologia de usos e atividades, mas também aos processos e fontes inerentes, e, consequentemente, contribua para a diminuição das emissões de GEE associadas</p>
<p>Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020)</p>	<p>Objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia; • Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca; • Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável. <p>Objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos; • Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água; • Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação; • Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva); • Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre 	<p>O PNUEA apresenta um conjunto de medidas destinadas a três setores específicos – Urbano, Agrícola e Industrial, estabelecidas de acordo com os objetivos definidos. Como destinatários do Programa são identificados nomeadamente os municípios.</p> <p>Neste sentido, a revisão do PDM Matosinhos deve considerar os objetivos e as medidas definidas por este instrumento.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	entidades públicas e/ou privadas; <ul style="list-style-type: none"> Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA. 	
Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal (Turismo 2020)	Estabelece os objetivos e as prioridades de investimento para o Turismo do País e das Regiões, especificamente para o ciclo de programação comunitária 2014-2020 – Portugal 2020. Objetivos Centrais: <ul style="list-style-type: none"> Fornecer um quadro estratégico para o desenvolvimento do turismo do País e das Regiões no âmbito do ciclo de programação comunitária 2014-2020. Assegurar um alinhamento entre estratégia e financiamento. Contribuir para uma maior seletividade e articulação de investimentos. Concorrer para um reforço da coordenação setorial e territorial. Objetivos Estratégicos: <ul style="list-style-type: none"> Atrair - Qualificação e valorização do território e dos seus recursos turísticos distintivos; Competir - Reforço da competitividade e internacionalização das empresas do turismo; Capacitar - Capacitação, Formação e I&D+I em Turismo; Comunicar - Promoção e comercialização da oferta turística do país e das regiões; Cooperar - Reforço da cooperação internacional. 	Sendo o Turismo 2020 o instrumento de ação que estabelece os objetivos e prioridades de investimento para o Turismo do País, e sendo o turismo é uma atividade económica importante para qualquer município, deve a revisão do PDM Matosinhos considerar os objetivos e as prioridades definidas por este instrumento.
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti 3+)	Objetivos Estratégicos para o Horizonte 2014-2020 <u>A. Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego:</u> 1. Reduzir os custos de contexto que incidem sobre as exportações Portuguesas por via do aumento da competitividade e eficiência do sector dos transportes; 2. Promover a maior integração de Portugal no espaço económico europeu, designadamente através do gradual desenvolvimento da RTE-T; 3. Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no desenvolvimento do sector do turismo nacional e promover a melhoria das condições de acolhimento e da qualidade do serviço e informação ao público nos transportes, contribuindo para o grau de satisfação dos passageiros, em particular dos turistas; 4. Alavancar as vantagens competitivas de Portugal decorrentes do seu posicionamento geoestratégico, na intercepção de grandes corredores internacionais marítimos e aéreos; 5. Promover o aumento da concorrência entre os operadores nos segmentos de mercadorias e passageiros. <u>B. Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses:</u> 1. Prosseguir o esforço de reformas estruturais; 2. Consolidar a sustentabilidade financeira presente e futura do sector, aliviando o peso das responsabilidades transferidas para as futuras gerações; 3. Focar a intervenção direta do Estado nas áreas que constituem o seu verdadeiro papel, promovendo a participação da iniciativa privada nas áreas em que oferece maior eficiência e valor acrescentado na prossecução dos objetivos da política de transportes. <u>C. Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, em todo o país:</u>	Sendo o Peti 3+ o instrumento que estabelece uma segunda fase de reformas estruturais a empreender no setor dos transportes e infraestruturas, bem como um conjunto de investimentos a concretizar até 2020, e sendo um setor importante para qualquer município, deve a revisão do PDM Matosinhos considerar os objetivos definidas por este instrumento.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o território nacional, de forma eficiente e adequada às necessidades; 2. Implementar o princípio da equidade de oportunidades no acesso ao sistema de transportes, promovendo a coesão social e territorial; 3. Reorganizar e fortalecer o papel da regulação no sector dos transportes; 4. Assegurar uma clara, racional e equilibrada alocação de competências na planificação, organização e financiamento do sistema de transportes. 	
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	<p>Ações macro: Ação 1 — Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor; Ação 2 — Incentivar um mercado circular; Ação 3 — Educar para a economia circular; Ação 4 — Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável; Ação 5 — Nova vida aos resíduos!; Ação 6 — Regenerar recursos: água e nutrientes; Ação 7 — Investigar e inovar para uma economia circular;</p> <p>Ações meso: Proposta de agenda de transição para o setor da construção; Proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas.</p> <p>Ações micro: Proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).</p>	<p>Este Plano de Ação procura “o desenvolvimento de novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes, radicados em ciclos idealmente perpétuos de reconversão a montante e a jusante”. Como resultado esperam-se a minimização da extração de recursos, a maximização da reutilização, aumento da eficiência e desenvolvimento de novos modelos de negócios”.</p> <p>O Plano apresenta três níveis de ações: ações de cariz transversal, nacionais, que consolidam algumas das ações de várias áreas governativas para esta transição; agendas setoriais, sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador; e agendas regionais, que devem ser adaptadas às especificidades socioeconómicas de cada região.</p> <p>Assim, deve a revisão do PDM Matosinhos considerar os objetivos e as prioridades definidas por este instrumento.</p>
Norte 2020	<p>Instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal e que integra o Acordo de Parceria “Portugal 2020” e o atual ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal.</p> <p>Objetivos temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; • Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP); • Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores; • Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; • Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores; • Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; • Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação; • Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores; • Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação; • Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida; • Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade; 	<p>O Norte 2020 define os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover na Região Norte de Portugal.</p> <p>Neste contexto, é essencial a convergência de estratégias nomeadamente territoriais que tenham como objetivo último o desenvolvimento de um determinado território e da qualidade de vida dos residentes, nomeadamente as do PDM Matosinhos.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
<p>Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte – PROT-Norte</p> <p>(aguarda aprovação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública. <p>Objetivos Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito dos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território; ● A valorização da posição geoestratégica da região, na sua articulação com o restante território nacional, com as regiões fronteiriças e com as rotas transeuropeias e transatlânticas; ● A afirmação da região como plataforma de internacionalização da economia nacional, reforçando os fatores de inovação de competitividade e de atração de investimento estrangeiro; ● O reforço da cooperação transfronteiriça e transacional, valorizando especializações, complementaridades e sinergias para o desenvolvimento de projetos de dimensão europeia; ● O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral; ● A salvaguarda e valorização dos recursos patrimoniais, tanto monumentais, como naturais, com destaque para os valores classificados pela UNESCO como património mundial; ● Consolidar o sistema de proteção e valorização ambiental, que inclui as áreas, valores e subsistemas fundamentais a integrar na estrutura ecológica regional; ● Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conturbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos no interior; ● Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I&D e de centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico; ● Organizar o sistema de acessibilidades, de forma a reforçar o papel dos pontos nodais, a garantir a coerência das intervenções nos âmbitos rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário e a valorizar as futuras acessibilidades ferroviárias em alta velocidade; ● Reordenar e qualificar os espaços de localização empresarial numa lógica de disponibilização de espaços de qualidade e de concentração de recursos qualificados; ● Organizar uma rede de pólos de excelência em espaço rural que sejam notáveis pela qualidade do ambiente e do património, pela genuinidade e qualidade dos seus produtos, pela sustentabilidade de práticas de vida e de produção e pelo nível dos serviços acessíveis à população; ● Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT, nomeadamente considerando as sub-regiões do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Grande Porto como unidades territoriais específicas, com critérios de ordenamento e gestão apropriados às suas características físicas e de ocupação humana, e desenvolver propostas estratégicas adequadas à valorização das suas especificidades territoriais e à criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais; ● Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais, promovendo simultaneamente o planeamento e a constituição de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades 	<p>Os Planos Regionais de Ordenamento do Território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial e representam o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.</p> <p>Adicionalmente, estes referenciais constituem o modelo territorial que permitirá desenvolver um “programa de ação” consensualizado e aprovado pelos diferentes setores e agentes relevantes na organização do território, assumindo um caráter de síntese, transversal às perspetivas sectoriais, e de discussão/opção sobre alternativas que sejam possíveis configurar para diferentes domínios de ordenamento ou de intervenção.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>empresariais;</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes; Propor medidas para a proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes; Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos setores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos; Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com a expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial. 	
<p>Plano Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF Entre Douro e Minho))</p>	<p>Os PROF's são instrumentos de política sectorial de âmbito nacional, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. O plano integra as funções de produção, proteção, conservação de <i>habitats</i>, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos, silvo pastorícia, caça e pesca em águas interiores e de recreio e valorização da paisagem. A área de intervenção do PROF Entre Douro e Minho (publicado pela Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro) abrange um conjunto bastante alargado de municípios, ao nível das áreas de NUTS III da Área Metropolitana do Porto (onde se insere Matosinhos), do Alto Minho, do Alto Tâmega, do Ave, do Cávado e do Tâmega e Sousa (definidos no Artigo 2.º do respetivo diploma de publicação).</p> <p>O PROF de Entre Douro e Minho concretiza, no seu âmbito e natureza o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e compatibiliza -se com os demais programas setoriais e com os programas especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial. As normas do PROF de Entre Douro e Minho que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, são obrigatoriamente integradas nos planos territoriais de âmbito municipal (PTM) e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal (PTIM).</p> <p>Objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual; Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos; Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas; Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas; Aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas; Promover a gestão florestal ativa e profissional; Desenvolver e promover novos produtos e mercados; Modernizar e capacitar as empresas florestais; Controlar e sempre que possível erradicar as espécies invasoras lenhosas; 	<p>Os objetivos estratégicos que enquadram a revisão do PDM Matosinhos preconizam a proteção, ordenamento dos usos e ocupações, e valorização das áreas florestais integrada na área administrativa do concelho. A revisão do PDM Matosinhos deve acompanhar, de forma geral, os objetivos previstos pelo PROF Entre Douro e Minho. Neste sentido, devem ser enumeradas e integradas na proposta de revisão do PDM Matosinhos as medidas deste PROF que mostrem suscetibilidade e adequabilidade de serem implementadas na área de intervenção e dentro das competências e responsabilidades previstas na proposta de revisão PDM Matosinhos, por forma a serem cumpridas as orientações ambientais e de gestão dos espaços florestais previstos pelo referido Plano.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>k) Promover a resiliência da floresta; l) Adequar as espécies às características da estação; m) Promover a valorização paisagística e as atividades de recreio nos espaços florestais; n) Desenvolver o uso múltiplo dos espaços florestais, nomeadamente ao nível da caça, pesca, produção de mel e cogumelos; o) Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos; p) Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais; q) Modernização da silvopastorícia; r) Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados; s) Incentivar a gestão agrupada; t) Desenvolver a inovação e a investigação florestal; u) Qualificar os agentes do setor.</p>	
<p>Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC CE)</p>	<p>Objetivos Gerais e Objetivos Específicos</p> <p><u>Objetivo Geral 1 - Prevenção e Redução dos Riscos Costeiros e da Vulnerabilidade às Alterações Climáticas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 1.1 - Manutenção da integridade da linha de costa no quadro de uma estratégia de adaptação aos riscos costeiros, atuais e futuros. • OE 1.2 - Adoção de uma estratégia de gestão sedimentar integrada que garanta a preservação das manchas de empréstimo e o aproveitamento dos dragados das barras e canais de acesso a infraestruturas portuárias tendo em vista a reposição do balanço sedimentar nos troços costeiros em erosão. • OE 1.3 - Definição de um modelo de uso e ocupação da orla costeira que contenha a exposição territorial aos riscos costeiros, numa perspetiva de médio e longo prazo. • OE 1.4 - Adaptação das formas de ocupação urbana da orla costeira, incluindo a realização de intervenções de recuo planeado de núcleos urbanos/edificados onde se verifique um nível elevado de exposição de pessoas e/ou bens à erosão costeira e aos galgamentos e inundações costeiras. • OE 1.5 - Garantia da fruição pública em segurança do domínio público marítimo. <p><u>Objetivo Geral 2 - Proteção e Conservação dos Sistemas Biofísicos Costeiros e da Paisagem</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 2.1 - Proteção dos ecossistemas dunares, preservando o património natural e a geodiversidade da orla costeira. • OE 2.2 - Preservação e valorização dos ecossistemas e habitats marinhos, estuarinos e terrestres. • OE 2.3 - Definição de um modelo de uso e ocupação da orla costeira que assuma a função ecológica deste território como prioritária. • OE 2.4 - Preservação dos recursos hídricos costeiros com vista a assegurar o bom estado das massas de água. • OE 2.5 - Proteção e valorização do carácter e da identidade das paisagens costeiras. <p><u>Objetivo Geral 3 - Valorização Económica dos Recursos Costeiros</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 3.1 - Garantia das condições para o desenvolvimento das atividades portuárias. • OE 3.2 - Promoção da sustentabilidade da atividade piscatória. • OE 3.3 - Promoção dos recursos turísticos da orla 	<p>A estratégia definida na revisão do PDM Matosinhos preconiza a proteção, requalificação e valorização da orla costeira e zonas balneares integrada na área administrativa do concelho. Assim, a revisão do PDM Matosinhos deve acompanhar, de forma geral, os objetivos previstos pelo POC-CE. Neste sentido, devem ser enumeradas e integradas na proposta de revisão do PDM Matosinhos as medidas deste POC que mostrem suscetibilidade e adequabilidade de serem implementadas na área de intervenção e dentro das competências e responsabilidades previstas na proposta de revisão PDM Matosinhos, por forma a serem cumpridas as orientações ambientais e de gestão da orla costeira previstas pelo referido Plano.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>costeira, nomeadamente, o património natural, o património cultural e os desportos e as atividades recreativas ligadas ao mar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 3.4 - Qualificação urbanística das frentes de mar numa perspetiva de reforço das condições de utilização e visitação dos aglomerados costeiros. • OE 3.5 - Preservação e valorização dos recursos agrícolas e florestais. • OE 3.6 - Promoção de um aproveitamento sustentável dos recursos marinhos, nomeadamente, a exploração de combustíveis fósseis, a produção de energia a partir de fontes renováveis, a aquicultura, a extração de recurso geológicos e a exploração dos recursos haliéuticos. <p><u>Objetivo Geral 4 - Valorização e Qualificação das Praias Marítimas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 4.1 - Preservação das praias e dos sistemas dunares e outros espaços naturais associados. • OE 4.2 - Reposição da legalidade e adaptação do uso e ocupação das praias ao estabelecido nos Planos de Intervenção nas Praias. • OE 4.3 - Promoção de um modelo de gestão adaptativo das praias, assegurando condições de segurança da sua utilização e a viabilidade das atividades económicas associadas. • OE 4.4 - Qualificação das frentes marítimas, conjugando as condições de fruição urbana com a prevenção dos riscos costeiros. • OE 4.5 - Melhoria das condições de acesso dos utilizadores e das estruturas e equipamentos de apoio de praia. <p><u>Objetivo Geral 5 -Monitorização e Avaliação das Dinâmicas Costeiras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • OE 5.1 - Implementação de um sistema de monitorização regular e sistemática que incida sobre a dinâmica sedimentar da orla costeira, a evolução da linha de costa e o desempenho das estruturas de proteção costeira. • OE 5.2 - Reforço da coordenação institucional entre as entidades com competências na gestão da orla costeira. • OE 5.3 - Promoção de um sistema de planeamento e gestão da orla costeira que assuma o papel central dos planos territoriais, de âmbito municipal ou intermunicipal, na concretização das estratégias locais de adaptação aos riscos costeiros. • OE 5.4 - Capacitação técnica e desenvolvimento de conhecimento específico no domínio da gestão da orla costeira e da adaptação aos riscos costeiros. • OE 5.5 - Sensibilização das comunidades costeiras, visitantes e público geral para a importância dos ecossistemas costeiros e para os riscos associados às alterações climáticas. 	
<p>Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça – PGRH-Cávado, Ave e Leça 2016-2021 (2.º Ciclo)</p>	<p>Em síntese, as principais questões significativas na região hidrográfica do Cávado, Ave e Leça são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contaminação de massas de água por poluição de origem urbana, industrial e agrícola, bem como resultante da atividade mineira; • Contaminação de águas subterrâneas; • Degradação da zona costeira, devido a erosão; • Alterações ao regime de escoamento, devido à regularização dos cursos de água; • Existência de risco de cheias e inundações, devido à 	<p>Os objetivos estratégicos que enquadram a revisão do PDM Matosinhos preconizam a proteção, requalificação e valorização das massas de água interiores, exteriores (costeiras) e de transição dentro da área administrativa do concelho. A revisão do PDM Matosinhos deve acompanhar, de forma geral, os objetivos ambientais e estratégicos previstos pelo PGRH Cávado, Ave e Leça (a ser aprovado a curto prazo). Neste sentido, devem ser enumeradas e</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>ineficiente política de ordenamento do território;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de fiscalização, licenciamento e monitorização insuficiente e/ou ineficiente; • Tarifários desadequados para a recuperação do custo nos atuais modelos; • Níveis de cobertura da população inferiores aos objetivos traçados para os serviços públicos de água; • Insuficiente conhecimento e deficit de informação sistematizada. <p>Importa também referir os objetivos ambientais definidos na DQA e Lei da Água (art. 46.º, 47.º e 48.º), e que balizam a estratégia de gestão dos recursos hídricos sustentável a implementar neste Plano, nomeadamente:</p> <p><u>Águas Superficiais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar a deterioração do estado das massas de água; • Proteger, melhorar e recuperar todas as massas de água com o objetivo de alcançar o bom estado químico e ecológico das águas; • Proteger e melhorar todas as massas de água fortemente modificadas e artificiais com o objetivo de alcançar o bom potencial ecológico e o bom estado químico; • Reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, as descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias. <p><u>Águas Subterrâneas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar ou limitar as descargas de poluentes nas massas de água e evitar a deterioração do estado de todas as massas de água; • Manter e alcançar o bom estado químico e quantitativo das águas garantindo o equilíbrio entre captações e recargas; • Inverter qualquer tendência significativa persistente para aumentar a concentração de poluentes. <p><u>Zonas Protegidas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar e cumprir os objetivos que justificaram a criação das zonas protegidas, assumindo integralmente as disposições legais estabelecidas com essa finalidade e que garantam o controlo da poluição. <p>Enquadrados os objetivos ambientais, e com base na análise integrada dos diversos instrumentos de planeamento, nomeadamente planos e programas nacionais relevantes para os recursos hídricos, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para a RH2, apresentados por Área Temática (AT):</p> <p>AT1 – Qualidade da Água:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, estuarinas e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria, no sentido de estas atingirem o bom estado; • Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos. <p>AT2 – Quantidade da Água:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura; • Promover as utilizações de água com fins múltiplos e minimizar os conflitos de usos. 	<p>integradas na proposta de revisão do PDM Matosinhos as medidas deste PGRH que mostrem suscetibilidade e adequabilidade de serem implementadas na área de intervenção e dentro das competências e responsabilidades previstas na proposta de revisão PDM Matosinhos, por forma a serem cumpridas as orientações ambientais e de gestão de recursos hídricos preconizados pelo PGRH.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e as situações de risco de poluição accidental; • Preservar o domínio hídrico, assegurando a sua gestão integrada, nomeadamente no que diz respeito ao controlo dos fenómenos de erosão hídrica e costeira ou à melhoria da qualidade dos ecossistemas; • Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos. <p>AT4 – Quadro institucional e normativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a adequação do quadro institucional e normativo, para assegurar o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos com uma intervenção racional e harmonizada dos diferentes agentes. <p>AT5 – Quadro económico e financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros. <p>AT6 – Monitorização, investigação e conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas e de qualidade física, química e ecológica da água, nomeadamente das substâncias perigosas e prioritárias; • Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada aos sistemas hídricos e ecossistemas envolventes, incluindo o desenvolvimento de um sistema de informação relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico. <p>AT7 – Comunicação e governança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos e assegurar a disponibilização de informação ao público e a dinamização da participação nas decisões; • Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local. 	
<p>Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI do Porto)</p>	<p>O PDDFCI deverá estar em consonância com o preconizado no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), nomeadamente com os seus eixos estratégicos, assim como com as orientações contidas nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) do Distrito do Porto.</p> <p>O PNDFCI foi publicado no Diário da República n.º 102, I-B Série, de 26 de maio de 2006. O PNDFCI estabelece uma estratégia com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. Para alcançar os objetivos, ações e metas consagradas no PNDFCI, preconizam-se intervenções em três domínios prioritários: prevenção estrutural, vigilância e combate. O PNDFCI define cinco eixos estratégicos de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; • Redução da incidência dos incêndios; • Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; • Recuperar e reabilitar os ecossistemas; 	<p>O Plano Municipal DFCI (em elaboração) é o instrumento orientador onde devem estar vertidas a nível municipal as políticas e orientações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Enquanto este não está operacional a revisão do PDM Matosinhos deverá considerar as orientações com expressão territorial do PNDFCI e do PDDFCI do distrito do Porto e atualmente em vigor, tendo em especial atenção as áreas florestais detentoras de elevado valor.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz. <p>As orientações previstas nos PROF Baixo Minho, Tâmega e Área Metropolitana do Porto e Entre o Douro e Vouga no que se referem à Defesa da Floresta Contra Incêndios, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz; • Assegurar a planificação e a gestão sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão das Áreas Protegidas; • Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones; • Adequar as espécies e os modelos de silvicultura ao local; • Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional; • Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontinuado; • Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade; • Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas; • Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais. <p>Assim, o PDDFCI tem um enquadramento tático e caracteriza-se pela seriação e organização das ações e dos objetivos definidos no PNDFCI e da internalização das orientações dos PROF, à escala distrital.</p>	
<p>Declaração Pacto dos Autarcas (DPA)</p>	<p>O Pacto dos Autarcas é uma iniciativa da Comissão Europeia para promover as Energias Renováveis e conseguir atingir o objetivo 20-20-20 com as autarquias. Estas comprometem-se a elaborar um plano de ação em matéria de energia sustentável, e implementá-lo. Várias ações estão previstas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um inventário de referência das emissões como base para o plano de ação em matéria de energia sustentável; • Adaptar as estruturas municipais; • Mobilizar a sociedade civil; • Apresentar um relatório de aplicação; • Partilhar a experiência; • Organizar Dias da Energia; • Participar e contribuir para a Conferência anual de Autarcas da UE para uma Europa da Energia Sustentável; • Divulgar a mensagem do Pacto. 	<p>A Câmara Municipal de Matosinhos assinou este Pacto, que à data conta com mais 49 autarquias portuguesas. A CM tem assim uma responsabilidade acrescida em coordenar as ações previstas no pacto com o Plano Diretor Municipal.</p>
<p>Carta Educativa do concelho de Matosinhos (CEM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar; • A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas; • A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento 	<p>É importante que a revisão do PDM Matosinhos considere os objetivos da Carta Educativa desse conselho, uma vez que as cartas educativas municipais são instrumentos de ordenamento e planeamento que visam a adequação da rede educativa às orientações da política educativa, a utilização mais eficiente dos recursos e a complementaridade das ofertas educativas, a correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos, o ajustamento, em permanência, entra a oferta e a procura educativas e a qualidade do estado físico e funcional dos edifícios.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; • A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município. 	
<p>Matosinhos. Carta Desportiva Municipal (CDM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Este documento traduz a realidade do concelho no setor do desporto e é considerado fundamental para a definição de uma Estratégia Municipal de Desenvolvimento Desportivo que passa, nomeadamente, pelos seguintes eixos: Participação e Desporto para Todos; Formação e aprendizagem ao longo da vida; Rede de informação e comunicação; e Recursos e equipamentos desportivos. • São abordados todos os dados relativos à Política Desportiva Municipal, nomeadamente: dados gerais sobre o concelho; área desportiva total e por habitante; instalações desportivas - construídas, qualidade e seu estado de conservação; modalidades desportivas praticadas pelos clubes do concelho; caracterização das instalações desportivas; equipamentos desportivos e as barreiras arquitetónicas. 	<p>A revisão do PDM Matosinhos deve considerar a política desportiva municipal e as condições disponibilizadas para a promoção e a prática de desporto por parte de diferentes públicos alvo, considerando uma adequada relação entre a procura e a oferta.</p>
<p>Plano de Mobilidade e Transportes de Matosinhos (PMTM)</p>	<p>Objetivos Estratégicos:</p> <p>O1. Melhorar as condições de acessibilidade</p> <p>O1.1. Aproximar as pessoas e as atividades</p> <p>O1.2. Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e transporte público</p> <p>O2. Reequilibrar as oportunidades de deslocação pelos diversos modos</p> <p>O2.1. Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais</p> <p>O2.2. Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta</p> <p>O2.3. Aumentar a competitividade do Transporte Público</p> <p>O2.4. Reestruturação do sistema rodoviário</p>	<p>A revisão do PDM Matosinhos, deve considerar a estratégia e os objetivos do Plano de Mobilidade e Transportes de Matosinhos, uma vez que é o documento que estabelece a visão do concelho para este setor.</p>
<p>Plano Municipal de Emergência de Matosinhos (PME Matosinhos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma unidade de direção e de coordenação; • Coordenar, sistematizar e disciplinar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção de cada uma das forças intervenientes; • Contribuir para reduzir e atenuar as situações de perturbação e pânico; • Servir de instrumento base a exercícios e treinos dos órgãos e forças intervenientes e simultaneamente, de veículo de informação e esclarecimento das populações para enfrentarem com serenidade eventuais situações de risco e de emergência. 	<p>A revisão PDM Matosinhos, deve considerar os objetivos do Plano Municipal de Emergência (PME), uma vez que é o documento que estabelece os princípios e as normas de atuação que devem orientar todos os organismos, departamentos, instituições e outros que, pelas suas potencialidades, possam desempenhar funções vitais na prevenção e na minimização dos prejuízos decorrentes de eventuais acidentes graves ou catástrofes que afetem direta ou indiretamente o concelho de Matosinhos.</p>
<p>Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Matosinhos (PMDFCI de Matosinhos)</p>	<p>Eixos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.º Eixo estratégico — Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais através da definição de redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal e silvicultura garantindo desta forma a proteção das zonas de interface urbano/florestal e implementação de programas de redução de combustíveis; • 2.º Eixo estratégico — Reduzir da incidência dos incêndios alavancada na redução de comportamentos de risco, na sensibilização da população e numa fiscalização preventiva e/ou coerciva nas áreas definidas como de intervenção prioritária; • 3.º Eixo estratégico — Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios assente na vigilância e deteção, 	<p>A revisão PDM Matosinhos, deve considerar os eixos estratégicos e os objetivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Matosinhos (PMDFCI de Matosinhos), uma vez que é o documento que estabelece as medidas necessárias à Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho. Medidas essas que visam principalmente a prevenção, mas também a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas em caso de ocorrência de incêndio, bem como competências operacionais de planeamento, programação, organização e execução de medidas e ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas.</p>

REFERENCIAL ESTRATÉGICO	OBJETIVOS	RELAÇÃO COM A REVISÃO PDM MATOSINHOS
	<p>numa forte 1.ª intervenção, num combate eficaz e eficiente, no rescaldo correto e efetivo e numa forte vigilância pós-incêndio;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4.º Eixo estratégico — Recuperar e reabilitar os ecossistemas através de ações de estabilização de emergência e reabilitação pós-incêndio e de um correto planeamento da recuperação de áreas ardidas; • 5.º Eixo estratégico — Adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz tendo por base a identificação das competências das entidades, a planificação das reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) e a monitorização e revisão do PMDFCI sempre que necessário. <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Reduzir os incêndios com área ardida superior a 1ha</u> <ul style="list-style-type: none"> • Metas 2018 / 2019 / 2020 – 6 ou menos incêndios; • Metas 2021 / 2022 / 2023 – 5 ou menos incêndios; • Metas 2024 / 2025 / 2026 / 2027 – 4 ou menos incêndios. • <u>Reduzir o número de fogachos</u> <ul style="list-style-type: none"> • Metas 2018 – Menos de 2% face à década anterior; • Metas 2019 – Menos de 4% face à década anterior; • Metas 2020 – Menos de 6% face à década anterior; • Metas 2021 – Menos de 8% face à década anterior; • Metas 2022 – Menos de 10% face à década anterior; • Metas 2023 – Menos de 12% face à década anterior; • Metas 2024 – Menos de 14% face à década anterior; • Metas 2025 – Menos de 16% face à década anterior; • Metas 2026 – Menos de 18% face à década anterior; • Metas 2027 – Menos de 20% face à década anterior. • <u>Reduzir o número de reacendimentos</u> <ul style="list-style-type: none"> • Metas 2018 – Menos de 2% face à década anterior; • Metas 2019 – Menos de 4% face à década anterior; • Metas 2020 – Menos de 6% face à década anterior; • Metas 2021 – Menos de 8% face à década anterior; • Metas 2022 – Menos de 10% face à década anterior; • Metas 2023 – Menos de 12% face à década anterior; • Metas 2024 – Menos de 14% face à década anterior; • Metas 2025 – Menos de 16% face à década anterior; • Metas 2026 – Menos de 18% face à década anterior; • Metas 2027 – Menos de 20% face à década anterior. 	

10.2. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

Quadro A.10.2 | Questões estratégicas definidas pela AAE, respetiva fundamentação (pertinência) e ponderações acessórias

QEAS	PERTINÊNCIA
QEAS1. Melhoria do estado das massas de água	<p>As massas de água superficiais e subterrâneas no município são sujeitas a fortes pressões urbanas e industriais, não só dentro do município como também em localidades a montante dos limites administrativos do mesmo, que prejudicam o estado das massas de água. Assim, a qualidade destas deve ser salvaguardada, reduzindo o potencial contaminante das fontes poluidoras locais, nomeadamente, as indústrias, a agropecuária, a agricultura intensiva e a pressão urbana), promovendo uma efetiva colaboração e participação do município na concretização da política, objetivos e medidas definidos para a Região Hidrográfica em que este se insere (Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça) com todos os outros parceiros e entidades interessadas.</p>
QEAS2. Reordenamento e defesa da faixa costeira	<p>Em quase toda a faixa costeira de Matosinhos observam-se artificializações extensas do solo e existência de pressão do edificado que, por seu lado, está também ameaçado pela possível ocorrência de fenómenos naturais extremos que potenciam a erosão costeira e avanço das águas do mar sobre estas áreas. Neste sentido, é importante verificar se ocorre a definição / concretização de medidas corretivas dos fenómenos erosivos e de defesa costeira e um efetivo reordenamento e requalificação da orla costeira, nomeadamente as constantes do POOC Caminha-Espinho e posteriormente constantes no POC Caminha-Espinho atualmente em elaboração. A estratégia de ordenamento e ocupação / intervenção em zonas do POOC (posteriormente POC, que se encontra em elaboração) da responsabilidade da CMM deverá igualmente ter em consideração as orientações desse IGT, assumindo, por isso, como princípio de ordenamento do território que a zona costeira é um espaço tampão ao qual deverá, sempre que possível, estar associado um estatuto <i>non aedificandi</i>, como mecanismo de salvaguarda fundamental para a maioria das situações de risco e para os trechos de maior vulnerabilidade na zona costeira. Além disso, é importante perceber em que medida serão equacionadas opções que visem minimizar os efeitos das pressões sentidas nesta zona, especialmente na época balnear.</p> <p><i>(Nota: Esta QE poderá salvaguardar também a referência a que estas medidas perspetivam igualmente dar resposta às necessidades de adaptação às consequências resultantes das Alterações Climáticas (caso se considere que se integram melhor aqui do que na QE10), como a subida do nível médio do mar e o aumento da frequência e intensidade de fenómenos naturais extremos (tempestivos) que levam ao aumento das taxas de erosão costeira e respetivo recuo da linha de costa e de áreas inundáveis).</i></p>
QEAS3. Reordenamento urbano de forma a compatibilizar as atividades e os usos do solo	<p>Favorecer a reabilitação em torno dos equipamentos e espaços urbanos de utilização coletiva, a requalificação e potenciação de áreas de atividades económicas, promovendo ainda a compatibilização dos diferentes usos específicos contribuindo para o reforço da coesão territorial de Matosinhos e do seu enquadramento no modelo policêntrico da Área Metropolitana do Porto.</p> <p>No que se refere aos espaços residenciais, considera-se pertinente condicionar e conter a expansão urbana, favorecendo a reabilitação dos centros urbanos, numa lógica de promover a recuperação/proteção e valorização do património construído, contribuindo para a redução do conflito entre o espaço urbano e o sistema biofísico.</p> <p>Por outro lado importa também assegurar a distribuição conveniente das populações e das atividades económicas tendo presente a vocação de uso do solo atribuída, nomeadamente, para implantação de estabelecimentos comerciais, serviços associados ao transporte de mercadorias, plataformas logísticas, áreas industriais e de armazenagem nas zonas contíguas ao Porto de Leixões, à futura Zona de Atividades Logísticas (ZAL), e à Refinaria do Norte, contrapondo-se ainda o favorecimento de alojamento populacional junto de serviços coletivos de proximidade.</p> <p>Assim, no que refere aos espaços industriais, importa promover a reabilitação dos espaços industriais degradados, adaptando-os às atividades emergentes, contribuindo assim para a redução dos impactos ambientais das mesmas ou, em caso de necessidades fundamentadas, equacionar a criação de novos espaços.</p>
QEAS4. Eliminação/Mitigação dos riscos tecnológicos	<p>Para além dos riscos tecnológicos inerentes às atividades industriais presentes no concelho de Matosinhos, importa destacar os riscos associados à existência de áreas residenciais na envolvente da central da GALP Energia e de um conjunto de áreas de armazenagem de combustíveis dispersas, bem como à presença do Porto de Leixões e a futura Zona de Atividades Logísticas (ZAL), quer pela sua própria natureza quer pela expressividade territorial que assume no concelho.</p> <p>Neste sentido importa analisar de que forma a revisão do PDM Matosinhos contribui com orientações estratégicas e ações para a eliminação /mitigação dos potenciais riscos tecnológicos associados (ao nível da adequabilidade à vulnerabilidade aos principais riscos tecnológicos existentes, ao assegurar um modelo de território que considere esses riscos, ao garantir um planeamento eficaz do uso do solo, etc.) e consequente prevenção e minimização de situações que contribuam para degradação das condições de saúde da população e ambiente.</p>

QEAS	PERTINÊNCIA
QEAS5. Requalificação paisagística e natural	<p>O PDM Matosinhos deve fomentar a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade, de modo a promover o “<i>Continuum Naturele</i>”, ou seja, um sistema natural contínuo que permita o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas, promovendo a biodiversidade.</p> <p>No que refere aos espaços urbanos verdes, estes devem ser autossustentáveis, sendo importante que, sempre que possível, funcionem como extensões ou troços dos corredores ecológicos, contribuindo para que a construção de toda a rede de corredores se relacione com o património natural e construído, minimizando/eliminando os estrangulamentos, (muitas vezes decorrentes de áreas verdes com dimensões reduzidas).</p> <p>Por outro lado, o PDM deve contribuir para a criação um município mais “verdes”, reconhecendo e integrando, no planeamento e ordenamento urbano, soluções criativas que permitam fortalecer as comunidades e melhorar a sua qualidade de vida, nomeadamente, a horticultura urbana e periurbana.</p> <p>Neste sentido, é importante reabilitar os espaços verdes existentes e equacionar a criação de novos espaços, tendo como preocupação a integração dos espaços urbanos verdes, sempre que possível, em corredores ecológicos. Estes permitem o estabelecimento de ligações físicas entre os diferentes ambientes presentes e/ou fragmentos florestais, constituindo-se espaços contínuos que facultam a circulação de espécies de fauna e da flora, favorecendo o fluxo genético entre os indivíduos das espécies presentes, melhorando a resiliência dos ecossistemas.</p> <p>Neste sentido, a criação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é de extrema importância para a concretização do PDM Matosinhos uma vez que se espera que: salguarde a integração de sistemas ecológicos fundamentais à sustentabilidade do território; defina regulamentação específica que oriente a ocupação e uso das áreas abrangidas por esta estrutura; integre áreas ecologicamente sensíveis (como é o caso das linhas de água) e áreas que pelo seu coberto vegetal e ocupação constituam valores naturais e/ou patrimoniais, cuja preservação se justifica para a manutenção da integridade, regeneração e identidade do território.</p> <p>O PDM Matosinhos deve assegurar que a EEM constitui-se como o suporte de atividades complementares proporcionadas ao tecido edificado e atuando de forma a controlar a edificação dispersa, contribuindo para o processo de requalificação e reestruturação urbana, promovendo e garantindo a partilha de benefícios da EEM com os espaços edificados.</p> <p>Neste âmbito, importa também verificar como as áreas classificadas, de acordo com sua estrutura biofísica (REN e RAN), serão promovidas e defendidas, nomeadamente as manchas de território destinadas à agricultura e floresta.</p> <p>É igualmente importante verificar a relevância para esta temática no que respeita à existência de focos de deposição ilegal de resíduos o concelho e, a confirmar-se, que estratégias e ações estão previstas para a eliminação destas situações e reconversão destes espaços.</p>
QEAS6. Preservação do solo	<p>No concelho de Matosinhos o solo está sujeito a diversas pressões provenientes da ocupação e atividade humana, como a artificialização e edificação, as atividades industriais e as práticas agrícolas, que põem em causa as suas funções ecológicas, económicas, sociais e culturais. Assim, é necessário acautelar um conjunto de medidas adaptadas à realidade local que atue na prevenção da degradação do solo e a reabilitação dos solos contaminados ou degradados, diminuindo os riscos associados. Para além disso importa ainda proceder à elaboração de regulamentação específica relativa a esta temática.</p>
QEAS7. Preservação da identidade local e das especificidades territoriais	<p>O concelho de Matosinhos apesar de se localizar numa área metropolitana, caracterizando-se pelo seu carácter urbano e pelo predomínio de atividades associadas a esse meio, apresenta também uma mancha rural significativa com o predomínio de atividades primárias, como a agricultura. Refira-se ainda, neste contexto, a presença de comunidades piscatórias, relevantes para o desenvolvimento local. Deste modo, é fundamental assegurar um equilíbrio entre esta coexistência de realidades que poderão ser sinérgicas e que, de certo modo, conferem ao território de Matosinhos um carácter singular / específico, mas que passa pelo fomento e regularização destas atividades. Para além disso, importa assegurar também a preservação dos valores sociais e culturais associados a estas atividades e/ou presentes nas comunidades, tendo como objetivo a criação oportunidades de desenvolvimento humano e socioeconómico.</p>
QEAS8. Capacitação de meios de mobilidade sustentável	<p>O município possui uma densa rede rodoviária, marcada por eixos de conexão principais e secundários. Contudo, carece de alternativas às tradicionais vias de comunicação que sejam capazes de assegurar meios de mobilidade sustentável. Neste sentido, considera-se importante uma requalificação do espaço e respetivas acessibilidades através da introdução de caminhos temáticos, corredores verdes e ciclovias que melhorem as atuais condições de deslocamento, com efeitos positivos sobre o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, e potencialmente sobre os índices turísticos. Esta aposta em novas formas de acessibilidades e infraestruturas de deslocação deve ser aliada ao sistema de transportes públicos (no sentido de promover uma resposta às necessidades dos</p>

QEAS	PERTINÊNCIA
	<p>munícipes, e permitirem a sua opção em detrimento do transporte individual). Estas opções devem passar não só pela diversificação / aumento dos trajetos, mas também pela aposta em meios de transporte mais eficientes em termos de consumo energético e emissões.</p>
<p>QEAS9. Manutenção e melhoria dos níveis aceitáveis de qualidade do ar, poluição sonora e conforto térmico</p>	<p>Dado a elevada intensidade de tráfego, atividades comburentes e edificado dentro da área de intervenção do PDM, considera-se importante a verificação das hipotéticas alterações e consequências provocadas pelo Plano ao nível da qualidade do ar, conforto térmico (p.e. ilhas de calor geradas pelo parque edificado) e poluição sonora.</p> <p>Neste sentido são igualmente importantes ações / orientações que promovam os espaços urbanos verdes enquadrados na EEM (cortinas arbóreas, sumidouros), a existência de zonas de tampão e “dispersão” quer de poluição sonora, quer de poluição do ar, e minimizadores da concentração de gases com efeito estufa, entre outros.</p>
<p>QEAS10. Promoção da eficiência energética no concelho</p>	<p>É importante considerar no Plano ações/medidas/orientações que promovam a eficiência energética e o uso de fontes de energia renováveis no concelho de Matosinhos. Pretende, igualmente, dar resposta às obrigações e deveres do concelho como membro do Pacto de Autarcas.</p>
<p>QEAS11. Inclusão de orientações e medidas de adaptação às Alterações Climáticas</p>	<p>A intensificação da “ilha” urbana de calor, o aumento da frequência e intensidade das vagas de calor, o aumento da erosão nas zonas costeiras e subida do nível médio do mar, são algumas das consequências das alterações climáticas, tornando indispensável a adoção de estratégias e medidas de minimização e adaptação a estes fenómenos.</p> <p>Deste modo, e sendo o PDM um documento regulamentar e orientador do ordenamento do território municipal, é importante que tenha por base os princípios orientadores das políticas internacionais (como o Pacote "Energia-Clima 20-20-20") e nacionais, tais como o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC), de forma a selecionar medidas adequadas de mitigação das alterações climáticas e, sempre que necessário, adotar soluções de adaptação.</p> <p>Neste âmbito, no processo de planeamento local, importa que a revisão PDM Matosinhos, e consequentemente o seu processo de AAE, analisem as implicações das alterações climáticas no município. Por outro lado, a revisão do PDM Matosinhos deve ainda, promover a integração da adaptação no planeamento das infraestruturas, habitação, uso do solo e a sua alocação e regulação dos recursos naturais; criar uma base de informação sobre os prováveis impactos locais das alterações climáticas; ajustar os mecanismos de responsabilidade e governança, envolvendo o setor privado e organizações da sociedade civil.</p>